

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SANDRO ROGÉRIO DOS SANTOS

**A CONSTRUÇÃO DO COOPERATIVISMO EM CAXIAS DO SUL:  
COOPERATIVA VITIVINÍCOLA ALIANÇA (1931-2011)**

Porto Alegre  
2011

SANDRO ROGÉRIO DOS SANTOS

**A CONSTRUÇÃO DO COOPERATIVISMO EM CAXIAS DO SUL:  
COOPERATIVA VITIVINÍCOLA ALIANÇA (1931-2011)**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Dra. Núncia Maria Santoro de Constantino

Porto Alegre  
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação ( CIP )

S237c Santos, Sandro Rogério dos  
A Construção do cooperativismo em Caxias do Sul:  
cooperativa vitivinícola Aliança (1931-2011). / Sandro Rogério  
dos Santos. – Porto Alegre, 2011.  
296 f. : il.

Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Fac. de Filosofia e  
Ciências Humanas.  
Orientação: Profa. Dra. Núncia Maria Santoro de Constantino

1. Cooperativas – Rio Grande do Sul. 2. Cooperativas -  
História. 3. Vitivinicultura. 4. Imigração Italiana – Rio Grande do  
Sul. I. Constantino, Núncia Maria Santoro de. II. Título.

CDD 334.098165

Ficha Catalográfica elaborada por  
Sabrina Vicari  
CRB 10/1594

SANDRO ROGÉRIO DOS SANTOS

**A CONSTRUÇÃO DO COOPERATIVISMO EM CAXIAS DO SUL:  
COOPERATIVA VITIVINÍCOLA ALIANÇA (1931-2011)**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Núncia Maria Santoro de Constantino – Orientadora

---

Prof. Dr. André da Silva Pereira - UPF

---

Profa. Dra. Cláudia Musa Fay - PUCRS

---

Profa. Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia - UCS

---

Prof. Dr. Alfredo Meneghetti Neto - PUCRS

Porto Alegre  
2011

## RESUMO

Esta pesquisa teve como proposta reconstituir e analisar os aspectos econômicos do cooperativismo vitivinícola em Caxias do Sul. Para isso, propôs reunir informações sobre a História do desenvolvimento econômico relacionado ao cultivo da videira e da produção de vinhos. Teve-se a finalidade de realizar um estudo de caso na Cooperativa Vitivinícola Aliança Ltda., para acompanhar as conjunturas, o crescimento e o desenvolvimento do setor em questão, sobretudo na forma de organização do Movimento, agindo como grupo de resistência para as pressões econômicas e comerciais. Para o alcance dos objetivos, fez-se necessário analisar as formas iniciais do processo de colonização italiana no Rio Grande do Sul. Descreveu-se o processo histórico da vitivinicultura no Rio Grande do Sul e em Caxias do Sul. Avaliaram-se os fatores que desencadearam o surgimento e o declínio do cooperativismo vitivinícola no Rio Grande do Sul no período de 1911 a 1914 e a contribuição de Stefano Paternó para o desenvolvimento do primeiro movimento cooperativista. Identificaram-se os acontecimentos econômicos e inovadores relacionados ao setor vitivinícola entre os anos de 1914 a 1929 e analisou-se o papel dos agentes para a construção do segmento e do novo modelo de cooperativismo vitivinícola. Por fim, realizou-se um estudo de caso na Cooperativa Vitivinícola Aliança Ltda., de Caxias do Sul, enfatizando-se nos 80 anos de existência o empreendimento empresarial. Fundada em 04 de janeiro de 1931, a Aliança surgiu com os imigrantes italianos residentes no Travessão Aliança, interior de Caxias do Sul. Em 2010 surgiu a Cooperativa Nova Aliança que uniu a experiência e a solidez de uma História de mais de 80 anos de cinco tradicionais cooperativas vitivinícolas da Serra Gaúcha. Assim, reunidas, Aliança e São Victor (de Caxias do Sul), Linha Jacinto (de Farroupilha), Santo Antônio e São Pedro (de Flores da Cunha) decidiram transformar-se em uma única empresa, congregando pessoas, valores e História, para formarem a Cooperativa Vinícola Nova Aliança. A fusão das cinco empresas associou conhecimento, experiência e competitividade para responder às demandas sociais, econômicas, ambientais e de mercado, estabelecendo novas bases para o desenvolvimento da agricultura familiar e do cooperativismo. A Cooperativa busca, pois, oferecer ao mercado produtos diferenciados, elaborados a partir de modernas tecnologias conjugadas com o cuidado artesanal durante todas as etapas de produção, tendo como princípios norteadores atitude cooperativa, inovação, qualidade, valorização das pessoas, do meio ambiente e da cultura. A Cooperativa conta com

aproximadamente 1.350 hectares de vinhedos em produção, que resultam em 35 mil toneladas de uva, processadas em dez unidades industriais localizadas na Serra Gaúcha e em Santana do Livramento. A construção da nova sede no Município de Flores da Cunha, na Serra Gaúcha, prevista para iniciar as suas operações na safra de 2013, será um novo marco na História do cooperativismo vitivinícola e irá abrir novos horizontes para a agricultura familiar, para os produtores, para os associados, para os clientes e para os colaboradores.

**Palavras-chave:** Imigração. Colonização. Cooperativismo. Vitivinicultura. Cooperativa Vitivinícola Aliança Ltda.

## ABSTRACT

This study was proposed to reconstruct and analyze the economic aspects of wine cooperatives in Caxias do Sul. Therefore, it was proposed to gather information about the history of the economic development related to the cultivation of the vine and to the wine production. As part of the research, a case study was conducted at the Wine Aliança Cooperative Ltda. to monitor the conjunctures, growth and development of the sector in question, especially in the form of organization of the Movement, acting as a resistance group to the economic and commercial pressures. To achieve the goals, it was necessary to examine the early forms of the Italian colonization process in Rio Grande do Sul. The historical process of wine production in Rio Grande do Sul and Caxias do Sul was described. The factors that triggered the emergence and decline of wine cooperatives in Rio Grande do Sul in the period 1911 to 1914 and the contribution of Stefano Paternó for the development of the first cooperative movement were evaluated. The economic and innovative events related to the wine industry between the years 1914 to 1929 were identified and the role of the agents for the construction of the segment and the new model of cooperative wine were examined. Finally, a case study was carried out at the Aliança Wine Cooperative Ltda. from Caxias do Sul, giving emphases to the 80 years of existence of the business venture. Founded on January 4, 1931, the Aliança Wine Cooperative came up with the Italian immigrants living in the Aliança Travessão, in the rural areas of Caxias do Sul. In 2010 it appeared the New Aliança Cooperative which united the experience and solidity of a history of more than 80 years of five traditional wine cooperatives of the Serra Gaúcha. Thus, together, Aliança and São Victor (from Caxias do Sul), Linha Jacinto (from Farroupilha), Santo Antônio e São Pedro (from Flores da Cunha) decided to become a single company, bringing together people, values and history, to form the New Aliança Cooperative Winery. The fusion of the five companies joined knowledge, experience and competitiveness to meet the social, economic, environmental and market demands, establishing new foundations for the development of family agriculture and of the cooperativism. The cooperative search, therefore, bring to market differentiated products, made from modern technology combined with handcrafted care during all stages of production, with the guiding principles of cooperative attitude, innovation, quality, valorization of the people, the environment and culture. The Cooperative has approximately 1,350 acres of vineyards in production, resulting in 35000 tons of grapes

processed in ten industrial units located in the Serra Gaucha and Santana do Livramento. The construction of new headquarters in the city of Flores da Cunha, in the Serra Gaucha, scheduled to start its operations in the harvest of 2013 will be a new milestone in the history of wine cooperatives and will open new horizons for family farmers, for farmers, for members to customers and employees.

**Keywords:** immigration. Colonization. Cooperativism. Wine. Aliança Wine Cooperative Ltda.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                   |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 - Inauguração da Estrada de Ferro Montenegro-Caxias do Sul.....                          | 54 |
| Figura 2 - Chegada de Giuseppe De Stefano Paternó a Caxias do Sul.....                            | 61 |
| Figura 3 - Ilustração-símbolo do cooperativismo trazido por Dr. Paternó.....                      | 62 |
| Figura 4 - Lançamento da pedra fundamental da primeira cooperativa agrícola de Antonio Prado..... | 63 |
| Figura 5 - Diretoria da primeira Cooperativa de Caxias.....                                       | 65 |
| Figura 6 - Placa que se encontra na primeira Cooperativa de Antônio Prado.....                    | 67 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                         |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 - Evolução das vendas no período de 1931 a 1942.....                                          | 194 |
| Gráfico 2 - Resultados financeiros no período de 1931 a 1942.....                                       | 195 |
| Gráfico 3 - Evolução das vendas no período de 1943 a 1949.....                                          | 196 |
| Gráfico 4 - Resultados financeiros no período de 1943 a 1949.....                                       | 197 |
| Gráfico 5 - Resultados financeiros líquidos na década de 1960.....                                      | 200 |
| Gráfico 6 - Evolução do número de associados na década de 1930.....                                     | 201 |
| Gráfico 7 - Evolução do número de associados na década de 1940.....                                     | 203 |
| Gráfico 8 - Evolução do número de associados na década de 1950.....                                     | 203 |
| Gráfico 9 - Evolução das vendas na década de 1950.....                                                  | 206 |
| Gráfico 10 - Resultados financeiros líquidos na década de 1950.....                                     | 206 |
| Gráfico 11 - Evolução das vendas na década de 1960.....                                                 | 208 |
| Gráfico 12 - Evolução do número de associados na década de 1960.....                                    | 209 |
| Gráfico 13 - Resultados financeiros líquidos na década de 1970.....                                     | 256 |
| Gráfico 14 - Evolução das vendas na década de 1970.....                                                 | 257 |
| Gráfico 15 - Evolução no número de associados na década de 1970.....                                    | 259 |
| Gráfico 16: Evolução da produção de vinhos na década de 1970.....                                       | 259 |
| Gráfico 17 - Participação percentual da Cooperativa Aliança no Rio Grande do Sul na década de 1970..... | 260 |
| Gráfico 18 - Evolução do número de associados na década de 1980.....                                    | 262 |
| Gráfico 19 - Evolução da produção de vinhos na década de 1980.....                                      | 262 |
| Gráfico 20 - Participação percentual da Cooperativa Aliança no Rio Grande do Sul na década de 1980..... | 263 |
| Gráfico 21 - Evolução da produção de vinhos na década de 1990.....                                      | 265 |
| Gráfico 22 - Participação percentual da Cooperativa Aliança no Rio Grande do Sul na década de 1990..... | 265 |
| Gráfico 23 - Evolução das vendas na década de 2000.....                                                 | 268 |
| Gráfico 24 - Resultados financeiros líquidos na década de 2000.....                                     | 268 |
| Gráfico 25 - Evolução do número de associados na década de 2000.....                                    | 269 |
| Gráfico 26 - Evolução do número de empregados na década de 2000.....                                    | 270 |
| Gráfico 27 - Evolução da produção de vinhos nos anos de 2000 a 2009.....                                | 270 |

|                                                                                                               |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 28 - Participação percentual da Cooperativa Aliança no Rio Grande do Sul nos anos de 2000 a 2009..... | 271 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                 |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 - Evolução das contas do imobilizado, veículos e capital social na década de 1960..... | 193 |
| Quadro 2 - Cálculo do custo total por medida de vinho.....                                      | 198 |
| Quadro 3 - Custos para a produção de 100 litros de vinho Isabel normal.....                     | 199 |
| Quadro 4 - Sobras líquidas na década de 1960.....                                               | 200 |
| Quadro 5 - Preços das uvas pagos na década de 1950.....                                         | 204 |
| Quadro 6 - Preço dos vinhos pagos na década de 1950.....                                        | 205 |
| Quadro 7 - Preços das uvas pagos na década de 1960.....                                         | 207 |
| Quadro 8 - Preços pagos pelos vinhos na década de 1960.....                                     | 207 |
| Quadro 9 - Custo por litro de vinho com características normais.....                            | 255 |
| Quadro 10 - Evolução dos preços das uvas pagos na década de 1970.....                           | 257 |
| Quadro 11 - Evolução dos preços dos vinhos pagos na década de 1970.....                         | 258 |
| Quadro 12 - Evolução das contas do ativo imobilizado na década de 1970.....                     | 258 |
| Quadro 13 - Resultados financeiros líquidos na década de 1980.....                              | 261 |

**LISTA DE TABELAS**

|                                                                            |     |
|----------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 - Exportação de vinhos da Colônia Caxias (1899-1910).....         | 54  |
| Tabela 2 - Cooperativas dívidas e passivos (1911-1914).....                | 77  |
| Tabela 3 - Produção de vinho na Colônia Caxias (1910-1917).....            | 81  |
| Tabela 4 - Exportação de vinhos no RS (1914-1929).....                     | 102 |
| Tabela 5 - Depósitos de vinho e tonoarias - Caxias do Sul (1914-1929)..... | 103 |

## LISTA DE SIGLAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional  
AGE – Assembléia Geral Extraordinária  
AGF – Aquisições do Governo Federal  
AGO – Assembléia Geral Ordinária  
ASCOOPER - Associação das Cooperativas Sul-Riograndense  
BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo  
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento  
CFP – Comissão de Financiamento da Produção  
COCENAL – Cooperativa Central Nova Aliança  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
CPV – Custos dos Produtos Vendidos  
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício  
DVR – Distribuidora Vinícola Rio Grandense  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EEVE – Estação Experimental e Viticultura e Enologia  
EGF – Empréstimos do Governo Federal  
FECOVINHO – Federação das Cooperativas Vinícolas do Estado do Rio Grande do Sul  
FEE – Fundação de Economia e Estatística  
FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental  
FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP – Índice Geral de Preços  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRV – Instituto Riograndense do Vinho  
NAL – Nova Aliança  
OCA – Organização das Cooperativas Americanas  
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCERGS - Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PEP – Programa de Escoamento da Produção

PIB – Produto Interno Bruto

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Caxias do Sul

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SFA – Sistema de Fiscalização Agropecuária

SVR – Sociedade Vinícola Riograndense

UCS – Universidade de Caxias do Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

URV – Unidade Real de Valor

UVIBRA – União Brasileira de Vitivinicultura

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                       | <b>17</b>  |
| <b>2 IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL E A PRIMEIRA FASE DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA VITIVINÍCOLA.....</b> | <b>33</b>  |
| 2.1 A POLÍTICA BRASILEIRA DE IMIGRAÇÃO, O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS ITALIANAS NO RIO GRANDE DO SUL.....  | 35         |
| 2.2 AS PRIMEIRAS COMUNIDADES ITALIANAS NO RIO GRANDE DO SUL E A PRODUÇÃO VITIVINÍCOLA.....                                     | 41         |
| 2.3 A PRIMEIRA FASE DO COOPERATIVISMO VITIVINÍCOLA (1911-1914).....                                                            | 56         |
| 2.4 GIUSEPPE DE STEFANO PATERNÓ.....                                                                                           | 96         |
| <b>3 O PERÍODO NEUTRO DO COOPERATIVISMO VITIVINÍCOLA E A PREPARAÇÃO PARA A NOVA FASE (1914 - 1929).....</b>                    | <b>98</b>  |
| 3.1 ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DE CAXIAS DO SUL E A CONTRIBUIÇÃO NA ECONOMIA VITIVINÍCOLA.....                                | 100        |
| 3.2 LABORATÓRIO DE ANÁLISES E ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE VITICULTURA E ENOLOGIA (EEVE).....                                       | 123        |
| 3.3 SINDICATO VITIVINÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL E A SOCIEDADE VINÍCOLA RIO-GRANDENSE.....                                      | 141        |
| 3.4 PREPARAÇÃO PARA A NOVA FASE DO COOPERATIVISMO VITIVINÍCOLA.....                                                            | 152        |
| <b>4 INTRODUÇÃO AOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS COOPERATIVOS.....</b>                                                            | <b>161</b> |
| 4.1 COOPERATIVA VITIVINÍCOLA ALIANÇA – GÊNESE, MATERIALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO E DIFICULDADES DO MERCADO (1931 - 1969).....   | 168        |
| <b>5 COOPERATIVA VITIVINÍCOLA ALIANÇA – RENOVAÇÃO DA ESTRUTURA E ABERTURA PARA NOVOS MERCADOS (1970 - 2010).....</b>           | <b>212</b> |
| <b>6 CONCLUSÕES.....</b>                                                                                                       | <b>275</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                        | <b>283</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O ano de 1870 foi considerado o marco da exploração vitivinícola com caráter econômico-industrial no Estado do Rio Grande do Sul; em 1875, com o início da imigração italiana e o advento da uva Isabel, começou o progresso que a viticultura alcançou na região, com destaque aos Municípios de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Garibaldi, Farroupilha e São Marcos.

Com a chegada dos primeiros imigrantes italianos, por volta de 1875, é que a vitivinicultura toma maiores proporções, já que o vinho é elemento fundamental na cultura e na alimentação desse povo, trazendo, em seu processo produtivo, aproximação com a sua terra natal. No entanto, as mudas de videiras que vieram não se adaptaram ao clima e ao solo gaúcho: uma das saídas encontradas era a tentativa de implantar o cultivo da uva Isabel, desenvolvida anteriormente pelos imigrantes alemães. Por ser de origem rústica, esse tipo de uva adaptou-se às condições climáticas, devido à sua resistência, crescendo mais sadia e vigorosa do que as castas de origem nobre. Entretanto, a uva Isabel trouxe algumas doenças à videira, prejudicando a qualidade dos vinhos, mas não se pode negar que tenha sido a responsável pela expansão da viticultura no Rio Grande do Sul.

Em 1886, um grupo de produtores de Caxias do Sul, visando à melhoria e à qualidade dos vinhos, importa videiras de castas nobres. Dez anos mais tarde, em 1896, surgem as primeiras ações do Governo do Estado para qualificar a produção vinícola. No Governo de Júlio de Castilhos, importaram-se novos cultivares, distribuindo-os aos colonos da Região de Colonização Italiana. O objetivo dessa ação estava em estimular o plantio das novas mudas, com vistas à melhoria dos produtos e à ampliação de novos mercados. Em 1898, o Governo de Borges de Medeiros cria a Estação Agrônômica Experimental e, um ano depois, o primeiro Laboratório Enológico Rio-Grandense.

As ações governamentais tinham como metas a qualificação da produção e a melhoria do produto, já que essa atividade econômica passa a ter caráter dinâmico na geração de renda, de empregos e de divisas (impostos) para o Estado. Mas é no início do século XX que a vitivinicultura gaúcha toma impulso e busca outros mercados como São Paulo e Rio de Janeiro, considerados grandes centros consumidores, já que o consumo local e na região era menor do que a oferta do produto. Entretanto, verificou-se que a vitivinicultura se apresentou como atividade promissora, ainda que precisasse solucionar problemas relacionados à falta de transportes, à qualidade dos produtos, à adulteração do vinho nos centros consumidores, à

concorrência dos produtos estrangeiros, aos custos de produção elevados, enfim, à falta de infra-estrutura adequada.

Com vistas ao aperfeiçoamento do processo produtivo, o Governo do Estado preocupou-se em contratar enólogos italianos, para qualificar o vinho gaúcho. E, a partir desse momento, a produção vinícola começou a desenvolver-se de forma profissional, pois a colônia italiana passava a fornecer produtos a outros Estados. Outro impulso dado à vitivinicultura foi a ampliação da infra-estrutura de escoamento da produção, com a construção da ferrovia que ligava Caxias do Sul a Montenegro, concluída por volta de 1910. Esse fator foi importante, pois permitia transportar os vinhos até Porto Alegre.

Em 1911, por intermédio do Governo do Estado, foi criada uma lei que regulamentava o sistema cooperativo para o setor vitivinícola. Essas cooperativas nascem em um momento crucial, já que havia a necessidade da organização dos pequenos produtores e do desenvolvimento da Economia rural. Surge a figura do Dr. Giuseppe Di Stefano Paternó, um italiano que, por convite do Governo, vem para o Estado com o objetivo de organizar as cooperativas. Em 1912, foi criada a primeira cooperativa, denominada Cooperativa Agrícola de Caxias. Porém, no ano seguinte, o sistema cooperativo entra em crise, e as ações de Paternó, que anteriormente traziam solução ao segmento vitivinícola, passam a ter problemas de ordem estrutural e conjuntural; assim, o sistema cooperativo encerra as atividades. As cooperativas retomam as atividades em 1929, mas com elas surge uma nova mentalidade entre os produtores, pois as lições de Paternó mostraram que somente com investimento em máquinas adequadas, qualificação de produtos e de produtores, utilização de novas técnicas de cultivo era possível alavancar o setor vitivinícola.

Paternó estava no caminho certo; contudo, a maneira como os agentes receberam o propósito cooperativista não teria sido bem-entendida, pois, para os defensores da proposta, a Economia cooperativista possuía qualidade ética relevante, criando espírito de colaboração a serviço do bem comum. Logo, o movimento se justificaria, visto que superaria o contraste entre capital e trabalho, e triunfaria sobre a Economia capitalista, por meio da solidariedade e de estruturas democráticas, solucionando os conflitos sociais.

Antes do novo surto cooperativista em 1927, surgiu o Sindicato Vitivinícola Rio-Grandense que, dois anos após, transformou-se em Sociedade Vinícola Rio-Grandense. A orientação desse órgão era buscar alternativas para o segmento produtivo e dar suporte aos vinicultores. Esse suporte buscava a união dos produtores e, como consequência, mudaria o contexto econômico do setor, transformando a produção doméstica de vinhos em produção industrial profissional. Todavia, essas iniciativas tiveram dois pontos, isto é, se, por um lado,

a qualificação era o objetivo dos cantineiros, por outro lado, nem todos os produtores tinham disponibilidade financeira para a melhoria dos vinhos, colocando-os como simples produtores de uva. Deste modo, as grandes empresas detentoras dos meios de produção adequados cresceram e houve o enfraquecimento das pequenas cantinas.

Sendo assim, parece que o sistema cooperativo apresentou-se como saída viável para o desenvolvimento da Economia rural dos colonos imigrantes. No entanto, o sistema acabou se manifestando incisivamente somente no final dos anos 20 e início dos anos 30 do século XX.

Assim, a presente pesquisa analisou os aspectos históricos, econômicos e empresariais da Cooperativa Vitivinícola Aliança Ltda. de Caxias do Sul, que surgiu no ano de 1931 e que mantém as atividades até o presente momento. O estudo de caso permitiu acompanhar as conjunturas favoráveis (ou não) ao processo de desenvolvimento e as políticas utilizadas para a expansão do setor em evidência.

## **JUSTIFICATIVA**

Ao realizar as primeiras leituras sobre cooperativismo vitivinícola, observou-se que a vitivinicultura brasileira, em especial a do Rio Grande do Sul, teve e tem influência no desenvolvimento do setor em questão. Desta maneira, surgiu a idéia de construir uma tese, reunindo informações sobre a História do desenvolvimento econômico relacionado ao cultivo da videira e da produção de vinhos, de modo especial em Caxias do Sul, e, principalmente, sobre os aspectos cooperativos de produção. Verificou-se por meio da revisão bibliográfica a ausência de estudos que fornecessem uma síntese econômica do cooperativismo empresarial referente ao setor. A opção pelo segmento justifica-se pela importância que a vitivinicultura tem sobre a Economia não somente em Caxias do Sul mas também em quase toda a região de imigração italiana.

Com o avanço das pesquisas, notou-se que poucos trabalhos foram escritos, registrando a História econômica e a influência das cooperativas vinícolas no desenvolvimento do setor, principalmente nos períodos históricos recentes. Vários estudiosos escrevem sobre imigração italiana, sobre colonização e sobre o processo de formação das primeiras comunidades ítalo-brasileiras. Alguns fazem registros da Economia vinícola e da influência que esta exerceu sobre a formação econômica da região, nas décadas de 70 e 80 (do

século XIX), mas poucos se referem ao sistema cooperativo como forma incisiva de desenvolvimento econômico da atividade rural.

Um dos trabalhos relevantes encontrados foi de Loraine Slomp Giron. A autora destacou nos escritos sobre cooperativismo vinícola gaúcho que existem diferenças entre os dois momentos do sistema. Um que desmontou o Movimento de Paternó, e outro que não tinha as mesmas pretensões do primeiro, mas que, em ambos, as crises mundiais favoreceram, em termos regionais, o desenvolvimento do Movimento. Outra questão levantada pela historiadora demonstrou que o cooperativismo na região não se tratou de uma ação contrária ao capitalismo, porém se adaptou a este último. De fato, quando as vinícolas urbanas começaram a falir, foram as cooperativas que sustentaram a produção vinícola nacional.

Destaca-se que a vitivinicultura apresentou-se como elemento fundamental para o desenvolvimento industrial da região. Neste sentido, problemas atrelados ao setor afetaram direta ou indiretamente outros segmentos econômicos. Por isso, observou-se que quanto maior fosse a harmonia e o conhecimento dos problemas existentes entre os agentes envolvidos, mais fáceis seriam as soluções encontradas para o interesse da coletividade.

Salienta-se que a vitivinicultura e o cooperativismo vitivinícola da região sofreram e vêm sofrendo dificuldades; entretanto, urge que se faça algo a respeito. Quem sabe a solução esteja na união de esforços dos envolvidos no processo, sejam produtores de uvas, industriais do vinho, cooperativas vitivinícolas, entidades de classe e autoridades governamentais. Por isso, um trabalho desse cunho aponta, sob o ponto de vista histórico, econômico e empresarial, aspectos relevantes do setor para os interessados no assunto.

Vale frisar alguns pontos do Movimento citado por Loraine Giron. Um deles se refere ao cooperativismo como a solução encontrada para controlar uma situação desagradável entre empresários e produtores, fazendo do Movimento obra da circunstância, e não fruto de ideal comunitário; o outro diz respeito à entrada do capital estrangeiro no setor vinícola, que se deu por meio das empresas privadas, que não resistiram às pressões. Nos escritos da autora supracitada, as cooperativas organizadas como empresas modernas e combativas têm conseguido resistir aos impactos da reorganização dos mercados. (GIRON, 1987, p. 291-292)

Com este estudo acrescenta-se uma importante contribuição para o conhecimento do processo da imigração italiana no Rio grande do Sul, especialmente no âmbito socioeconômico e empresarial. Dando seqüência ao estudo de Loraine Giron, ficou o seguinte desafio: “A resistência das cooperativas (vinícolas) ao capitalismo e a adaptação ao mesmo constituem outro capítulo da História do cooperativismo gaúcho”. (GIRON, 1987, p. 292) E é com essa finalidade que esta pesquisa tem a sua justificativa.

## PROBLEMA DE PESQUISA

Ao longo das pesquisas, alguns questionamentos surgiram e mereceram especial atenção. Inicialmente, observou-se que a vitivinicultura na Região Colonial Italiana foi considerada uma das principais atividades econômicas desde a época da imigração, recebeu incentivos governamentais no decorrer do processo evolutivo e, principalmente, nos períodos de crise. Um dos incentivos foi a criação de cooperativas com o objetivo de organizar e de viabilizar economicamente o setor e os produtores. No entanto, verificou-se que o processo se deu em dois momentos: um, que iniciou por volta de 1911, encerrando em 1914 e que foi incentivado pelo Governo estadual; o outro, que surgiu em 1929 e que se manifestou como movimento em âmbito nacional.

Vale ressaltar que a Região Colonial Italiana passou por um processo de adaptação ao capitalismo. O cooperativismo, em um primeiro momento, pareceu contrariar os objetivos do sistema, mas, em um segundo momento, adequou-se à nova organização econômica. Por isso, a primeira dúvida que surgiu referiu-se a quais foram os motivos que levaram ao colapso um modelo que tinha por objetivo a cooperação, a ajuda mútua e a Economia solidária, já que a contratação de Stefano Paternó baseava-se na alavancagem do desenvolvimento econômico eficiente da produção e da qualificação vitivinícola na região.

Outra pergunta diz respeito ao posterior fracasso do movimento cooperativista, questionando-se o que teria ocorrido com o setor vitivinícola, sob o ponto de vista econômico e inovativo, no período que compreendeu os anos de 1914 a 1929.

Sabendo-se que, por volta do final dos anos 20 e início dos anos 30, o setor vitivinícola passou por uma nova crise, só que em âmbito mundial, muitas famílias, que haviam ensaiado o cooperativismo como organização econômica, deram origem ao Movimento que perdura até hoje. Há no novo momento a idéia de que as cooperativas deveriam ser tratadas como empresas e não como órgãos assistenciais. Em outras palavras, cooperativa é uma empresa com dupla função: associativa e econômica. A Economia é primordial: sem ela, é utopia refletir sobre projetos sociais.

Por outro lado, indaga-se como a Cooperativa Vitivinícola Aliança Ltda., que surgiu no início da década de 30, enfrentou os momentos de crises conjunturais e estruturais ao longo dos 80 anos de fundação e como foi o processo evolutivo econômico e empresarial da organização durante o período.

Tendo as questões levantadas, os problemas de pesquisa tiveram as seguintes indagações: O que deu errado com o modelo cooperativista idealizado por Stefano Paternó? Quais foram as variáveis econômicas e inovativas referentes ao setor vitivinícola em Caxias do Sul no período de esquecimento do cooperativismo, entre os anos de 1914 a 1929? Qual foi o modelo de gestão adotado pela Cooperativa Vitivinícola Aliança Ltda., para que se tornasse uma organização com 80 anos de atividade?

Partindo-se de tal problematização, utilizou-se o conceito de *personalidade econômica de base* quando se iniciou a construção do cooperativismo idealizado por Paternó.

Defendeu-se a tese de que a Cooperativa Aliança utiliza o modelo de gestão baseado na Teoria de Münster.<sup>1</sup> A Teoria tem sido divulgada também com o título de “Teoria Econômica da Cooperação” ou de “Teoria da Cooperação Cooperativa”. Significa, pois, trabalho em conjunto ou cooperação em sentido genérico, abrangendo todos os tipos de entreajuda tanto formais como informais.

## **OBJETIVOS**

Esta pesquisa teve por objetivo reconstituir e analisar os aspectos econômicos do cooperativismo vitivinícola em Caxias do Sul, realizando um estudo de caso da Cooperativa Vitivinícola Aliança Ltda.

Para o alcance do propósito do trabalho, fez-se necessário:

- analisar as formas iniciais do processo de colonização italiana no Rio Grande do Sul, os programas de colonização, a estrutura fundiária da zona colonial e a ocupação territorial e os aspectos socioeconômicos iniciais;
- descrever o processo histórico da vitivinicultura no Rio Grande do Sul e em Caxias do Sul;
- avaliar os fatores que desencadearam o surgimento e o declínio do cooperativismo vitivinícola no Rio Grande do Sul no período de 1911 a 1914 e a contribuição de Giuseppe De Stefano Paternó para o desenvolvimento do primeiro movimento cooperativista;

---

<sup>1</sup> Salienta-se que existem outras teorias como: Teoria da Cooperativização Global, Teoria da Cooperativização Sistêmica, Teoria da Cooperativização Fiduciária, Teoria Cooperativa Neoclássica e Teoria do Comportamento Cooperativo. No entanto, ambas não foram abordadas no estudo, optando-se pela Teoria de Münster.

- identificar os acontecimentos econômicos e inovativos relacionados ao setor vitivinícola entre os anos de 1914 a 1929 e analisar o papel dos agentes envolvidos para a construção do segmento e do cooperativismo vitivinícola;

- realizar um estudo de caso na Cooperativa Vitivinícola Aliança Ltda., de Caxias do Sul, utilizando-se da Teoria de Münster para analisar a cooperativa como empreendimento empresarial.

## **MÉTODO, METODOLOGIA, ARQUIVOS E FONTES**

O método de pesquisa utilizado foi predominantemente qualitativo. Em alguns casos específicos utilizou-se a estatística descritiva, principalmente para a análise das séries temporais, percentuais e análise gráfica das tendências. As fontes utilizadas para a análise foram bibliográficas, documentais, orais, observação participante e iconográficas. Por meio da análise do material, foi possível elaborar tipologias e categorizações e construir variáveis. (BERNI, 2002, p. 234-238) A pesquisa utilizou como instrumentos metodológicos a investigação bibliográfica, a análise de conteúdo (análise textual qualitativa), a história oral e o estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica abrangeu leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, textos, documentos mimeografados e xerocopiados, mapas, fotos e manuscritos. O material recolhido foi submetido a uma triagem, a partir da qual se estabeleceu um plano de leitura. Tratou-se de uma leitura atenta e sistemática, que se fez acompanhar de anotações e de fichamentos que serviram à fundamentação teórica do estudo. A pesquisa bibliográfica teve por objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre o tema. Deu suporte a todas as fases da pesquisa, uma vez que auxiliou na definição e na construção dos problemas, na determinação dos objetivos, na justificativa, na escolha do tema e na elaboração do relatório final. (GIL, 2008, p. 112)

A análise de conteúdo designou um conjunto de técnicas cuja aplicação, por meio de procedimentos sistemáticos, visou produzir inferências. Foram técnicas para ler e para interpretar o conteúdo de qualquer espécie de documento e, mais concretamente, de toda a espécie de documento escrito. (CONSTANTINO, 2002, p. 186)

A pesquisa documental contou com um plano para a coleta de dados, separando-os em: cartas, memorandos, fotos, atas, comunicados, agendas, propostas, relatórios,

cronogramas e jornais. O material coletado e analisado foi utilizado para corroborar evidências de outras fontes e/ou para acrescentar informações.

O levantamento das fontes foi realizado em Caxias do Sul nas seguintes instituições:

- Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami;
- Arquivo da Câmara de Vereadores da Prefeitura Municipal;
- CEDOC da Universidade de Caxias do Sul;
- Arquivo da Cooperativa Vinícola Aliança.

Em Porto Alegre, nos seguintes órgãos:

- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul;
- Museu da Comunicação Hipólito José da Costa;
- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – Inventário Borges de

Medeiros.

Fontes oficiais manuscritas e impressas foram consultadas, como: relatórios dos intendentess municipais (Vicente Rovea 1908-1910-1911, José Pena de Moraes e Hércules Galló 1912-1915, José Pena de Moraes 1916-1920-1924, Celeste Gobbato 1924-1928, Thomaz Beltrão de Queiróz 1928-1930 e Miguel Muratore 1930-1934), com objetivo de se entender os aspectos econômicos e sociais do Município de Caxias do Sul no período em estudo.

Fontes impressas formadas pelos periódicos da época foram consultadas e estão disponíveis no Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul e nos arquivos da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. Foram examinados os seguintes jornais:

- O Brasil (O Brazil);
- Cidade de Caxias;
- O Regional;
- O Popular;
- Caxias;
- O Rio Grande do Sul;
- O Momento;
- A Época;
- Pioneiro;
- Caxias Magazine;
- Il Giornale Dell Agricoltore;
- Correio Riograndense;

➤ A encrenca.

Quanto ao tratamento das fontes distinguiu-se o material entre quantitativo e qualitativo. Entretanto, isso não quer dizer respeito ao tipo do documento, mas sim ao tratamento permitido por determinados dados selecionados.

Para que a pesquisa atingisse os objetivos, as fontes foram sistematizadas e interpretadas, segundo os pressupostos teóricos da História Econômica e da História Empresarial.

Quanto à História Econômica estudaram-se os problemas econômicos conjunturais e estruturais que constituem nos movimentos típicos das flutuações econômicas. Consideraram-se quatro momentos diferentes do ciclo econômico: a expansão ou o auge, a crise, a depressão ou a contração e a recuperação do setor vitivinícola e do cooperativismo.

No que concerne à História Empresarial, geralmente nas empresas brasileiras industriais e comerciais, privadas ou cooperadas, as principais séries de documentos encontrados são os livros manuscritos de atas de assembléias de acionistas, atas de reuniões de diretoria, atas do conselho fiscal, diários e livros de Contabilidade, folhas de pagamento, fichas de operários e relatório anual da cooperativa. Também se fez importante a correspondência com representantes, fornecedores, consumidores, Governo, contratos e recibos.

Os livros de atas informaram sobre decisões relativas a investimentos, lucratividade, rendimentos, políticas e estratégias. Os diários e os livros de Contabilidade forneceram dados sobre produção e lucros, inclusive sobre a tecnologia usada. Os relatórios anuais deram uma visão do conjunto da atividade da cooperativa, do setor e das conjunturas de curto prazo como também das políticas econômicas. As fichas de operários e funcionários propiciaram um panorama do perfil da mão-de-obra, dos salários, das fases de recessão (por meio de demissões) ou de expansão (por meio das contratações). Há ainda os estatutos, livros de registro, livros de procuração e arquivos pessoais familiares.

Dentre as informações pesquisadas na Cooperativa Aliança estão os seguintes livros de atas e documentos:

a) Livro de Atas do Conselho Fiscal – Iniciou formalmente no dia 12 de junho de 1972 por determinações estatutárias e tem por objetivo registrar mensalmente as reuniões do conselho fiscal para analisar as contas do Livro Caixa, Balancete, Livro Diário, Livro Razão, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Receitas e Despesas, Livros Fiscais, inventário físico, dentre outros relatórios econômicos e financeiros da entidade;

b) Livro de Atas de Assembléias Gerais – Iniciou com a primeira ata da cooperativa em 1931 e possui a finalidade de registrar todas as decisões deliberadas pelas diretorias executivas, conselhos fiscais e conselhos consultivos;

c) Relatórios econômicos e financeiros da Contabilidade, dados estatísticos de produção vinícola, informações comerciais, correspondências, notas fiscais, fichas de registro de empregados e acervo fotográfico.

A análise de conteúdo iniciou por um conjunto de documentos, o chamado *corpus* da análise, resultado de uma rigorosa seleção. Organizando o *corpus* a partir de produções textuais, iniciou-se a análise propriamente dita, cujo primeiro passo foi a desconstrução. O processo de desconstrução possibilitou uma leitura diferente da inicial. Tratou-se, pois, de se alcançar um metatexto, que expressou significados em diferentes perspectivas, de acordo com as hipóteses e com os objetivos da investigação, assim como dos fundamentos teóricos. (CONSTANTINO, 2002, p. 191)

A História Oral apresentou-se como uma metodologia capaz de captar mais do que alguns dados: pode-se resgatar a experiência dos narradores. Na tese utilizou-se a História Oral Temática, em que a preocupação esteve com o testemunho sobre o assunto específico. Neste caso, o testemunho foi utilizado como qualquer documento, foi equiparado ao código escrito, com recorte temático; buscando-se principalmente a informação do depoente. Organizou-se o roteiro e a interferência do entrevistador foi clara e objetiva. (CONSTANTINO, 2002, 194)

Para a incorporação da metodologia, produziram-se cinco depoimentos com os agentes envolvidos com o segmento cooperativista vitivinícola. Os depoentes foram diretores, produtores e pessoas ligadas às organizações, seja de forma política, ou de órgãos interessados pela temática em questão. Os depoentes selecionados foram: Alceu Dalle Molle, presidente da Cooperativa Aliança e produtor rural; Oscar Ló, presidente da Cooperativa Garibaldi e produtor rural; Nilson Pilatti, assessor cooperativista da Fecovinho e produtor rural; Floriano Molon, jornalista e escritor; Hélio Marquioro, presidente da Fecovinho. No anexo A detalha-se a metodologia utilizada para a consolidação da História Oral.

Realizou-se na sede da Cooperativa Aliança a observação participante. A metodologia foi incorporada como uma necessidade de se construírem conhecimentos que puderam levar a uma maior compreensão do fenômeno humano tanto no trabalho, na organização bem como na vida propriamente dita, em que as pessoas observadas e pesquisadas auxiliaram na construção do entendimento do objeto de estudo.

Nesse caso a observação participante serviu como um processo no qual a presença do observador na situação social foi mantida para fins de investigação científica. Aquele se relacionou com os observados; em participando com estes no ambiente natural de vida, coletou dados. O papel do observador participante foi tanto formal como informal, encoberto ou revelado. Também se participou das assembléias da Cooperativa junto com diretores e associados.

De modo informal pesquisou-se os colaboradores da Cooperativa dos setores de Marketing, Contabilidade, setor produtivo e o setor de assistência técnica. Os depoimentos tiveram a finalidade de buscar o entendimento dos processos administrativos e de produção da empresa. Também foram feitas entrevistas com a Professora Anelise Cavagnoli, para buscar o entendimento do cooperativismo no momento inicial do processo, e com o Professor Jaime Lovatel, para aprender sobre a evolução da vitivinicultura nas últimas décadas. As entrevistas ocorreram entre os meses de janeiro a abril no ano de 2011.

Como modo de organizar as anotações escritas, colocou-se as notas do estágio exploratório em ordem cronológica em uma pasta e arquivou-se. A observação participante apresentou três estágios na análise de campo, que foram: a seleção e a definição de problemas, conceitos e índices; controle sobre a frequência e sobre a distribuição de fenômenos; a incorporação de descobertas individuais em um modelo da organização em estudo. Após a fase da análise de campo, teve-se o quarto estágio, que é a análise final e disse respeito à apresentação de evidências.

As fontes iconográficas também foram utilizadas e representaram as imagens fotográficas da empresa. As fontes fotográficas e de plantas foram de grande valia, permitindo reconstruir a expansão da organização, a tecnologia, o processo de trabalho usado e a administração interna.

Outra metodologia utilizada na tese foi o estudo de caso. De acordo com Robert K. Yin, o estudo de caso é preferido quando o tipo de questão de pesquisa é da forma *como e por quê?* Ainda, quando o controle que o investigador tem sobre os eventos é reduzido ou quando o foco temporal está em fenômenos contemporâneos dentro do contexto de vida real.<sup>2</sup>

Nessa metodologia a construção ou o uso de *categorias* devem ser buscados em quaisquer das duas alternativas de análise apresentadas. Análises orientadas por categorias já testadas em outros estudos ou teoricamente fundamentadas oferecem qualidade ao trabalho.

---

<sup>2</sup> YIN, Robert K. *Case study research: design and methods*. Tradução e síntese de Ricardo Lopes Pinto. Adaptação: Gilberto de Andrade Martins. Disponível em: <[http://www.focca.com.br/cac/textocac/Estudo\\_Caso.htm](http://www.focca.com.br/cac/textocac/Estudo_Caso.htm)>. Acesso em: 16 nov 2009.

Após a leitura das atas e dos documentos da Cooperativa Aliança, observou-se que o período de análise poderia ser dividido em dois momentos. O primeiro que vai do ano de 1931 até 1969 e que foi marcado pela implantação do Movimento, pela consolidação parcial do cooperativismo e pelo centralismo estatal. O segundo envolve os anos de 1970 até 2010, é caracterizado pela renovação das estruturas, pela liberalização estatal e pela abertura dos mercados econômicos.

Por outro lado podem-se reconhecer também dois períodos distintos na História Econômica da empresa: 1º) de 1931 a 1969, quando o vinho comum foi o objeto principal dos esforços de produção e comercialização, entre outros derivados, como por exemplo, conhaques e graspas; 2º) de 1970 até os dias atuais, quando, ao lado da produção de vinhos comuns, foi incrementada a produção de vinhos varietais e de novas atividades produtivas como a produção de suco de uva e espumantes.

Para que a leitura e o entendimento do texto pudessem ser feitos de modo factual, optou-se por trabalhar com cinco categorias distintas, buscando não narrar a trajetória da Cooperativa de forma linear, mas pontuando os principais acontecimentos em cada divisão escolhida. Os grupos foram definidos de acordo com a leitura do material analisado, buscando atender aos pressupostos da História Econômica e da História Empresarial.

As categorias definidas foram as seguintes:

- a) decisões administrativas e comerciais – nortearam os princípios, as normas e as funções cuja finalidade foi ordenar os fatores de produção de modo a aumentar a eficiência produtiva e comercial da empresa;
- b) decisões legais, fiscais e políticas – dizem respeito às questões ligadas às leis e às normas que regem o cooperativismo, aos aspectos e às mudanças tributárias ocorridas no período e às articulações políticas idealizadas pelos gestores da empresa para o setor;
- c) estrutura de produção interna e externa – fez-se uma análise micro-econômica do empreendimento e macro-econômica do setor em questão, destacando-se as inovações e a relação dos agentes com o mercado;<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Macro-economia e micro-economia são reconhecidos como conceitos distintos e elucidados pelos autores. O primeiro apresenta-se como o estudo das variáveis econômicas globais, relativas a determinado conjunto ou grupo de países, país ou região; também é o estudo dos agregados econômicos, como produção, circulação monetária, importação e exportação. A micro-economia é o estudo econômico das unidades de produção; das empresas agrícolas; de mineração; do comércio; das industriais e das instituições bancárias. Quaisquer variações macro-econômicas afetam, em menor ou em maior grau, as empresas na sua especificidade. CARDOSO, Ciro F. S.; BRIGNOLI, Héctor P. B. *Os métodos da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 266.

d) aspectos econômicos e financeiros e estatística econômica – avaliou-se os relatórios econômicos e financeiros da Cooperativa e buscou-se nas demonstrações contábeis os níveis de crescimento da riqueza da empresa e dos associados, e a estatística tratou da quantificação e da análise dos fenômenos econômicos passíveis de mensuração;

e) aspectos econômicos setoriais – designou-se um conjunto de fatores econômicos que somou todas as condições que afetaram o mercado, qualquer que fosse a natureza.<sup>4</sup>

Neste sentido o estudo de caso permitiu acompanhar as conjunturas do processo de desenvolvimento e as políticas utilizadas para a expansão do setor vitivinícola. Com o uso da metodologia buscou-se esclarecer os aspectos econômico-empresariais da Cooperativa Vitivinícola Aliança, de Caxias do Sul, que surgiu no início dos anos 30 do século XX e que mantém as atividades até o presente momento.

As informações estatísticas foram coletadas por meio da UVIBRA (União Brasileira de Vitivinicultura), da EMBRAPA UVA E VINHO (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e da Cooperativa Aliança. As informações tabuladas referem-se a banco de dados de uva, vinho e derivados, produção de vinho e mosto de uva, produção anual no Rio Grande do Sul, produção anual por Estado, quantidade de uvas processadas no Rio Grande do Sul, comercialização de vinhos e derivados no Rio Grande do Sul, importação de derivados de uva e exportação de derivados de uva.

## **ESTRUTURA DA TESE**

A tese teve a seguinte estruturação: a introdução trouxe a contextualização do tema; as justificativas que fundamentaram a construção da tese; o problema de pesquisa, em que se buscaram questões norteadoras para a solução ou para a discussão; os objetivos geral e específicos; o método, a metodologia, as fontes e a forma de coleta das informações.

---

<sup>4</sup> Conjuntura refere-se aos movimentos econômicos, às elevações e a quedas na produção, a flutuações no volume de intercâmbio e a oscilações nos preços. A estrutura é denominada como “conjunto de relações majoritárias”, a solidariedade e as proporções existentes entre um conjunto de componentes, a interdependência entre o todo e as partes. *Ibid.*, p. 261-262.

No primeiro capítulo, descreveram-se os aspectos da política brasileira de imigração, o início da colonização italiana no Rio Grande do Sul, a distribuição dos imigrantes e a formação das primeiras comunidades na região Nordeste do Estado, analisando as características antropológicas, a adaptação, a moradia e a produção nas sociedades rurais.

Analisou-se o movimento cooperativista na primeira fase, de 1911 até 1914, liderada pelo italiano Stefano Paternó. Para isso, procurou-se a compreensão do desenvolvimento econômico dos núcleos coloniais, principalmente pelas questões relacionadas à vitivinicultura.

No segundo capítulo, fez-se uma avaliação da Economia vitivinícola após a decadência do movimento cooperativo, no período que compreende os anos de 1914 a 1929. Evidenciaram-se os fatos que levaram à consolidação da Associação de Comerciantes e a relação do órgão com a vitivinicultura. Observou-se a criação dos primeiros laboratórios de análises enológicas e da implantação da Estação Agronômica Experimental, com vistas à qualificação dos produtos coloniais; ainda, a participação ativa tanto econômica quanto política dos Intendentes Pena de Moraes e Celeste Gobato.

Com isso, descortinou-se a preparação para a segunda fase do movimento cooperativista, com o surgimento do Sindicato Vitivinícola em 1927 e da Sociedade Vinícola Rio-Grandense Ltda., em junho de 1929, na qual ocorreu o início dos conflitos entre a sociedade vinícola e os colonos, deflagrando, mediante a organização dos produtores, uma nova organização dos agricultores em cooperativas.

Passando o setor pelas crises, as famílias que haviam ensaiado o cooperativismo, como organização econômica nos anos anteriores, deram origem ao surgimento da Cooperativa Vitivinícola de Forqueta, já retratada nos estudos de Loraine Giron. Logo, como proposta diferenciada de estudo, pesquisou-se como foi o processo de consolidação da Cooperativa Aliança, que iniciou as atividades no ano de 1931 e que mantém as atividades até o presente momento; no ano de 2010, por meio de uma fusão de estruturas, transformou-se na segunda maior produtora de vinhos e derivados do País.

Para concretizar a pesquisa, no terceiro e no quarto capítulos, desenvolveu-se um estudo de caso na Cooperativa Vitivinícola Aliança Ltda., de Caxias do Sul, destacando nos 80 anos de existência as seguintes categorias: decisões administrativas e comerciais estratégicas, decisões políticas, fiscais e legislativas, estruturas de produção e aspectos inovativos, resultados econômicos e financeiros, estatísticas e conjuntura do setor, analisando-se, deste modo, a Cooperativa como um empreendimento empresarial.

Fundada em 04 de janeiro de 1931 a Cooperativa Vitivinícola Aliança surgiu com os imigrantes italianos residentes no Travessão Aliança, interior de Caxias do Sul. A trajetória da empresa está marcada pelos valores da terra, no cultivo das videiras em regiões nobres, no cuidado com o meio ambiente e na valorização das pessoas e da cultura na qual está inserida. É uma História que carrega ao longo dos anos a expansão das atividades e o aprimoramento da produção com emprego de tecnologia.

Os vinhedos estão localizados em áreas estratégicas para o cultivo da uva: na Serra Gaúcha, a maior região produtora nacional de vinhos; na Serra do Sudeste, em Encruzilhada do Sul e na região da Campanha, em Santana do Livramento, no Paralelo 31, fronteira com o Uruguai, com um clima propício para a produção de vinhos nobres.

Atualmente, com a fundação da Nova Aliança, esta conta com cerca de 760 associados. A Cooperativa possui as marcas Aliança, Santa Colina e Collina del Sole. A linha completa de produtos abrange sucos de uvas brancas, rosês e de uvas tintas, sucos integrais e adoçados, vinhos de mesa brancos e tintos, *coolers*, vinhos finos varietais e espumantes.

Outro ponto a observar é a longevidade que apresentam as cooperativas vitivinícolas, nesse caso específico, da própria Cooperativa Aliança. Há de se considerar que a longevidade é da vida formal, pois a origem dos grupos pioneiros teve os primeiros ensaios de associativismo no início do século passado. O elemento de longevidade é importante, porque é um diferencial dentro do setor, se comparado com o conjunto das empresas em toda a História.

A título de conclusão, descobriu-se pelo estudo de caso como a Cooperativa Aliança se comportou durante as crises e como cumpriu o seu papel social e econômico. Por isso, foi importante saber como foi o desempenho da empresa nos momentos de bonança e comparou-se com os tempos de crise do setor, além de se desvendar como foi a atuação dos associados da Cooperativa, do Governo e da sociedade. Verificou-se como agente de integração entre os setores a importância da Aliança no diálogo com as entidades de representação de todos os elos da cadeia produtiva da uva e do vinho. Observou-se, nas articulações, como a Cooperativa se destacou no esforço de integrar os atores, governamentais e não-governamentais, os sindicatos e as associações, com vistas a antecipar ações para enfrentar crises, na organização do setor e na atuação com Governos, para o aperfeiçoamento da legislação e para a definição de políticas específicas para o setor.

Portanto, com a pesquisa sabe-se como ocorreu a superação do movimento cooperativo, mesmo com as dificuldades inerentes anteriormente expostas. Cooperativismo

este que foi pioneiro nas iniciativas de organização do setor, de incorporação tecnológica e como articulador de políticas agrícolas.

## **2 IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL E A PRIMEIRA FASE DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA VITIVINÍCOLA**

O capítulo tem por objetivo descrever e analisar a política brasileira de imigração, o início da colonização italiana no Rio Grande do Sul e a formação das primeiras colônias. Após, busca-se entender a formação das primeiras comunidades e os aspectos antropológicos que marcaram o cultivo da uva e a produção artesanal de vinhos pelos colonos imigrantes italianos. Avalia-se também a primeira fase do movimento cooperativista vitivinícola, que se inicia em 1911 e que se encerra em 1914.

Verificando-se os aspectos históricos e econômicos, observa-se que, do ponto de vista econômico, imigração e colonização são conceitos distintos. Imigração refere-se ao movimento populacional que se dirige de uma região para outra. As imigrações internacionais geralmente ocorrem porque as pessoas não encontram oportunidades sociais e econômicas nos locais de origem. Já a colonização apresenta-se como o processo de ocupação efetiva e prolongada de determinado território, por meio de atividades agrícolas, pastoris, extrativas ou comerciais.

Aqui, salienta-se ainda a denominada *economia de subsistência*, entendida como a produção agrícola de bens de consumo imediato e para o mercado local. No Brasil colonial, isso era prática comum nos engenhos e nas fazendas ou nos núcleos de imigração colonizadora européia, baseada na pequena propriedade, como nos casos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

Maria Linhares (1997) descreve que foi a agricultura, ao longo dos tempos, a atividade que congregou homens e mulheres, constituindo-se como fonte de vida e de trabalho; do meio, retiravam-se proventos, graças ao esforço pausado e lento de inovações e nas formas de organização social.

Para a autora, recairia sobre a agricultura a História Econômica do mundo rural, a fim de ser estudada nos aspectos micro e macroeconômicos da produção e da comercialização do setor em pauta. A agricultura, como processo produtivo, engloba três fatores econômicos de produção: terra, trabalho e capital. Os três componentes apresentam-se de forma mais ou menos abundantes ou se combinam em proporções que variam segundo a região e o período histórico analisado. Se a tecnologia aplicada à terra está condicionada ao contexto socioeconômico dado, qualquer alteração dos fatores de produção agrícola produzirá efeitos,

de maior ou de menor importância ou profundidade, dependendo das relações sociais que regem as alterações. (LINHARES, 1997, p. 168)

Maria Linhares (1997) resume que a agricultura combina o trabalho, a terra e a tecnologia, segundo condições sociais específicas. Também, a História deve contemplar os elementos que se associam, a fim de que seja possível uma explicação inteligível do processo histórico no referido setor, como o sistema socioeconômico em questão, as condições de acesso à terra, as normas jurídicas que regem a propriedade, o meio geográfico e as condições de uso da terra, o perfil demográfico, o universo profissional e as hierarquias sociais. (LINHARES, 1997, p. 168)

Outro ponto observado pela historiadora refere-se à multiplicidade de enfoques e de fontes sobre a História Agrária em nível regional. A diversidade significa, pois, mapear a expansão da fronteira agrícola que acompanhou a imigração europeia, a partir do século XVII, ou seja, estudar e conhecer os sistemas de uso e de posse das terras e a evolução no tempo, aprender as hierarquias sociais, os movimentos demográficos, os cultivos, os solos e os climas. Neste sentido, são as transformações da ação do homem na paisagem, os processos de adaptação e de mudanças do meio físico e as formas de organização social resultantes do novo processo. (LINHARES, 1997, p. 171-173)

A autora referida acima ilustra uma série de modelos de sistemas agrários em esquemas explicativos. Dentre os modelos citados, o de Mario Samper Kutschbach<sup>5</sup> apresenta-se aplicável neste objeto de estudo. Deste modo, salienta que, na Inglaterra do século XVIII, o processo de expropriação do campo gerou mão-de-obra assalariada abundante e restringiu o acesso à terra; na América Latina, as condições no início da colonização eram diferentes: escassez de mão-de-obra e abundância de terras não-apropriadas. Com isso, o modelo proporcionou a expansão do espaço econômico e o desenvolvimento da produção para o autoconsumo e o excedente para o mercado. Além disso, propiciou condições favoráveis para as unidades familiares, como acesso a terras, a preços e a rendas. (LINHARES, 1997, p. 180-181)

Por fim, a autora descreve que o modelo anteriormente citado, nos conceitos básicos, tem como ponto focal a interação econômica entre os produtores diretos e entre os donos do capital no contexto dos mencionados processos, levando-se em conta o entrelaçamento de múltiplas variáveis: população, acesso à terra, tecnologia agrícola, processamento, transporte e os vínculos — de associação ou de conflito — no interior da unidade doméstica entre

---

<sup>5</sup> Mario Samper Kutschbach é economista e historiador da Costa Rica, autor da obra *Cafe, sociedad y relaciones de poder en America Latina*.

camponeses e comerciantes. Ainda, que o modelo esmiuçado pode ter utilidade no desvendar de complexas situações do mundo agrário, em particular, no Brasil. (LINHARES, 1997, p. 182-184)

A pesquisa também apresenta os conceitos de cooperativismo e cooperativa. À luz da teoria econômica, cooperativismo apresenta-se como uma doutrina que tem por finalidade a solução de problemas sociais, por meio da criação de comunidades de cooperação. Já as cooperativas são empresas formadas e dirigidas por uma associação de usuários, que se reúnem em igualdade de direitos, com o objetivo de desenvolver uma atividade econômica ou prestar serviços comuns, eliminando os intermediários.

## 2.1 A POLÍTICA BRASILEIRA DE IMIGRAÇÃO, O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS ITALIANAS NO RIO GRANDE DO SUL

Inicia-se este tópico com a finalidade de se apresentar de forma objetiva os principais elementos que fizeram parte do processo da política brasileira de imigração, o início da colonização e a formação das primeiras colônias italianas no Rio Grande do Sul. Neste aspecto, Vania Herédia (1997) atenta que:

A política brasileira de colonização começou efetivamente com a vinda de D. João VI para o Brasil, onde o processo de colonização assumiu um caráter inovativo, visto que a proposta de renovar as estruturas existentes, com a mão-de-obra européia, era uma das metas de tornar o País realmente independente. Pela proposta colonizatória se pretendia criar novas condições econômicas, políticas e sociais, criando uma nova mentalidade que permitisse ao País superar todos os obstáculos decorrentes de sua formação inicial, sustentada pelo tripé: latifúndio, monocultura e escravidão. (HERÉDIA, 1997, p. 31)

A historiadora ainda salienta que:

O movimento de colonização trazia em seu bojo uma série de objetivos que, interligados, mostravam a proposta do próprio movimento. Entre eles a formação de um grande exército pela necessidade de defesa do vasto território onde eram visíveis as dificuldades de controle das fronteiras e conseqüentemente da própria hegemonia; a ocupação dos espaços vazios que propiciasse o desenvolvimento da agricultura, do comércio, da indústria, criando classes sociais intermediárias entre o senhor das

terras e o escravo; a substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre, assalariada devido à expansão do movimento abolicionista e à implantação do trabalho livre que desenvolveriam as cidades, estimulariam o comércio e fomentariam a criação de serviços de infra-estrutura, gerando maior desenvolvimento econômico ao País. (HERÉDIA, 1997, p. 31-32)

Na visão de Zuleika Alvim (2000), a entrada de italianos coincide com o período em que o Governo brasileiro não poupou esforços para atrair mão-de-obra para o País. De acordo com a historiadora, a política imigratória oscilou, desde a época joanina até os anos 80 do século XIX, entre o desejo dos liberais do Império em trazer pequenos proprietários com vistas ao povoamento das regiões sulinas — e com isso sustar a cobiça dos vizinhos platinos sobre a região — e o desejo dos fazendeiros em manter uma política agrária calcada na grande propriedade e na agricultura de exportação. (ALVIM, 2000, p. 383-384)

A terra no regime imperial pertencia à Nação. Em 1848, o Governo-Geral cedeu a cada uma das Províncias 36 léguas quadradas<sup>6</sup> de terras devolutas, destinadas à colonização, não podendo, conforme determinava o artigo primeiro da Lei, “(...) ser arroteadas (cultivadas) por braços escravos”. (CENNI, 2003, p. 145)

Para Sandra Pesavento (1983), a imigração está ligada ao processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, que representa uma das formas assumidas pelo movimento de expansão do capital, ao apoderar-se da produção em termos mundiais. (PESAVENTO, 1983, p. 21-27)

Nos escritos da referida autora, a chegada dos imigrantes, particularmente os italianos, acontece no momento em que se forjam condições institucionais para que o capitalismo se estenda ao campo. A Lei de Terras<sup>7</sup>, de 1850, seria a expressão jurídica que, ao extinguir o

---

<sup>6</sup> “Cada légua era formada por um quadrilátero de 5.500 metros de lado, sendo divididos em lotes a partir de uma linha traçada longitudinalmente, que se denominava travessão”. Ver: GIRON, 1987, op. cit., p. 272. Para Loraine Giron (1987), na Região Colonial Italiana, não houve qualquer cuidado com os acidentes geográficos. Eram traçados os lotes a partir de paralelos e meridianos. Nesse tipo linear de demarcação, não havia nenhuma consideração à topografia do terreno nem à rede hidrográfica. Esta cortava os lotes indistintamente, em todos os sentidos. Respeitados foram apenas os limites das terras cedidas para a colonização, no caso os Rios Caí, ao Sul, e o Rio das Antas, ao Norte. Os lotes coloniais deveriam ter a forma de pequenos retângulos situados entre dois travessões, sendo que o módulo deveria ser de 25 hectares. O número médio de lotes por travessão era de 32, enquanto que em cada légua o seu número médio era de 132. Ver: GIRON, 1987, op. cit., p. 272.

<sup>7</sup> Para maiores informações, consultar a obra TERRAS E COLONISAÇÃO - Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, em que são apresentadas todas as Leis referentes à estrutura de terras no Brasil no período do Império.

“Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por títulos de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples títulos de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam ellas cedidas á título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionaes e de estrangeiros,

regime de concessão de sesmarias, institui a propriedade capitalista de terra. A partir daí, esta passa a ser comprada, o que, para o imigrante recém-chegado, gerava a existência da chamada *dívida colonial*, e o imigrante deveria pagar ao Governo o preço da terra e reembolsar este último pelo auxílio inicial. (PESAVENTO, 1983, p. 28)

De acordo com Loraine Giron (1987), tanto a política da troca da mão-de-obra escrava pela livre como a modificação da política de terras no Brasil, após 1850, constituem-se adaptações do Império à divisão internacional do trabalho, que foi um dos resultados da Revolução Industrial. (GIRON, 1987, p. 270)

Para a autora, a terra, que antes de 1850 representava apenas *status*, passou a ser tratada como mercadoria, por meio da Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Loraine Giron observa que os vínculos entre mão-de-obra livre e a democratização da propriedade estão presentes no Texto Legal, visto que “(...) os produtos da venda das terras públicas e das taxas de registros das propriedades serão empregados na demarcação de terras públicas e para a importação de colonos livres”. (GIRON, 1987, p. 270)

Nas considerações de Vania Herédia (1997), a Lei de Terras:

“Dispõe sobre terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por títulos de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples títulos

---

autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. (TERRAS E COLONISAÇÃO, 1850, p. 1)

Para tudo o que concerne á legitimações, revalidações e vendas de terras tem essa Presidencia as regras fixadas na Lei n. 601 de 18 de Setembro de 1850, Regul. de 30 Janeiro de 1854 e Avisos, Ordens e mais disposições de doutrina geral: convindo sómente acrescentar, que, em these, os titulos são sempre passados pelas Presidências, e as escripturas pelas Thesourarias de Fazenda, sendo que estas tem lugar quando as vendas são feitas em hasta publica, ou quando nellas intervêm aquellas Repartições, acto este que está no accôrdo com os Avs. ns. 516 e 562 de 25 de Novembro e 30 de Dezembro de 1868. (TERRAS E COLONISAÇÃO, 1850, p. 34)

Pelo Av. n. 151 de 5 de Abril de 1875 mandou-se cumprir as Instrucções para medição de terras devolutas na Provincia do Rio Grande do Sul. (TERRAS E COLONISAÇÃO, 1850, p. 78)

Pelos Avs. de 12 de Dezembro de 1854 e 1.º de Fevereiro de 1855, foi autorizado o Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul com o Bacharel José Vencesláo Vasques da Cruz, para a fundação de uma colonia, pelo Av. n. 123 do Ministerio da Agricultura de 27 de Março de 1863. Com objetivo de cultivar e povoar com gente livre, porção de terras devolutas, na razão de 25.000 braças quadradas por familia, contanto que a concessão em sua totalidade não exceda de uma legua quadrada. (TERRAS E COLONISAÇÃO, 1850, p. 81)

Na Provincia do Rio Grande do Sul, as colonias – Conde d'Eu, com 5.326 almas, - Izabel, com 6.274, - Caxias, com 7.506, e – Silveira Martins, com 1.769.

Em 1 de Março de 1879 o Ministerio da Agricultura expedio o seguinte Av. Ao Engenheiro Galdin Alves Monteiro: Incumbindo Vm. Da commissão de medir lotes e estabelecer immigrants nas colonias Izabel e Conde d'Eu, na Provincia do Rio Grande do Sul, cuja emancipação convem preparar no intuito de libertar o Estado dos pesados encargos concernentes ao serviço da colonização, recommendando-lhe que no desempenho da alludida commissão procure tornar effectivas as providencias seguintes:

1.º Começará desde logo e concluirá no prazo de seis mezes a construcção da estrada, já estudada, orçada e em parte collocada, entre a Villa de S. João do Monte-Alegre e a Colonia Conde d'Eu.”

de posse mansa e pacífica; determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para estabelecimento de colônias nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara”. (HERÉDIA, 1997, p. 20)

Em 1854, a orientação anterior seria mudada, e o colono pagaria passagem até o Rio Grande do Sul, obrigando-se a indenizar, no prazo de cinco anos, as despesas com a sua introdução. No entanto, eram pagas pelo Governo diárias para a alimentação, que, na época, representavam cerca de 500 réis para adultos e 250 réis para menores. O imigrante prestava, em troca, serviços na construção de estradas e de caminhos vicinais. E foi nesse regime que, segundo Franco Cenni (2003), deu-se o início da colonização italiana. (CENNI, 2003, p. 145)

Complementando as informações, Loraine Giron (1987) ressalta que a regulamentação da Lei de Terras e o decreto são definidos em 1854. Por meio das normas, toda a empresa ligada à terra ficava vinculada à imigração e à colonização. Em 19 de janeiro de 1867, pelo Decreto n. 3.787,<sup>8</sup> ficou estabelecida a competência da Província sobre a fundação de colônias bem como a venda e o registro dos lotes coloniais; pelo mesmo Decreto, à Província caberia o registro, a recepção, o transporte, o alojamento e a distribuição de imigrantes. (GIRON, 1987, p. 271)

Nos escritos da referida historiadora, a substituição dos escravos por trabalhadores livres, acelerada após a extinção do tráfico negreiro, fez com que o País se tornasse um importador de europeus tanto quanto era importador de produtos da Europa. (GIRON, 1987, p. 270)

Pode-se reconhecer a entrada maciça de imigrantes italianos em relação a outros imigrantes. Entre 1884 até 1893, o número de italianos representava 57,77% do total de imigrantes entrados no País. Igualmente, verificou-se isso no período seguinte, entre 1894 até 1903: em valores relativos, o percentual subiu para 62,38%. Comparativamente aos

---

<sup>8</sup> Para Boris Fausto, a Lei de Terras “tentou por ordem na confusão existente em matéria de propriedade rural, determinando que, no futuro, as terras públicas fossem vendidas e não doadas, como acontecera com as antigas sesmarias, estabeleceu normas para legalizar a posse das terras e procurou forçar o registro das propriedades”. (...) “A Lei de Terras foi concebida como uma forma de evitar o acesso à propriedade da terra por parte dos futuros imigrantes. Ela estabelecia, por exemplo, que as terras públicas deveriam ser vendidas por um preço suficientemente elevado para afastar posseiros e imigrantes pobres. Estrangeiros que tivessem passagens financiadas para vir ao Brasil ficavam proibidos de adquirir terras, antes de três anos após a chegada. Em resumo, os grandes fazendeiros queriam atrair imigrantes para começar a substituir a mão-de-obra escrava, tratando de evitar que logo eles se convertessem em proprietários”. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 196-197.

imigrantes alemães, o volume de italianos que ingressaram no País foi 35 vezes superior no período em estudo. (GIRON, 1987, p. 270)

Em 1870, o Presidente da Província, Dr. João Sertório, mandou publicar um ato que criava as Colônias Conde d'Eu e Dona Isabel: a primeira, com 16 léguas quadradas, na margem esquerda da estrada que seguia de Maratá ao Rio das Antas; a segunda, com o mesmo número de léguas quadradas na margem direita da mesma estrada, confinando ao norte com o Rio das Antas. Sobre o início das colônias, Franco Cenni assevera: “(...) o início dessas colônias não foi feliz, pois oitenta imigrantes alemães e franceses que o Governo localizou em Conde d'Eu acabariam por abandoná-la, enquanto a colônia Dona Isabel não progredia satisfatoriamente”. (CENNI, 2003, p. 146)

Outro ponto observado nos escritos do referido autor é que, embora a data oficial do início da colonização italiana no Rio Grande do Sul seja considerada como 1875, o Presidente da Província de São Pedro em 1871 se referia aos núcleos Conde d'Eu e Dona Isabel como colonizados também por italianos.<sup>9</sup>

Nas considerações de Vitalina Frosi e Ciro Mioranza (1987), criaram-se três núcleos de colonização italiana em 1875: Colônia Caxias, Colônia Dona Isabel e Colônia Conde d'Eu. E, confirmando os dados dos autores citados, as terras foram divididas em linhas ou travessões, e em lotes numerados. As divisões eram feitas em geral sobre mapas, não respeitando os acidentes geográficos, a não ser os de maior relevo, como o Rio das Antas e os afluentes. (FROSI; MIORANZA, 1987, 272)

Para o assentamento dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, o Governo Imperial do Brasil destinou duas zonas de povoamento: as terras despovoadas do Nordeste do referido Estado e as terras localizadas nas proximidades de Santa Maria. As primeiras, selecionadas para a colonização italiana, situavam-se na Encosta Superior da Serra entre o Rio das Antas e as Colônias alemãs do Baixo Taquari e da Bacia do Rio Caí.

Para Loraine Giron, “de acordo com a legislação vigente à época, os módulos rurais deveriam possuir 25 hectares”.<sup>10</sup> Entretanto, por ocasião da venda dos lotes, os colonos

---

<sup>9</sup> Conde d'Eu foi considerada a primeira colônia assentada e teve um território de dezesseis léguas quadradas, onde, naquele período, já haviam sido medidos oitenta lotes coloniais, os quais já estavam ocupados por 37 colonos de origem italiana e austríaca; as terras eram relativamente pobres; o terreno era acidentado, situado a 650 metros de altura. O povoamento se fez com muita dificuldade; dos oitenta lotes medidos, apenas vinte tinham cultura efetiva. (CENNI, 2003, p. 147)

<sup>10</sup> Nas considerações de Orlando Valverde, os lotes médios eram, em geral, aproveitados da seguinte maneira: 4 hectares eram ocupados pelo potreiro; 2 hectares para serem plantados parreirais, que dariam vinho e uvas para consumo doméstico, e 19 hectares ficavam destinados à lavoura em rotação de terras. Cerca de 3 hectares ficavam em cultivo, e as capoeiras seriam derrubadas e lavradas em um espaço de seis a sete anos. VALVERDE, Orlando. Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul. *Album*

poderiam adquirir terras em número menor de hectares — se as terras se encontrassem próximas da sede da colônia — ou maior — se as terras ficassem nos limites das terras destinadas à conservação das florestas.<sup>11</sup>

Verifica-se que havia disposição, por parte da Comissão de Terras, para distribuir cerca de 2.112 lotes, produto da multiplicação de 16 léguas vezes 132 lotes cada. Do total, apenas 1.610 foram distribuídos, o que representava um percentual de 76,23%. Dos que tinham o tamanho previamente estabelecido, somente 699 se aproximavam das medidas iniciais e ficavam nas faixas entre 20 e 25 hectares e entre 25 e 30 hectares. Observa-se pelas informações que 475 lotes estavam abaixo do número mínimo, e 436 estavam acima da quantidade de terra legalmente acordada — isso demonstra nos processos iniciais da colonização os problemas com a distribuição de terras na região. Nos escritos de Loraine Giron, marcava o período de “especulação realizada pela Comissão de Terras desde os primeiros momentos da colonização regional”. (GIRON, 1987, p. 273)

Em uma outra análise, verifica-se que houve vendas de terras com área inferior à necessária para a produção agrícola. Nos lotes distribuídos entre 1875 e 1886, identifica-se que, do total de 693 colonos, apenas 55,41% receberam lotes inteiros, sendo que os demais compraram terras com quantidade abaixo do valor delimitado. Para Loraine Giron, “essa divisão de lotes entre os colonos não está ligada nem à qualidade da terra nem ao número de filhos da família”. A autora constatou nas pesquisas que a fragmentação dos lotes se deu pela proximidade da sede da Colônia. (GIRON, 1987, p. 274)

Pode-se então concluir que o modelo de estrutura fundiária apresentou as seguintes condições no início da colonização: escassez de mão-de-obra e abundância de terras não-apropriadas. Com isso, o modelo proporcionou a expansão do espaço econômico, o desenvolvimento da produção para o autoconsumo e o excedente para o mercado, baseado na economia de subsistência. Ainda, propiciou condições favoráveis para as unidades familiares, como acesso a terras, a preços e a rendas. Deve-se reconhecer que a propriedade da terra, em muitos tipos de sociedade, constitui-se em um fator econômico que avulta como sendo de poder e de prestígio social.

---

*comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950. p. 273.

<sup>11</sup> Observou-se que os valores anteriormente comentados eram diversos dos contidos nos Mapas Estatísticos Coloniais do Museu Municipal de Caxias do Sul. E isso aconteceu também em relação ao preço da braça quadrada, o que será demonstrado no decorrer deste texto. As informações foram estudadas e analisadas inicialmente por Loraine Giron e são descritas a seguir. (GIRON, 1987, p. 272)

## 2.2 AS PRIMEIRAS COMUNIDADES ITALIANAS NO RIO GRANDE DO SUL E A PRODUÇÃO VITIVINÍCOLA

As primeiras famílias de habitantes da Colônia Conde d'Eu eram tirolesas, bergamascas, cremonesas e vênetas. Vieram transportadas em carretas de Montenegro até Maratá, e dali se dirigiam ao seu destino a pé e parte a cavalo, por Campestre e Poço das Antas. O povoamento dos lotes coloniais dos fundos de Nova Palmira teve início em 1875; logo a seguir, a imigração italiana se dirigia para a primeira e para a segunda léguas da futura Caxias do Sul. (CENNI, 2003, p. 148)

Franco Cenni (2003) ressalta que, no dia 30 de setembro de 1875, chegava ao *Campo dos Bugres* (assim denominado porque haviam habitado durante certo tempo índios caáguas) um grupo pioneiro constituído, segundo consta no registro provincial de concessão de lotes, por dezessete famílias.

A eles foi atribuída a chamada *Encosta da Serra*, ao norte das Colônias alemãs de São Sebastião do Caí. Sem estradas e com transporte irregular, escoar a produção até os centros consumidores seria opção difícil e cara, além do desgaste com o tempo. Geralmente as trilhas eram feitas em lombos de mulas, e o transporte até as margens do Rio Caí demandava até dois dias para se alcançar a via fluvial.<sup>12</sup>

No que se refere aos aspectos da vida do imigrante italiano na sociedade rural, verificou-se que, até que se resolvessem os problemas de ordem jurídica e de planejamento migratório, os colonos permaneceram em barracões, para depois se estabelecerem nas glebas (terras). As primeiras residências eram improvisadas construídas com recursos como árvores e rochas. (DE BONI; COSTA, 1982, p. 137)

Outro aspecto que deve ser ressaltado agora é que a divisão dos trabalhos evidencia a posição do homem e da mulher naquele tipo de família imigrante. Os homens ocupavam-se do trabalho do campo, dos parreirais, das estrebarias, dos paióis; da matança de porcos, de carneiros; do preparo do salame, da conservação de carnes salgadas, defumadas e charqueadas. Lavrar e dirigir carroças também eram outros ofícios do homem. Cabia à mulher

---

<sup>12</sup> Para Sandra Pesavento, quando os italianos chegaram, já encontraram alemães estabelecidos há décadas na Província, localizados nas melhores terras, próximas das zonas de escoamento para o mercado consumidor da capital, e já exportando parte de sua produção agrícola para o centro do País. Em sua chegada, encontraram uma rede comercial alemã que se encarregou de colocar de imediato o excedente da produção italiana no principal mercado consumidor da época, Porto Alegre. Ver: PESAVENTO, 1983, op. cit., p.25.

o cuidado da casa, a recomposição das camas, o preparo das refeições, a retirada do leite das vacas e o tratar as galinhas (os outros animais eram tarefa para os homens). As mulheres também ajudavam nas atividades da lavoura. Por ocasião das plantações de milho e trigo, os homens iam à Colônia no raiar do dia; as mulheres iam mais tarde e levavam a *colazione*, a refeição da manhã, que consistia geralmente de polenta, salame, queijo, ovos e vinho. (DE BONI; COSTA, 1982, p. 149)

Vania Herédia (1997) salienta que, das três refeições que o colono fazia no dia, estava presente o vinho, elemento principal durante muitos anos na História do colono italiano. Traziam os costumes da velha Itália: a polenta, por exemplo, era a base da alimentação da classe agrícola italiana. O acompanhamento da refeição se diferenciava segundo a zona italiana e segundo as condições econômicas. Na nova terra, a refeição era acrescida de folhas de salada, de um copo de vinho e, quando possível, de complementos, a saber, queijo, ovos e salame. (HERÉDIA, 1997, p. 55)

Cabe ainda referir que o lazer foi um caminho importante para a formação dos grupos de amizade dos colonos italianos. Os jogos diferentes e os esportes foram aparecendo como formas de entretenimento e do cultivo do *estar juntos*. Não se jogava por dinheiro ou prêmios, mas como forma de passar o tempo unidos e por diversão. Por isso, os jogos de baralho, de bocha e outros oportunizavam o crescimento dos contadores de histórias, dos piadistas, dos tomadores de vinho, de graspa e de cachaça. Os jogos, em geral, culminavam com o canto, com a extroversão das estórias e das piadas e, não raramente, com um pequeno porre. O *filó* (consiste em um encontro de pessoas na casa de alguém, com o objetivo de rezar, de dialogar e de cantar, e nessas ocasiões não podia faltar vinho, pão, queijo e salame) foi sendo cultivado em toda a Colônia italiana como forma de encontro. Os comes e bebes e jogos nas reuniões de *filó* tinham o objetivo de dar dinâmica a tudo isso. (DE BONI; COSTA, 1982, p. 163)

No que se refere aos aspectos profissionais, carroceiros, balseiros, tropeiros, serradores, marceneiros e maquinistas foram promotores do lazer sob a forma do trabalho festivo. A chegada de uma *máquina de trilhar* se constituía em uma forma de trabalho-lazer. Reuniam-se pessoas de várias famílias: as mulheres preparavam as melhores comidas. Vinho, graspa e cachaça substituíam a água nos horários de trabalho. Tudo isso, aliado ao congraçamento, às brincadeiras e às conversas jocosas, levava à ideia do *filó* aos horários de trabalho. Igualmente, isso acontecia nos mutirões para a abertura de estradas e picadas, para atender aos trabalhos de famílias necessitadas da própria comunidade, quando se reuniam os jornadistas de uma determinada linha, capela ou quarteirão. (DE BONI; COSTA, 1982, p. 172)

De acordo com Luis De Boni e Rovílio Costa (1982), a ocupação das terras foi um desafio, pois as áreas planas a serem colonizadas e próximas dos centros urbanos foram ocupadas cinquenta anos antes pela imigração alemã, sobrando aos italianos os terrenos acidentados do Nordeste do Rio Grande do Sul, cobertos de floresta selvagem e de animais desconhecidos, assim ocasionando um intenso trabalho de desmatamento. A queima foi necessária para realizar as primeiras plantações. Sobre o assunto, os autores enfatizam:

Os imigrantes italianos trouxeram de sua terra natal sua cultura e seus costumes, os quais se encaixavam em diferentes aspectos. Um deles se refere às refeições que possuía relação com o desgaste físico nas lides com a terra. Quando essas tarefas eram várias, o dia começava com o levantar, lavar o rosto e seguir ao trabalho. Pelas nove horas da manhã era servido, na colônia, o café da manhã que, geralmente, era composto por polenta grelhada, salame, queijo, ovos e vinho. No almoço era servida sopa de feijão, e em geral essa sopa era reforçada com massas; a janta era a refeição mais elaborada, mais forte, mais demorada e também a mais conversada, porque se tratavam assuntos do trabalho do dia seguinte, culminava com a lavagem da louça e, simultaneamente, com a reza do terço, oração oficial da família italiana. (DE BONI; COSTA, 1982, p. 173)

Balduíno Rambo (1950), com o estudo geográfico da Zona de Colonização Italiana, complementa:

Relativamente ao homem, a temperatura do Planalto é decididamente mais favorável do que a das partes baixas, especialmente no verão. Os italianos imigrados encontraram condições pouco diferentes da sua terra de origem, o que lhes permitiu cultivar as mesmas plantas e seguir o ritmo de vida acostumado. De outro lado, o clima quase temperado favorece o desenvolvimento de espécies vegetais eminentemente úteis, como o pinheiro, a videira, o trigo e as fruteiras européias. As terras cinzentas, de composição semelhante às das roxas, porém mais pobres, são as que dominam em toda a região central da colonização italiana. Menos apropriadas para a cultura de vegetais exigentes, como o milho e o fumo, são, entretanto ótimas para a videira e o trigo, bem como para as fruteiras temperadas. (RAMBO, 1950, p. 138-139)

Com relação à produção, essa era limitada às necessidades de subsistência, e o comércio era rudimentar devido ao transporte precário e moroso. Na leitura da obra de Franco Cenni, constata-se que as Colônias italianas encontravam-se esquecidas e desprotegidas, evidenciando, deste modo, um descaso do Governo da época.

Por outro lado, verifica-se que, desde a vinda dos primeiros imigrantes, o pequeno produtor se apresentou como fornecedor de gêneros de subsistência ou de artigos resultantes de beneficiamento simples, a partir da matéria-prima local.<sup>13</sup> Assim, o pequeno proprietário assumiu, além do papel de agricultor, o de fabricante que, em nível artesanal doméstico, colocava os produtos no mercado. A produção baseava-se no cultivo do lote colonial e na fabricação artesanal, desenvolvida no interior da unidade familiar.

Em junho de 1876, chegavam de Nova Milano ao Campo dos Bugres colonizadores que se estabeleceram na quinta, na sexta e na sétima léguas. No ano de 1877, começavam as primeiras colheitas de produtos essenciais à alimentação. A imigração continuou nos anos seguintes, sendo a Colônia constituída, na maioria, por imigrantes de Belluno, Treviso, Pádua, Mântua e da Veneza Tridentina. (CENNI, 2003, p. 150-151)

No que se refere à fase de adaptação, embora privados dos meios de subsistência e de um teto provisório para se abrigarem, os colonos muitas vezes desanimavam e acabavam abandonando os lotes à procura de outro meio de vida. Contudo, o que facilitava a vida econômica dos colonos era o trabalho nas estradas, pois, durante quinze dias por mês, laboravam nas trilhas, garantindo um pagamento de 500 réis por metro corrente construído. Sobre isso, Loraine Giron (1987) esclarece:

(...) os colonos podiam empregar-se como jornaleiros, vendendo seu trabalho à Comissão de Terras, na abertura de picadas, no desmatamento e em outros serviços. Este tipo de trabalho ocupava geralmente o colono, que deixava o serviço de seu lote para a mulher e filhos. Outros serviços podiam ser realizados pelo colono tanto junto às obras de estradas de ferro e mesmo no Porto de Rio Grande. Para realizar este tipo de trabalho, afastava-se de sua família no período de entre-safra. (GIRON, 1987, p. 277)

Durante algum tempo, houve incerteza quanto à posse real das terras coloniais. Em 1899 foi regulamentada a formação dos núcleos, a recepção e o encaminhamento de

---

<sup>13</sup> Observa-se nas considerações de Luis A. De Boni e Rovílio Costa que, em geral, os produtos eram carregados em grandes bolsas de couro, chamadas bruacas, bem-costuradas e com a aba de fechar sobreposta à abertura, para impedir a entrada de chuva, em cima das éguas, sacos, cestos e cestões especiais; dependendo dos produtos, também eram usados barris de até 15 ou 20 medidas, os quais transportavam vinhos da Zona Colonial Italiana ao Estado vizinho de Santa Catarina. Os tropeiros passavam os limites do Estado, e a generalidade dos produtos coloniais (banha, vinho, salame, charques, feijão e fumo) que transportavam oportunizava-lhes um relacionamento com a quase totalidade dos comerciantes. Partiam com produtos coloniais e retornavam com mercadorias (açúcar, sal, cobre, arame farpado, tecidos, louças, fósforos e querosene), para atender aos pedidos dos agricultores. As trocas eram em maior proporção que as vendas, especialmente em se tratando de mercadorias trazidas das cidades para as colônias. DE BONI; COSTA, 1982, op. cit., p. 174.

imigrantes, o preço das terras e, conseqüentemente, a cobrança da denominada *dívida colonial*. (CENNI, 2003, p. 154)

Outro fato a ser observado diz respeito ao trabalho e à moradia, porque o sonho do agricultor italiano era possuir terra, casa, poder fazer a colheita e poupar o fruto do trabalho, a fim de garantir um futuro melhor para os descendentes. E era isso o que eles iriam encontrar no Rio Grande do Sul, na forma de colonização ideal para o desenvolvimento das culturas, pois não haveria colonos assalariados, mas sim pequenos proprietários, em condições de realizar o sonho de abastança — o que para muitos se transformaria em riqueza.

Não se pode deixar de salientar, desde já, que foi no Rio Grande do Sul, na Região Colonial Italiana, que, graças ao sistema de colonização adotado, às condições do clima e do solo, manifestou-se incisivamente o cultivo das uvas e o preparo do vinho, uma vez que a vitivinicultura faz parte da cultura do imigrante.

Quanto à produção primária, o interesse pela vitivinicultura por parte dos colonos italianos era uma questão cultural. Logo, da pequena produção de uvas, surgiu a fabricação doméstica do vinho e, conseqüentemente, as primeiras cantinas. À medida que a produção ia sendo aceita e a qualidade do produto melhorava, os colonos constituíam economias com o trabalho — tudo isso baseado no modelo da pequena propriedade rural. Sendo assim, nos escritos de Franco Cenni (2003):

(...) pão e vinho, trigo e videira, eis um binômio sagrado para todo mediterrâneo que os imigrantes transportaram para o Brasil. Onde haja italiano, de fato, e onde a terra seja favorável, surge o trigo carregado de espigas e os parreirais, geralmente alinhados nas encostas dos morros, se multiplicam. (CENNI, 2003, p. 156)

Mem de Sá assevera que as culturas da uva, do trigo e do milho foram preponderantes desde o início da colonização, em função das condições favoráveis do clima e do solo. (Sá, 1950, p. 90). Loraine Giron, quando menciona a produção colonial da Região Italiana, relata que nem só de vinho viviam os antigos colonos. Ainda, para entender a questão, devem ser analisadas as seguintes variáveis: mão-de-obra, capital e tecnologia utilizada.

Nas considerações de Vania Herédia (1997), “Os pequenos proprietários de terra tornaram-se pequenos produtores que, por meio da mão-de-obra familiar, iniciaram a história da zona colonial com muito trabalho e esforço”. (Herédia, 1997, p. 54) A referida autora também destaca que a agricultura na fase inicial foi marcada pelas culturas de sobrevivência e

que foi desenvolvida pelo tipo indígena. O sistema agrícola adotado foi o de rotação de terras; no entanto, com a prática abusiva, acabava enfraquecendo e esgotando o solo. (HERÉDIA, 1997, p. 54-55)

Alguns imigrantes trouxeram ouro com a venda dos bens; a maioria, porém, veio apenas com a força de trabalho. O que ajudava era o auxílio que receberam, isto é, cerca de 20\$000 para cada chefe de família e uma quantia igual para cada pessoa maior de 10 anos e menor que 50; também, sementes e instrumentos agrícolas. (GIRON, 1987, p. 277)

A mão-de-obra no lote colonial era familiar. Os colonos eram, ao mesmo tempo, pequenos produtores, donos das terras e do trabalho. O modo de plantar foi aprendido com os indígenas assim como a queima da floresta. Após o assentamento nos lotes, construía uma cabana para abrigar a família e, após, semeavam ao acaso, sem saber se obteriam colheita. Conforme Loraine Giron, os imigrantes não conheciam os produtos que plantavam, nem o solo, nem as estações do ano do lugar. (GIRON, 1987, p. 277)

Cabe ressaltar também que o início da cultura das vides no Estado nem sempre foi algo simples de ser resolvido. Até a metade do século XIX, as parreiras cultivadas no Rio Grande do Sul pertenciam à espécie mediterrânea, trazida por portugueses e açorianos.<sup>14</sup> Pouco antes do início da Guerra dos Farrapos, começaram a ser introduzidas, no Brasil Meridional, castas de uvas americanas, entre as quais a Isabel, proveniente da Califórnia e introduzida naquela região pelos jesuítas espanhóis, por meio do México. Nas Missões, as parreiras eram deixadas pelos índios em um estado selvagem: isso foi o que determinou a resistência às pragas, que constituiu uma das principais características da uva Isabel. (CENNI, 2003, p. 157-158)

Jimmy Rodrigues (1972) traz sua contribuição enfatizando que aos colonos açorianos se deve a introdução da videira no Rio Grande do Sul. Como na Pátria de origem, os açorianos iniciaram na nova terra a cultura do trigo e da vinha. De fato, o trigo e a uva foram as primeiras culturas praticadas no Rio Grande do Sul, mas ambas estavam fadadas a desaparecer quase completamente. Anos depois, o trigo foi dizimado pela ferrugem; a videira, de origem européia, ante o ataque de pragas e também como consequência do abandono da agricultura em favor da atividade pastoril, mais fácil e rentável. (RODRIGUES, 1972. p. 31)

---

<sup>14</sup> Ernesto Pelanda ressalta que no Rio Grande do Sul houve um precursor no cultivo das vides chamado João Batista Orsi, que, em 1825, foi enviado com autorização de Dom Pedro I para cultivar a fruta e trazia bacelos na mala. Estabelecido nos limites dos atuais Municípios de São Leopoldo e Caí, próximo a Nova Petrópolis, em vários lotes coloniais, cumpriu a missão. Pode-se atribuir ao enviado a fundação da viticultura colonial. PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950. p. 42-53.

A introdução das variedades de uvas americanas, resistentes às moléstias características no ambiente natural, determinou o desaparecimento de castas produtoras de vinho de alta classe, pois a peronóspora<sup>15</sup> e outras doenças, como, por exemplo, a antracnose<sup>16</sup> e a filoxera<sup>17</sup> fizeram com que definhassem as videiras de origem européia. No entanto, é preciso salientar que a uva Isabel permitiu a expansão da viticultura em regiões onde geadas primaveris prejudicariam o desenvolvimento das viníferas de brotação precoce, ao favorecer a produção de quantidade elevada de uva, embora com qualidade inferior às européias. Além disso, em terras do Rio Grande do Sul, a uva Isabel encontrou ambiente favorável, tornando-se produtiva.<sup>18</sup>

Celeste Gobbato (1950) foi crítico ao realçar que a uva Isabel, com a difusão vitoriosa no referido Estado, contribuiu para atrasar o surto vitivinícola rio-grandense, no sentido de expulsar daqui as castas produtoras de vinhos de alta classe, reduzindo as possibilidades da vinificação graças ao emprego de uva desarmoniosa que — sempre ou quase sempre — necessita de correções para poder propiciar vinhos com qualidades organolépticas<sup>19</sup> normais. (GOBBATO, 1950, p. 403)

Vale referir agora que as castas de origem americana foram introduzidas em São Paulo entre os anos de 1830 e 1840, oriundas da Carolina do Norte; como característica, eram rústicas e resistentes.<sup>20</sup> No final do século XIX, as castas européias passaram a ser enxertadas

---

<sup>15</sup> Segundo Professor Jaime Lovatel, peronóspora é um gênero de patógenos de plantas, pertencentes à classe dos moldes de água. Moldes de água não são fungos verdadeiros, uma vez que pertencem ao reino de Chromalveolata.

<sup>16</sup> De acordo com Jaime Lovatel, antracnose é uma doença que incide nas brotações jovens, nos ápices, nas folhas e nos ramos jovens. Nas sementeiras, ocorre a queima do ápice das plântulas, impedindo o crescimento e provocando o perfilhamento. Os principais sintomas são: manchas escuras, irregulares, incidindo nas bordas, causando deformações nas folhas jovens. As condições favoráveis ao desenvolvimento da doença são sombreamento excessivo e umidade excessiva. Danos causados por insetos e geadas favorecem a instalação do fungo.

<sup>17</sup> Jaime Lovatel destaca que no século XIX, a filoxera constituiu-se como uma praga devastadora da viticultura mundial, alterando a distribuição geográfica da produção vinícola e provocando uma crise global na produção e no comércio dos vinhos, que duraria quase meio século. O vocábulo *filoxera* é usado para designar o inseto e a doença dos vinhedos, que é causada pela infestação com aquele.

<sup>18</sup> Nas considerações de Celeste Gobbato, observa-se que: “Entretanto, é de justiça salientar que, embora a Isabel tenha expulsado do nosso Estado as videiras européias coloniais, ela permitiu a extensão da viticultura em regiões onde as geadas primaveris prejudicam o desenvolvimento econômico das viníferas de precoce brotação, favorecendo a produção de elevadas quantidades unitárias de uva, embora de qualidade inferior à das européias.” GOBBATO, Celeste. O cultivo da vide e a industrialização da uva no Rio Grande do Sul. *Álbum comemorativo do 75º aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950. p. 403.

<sup>19</sup> Denominam-se propriedades organolépticas as características dos objetos que podem ser reconhecidas pelos sentidos humanos, como a cor, o brilho, o sabor, o odor e a textura. Essas propriedades são importantes na avaliação do estado de conservação de alimentos, que estão sujeitos a um *exame organoléptico*, para verificar se estão em boas condições para consumo.

<sup>20</sup> Para Orlando Valverde, “embora a maioria dos colonos ainda mantenha atualmente os mesmo métodos rotineiros no cultivo da uva Isabela, o movimento para emprego de métodos racionais e para a

em bacelos de vides americanas. Assim, as uvas híbridas passaram a constituir a base para a produção do vinho colonial. (GIRON, 1987, p. 279)

Os bacelos eram enterrados no solo, não eram plantados. Como havia pouco conhecimento técnico-produtivo, nenhum cuidado era dado às videiras, nem quanto à poda nem quanto às pragas. É interessante observar que, embora o conhecimento fosse insipiente, as colheitas apresentavam-se abundantes e, em pouco mais de dois anos, já foi possível começar a produção vinícola.

O ano de 1870 é considerado o período inicial da exploração vitivinícola, com caráter econômico-industrial no Rio Grande do Sul. Naquele ano, foram remetidas para o Estado 193 variedades de videiras. Dois anos mais tarde foram vendidos para fora do Rio Grande do Sul 8 barris de vinho, cifra que se elevou a 23 barris em 1881, sob a denominação de Vinho Nacional de São Leopoldo. (RODRIGUES, 1972, p. 35-36)

Observa-se na obra de Franco Cenni que a expansão vitícola do Rio Grande do Sul se deve aos colonos italianos, que, nos primeiros anos de permanência, haviam procurado adaptar à nova terra os bacelos que tinham trazido da Europa. No entanto, a produção não se desenvolvia, mal dando para o consumo da própria família, pois o vinho é bebida tradicional e indispensável para os italianos do Norte, principalmente durante as refeições. (CENNI, 2003, p. 158)

Corroborando Jimmy Rodrigues (1972) faz as seguintes considerações:

O imigrante italiano que começou a chegar ao Rio Grande do Sul a partir de 1875 trouxe alguns bacelos de videiras, cultura tradicional do norte da Itália, de onde procedia. Entretanto os bacelos transplantados sem os cuidados necessários e em virtude da seca, da geadas e das pragas criptogâmicas foram, aos poucos, sucumbindo, dedicando-se o agricultor às lavouras de milho, centeio, cevada, trigo e posteriormente batatas e feijão. Não obstante o colono trouxe consigo o hábito europeu do consumo do vinho, não dispensando à mesa um copo deste líquido. Encontrou, entretanto, na Encosta Superior da Serra do Nordeste do Estado, condições climáticas e de solo semelhantes às que predominavam em seu país de origem o que o fez manter pequenos parreirais para a produção de vinho, fabricado de início unicamente para consumo doméstico. (RODRIGUES, 1972, p. 40)

Preocupados com o insucesso produtivo das vides, nas primeiras descidas para a região do Caí, alguns colonos italianos depararam-se, nas imediações de Feliz, com

---

cultura de castas nobres toma corpo cada dia. Foi ainda a parreira Isabela, com seu raizame resistente à filoxera, que forneceu o cavalo para o enxerto de variedades finas". VALVERDE, 1950, op. cit., p. 270.

plantações de uva Isabel, em terrenos cultivados por germânicos.<sup>21</sup> Todavia, não se pode deixar de salientar que o cultivo da uva e a fabricação do vinho acabaram por constituir-se em uma atividade característica da zona de imigração italiana, desbancando os alemães do ramo, a partir de 1880 em diante.

Foi somente em 1883 que o vinho se apresentou em posição de destaque na produção colonial. Além de 40 mil sacos de milho, 20 mil de trigo, 10 mil de centeio, 1000 de cevada, 20 mil de feijão e de 3 mil quilos de linho, foram fabricadas 5 mil pipas de vinho, cada uma com capacidade média de 480 litros. A produção de vinho em Caxias começou a aumentar, extrapolando os limites domésticos no ano de 1882, porém isso não consta com precisão no rol de produção daquele ano. No ano de 1884, o vinho, tinto e branco, já era considerado entre os principais produtos da Colônia Caxias. (RODRIGUES, 1972, p. 41-42.)

Verifica-se na obra de Vania Herédia (1997) que “com a implantação das vinhas, o progresso na viticultura caracterizou a economia local, como fonte de lucros, perpassando o consumo doméstico para se caracterizar como uma das principais culturas permanentes da região e como principal produto comercial”. (HERÉDIA, 1997, p. 56.) A autora assevera que, com a alavancagem do setor vitivinícola, surgem outros segmentos que lhe são ligados, como as indústrias de tonarias, responsáveis pelo acondicionamento do produto, e as indústrias do vime, com a prática de empalhar os garrações de vinho.

Passados os anos, no dia 05 de outubro de 1898, Júlio de Castilhos, com o Decreto 178 cria, na Chácara das Bananeiras em Porto Alegre, a primeira Estação Agronômica Experimental do Rio Grande do Sul;<sup>22</sup> um ano mais tarde, o Governo gaúcho montava o primeiro laboratório enológico rio-grandense. E foi na Estação Agronômica Experimental que se realizaram as primeiras análises dos vinhos produzidos, aconselhando-se a correção do mosto e outras medidas indispensáveis à conservação do produto. Em 1898, o Governo do Estado mandou vir 25 mil baceiros, que foram distribuídos aos colonos de Caxias do Sul, Antônio Prado, São Marcos, Alfredo Chaves e Bento Gonçalves. No ano seguinte, o Governo importou do Uruguai vinte mil baceiros; na época, a estação agronômica estudava a adaptação

---

<sup>21</sup> Ernesto Pellanda menciona: “Mas, descendo de suas montanhas com os primeiros produtos para venda no Caí, depara nas imediações de Feliz as belas latadas de Isabel dos colonos germânicos e desta entrou a fazer a base da vinicultura rio-grandense, dada a sua robustez e grande resistência mesmo às geadas tardias, visto que rebrota carregada de cachos.” PELLANDA, 1950, op. cit., p. 53.

<sup>22</sup> Segundo Jimmy Rodrigues, em 1898, em Porto Alegre, com a criação da primeira Estação Agronômica Experimental do Rio Grande do Sul, a vitivinicultura gaúcha ganhou novo impulso até que, nos albores do século passado, iniciou-se, com maior intensidade, o comércio intermunicipal do vinho, com uma parte da produção sendo levada, em lombos de burros, para os mercados consumidores, inclusive fora do Estado. (RODRIGUES, 1972, p. 41-42)

de viníferas, comparava os produtos das castas finas com os das castas comuns e realizava enxertos, sendo que em 1901 distribuiu 8.800 bachelos de produção própria.<sup>23</sup>

O objetivo das intervenções governamentais era fazer com que os estabelecimentos realizassem experimentação com mudas e enxertos, distribuindo sementes selecionadas aos agricultores. Era pretensão, também, que a Estação se tornasse um centro de formação de elementos especializados, que difundissem conhecimentos técnicos tendentes a melhorar a qualidade do cultivo da videira e da produção de vinho.

O vinho inicialmente era, pois, produzido para consumo familiar. Da mesma forma que o consumo, a produção do vinho era apenas caseira. Nas casas dos colonos, no porão, eram construídas cantinas, nas quais o vinho era produzido em condições precárias. No entanto, a indústria vinícola caseira, a partir de 1885, passaria a enfrentar concorrência na produção com as empresas industriais. (GIRON, 1987, p. 279)

Aos poucos a produção caseira de vinhos deixaria de ser interessante sob o ponto de vista econômico. A indústria vinícola urbana apresentava vinhos com melhor qualidade; além disso, como o comércio com outras regiões era iniciado por comerciantes da zona urbana, os produtores rurais passam a ter os produtos rejeitados pelos referidos comerciantes. (GIRON, 1987, p. 281)

Com o passar dos anos, a produção de vinho foi crescendo, surgindo a necessidade do trabalho dos negociantes de Caxias, dos tropeiros e dos carreteiros, que fizeram com que o vinho da Colônia chegasse a Porto Alegre e a outras praças. Eram transportados em cargueiros e em carretas até São Sebastião do Caí; de lá, pelo Rio, até a Capital do Estado. Naquela época vigorava a produção doméstica e artesanal e o pequeno proprietário agrícola, cultivador da uva, produzia o vinho, que se fazia com a ajuda de toda a família.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> CENNI, 2003, op. cit., p. 154. Para Ernesto Pellanda: “No ano de 1898 mandou vir 25.000 bachelos por intermédio da Casa João Adolfo da Fontoura Freitas e os fez distribuir aos colonos de Caxias do Sul, Antônio Prado, São Marcos, Alfredo Chaves, Ijuí, Bento Gonçalves, e também a agricultores de São Leopoldo, da Tristeza e a proprietários de chácaras nesta capital, com o que dispendeu Rs.3:199\$760, mais 42\$500 de embalagens e carretos. No ano seguinte importou do Uruguai mais 20.000 bachelos, gastando a quantia de Rs.2:751\$878 com os mesmos e 175\$500 com o seu transporte para as colônias. Enquanto isto, a Estação Agrônômica estudava a adaptação de viníferas e comparava os produtos das castas finas e das comuns e realizava enxertos. Desse modo já em 1901 podia distribuir 8.800 bachelos de produção própria, o que continuou a fazer até 1910, quando foi cedida à Escola de Engenharia”. (PELLANDA, 1950, op. cit., p. 54)

<sup>24</sup> Sandra Pesavento salienta que as uvas eram esmagadas com os pés e o produto, posto em barris para fermentar. O artigo final, elaborado com técnicas primitivas, era vendido aos comerciantes que, por meio da função intermediária, auferiam um lucro sobre o resultado do trabalho do pequeno proprietário rural. (Pesavento, 1983, p. 25)

Coube a Antonio Pieruccini,<sup>25</sup> em 1898, e a Abramo Eberle,<sup>26</sup> em 1900, agricultores e industriais caxienses, a introdução do vinho sul-rio-grandense no Estado de São Paulo.<sup>27</sup> Antonio Pieruccini e outros viticultores mais esclarecidos introduziram em Caxias do Sul a qualidade Barbera e, em outras localidades, a Merlot, além de novas variedades de videiras européias.

No entanto, não se pode esquecer a participação, na economia vitivinícola, de Luiz Michielon, que contribuiu para incentivar a produção racional e técnica da videira e para melhorar o padrão de qualidade dos vinhos caxienses e gaúchos; também, de Luiz Antunes, que visava ao aperfeiçoamento dos vinhos que produzia e que comercializava, sendo de Luiz Antunes a primeira indústria a organizar parreirais próprios precursor na utilização de máquinas modernas para o fabrico e para o engarrafamento do vinho. Destacam-se também Carlos Dreher Filho, Eduardo Mosele, Anuncio Ungaratti e José Andreazza, os quais se tornaram proprietários de cantinas. (RODRIGUES, 1972, p. 75)

De acordo com Sandra Pesavento (1983), dentro do panorama de incentivo à cultura da vinha e do aperfeiçoamento dos métodos, visando à obtenção de produtos com boa qualidade, cabe mencionar a ação de Lourenço Monaco, um enólogo vindo da Itália. Segundo a autora, Monaco foi contratado pelo Governo estadual para exercer as funções de enólogo fiscal da Diretoria de Higiene dos Municípios de Caxias e Garibaldi. A partir de 1903, Monaco começou a atuação na zona italiana, procurando apontar a inferioridade da uva Isabel e a conveniência da adoção de castas finas. Da mesma forma, denunciava a falta de higiene na fabricação dos vinhos, o que resultava em um produto com má qualidade. (PESAVENTO, 1983, p. 30-35)

No ano de 1901 realizou-se em Porto Alegre uma Exposição Estadual que tinha por objetivo demonstrar as riquezas produzidas pelos setores agrícolas e industriais. Nas considerações de Sandra Pesavento, durante a Exposição Industrial, Caxias do Sul se colocou como um centro produtor de vinho, com 30 expositores: dentre eles, estavam Antonio

---

<sup>25</sup> Antônio Pieruccini cultivou videiras, fundou uma cantina localizada na Rua Angelina Michielon, nas origens da colonização de Caxias e transportou vinho, em lombos de burros, para Guarapuava, Estado do Paraná. Foi um dos primeiros exportadores de vinho do Rio Grande do Sul. Nascido em 1851, em Luca, na Itália, Pieruccini veio jovem para o Brasil. Compreendendo que se fazia necessário abrir novos mercados para o vinho produzido em termos industriais, tratou de exportá-lo. (RODRIGUES, 1972, op. cit., p.75)

<sup>26</sup> Abramo Eberle foi praticamente o introdutor do vinho na Região de Colonização Italiana em São Paulo, por meio de duas viagens àquele Estado. Conquistou, mais tarde, o mérito de que em Caxias eram produzidos vinhos com ótima qualidade. (RODRIGUES, loc. cit.)

<sup>27</sup> Sandra Pesavento destaca que Pieruccini, em 1898, e Eberle, em 1900, levaram por terra, no lombo de burros, de Caxias a São Paulo, os primeiros barris de vinho, colocando o produto colonial diretamente no mercado consumidor. (PESAVENTO, 1983, p. 30-35)

Pieruccini, José Andreazza, Angelo Chittolina e Aristides Germani. De todos os expositores, 25 deles foram classificados como “fábricas” de caráter doméstico. (PESAVENTO, 1983, p. 31)

Um dos momentos marcantes para a região e para o setor vitivinícola foi a criação da Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul, que teve a primeira ata lavrada no dia 08 de julho de 1901, na Sociedade Operária *Príncipe di Napoli*. Foi constituída por 47 pessoas, a saber, negociantes e industrialistas. (GARDELIN, 1995, p. 8)

A criação da Associação dos Comerciantes visava congregiar esforços entre os setores, estimular o espírito associativo e reivindicatório da entidade e defender os pares junto aos poderes municipais, estaduais e federais para o desenvolvimento econômico dos segmentos e da região.

Desde os primeiros momentos da sua criação, houve a preocupação em estreitar os laços da Associação entre os colonos e a agricultura, ao defender os interesses da categoria no que se refere à cobrança abusiva de impostos. Mas foi no ano de 1902 que um dos problemas mais sérios a ser resolvido veio à tona com a questão da falsificação dos vinhos de Caxias do Sul. Tanto é que na ata do dia 06 de outubro de 1902 a entidade tratou a problemática da seguinte forma:

(...) artigos publicados no jornal *O Progresso*, de São João de Montenegro contra a falsificação dos vinhos fabricados e exportados deste município, tendo-se resolvido depois de discussão que a diretoria dirija um ofício à Junta de Higiene de Porto Alegre pedindo certificar se os vinhos de Caxias examinados no laboratório de análise foram encontrados puros. (GARDELIN, 1995, p. 12-13)

Outro ponto realçado na reunião foi a ansiedade com o desenvolvimento agrícola baseado na produção vitivinícola, no que concerne às dificuldades de exportação, devido à situação em que se encontravam as estradas, buscando-se a equalização das vantagens em aumentar a produção com o melhoramento das vias de comunicação. Aqui se observa que a Associação passa a ter dois pontos focais: um, que diz respeito à produção vitivinícola; o outro, que trata da necessidade de se ter infra-estrutura no interior do Município. (GARDELIN, 1995, p. 13)

Cabe frisar agora que o ano de 1903 foi marcado pelos mesmos problemas descritos, ou seja, estradas intransitáveis, falta de conservação, com prejuízos ao comércio e à indústria agrícola de Caxias do Sul. Outro fato foi a questão dos impostos aumentados pela

Intendência, aplicando uma taxa de 250\$000 sobre os fabricantes de vinho. No entanto, por meio de uma carta escrita ao Presidente do Estado, pela Associação dos Comerciantes, os valores foram revistos e o Intendente Campos Junior não obteve êxito no que se refere à cobrança dos tributos.

No dia 02 de junho de 1905 a Diretoria da Associação dos Comerciantes reuniu-se para “tratar sobre o inconveniente que se está dando em Porto Alegre com os recipientes de vinho que são agora recolhidos a um depósito, com pesadas despesas aos exportadores”. (GARDELIN, 1995, p. 18) Nesse momento, veio a resposta da Presidência do Estado, resolvendo “cientificar os exportadores da resolução firme do Governo de manter o depósito sendo mais garantida a fiscalização dos vinhos”. (GARDELIN, 1995, p. 18) Nas considerações de Mário Gardelin, “Vê-se como a Associação prestigia e concorda contra toda manobra que venha adulterar os vinhos locais. Tratando-se de um ponto de grande interesse para a História da viticultura e enologia”. (GARDELIN, 1995, p. 18)

Contudo, no ano de 1907, a Associação que defendera os colonos, que propugnara ativamente os vinhos de Caxias do Sul, que lutara contra a elevação dos impostos e que lançara o espírito associativo sofre uma crise interna e encerra as suas atividades. Com efeito, a Associação dos Comerciantes trabalhou pelo futuro de Caxias do Sul, atuou em favor de comerciantes e industriais, mas principalmente pela produção dos vinhos com qualidade.

O ano de 1910 tornou-se decisivo para a viticultura, com a inauguração da estrada de ferro Montenegro-Caxias do Sul (Figura 1), que permitia a ligação da região com Porto Alegre, eliminando o transporte em carretas ou cargueiros até os portos fluviais de Caí e Montenegro.<sup>28</sup> Estabelecido um contato com outras praças produtoras e consumidoras, o viticultor dedicou-se com atenção ao trabalho. O ensino técnico-profissional agrícola desenvolveu-se; além disso, na Escola de Engenharia, era criado o Instituto de Agronomia e Veterinária, com disciplinas de viticultura e enologia. (CENNI, 2003, p. 158-159)

---

<sup>28</sup> Para Sandra Pesavento, no ano de 1910, foi inaugurada a estrada de ferro que ligava Montenegro a Caxias, evitando o transporte de carretas ou cargueiros até os Portos de Montenegro e Caí. A medida agilizou o escoamento da produção até Porto Alegre, mas não foi suficiente para impedir a eclosão de uma crise econômica na região colonial em 1911. (PESAVENTO, 1983, op. cit., p. 30-35)

Para Celeste Gobbato, o ano de 1910 foi decisivo para a intensificação vitícola do Nordeste rio-grandense. Após a inauguração da ferrovia em 1910, os centros produtores da referida Região passaram a ter ligação direta com o Porto da Capital. Isso fez com que os produtores se dedicassem com mais alento, ao cultivo da vide, plantando-a nas derrubadas antigas, ao mesmo tempo em que transformavam outras parcelas de florestas em coivaras para o plantio de milho, trigo e feijão. Afirma também que, nesse mesmo ano, o ensino técnico-profissional agrícola deita raízes mais profundas no Estado, com a criação dos cursos de Agrônomos e Capatazes Rurais no Instituto de Agronomia e Veterinária, ligado à Escola de Engenharia. Em ambos, entre as disciplinas obrigatórias, salientava-se a do ensino teórico e prático de Viticultura e Enologia. (GOBBATO, 1950, op. cit., p. 406)



Figura 1: Inauguração da Estrada de Ferro Montenegro-Caxias do Sul. Caxias do Sul, 1910. Fotografia Domingos Mancuso. Acervo Histórico Municipal de Caxias do Sul.

A Tabela 1 evidencia que a exportação de vinhos da Colônia Caxias, entre 1898 e 1910, cresceu gradativamente; o salto, porém, ocorreu nos anos de 1904 e 1905. Em valores relativos, os números representam um acréscimo de 77,10% e 139,03%, respectivamente. Se forem comparados os valores desde o início da série até o final, o crescimento foi de 1.697,81%.

Tabela 1 - Exportação de vinhos da Colônia Caxias (1899-1910)

| Ano  | Quantidade em litros | Variação% |
|------|----------------------|-----------|
| 1899 | 185.938              | -5,11     |
| 1900 | 187.096              | 0,62      |
| 1901 | 200.926              | 7,39      |
| 1902 | 288.265              | 43,47     |
| 1903 | 494.295              | 71,47     |
| 1904 | 875.383              | 77,10     |
| 1905 | 2.092.417            | 139,03    |
| 1906 | 2.984.345            | 42,63     |
| 1907 | 2.890.579            | -3,14     |
| 1908 | 3.556.853            | 23,05     |
| 1909 | 3.190.182            | -10,31    |
| 1910 | 3.552.723            | 11,36     |

Fonte: Relatório do Diretor-Geral e dos demais Diretores do Tesouro do Estado, apresentado ao Sr. Dr. Carlos Barbosa pelo Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda, 1899-1910.<sup>29</sup>

<sup>29</sup> CAVAGNOLLI, Anelise. *Os parceiros do vinho: a vitivinicultura em Caxias do Sul (1911-1936)*. Dissertação Mestrado em História. UFPR: Curitiba, 1989. p. 52.

Com os estímulos do Governo e com a iniciativa dos comerciantes-fabricantes, a produção expandia-se, ocasionando a superprodução de vinho na safra de 1911. A crise da oferta coincidiu com o recuo da demanda, devido à carestia de vida.<sup>30</sup> De fato, o consumidor nacional estava restrito no seu poder de compra. Em termos de política econômico-financeira nacional, desde o Governo de Campos Salles (1898-1902), o País assistia à deflação, na tentativa de sanear a moeda brasileira, que fora depreciada na época do Encilhamento.<sup>31</sup> Uma das formas de pôr em prática a referida política foi reprimir os salários, ocasionando a retração do consumo. (PESAVENTO, 1983, p. 37)

Na Região Colonial Italiana, estavam sendo prejudicados nos negócios não só os comerciantes-fabricantes mas, principalmente, os colonos-agricultores, que produziam vinho artesanalmente. Ademais, o processo de adulteração ocorria nas praças consumidoras de São Paulo e Rio de Janeiro, prejudicando a imagem e a qualidade do produto sul-rio-grandense. (PESAVENTO, 1983, p. 37)

Preocupado com a qualidade da produção vinícola, o Intendente Municipal José Pena de Moraes destaca em relatório os seguintes aspectos:

---

<sup>30</sup> No que se refere à *carestia de vida*, Boris Fausto salienta que “O Brasil recebeu um crédito de 10 milhões de libras, emitindo novos títulos da dívida correspondentes a esse crédito. Parte dos títulos serviu para pagar durante três anos os juros da dívida total, sem necessidade, pois, de se desembolsar dinheiro. Ficaram suspensas as amortizações, isto é, o pagamento do próprio débito, até junho de 1911. As amortizações vieram depois a ser antecipadas. Em troca o Brasil deu em garantia aos credores as rendas da alfândega do Rio de Janeiro e ficou proibido de contrair novos empréstimos, até junho de 1901. Comprometeu-se ainda a cumprir um duro programa de deflação, incinerando parte do papel moeda em circulação. O país escapava assim da insolvência. Mas, nos anos seguintes, pagaria um pesado tributo por essas medidas, e outras que se seguiram no Governo de Campos Sales, gerando a queda da atividade econômica e a quebra de bancos e outras empresas”. (FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 260)

<sup>31</sup> De acordo com Boris Fausto, “O primeiro ano da República foi marcado por uma febre de negócios e de especulação financeira conhecida como Encilhamento. Não se sabe com certeza por que essa expressão foi consagrada. A explicação mais plausível é a de que se tomou um dos sentidos da palavra *encilhamento* – local onde são dados os últimos retoques nos cavalos de corrida antes de disputarem os páreos. Por analogia, teria sido aplicada à disputa entre as ações das empresas na Bolsa do Rio de Janeiro, trazendo em si a idéia de jogatina. Desde os últimos dias do Império, constatava-se que o meio circulante – quantidade de moeda em circulação no país – era incompatível com as novas realidades do trabalho assalariado e do ingresso em massa de imigrantes. Ao assumir o Ministério da Fazenda do governo provisório, Rui Barbosa baixou vários decretos com o objetivo de aumentar a oferta de moeda e facilitar a criação de sociedades anônimas. A medida mais importante foi a que deu a alguns bancos a faculdade de emitir moeda. O papel fundamental coube ao banco emissor do Rio de Janeiro, o Banco dos Estados Unidos do Brasil, dirigido por um dos grandes empresários da época, Francisco de Paula Mayrink. As iniciativas de Rui Barbosa concorreram para expandir o crédito e gerar a idéia de que a República seria o reino dos negócios. Formaram-se muitas empresas, algumas reais e outras fantásticas. A especulação cresceu nas bolsas de valores e o custo de vida subiu fortemente. No início de 1891 veio a crise, com a derrubada do preço das ações, a falência de estabelecimentos bancários e empresas. O valor da moeda brasileira, cotada em relação à libra inglesa, começou a despencar. É possível que para isso tenha concorrido um refluxo na aplicação de capitais britânicos na América Latina após uma grave crise financeira na Argentina (1890)”. (Ibid., p. 252)

A falta de transporte rodoviário e marítimo; a rotina, a qualidade da vinha; as dificuldades criadas pelo fisco federal; as adulterações do vinho, a concorrência desleal do produto estrangeiro nos mercados consumidores; a alta do preço do açúcar e das substâncias necessárias às correções químicas de que não pode prescindir a qualidade e grau alcoólico do vinho, o custo elevado; a escassez e má qualidade dos vasilhames, além de outros obstáculos de não menos importância, ainda que de atuação menos constante, como sejam as alterações climáticas e os germens patológicos que acometem a videira.<sup>32</sup>

O Intendente ainda salienta:

Ramo principal da actividade agrícola dos habitantes deste município, base de sua riqueza e do bem estar daquelles que a ella se dedicam, o aperfeiçoamento da industria vinícola não póde deixar de preocupar a administração municipal. Como não promover o seu aperfeiçoamento, se é certo que essa industria, tratada pelos processos racionais de fabricação e de cultura, constituirá incalculável fonte de riqueza futura. Temos aqui a única região vinícola de todo o Brasil. Basta que os processos empíricos e rotineiros no fabrico do producto sejam, pouco a pouco, substituídos pelos sistemáticos e scientificos; basta que o fabricante de vinho se convença de que menor quantidade de boa qualidade, devido á cotação estável e vantajosa nos mercados de consumo — é mais compensadora do que grande quantidade de qualidade inferior.<sup>33</sup>

Ainda sobre o assunto, Sandra Pesavento (1983) assinala que o Governo estadual apontava como forma de encarar os problemas econômicos a associação dos produtores, considerando que o Estado e a iniciativa privada deveriam agir em defesa dos interesses — esse é, pois, o próximo tópico do capítulo, que será desenvolvido a seguir. (PESAVENTO, 1983, p. 37)

### 2.3 A PRIMEIRA FASE DO COOPERATIVISMO VITIVINÍCOLA (1911-1914)

Foi em 1911 que teve início o movimento cooperativista, sob o comando da Sociedade Nacional de Agricultura, do Centro Econômico do Rio Grande do Sul e da Associação Rural

---

<sup>32</sup> Relatório apresentado ao Conselho Municipal a 15 de novembro de 1916 pelo Intendente Cel. José Pena de Moraes, publicado em 1917. Typographia Popular – A. Mendes & Filho. Caxias do Sul. p. 10.

<sup>33</sup> Ibid., p. 14.

de Pelotas. Cooperativismo, mais do que uma doutrina, é um sistema de livre associação que, alicerçado em valores e em princípios de ajuda mútua, busca benefícios para os sócios e para os participantes.

Para J. Monserrat (1950), a prática cooperativista na Zona de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul prende-se, desde o aparecimento, como tentativa de organização de economia agrária, a dois fatores: o regime da pequena propriedade rural e a fragilidade das unidades econômicas em um meio regido pelos princípios do *laissez-faire*. (MONSERRAT, 1950, p. 294) Pedro Fonseca (1999) esclarece tal princípio como “uma teoria que pretende atribuir unicamente à iniciativa particular o desenvolvimento econômico ou industrial de qualquer país, deixando de lado a teoria da nacionalização desses serviços por parte da Administração Pública”. (FONSECA, 1999, p. 61)

De acordo com Loraine Giron (1987), o movimento cooperativista está associado à imigração tanto de italianos como de alemães, mas o cooperativismo vinícola constitui obra dos primeiros. Conforme foi comentado, a estrutura fundiária não permitia a produção individual abundante e lucrativa. Com o crescimento da produção urbana, a tendência era que a indústria vinícola artesanal viesse a desaparecer. O cooperativismo aparecia como solução, permitindo a manutenção das colônias e o melhoramento das condições de vida dos colonos. (GIRON, 1987, p. 282)

O Movimento ocorre em um momento em que tudo estava por fazer. Os agricultores italianos não possuíam capacidades técnicas produtivas e também se iniciavam as primeiras concorrências comerciais entre agricultores e comerciantes. A solução encontrada pelos pequenos produtores para a situação era o associativismo. Nas considerações de J. Monserrat (1950), “Achava-se, assim, o nosso agricultor, em posição defensiva não só contra as forças da natureza como em atitude de reserva para com os elementos que intermediavam nas relações econômicas, em tão bela região”. (MONSERRAT, 1950, p. 294)

Os agricultores, não podendo contar com transporte, desconhecendo o mercado e carecendo de visão sobre as possibilidades de emancipação econômica, sentiam-se abandonados. As inquietações dominavam, e os preços pagos pelos produtos agrícolas eram insignificantes, isso sem contar com as adulterações nos vinhos nas praças de consumo e as mitificações de que eram vítimas os agricultores. J. Monserrat complementa: “Sem transportes fáceis, conhecimento dos mercados e assistência agrônômica e, ainda, carecendo de uma visão alentadora das possibilidades de emancipação econômica, não raro chegaram ao desespero e aniquilaram num gesto tresloucado o fruto de tanto sacrifício”. (MONSERRAT, 1950, p. 294)

Para o referido autor, as associações seriam destinadas a amparar os colonos, servindo para congregar os pequenos agricultores e para ministrar a estes os recursos de ordem material, econômica, social e moral.

De acordo com Franco Cenni (2003), a produção era variada, mas o valor comercial era baixo, e o trabalho dos colonos se diluía na luta entre compradores por atacado e produtores. Era o vinho, porém, que sofria os efeitos das falsificações,<sup>34</sup> colocando os produtores a perder o fruto de anos de trabalho. (CENNI, 2003, p. 160) Os escritos de J. Monserrat (1950) confirmam que

embora variada a produção, o valor do produto era pobre. E, em meio de uma luta desigual entre compradores e produtores, todo o trabalho destes pioneiros se diluía frente a um balcão, esgotando sua capacidade aquisitiva e ameaçando, com o pauperismo, galvanizar tanta energia dispersa. (MONSERRAT, 1950, p. 294)

Prova disso é a matéria editada no dia 11 de maio de 1911, denominada “O vinho rio-grandense”, no *Correio do Povo*, que destaca:

Elevado interesse economico está a impor a adopção urgente de medida que restabeleça os créditos do vinho rio-grandense, actualmente muito desvalorizado nos mercados de principal consumo, como o do Rio de Janeiro. Constitue causa primacial dessa desvalorisação, muitas vezes o pessimo aspecto do vasilhame, que é já usado, velho, sujo e sem uniformidade, quer quanto o modelo, quer quanto as dimensões. Sem receio de que se operem as trocas de marca, facilitando o desenvolvimento das conhecidas e revoltantes falsificações. Consta-nos, mesmo, que o dr. Carlos Barbosa, presidente do Estado, está, felizmente, inteirado de tudo, e assim, habilitado a agir com equidade e justiça, em tal assumpto, que é de insophismavel relevancia para os interesses economicos da nossa terra. (O VINHO rio-grandense. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 132, p.1, 25 mai. 1911)

Por outro lado, as empresas industriais da zona urbana, que se destinavam à produção de vinho, surgidas no final do século XIX, estavam melhor aparelhadas em termos de capital e tecnologia. Elas passaram a adquirir uva *in natura* dos produtores, que começaram a

---

<sup>34</sup> J. Monserrat salienta que a quantidade de vinho exportado para o Rio de Janeiro e fabricado nas colônias atingia cerca de quatro milhões de litros; no entanto, naquela Capital, eram vendidos para consumo doze milhões de litros como sendo produção da Zona Colonial Italiana. (MONSERRAT, 1950, p. 294)

produzir mais para gerar excedente para a venda — com isso, os preços começaram a diminuir.

Naquele período, ocorre a especialização do trabalho. Os comerciantes, que fazem a intermediação entre o produtor e os centros comerciais do Estado, passam a acumular capital. Associada aos fatos, a produção cresceu; o preço estava praticamente estável, e o mercado estava por ser conquistado.

Embora oficialmente a data seja 1911, em 1910 já iniciavam alguns pequenos esclarecimentos sobre o “cooperativismo”, destacados pelo Jornal *Il Colono Italiano*, com os seguintes dizeres:

(...) cooperativa é uma sociedade de diversas pessoas que todas em accordo aplicam unidas um capital ou apenas a matéria-prima para a formação de uma industria social, que possa dar certo interesse que depois venha repartido entre os socios em proporções ao capital e a matéria-prima que qualquer socio tenha contribuido à sociedade. (LA COOPERATIVA. Il colono italiano. Garibaldi, 16 de julho de 1910, p. 4)

Foi então que o Ministro Pedro de Toledo<sup>35</sup>, em discurso pronunciado em 1911, afirmava ser o cooperativismo o segredo para que se eliminassem os intermediários.<sup>36</sup> No entanto, o cooperativismo — com os conceitos tendentes a racionalizar a distribuição da riqueza, dando ao homem a justa função de elemento no processo econômico — requeria trabalho, convicção e desprendimento. A divulgação de preceitos de sentido humano e cristão exigia não apenas honestidade moral mas também conhecimento da matéria e vocação pela catequese. (CENNI, 2003, op. cit., p. 161) Verifica-se nos escritos de Franco Cenni (2003) que o Ministro Pedro de Toledo, em pronunciamento de 1911, declarou:

Povoado o nosso fértil e vasto território, disseminadas as nossas instituições de ensino agrônômico, provida a nossa agricultura, com as indústrias que lhe são subsidiárias, de meios fáceis e baratos de transporte e dos necessários institutos de crédito, só lhes restará a uma e outras, para sua definitiva consolidação, estabelecer e firmar a sua organização comercial sob os moldes seguidos por outras nações que

---

<sup>35</sup> Pedro Manuel de Toledo (São Paulo, 29 de junho de 1860 - Rio de Janeiro, 29 de julho de 1935) foi advogado, diplomata e político brasileiro.

<sup>36</sup> J. Monserrat destaca que o Dr. Carlos Barbosa preocupava-se com: “Os meios de impedir as adulterações, mais do que o Governo, os possuís vós, ó agricultores; somente associando-vos e constituindo cooperativas podereis bem defender os vossos produtos, deles auferindo maior proveito.” (MONSERRAT, 1950, op. cit., p. 295)

passaram por fases econômicas semelhantes à nossa. Entre os aparelhos desta organização é preciso que também figurem os que se fundam no sistema cooperativo, cujo segredo principal de seu sucesso consiste na facilidade com que eliminam os intermediários inúteis, considerados os parasitas insaciáveis do trabalho dos produtores. (MONSERRAT, 1950, p. 294)

Observa-se que somente pelo associativismo se daria a defesa da produção e a valorização do trabalho dos colonos, não sendo difícil a aceitação de tal tese, já que, em Nova Petrópolis, por iniciativa do Pe. Theodor Amistad, foram criadas as caixas de crédito rural (atualmente, o chamado Sicredi).

No entanto, ficavam os seguintes questionamentos: como levar tal idéia adiante? Como realizar a premissa? Com que meios? Com que numerários? Como promover a campanha educativa capaz de despertar o interesse consciente entre os agricultores?

Nesse momento surge a figura *apostólica*, como denomina Franco Cenni (2003), de Giuseppe De Stefano Paternó, (CENNI, 2003, p. 161-162) advogado italiano, nascido em Palma de Montechiaro, Província de Agrigento, Sicília, que já havia realizado trabalhos na capital da República e no Paraguai. Paternó era brilhante orador, homem culto e experimentado, que recebeu do Governo Central o encargo de orientar o empreendimento.

Paternó foi recebido e prestigiado pelas autoridades sul-rio-grandenses como ilustre cooperativista, no dia 1º de setembro de 1911. Dois dias antes da chegada ao Estado, o Jornal *O Brasil* noticiava que Paternó já havia embarcado no Rio de Janeiro rumo à nova empreitada agora em solo gaúcho:

Dr. Stefano Paterno - Cooperativas agrícolas

Devia ter embarcado, no Rio, a bordo do «Saturno», com destino a este Estado, o dr. Stefano Paterno, que vem ao Rio Grande do Sul, commissionado pela Sociedade de Agricultura para fazer uma serie de conferencias de propaganda das cooperativas agrícolas de consumo. Os temas escolhidos para essas conferencias são os seguintes:

I— O programma da Sociedade Nacional de Agricultura e a minha missão.

II— A Imigração e a colonização nos Estados do Sul.

III— A organização cooperativista como progresso agrícola e industrial.

IV— O actual estado econômico do Brazil. (Dr. Stefano Paterno. Cooperativas agrícolas. Jornal *O Brasil*. Caxias do Sul. 30 ago. 1911)

No dia 13 do mesmo mês, promoveu uma reunião em Vila Nova, nos arredores da Capital; dois dias depois, criou a primeira cooperativa agrícola e uma caixa de crédito rural

nesse lugar. No dia 22 de setembro, iniciou o empreendimento na denominada *Pérola das Colônias*, como Júlio de Castilhos batizara o Município de Caxias do Sul.



Figura 2: Chegada de Giuseppe De Stefano Paternó a Caxias do Sul.  
Fonte: Foto do Acervo Jornal Correio Rio-grandense.<sup>37</sup>

Chegando a Caxias do Sul, uma comissão aguardava o cooperativista, tendo à frente o Cel. Tancredo Apio Feijó; o Intendente Municipal, Cel. Pena de Moraes; o Deputado Estadual, Dr. Fontoura Trindade; o Juiz Distrital; o Reverendo Padre Menegusso, vigário da paróquia; Abramo Eberle e Jacinto Adamatti e outros representantes da sociedade caxiense. No dia 24 de setembro, Paternó faz o primeiro discurso em Caxias do Sul. (MONSERRAT, 1950, p. 297)

---

<sup>37</sup> MOLON, Floriano. *Cooperativas vinícolas de Flores da Cunha*. Porto Alegre: Evangraf, 2009. p. 26.



Figura 3: Ilustração-símbolo do cooperativismo trazido por Dr. Paternó.  
Fonte: Acervo histórico da Cooperativa Vitivinícola Garibaldi Ltda.

Para Loraine Giron (1987), Caxias do Sul foi o Município escolhido como o centro do Movimento desencadeado por Paternó. No período de 1911 a 1913, o empreendimento se expande e são fundadas cooperativas de produção em Caxias do Sul e na região. A chegada do militante italiano correspondeu à época de uma das crises na indústria vinícola, causada pela grande safra de 1910, pela queda do mercado, pela baixa qualidade do produto e pela concorrência dos vinhos importados.<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> Uma das teorias para a sustentação da tese é o conceito de “*personalidade econômica de base*” quando se inicia a construção do cooperativismo pregado por Paternó. O conceito faz parte da Teoria do Comportamento Cooperativo e tem as seguintes premissas: em nível social, os cooperados provenientes do mesmo meio social apresentam semelhantes personalidades econômicas de base. Dito de outro modo, no decurso das respectivas socializações, interiorizam modelos e quadros de referência que refletem as maneiras de pensar, de sentir e de agir da mesma classe e dos mesmos grupos de treinamento, de trabalho e de lazer. Se a personalidade econômica de base representa a reinterpretação dos fatores característicos de um sistema socioeconômico total, não se pode exigir comportamento cooperativista de quem não tem formação nesse campo. É por isso que, nos países em desenvolvimento, o Estado procura suprir tal lacuna por meio de cursos teóricos e práticos de cooperativismo. (PINHO, 1982, p. 84)



Figura 4: Lançamento da pedra fundamental da primeira cooperativa agrícola de Antônio Prado.  
Fonte: Arquivo Projeto Memória/Antônio Prado/Fernando Roveda.<sup>39</sup>

Na Figura 4, tem-se o lançamento da pedra fundamental da primeira Cooperativa Agrícola de Antônio Prado, em 21 de outubro de 1911. A partir da esquerda estão José Dotti, Padre José Benini, Olímpio Dotti (menino abraçado a Paternó), Armando Miller (menino, filho do Intendente Inocêncio Miller) e o Intendente Tenente Coronel Inocêncio de Mattos Miller. A cooperativa funcionava no prédio da antiga Cantina Cesa, atualmente desativada. (MOLON, 2009, p. 39)

De acordo com Franco Cenni (2003), nada detinha a ânsia do cooperativista em organizar as atividades econômicas. Sem sombra de dúvida, Caxias passou a ser o centro das atenções de Paternó: visitava vilas e povoados, propagando os princípios cooperativistas.<sup>40</sup> Ele não tinha descanso<sup>41</sup> e demorava-se em palestras elucidativas em toda a região de imigração italiana no Estado, lançando bases em outras sociedades cooperativas. Presidiu o lançamento da Cooperativa Agrícola de Caxias e fez surgir cooperativas em Bento Gonçalves,

<sup>39</sup> MOLON, 2009, op. cit., p. 39.

<sup>40</sup> Segundo o jornal *Cidade de Caxias*: “O Dr. Paternó, propagandista esforçado do cooperativismo continuou, entre nós, a sua elevada tarefa. Na semana que hoje finda visitou os Districtos de Nova Trento, Nova Padova e Nova Milão, bem como a povoação de Nova Vicenza. Em toda a parte foi recebido com entusiasmo. Em Nova Milano já foi subscripto o capital de 10:000\$000 para uma cantina social e industria do queijo. (Homenagem justa. Jornal *Cidade de Caxias*. Caxias do Sul. 15 out. 1911).

<sup>41</sup> Para ilustrar o comentário de Franco Cenni, o jornal *O Brasil* fazia o seguinte comentário: “O illustre Dr. Paterno tem desenvolvido uma actividade extraordinária, affrontando com denodo os rigores do tempo cruel, propellido pela boa vontade e entusiasmo com qual é recebida a sua palavra evangelisadora, em prol da vantajosa e utilíssima propaganda do cooperativismo agrícola, já consagrado por todo o município e abraçado por todas as classes produtoras de Caxias”. (O COOPERATIVISMO. Jornal *O Brasil*. Caxias do Sul. 12 out. 1911)

Garibaldi, Alfredo Chaves e Guaporé, com sucursais e capacidade vinificadora,<sup>42</sup> que podiam absorver quase por completo a produção das parreiras da região, exportando também outros produtos agrícolas. (CENNI, 2003, p. 163) Ainda sobre o assunto, J. Monserrat (1950) complementa:

Caxias do Sul foi o seu quartel-general. Quando não estava propagando o evangelho em ação, visitava as indústrias locais e perdia tardes inteiras, entre os vinhedos que circundavam as cidades, auscultando a vida colonial e sua intimidade. À noite, reunia-se com os dirigentes municipais e interessados e, até altas horas, discutia e traçava planos. (MONSERRAT, 1950, p. 294)

Observa-se nos comentários realizados pelo Jornal *O Brasil*, de 04 de novembro de 1911, que o trabalho de Paternó não se limitaria apenas às colônias italianas conforme foi descrito. Havia o interesse da implantação da doutrina nas colônias alemãs tanto que o Jornal trazia a seguinte matéria: “Após alguma demora nesta capital, o Dr. De Stefano Paterno seguirá em visita às colônias alemãs, acompanhado de um interprete”. (REGRESSO a Porto Alegre. Jornal *O Brasil*, Caxias do Sul, 04 nov. 1911)

É interessante ressaltar os comentários que o Jornal *O Rio Grande do Sul* em matéria do dia 31 de julho de 1912 intitulada “O Município de Caxias” salienta:

Caxias é, sem duvida, a colonia mais importante do Rio Grande, devendo o seu progresso não só aos operosos colonos italianos que a fundaram, como também às suas esplendidas condições locais, (clima, solo, etc.), que permitem cultivar-se ali todas as fructas e cereaes do sul da Europa.

Actualmente a viticultura constitue uma das suas principaes fontes de receita. E com a fundação das adegas cooperativas, dotadas de toda aparelhagem moderna para a fabricação do vinho, e dirigidas por competentes enothechnicos, é de esperar-se que ella, dentro de pouco tempo, possa fornecer um bom vinho e barato

A cantina dr. Pedro de Toledo, é uma dessas adegas cooperativas. Ela foi inaugurada por s. exe. na sua passagem por Caxias e serve para mostrar o que é possível conseguir-se com auxilio das cooperativas, quando bem dirigidas. Há pouco, pois, ainda fundada, a cooperativa de Caxias, já dispõe de uma esplendida adega, construída de pedra de 60x12, contendo dez tonéis de madeira com capacidade de 150 quintos cada um. Em summa, a cooperativa já esta montada de modo a poder tratar, convenientemente, 150 milhões de kilos de uva, que é em quanto foi calculada a produção dos seus associados actualmente. (O MUNICÍPIO de Caxias. *O Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, p. 1, 31 jul. 1912)

---

<sup>42</sup> Nas considerações de J. Monserrat, as cooperativas vinícolas teriam capacidade vinificadora para atender à quase totalidade da produção das colônias. O cooperativismo foi um instrumento incontestável na vida colonial, pois colocava um fim ao caos no qual estava mergulhado o vinho sul-rio-grandense.

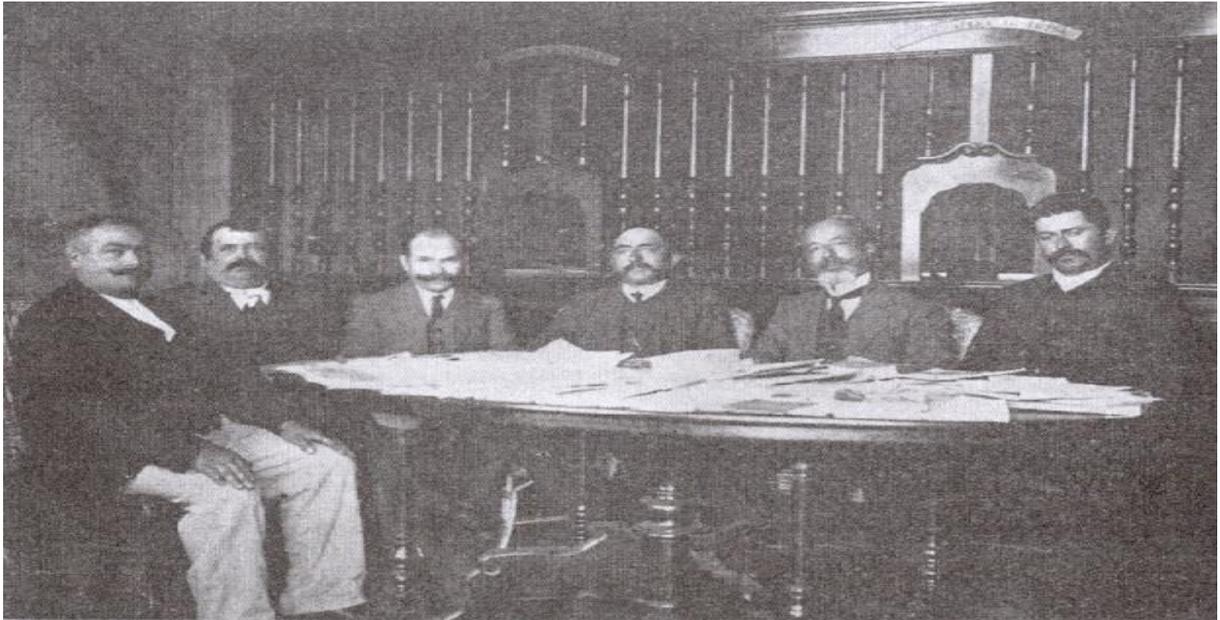


Figura 5: Diretoria da primeira Cooperativa de Caxias. Da esquerda para a direita: Demétrio Molon (de Otávio Rocha), Stallivieri, Pezzi, Rossato, Stefano Paternó e Jacinto Adamatti<sup>43</sup>  
 Fonte: Extraída do Jornal Correio Rio-grandense.

A Figura 5 apresenta a Diretoria da primeira Cooperativa de Caxias; Paternó, na breve estada na região, visitava duas, três, quatro a cinco vezes uma mesma localidade, professorando o ideal cooperativista, com a persistência dos convictos.<sup>44</sup> Para J. Monserrat, como orador primoroso, não lhe faltavam nem os recursos de uma apurada dialética nem a sua presença de espírito de experimentado parlamentar.

O sucesso das cooperativas parecia ter ganhado adeptos em outros lugares, tanto que o Jornal *O País*, do Rio de Janeiro, em edição de 12 de dezembro de 1912, publicou sob a epígrafe “As cooperativas pastoris” o artigo editorial que o *Correio do Povo* reproduziu por se tratar de um assunto atual (na época) para o Rio Grande do Sul, destacando:

O êxito das associações cooperativas no mundo econômico contemporâneo é um fato incontestado. Nós outros, apenas saídos da economia colonial e, ultimamente em face da economia capitalista, que, começou a desconcertar os nossos velhos

<sup>43</sup> MOLON, 2009, op. cit., p. 44.

<sup>44</sup> Continua recrudescendo o entusiasmo dos agricultores, industrialistas e comerciantes, pelas sociedades cooperativas Agrícola e Caixa rural de Crédito de Caxias. O illustre Dr. Paterno tem desenvolvido uma actividade extraordinária affrontando com denodo os rigores do tempo cruel, propellido pela boa vontade e entusiasmo com qua é recebida a sua palavra evangelisadora, em pról da vantajosa e utilissima propaganda do cooperativismo agrícola, já consagrado por todo o municipio e abraçado por todas as classes productoras de Caxias. (O Cooperativismo. Jornal *O Brasil*, Caxias do Sul, 12 out. 1912).

processos de trabalho, não podíamos deixar de sofrer as reações a que estamos assistindo, como primeiros e significativos choques contra o predomínio do fator capital em nossas diversas formas de atividade produtiva.

O amadurecimento da idéia de cooperação entre as classes produtoras, o estudo e o crescente apreço das associações cooperativas e seus primeiros ensaios práticos. As cooperativas representam o processo suave, pacífico e eficaz, contra as extorsões do comércio moderno e o seu grande número de agentes intermediários.

É no Estado de Minas que nossas cooperativas apresentaram o mais documentado êxito, pela iniciativa e auxílio oficial dos poderes públicos, em outros Estados cumpre reconhecer a existência de sociedades cooperativas de várias espécies e adaptadas à economia local.

Argumentou-se muitas vezes contra as instituições cooperativas. As cooperativas do café responderam a essa objeção. Ao mesmo tempo, nos chega do Rio Grande do Sul a notícia da fundação auspiciosa de outra grande cooperativa pastoril. A aquisição de animais reprodutores, com ou sem auxílio do governo, a importação de materiais necessários à indústria pecuária, de máquinas para laticínios, bem como de todos os gêneros de consumo nas estâncias, a venda de lãs, couros e gado: a requisição nos poderes públicos de todos os benefícios das leis de registro de marcas, de registro de criadores e do registro de animais de raça: promover a criação de postos zootécnicos e veterinários: facilitar feiras e exposições, enfim tudo quanto interessar a esse largo e intenso departamento da atividade econômica.

A introdução do cooperativismo é a prova mais inconcussa de que os campos do nosso País estão em franco caminho de civilização. A cooperação, sendo a solidariedade, vai dar força aos elementos de vida e progresso que se inutilizavam no isolamento, que era a própria fraqueza.

Oxalá essa idéia se generalizasse a todos os outros Estados, emprestando aos nossos criadores, espalhados pelos sertões, o sentimento da união, para o aperfeiçoamento e o triunfo no campo agitado da indústria moderna. (AS COOPERATIVAS pastoris. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 dez. 1912.)

De acordo com o Jornal *Cidade de Caxias*, para Paternó, as vantagens da implantação das cooperativas consistiam na “emancipação absoluta do comércio vampiro, economia de 30% a 40%, na compra de elementos para agricultura, direção técnica de enólogos e fruticultores, importação de árvores e ramos de parreira, entre outros benefícios”. (O COOPERATIVISMO. *Cidade de Caxias*, Caxias do Sul, n. 18, p. 2, 15 out. 1911)

Sandra Pesavento (1983) relata que, pela ação de Paternó, foram criadas 16 cooperativas, centralizadas na poupança dos colonos, com a finalidade de promoverem o beneficiamento dos produtos coloniais, fornecendo aos pequenos produtores crédito, tecnologia e implementos para a melhoria da produção. Com o objetivo de concentrar recursos e fornecer crédito a juro baixo e a prazo longo, formaram-se as Caixas de Crédito Rural, que tiveram o apoio dos agricultores, uma vez que significavam poder escapar dos comerciantes que operavam como banqueiros. (PESAVENTO, 1983, p. 38)

Com relação à criação das caixas de crédito, identifica-se, pela matéria editada no Jornal *O Brazil*, que tinham a função de acumulação das economias dos cooperados, para depois repassar os recursos, a título de financiamentos, com taxas de juros menores. Assim, o objetivo era “promover e desenvolver os interesses morais e materiais dos associados,

facilitando-lhes os capitães de que carecem nas melhores condições de pagamento e a juros mais baixos possíveis para o custeio das propriedades rurais e aperfeiçoamento dos respectivos productos”. (Acta de instalação da caixa de crédito rural de Caxias. *O Brazil*, Caxias, n. 144, p. 2, 12 out. 1911)

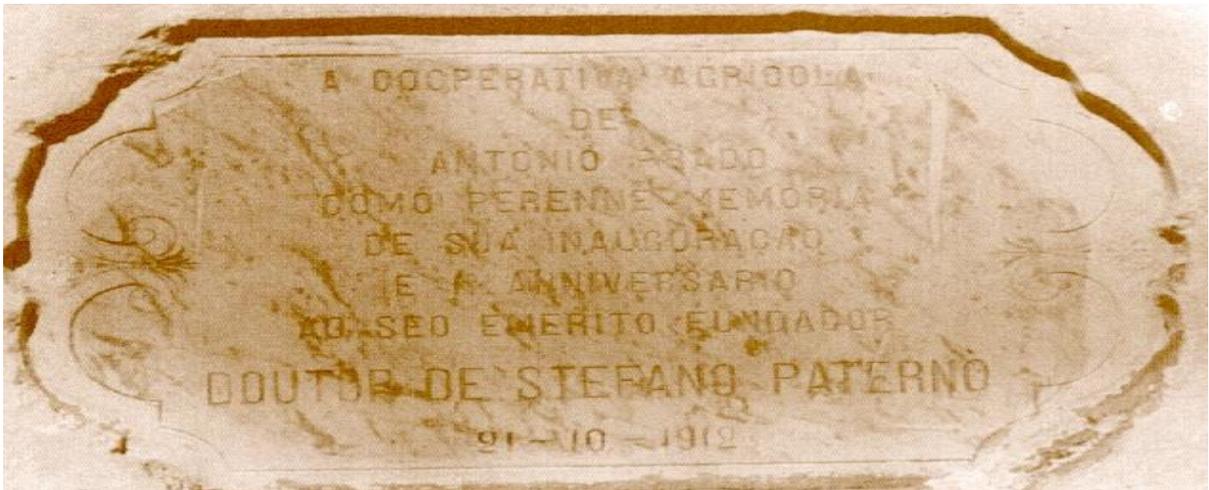


Figura 6: Placa que se encontra na primeira Cooperativa de Antônio Prado. Dizeres: À Cooperativa Agrícola de Antonio Prado, como perene memória de sua inauguração e 1º aniversário ao seu emérito fundador Doutor De Stefano Paternó. 21-10-1912.

Fonte: Foto do Arquivo Projeto Memória/Antonio Prado/Fernando Roveda.<sup>45</sup>

Com o crescimento do movimento cooperativista, as organizações contratavam enólogos e laticianistas italianos, a fim de melhorar o aspecto técnico-industrial dos produtos. Frente aos animadores resultados, o sistema estendeu-se a outros setores, como, por exemplo, o madeireiro, o de laticínios, o de carne e o ferroviário.

Paternó, na execução do plano, conseguiu um vultoso empréstimo<sup>46</sup> para a construção de novos estabelecimentos; também, foram adquiridos maquinários, iniciando um movimento centralizador para disciplinar a rede de cantinas, refinarias, cavas e serrarias. O sucesso era tanto que, em 20 de setembro de 1912, surgia a Federação das Cooperativas.<sup>47</sup>

<sup>45</sup> MOLON, 2009, op. cit., p. 40.

<sup>46</sup> Para J. Monserrat, o empréstimo era de cerca de três milhões de cruzeiros para a compra de produtos e de R\$ 300.000,00 para construções e aparelhagens. (MONSERRAT, 1950, op. cit., p. 306)

<sup>47</sup> De acordo com Sandra Pesavento, a diretoria teve como presidente Álvaro Nunes Pereira, representante do Centro Econômico do Rio Grande do Sul, e como vice o Cel. Alfredo Gonçalves Moreira, que seria depois presidente da União dos Criadores. Entre os suplentes da diretoria, Eurico de Oliveira Santos, também do Centro Econômico do Rio Grande do Sul. Como diretor-geral, figurava Stefano Paternó. (Pesavento, 1983, p. 30-35)

O trabalho estava no caminho certo,<sup>48</sup> porque se desenvolvia uma mentalidade próspera e segura na vida rural, a partir do momento em que a valorização do trabalho dos colonos começava ser reconhecido. Para se ter idéia da pujança dos empreendimentos realizados por Paternó, o Jornal *O Brasil*, de 03 de dezembro de 1912, fez os seguintes comentários:

Em Caxias, a cooperativa agrícola, ali formada no mez de setembro, conta 1.200 sócios, productores todos. Está em construção a Adega Social, de 25 metros de frente por 60 de fundos, trabalhando diariamente trinta operários. A Adega é destinada a unificar os typos de vinho branco e tinto, que produz de 200 a 250 mil quintos de vinho por anno. Será dirigida por um pessoal tecnico de reconhecida competência e que já sahiu da Itália, devendo chegar no próximo mez do fevereiro. A cooperativa de Caxias abrange outros productos, como salames, presuntos, etc. Em Nova Trento a cooperativa foi fundada em princípios de outubro, contando com quinhentos sócios, e a Adega com construção de 20 por 40 metros. Em Antônio Prado, a cooperativa estendo-se a Nova Treviso, Nova Roma, Castro Alves e 4º districto da Vaccaria. São em numero de 700 os sócios. Constróe-se um edificio para preparo de manteiga a refinação de banha, e já funciona um posto zootechnico, com touros o porcos. Em Bento Gonçalves, a organização da cooperativa toma enorme incremento, e far-se-á ali uma Adega Social. Foram adquiridos terrenos em torno da grande cascata de Paraty, com uma queda d'agua da força de 500 cavallos, para a fundação de uma fabrica de tecidos de linho e de seda. Começara com o regular numero de teares. Em S. Marcos, a Adega Social comporta 20.000 quintos de vinho. Vai dirigi-la o Sr. Mônaco. Em Nova Milão, cooperativa de vinhos e banha; Em Nova Vicenza, cooperativa para vinhos; em Borghetto, districto de Garibaldi, industria de chapéos de palha, que só venderá nesta capital e em S. Paulo, cooperativa para lactínicos, principalmente queijos, e que não tardarão a ser apreciados no Rio de Janeiro; em Santa Barbara, cooperativa para queijos, typo suiso; em Alfredo Chaves e Guaporé, cooperativas para refinação de banha. (RIO GRANDE DO SUL. Jornal *O Brasil*, Caxias do Sul, 03 dez. 1912)

Contudo, começaram a aparecer os resultados das primeiras artimanhas dos comerciantes, criadas pelos que, prosperando à sombra de intermediações, tinham sido atingidos nos interesses pela nova e pujante organização cooperativista, que havia tornado inútil a intervenção dos mesmos.

O plano cooperativista era teoricamente perfeito. Prova disso é que, nos escritos de J. Monserrat (1950), além de ferir o nó górdio da falta de iniciativas dos líderes da economia,

---

<sup>48</sup> Segundo J. Monserrat, o presidente Carlos Barbosa destacava: “Só cooperativismo, só uma organização obediente a um plano poderá evitar essa fraude escandalosa, desmoralizadora do vinho nacional que, excelente nas zonas de produção torna-se imprestável nas cidades.” Pena de Moraes pronuncia: “É conhecida a profunda crise porque atravessou, entre nós, a indústria vinícola. A depreciação do produto levou o desânimo às classes produtoras, fazendo-as cair em visível apatia (...) Eis o estado da indústria vinícola quando De Stefano Paternó, empreendeu a organização cooperativista cujo programa (...) (MONSERRAT, 1950, p. 301)

apresentava solução racional de valorização efetiva do trabalho rural, com perspectivas de ressonância na vida do Estado. (MONSERRAT, 1950, p. 306)

Para Sandra Pesavento (1983), a modernização das empresas domésticas feria os interesses na colônia italiana e que representavam uma significativa parcela de acumulação de capital: os comerciantes-fabricantes. A campanha cooperativista anulava o papel de intermediação dos grupos e, conseqüentemente, eliminaria o controle que exerciam sobre a produção doméstica, em termos de compra, venda e fabricação. (PESAVENTO, 1983, p. 39)

Na visão de Loraine Giron (1987), se o lema *um por todos e todos por um* ecoava nas linhas e nos travessões e o refrão *associai-vos* estava em todos os jornais, o movimento dos produtores urbanos não demorou muito tempo para tomar uma iniciativa. A Associação Comercial de Caxias ia unir-se às de outros Municípios para deter o Movimento. (GIRON, 1987, p. 284-285) Além disso, o Governo do Estado, mediante incentivo, promulgou a Lei 103, de 18 de novembro de 1911, que isentava as cooperativas de impostos territoriais, industriais e de exportação, o que desonerava as cooperativas em relação ao empresário particular. A Lei, segundo o Jornal *Il Colono Italiano*, apresentava-se com os seguintes termos:

Art. 1º Ficam isentos de impostos de transmissão de propriedade, os imóveis adquiridos pelas cooperativas agrícolas para as instalações de suas sedes e estabelecimentos.

Art. 2º Isentos de impostos por 10 anos as terras e benfeitorias das cooperativas. (LEGGE providenziale. *Il colono italiano*, Garibaldi, n. 38, p.2, 25 nov. 1911)

Cabe referir também que a qualidade das uvas e dos vinhos se acentuou na época, o que é verificado pelos prêmios ganhos em exposições. Isso pode ser observado pela matéria editada no dia 27 de novembro de 1911 pelo Jornal *Correio do Povo*, que destaca o seguinte acontecimento:

(...) Sr. director do “Correio do Povo”, cabe-me a honra de levar ao conhecimento dessa illustrada redacção que sob a presidência do sr. Harmódio Franco, reuniu-se em data de ontem a commissão da Festa das Uvas, afim de iniciar os trabalhos da exposição respectiva que terá lugar em princípios do anno próximo.

Nessa reunião ficou deliberada a distribuição de prêmios, constituídos de utensílios agrários, aos agricultores que hajam, nominalmente, exposta a uva, ou productos della derivados, de qualidade superior, conferindo-se ainda aos do 1º, 2º e 3º lugares, medalhas, respectivamente, de ouro, prata e bronze.

Para fazerem parte da comissão do jury, serão convidados os distintos cavalheiros dr. De Stefano Paternó, Antonio Rosa e capitão José Baptista. (FESTA das uvas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 nov. 1912.)

Apesar dos acontecimentos positivos, o aumento da produção fez baixar o preço do vinho, e os industriais passaram a se preocupar com a questão dos valores recebidos pela bebida. Porque as cooperativas são isentas de impostos, ainda poderiam lucrar, mas isso não ocorria com os produtores industriais independentes.

Paralelamente aos acontecimentos, existiam questões para serem discutidas no campo dos ideais dos que defendiam o espírito cooperativista contra os que haviam observado as dificuldades enfrentadas pelas organizações em países europeus. Sob esse aspecto, o Professor Ernesto Bertarelli, em uma coluna do dia 17 de dezembro de 1912, atentava para os perigos e insucessos econômicos das cooperativas na Itália, em matéria editada no *Correio do Povo*, salientando os seguintes pontos:

Tanto no Brasil, como na República Argentina, são conhecidos há alguns anos os esforços a favor da instituição de cooperativas; e se é lícito formar um juízo, devemos acreditar que a comissão italiana dos trabalhadores da terra, que visitou o Brasil teve em vista, entre outros escopos, justamente o de ver se era possível fundar cooperativas de lavradores.

Por isso é necessário apontar, aos que favorecem essas empresas econômicas, o fenômeno que se está verificando na Itália, nestes últimos tempos; fenômeno que, não pode deixar de causar impressão, quanto ao futuro das cooperativas.

Ora, na Itália, deram-se alguns fatos recentes, que nos mostram como as fórmulas mais simples, mais lógicas e mais modestas se arriscam, na prática, a ir de encontro a um insucesso.

No entanto, não tardou para que uma resposta fosse dada ao Professor Bertarelli: um dia após o artigo no Jornal, Stefano Paternó faz as seguintes considerações:

Cooperativas de consumo e cooperativas de produção - Equívocos do Professor Ernesto Bertarelli, no seu artigo publicado no correio do povo de 17 de dezembro, revelou-se tão séptico quanto de bom no cooperativismo na Itália, que chegou a declarar haver perdido, na instituição, aquela fé que o animou quando como apóstolo, por ele se bateu, há 15 anos passados.

Menciona os entusiasmos na organização das cooperativas de consumo naquele período histórico da vida italiana, quando os trabalhadores recorriam a todos os meios justificados pela reivindicação de direitos que não tinham, por que a Itália de vinte anos atrás não era a de hoje.

Venha ao Rio Grande do Sul, como a 15 anos passados andou na Bélgica: visite Minas Gerais e, em ambos Estados, achará o cooperativismo readquirirá um apóstolo perdido.

Da casa do povo de Caxias, 18 de dezembro de 1912. Stefano Paternó (O COOPERATIVISMO. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 dez. 1912)

Deixando de lado a discussão entre o Professor Bertarelli e Paternó, Franco Cenni (2003) salienta que tudo parecia ir bem até que as transações comerciais começaram a acusar declínio, e a perda de mercado, provocada pelas dificuldades econômicas de ordem geral, foi atribuída, pela imprensa, ao novo sistema de distribuição das mercadorias, as cooperativas. Neste sentido, nos escritos do referido autor,

“(...) enquanto a organização cooperativista não tinha esbarrado nos interesses de outrem, tudo havia se processado normalmente; mas logo que o Movimento se alastrasse, mostrando criar raízes, era fatal que surgisse aquela reação impiedosa a desencadear a mais violenta das lutas.” (CENNI, 2003, p. 164.)

Associada aos problemas, uma crise de ordem econômica envolvia o País, dificultando qualquer nova possibilidade de empréstimos. Após Paternó ter imobilizado muito capital para a época e para as modestas possibilidades dos colonos, faltaram, nos momentos precisos, os meios necessários a fim de se manter em funcionamento a aparelhagem adquirida.

Uniu-se uma campanha difamatória e de descrédito ao mentor, alimentada pelos interesses particulares. Para Loraine Giron (1987), dois foram os caminhos tomados pelos empresários da Associação Comercial de Caxias do Sul, para enfrentar a crise do setor: o primeiro foi exigir do Governo a baixa nos impostos, equiparando-se às cooperativas; o outro foi atacar as cooperativas no que se refere à qualidade dos vinhos. A denúncia da situação de crise da indústria vinícola foi feita por Antonio Pieruccini, o maior industrial da época, no setor vinícola. Queixava-se que as cooperativas forneciam um mau produto e que ainda o faziam com um preço baixo. Como apenas as cooperativas podiam vender a preços menores, ocorria que os produtores urbanos eram obrigados a reduzir os preços e, conseqüentemente, as margens de lucro. (GIRON, 1987, p. 285)

Sem a possibilidade de levantar dinheiro, as cooperativas foram obrigadas a suspender as compras e, posteriormente, a fechar as portas. A salvação poderia estar em um aumento de capital, mas os apelos de Paternó não eram ouvidos, pois em muitas esferas a preocupação era

de aniquilar não apenas o homem mas também o mito que este encarnava. (CENNI, 2003, p. 165)

Com objetivo de ilustrar os problemas ideológicos da época, em matéria intitulada “O Presidente da Cooperativa vende a si mesmo e a própria cantina” do *Correio do Povo* do dia 02 de dezembro de 1913, têm-se as seguintes considerações:

Já mostramos aos leitores como foi instalada a cooperativa de Caxias. Foram compradas máquinas desnecessárias no estrangeiro, devido à completa falta de conhecimentos técnicos que no caso se exigiam; fizeram-se construções inúteis, que jazem agora abandonadas.

Enfim, atirou-se a voragem da megalomania cooperativista, o dinheiro que tanto custava a ganhar aos colonos e o que de tão boa vontade os bancos tinham fornecido, o progresso, o desenvolvimento da região colonial do Estado.

Mas isso não é nada, comparando com os escândalos, com os abusos cometidos posteriormente durante o funcionamento das cooperativas. Um desses fatos é o seguinte:

A cooperativa de Caxias adquiriu a cantina de São Marcos, pela quantia de 21 contos. Os proprietários da cantina eram os irmãos Rossato. O presidente da cooperativa que realizou a compra, por um preço que é geralmente reputado elevado, foi o Sr. Antonio Rossato.

Esse Sr. Antonio Rossato, comprador da cantina em nome da cooperativa, é sócio principal da firma Rossato irmãos, que vendeu a referida cantina. Logo ele comprou a si próprio uma coisa que lhe pertencia.

E isso se fez com a aprovação, com a autorização do diretor geral Sr. Stefano Paternó, de quem sempre mereceu o Sr. Rossato a mais absoluta confiança, visto como sempre se entenderam ambos às mil maravilhas.

“E esse mesmo Sr. Rossato, que é acusado de “haver comprado para si, apesar do presidente da cooperativa, vinhos de colonos sócios desta” ao passo que seu irmão e sócio Sr. Paulo Rossato, agente da cooperativa, “comprou para esta vinhos de outros colonos, que no ano interior fora recusado por ser de péssima qualidade, estando muitos dentre eles, podres.”

Um dos prejuízos da cooperativa de Caxias é de 13:615\$315 quintos vazios. São treze contos e seiscentos mil réis de quintos vazios que se sumiram, desapareceram, tomaram rumo ignorado, sem que ninguém jamais os visse, nem a respeito saiba dar informações. (O PRESIDENTE da Cooperativa vende a si mesmo e a sua própria cantina. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02 dez. 1913)

Outro fato é a criação de uma comissão formada por produtores de vinho, que passam a atacar publicamente Paternó. Para a comissão, os vinhos produzidos pelas cooperativas são acusados de prejudicar os vinhos gaúchos, devido à sua qualidade. Já os produtores lançam a responsabilidade sobre os comerciantes-fabricantes, alegando que recebiam vinho de boa qualidade, adulterando-o antes da revenda.

Logo a Associação Comercial<sup>49</sup> e a Confederação de Produtores envolvem o Governo municipal e estadual pela luta contra a má qualidade dos vinhos, mas o que parece estar oculto é a campanha contra o movimento cooperativista. J. Monserrat (1950) assevera:

Enquanto não “incomodou” a ordem constituída, o *modus vivendi* local, tudo ia muito bem. Tão pronto, porém, contestou uma tradição, arranhou um interesse na defesa do grupo que associava, logo veio a “reação igual e contrária” que, aproveitando o menor descuido, a melhor boa-fé, desencadeou uma pancadaria ensurdecadora, até ver a reposição de tudo, como dantes (...). (MONSERRAT, 1950, p. 307)

De acordo com Loraine Giron (1987), com a campanha difamatória contra o líder do Movimento e com a pretensa má qualidade do vinho produzido nas cooperativas, o produto começa a não encontrar aceitação no mercado. Os colonos, diante da situação, assustam-se com a perspectiva de colocar os recursos em um empreendimento de êxito duvidoso. Além disso, as cotas de integralização do capital devido pelos colonos não foram depositadas nos cofres das cooperativas. (GIRON, 1987, p. 286)

Quando Paternó realizou o trabalho de implantação do cooperativismo na Região de Colonização Italiana, encontrou uma agricultura com modelo semi-autárquico. Passados os anos, o novo modelo de cooperativismo encontrou uma agricultura competitiva com ameaça exógena que teve as seguintes premissas: o agricultor compreende a importância das cooperativas agrícolas quando perde o controle da produção, quando os especuladores o ameaçam ou quando deseja introduzir inovações tecnológicas; a urgência de sair da situação é que o leva a aceitar a cooperativa; a união do grupo cooperativo será tanto maior quanto mais generalizada for a ameaça externa, ou seja, à medida que atingir indistintamente todos os componentes do grupo ou o conjunto de plantadores. (PINHO, 1982, p. 84.)

J. Monserrat (1950) realça que os fatos da decadência do Movimento envolveram interesses de grupos que dominavam a economia da região. O local era habitado por colonos,

---

<sup>49</sup> No dia 22 de novembro de 1913, Antônio Pieruccini, membro da Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul, expôs a situação da indústria e da produção do vinho, que se encontrava em absoluta crise. Queixava-se de que havia exportadores sem escrúpulos que, além de fornecer um mau produto, faziam-no a preços muito baixos. Sugeriu que se solicitasse do Governo do Estado a criação de laboratórios de análises, em Caxias do Sul, em Nova Vicenza e Carlos Barbosa. Com isso, essas exportações não poderiam continuar. O assunto teve acalorada discussão e foi nomeada uma Comissão presidida por Antônio Pieruccini, para estudar o assunto e para preparar um memorial para ser encaminhado ao Presidente do Estado. (GARDELIN, 1995, op. cit., p. 26)

e os laboriosos imigrantes italianos eram controlados pelo Poder Público local.<sup>50</sup> Complementarmente, a conjuntura que o País atravessava era árdua, e a economia começava a acusar declínio na Balança Comercial do Estado, em virtude da perda dos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro. Era, pois, o início do processo denominado *carestia de vida*.

Nos empreendimentos foram imobilizados cerca de um milhão de cruzeiros, em edifícios e instalações industriais; com isso, faltaram-lhes recursos financeiros no momento preciso, indispensáveis para o funcionamento das aparelhagens. Paralelamente à situação, veio a crise que envolveu o País, o que acirrou a campanha de difamação contra o movimento cooperativista. Sob esse aspecto, o *Correio do Povo*, de 30 de novembro de 1913, faz as seguintes observações:

Ao penetrar na cidade de Caxias, pela via férrea, depara-se, desde logo, ao viajante uma construção sólida e forte, de proporções vastas.

De um lado, em letras garrafaes dizem que é ali a — Cooperativa Agrícola de Caxias — enquanto de outro lado vê-se a legenda — Deus é povo. E aquela a famosa Casa del Papolo di Caxias, onde o dr. Stefano Paternó estabelecera a tenda do seu desgraçado apostolado cooperativista.

Mas a impressão de grandeza do edifício, à medida que seus passos avançam e que vai verificando quanta coisa supérflua, desnecessária, inútil, imprestável, quanto dinheiro se pôs ali fora, sem a menor necessidade, e sem o menor pesar pelos muito sofrimentos, pelos muitos trabalhos que custara aos pobres colonos amealhou vintém a vintém. Além do edifício grandioso e que nos referimos acima, o da cantina. Há outros dois não acabados, cujas obras foram deixadas em meio, pela crise tremenda que explodiu abalando a Cooperativa.

Para dirigi-la fez vir o Sr. Stefano Paternó, da Europa, um industrialista conhecido, o Sr. Ferdinando Giraud.<sup>51</sup> Fez com que este abandonasse a casa que dirigia na Itália, oferecendo-lhe vencimentos elevados e parte nos lucros da fábrica de conservas e salames da Cooperativa. Aqui chegando o Sr. Giraud verificou que tal fábrica era como até hoje, apenas um dos sonhos em que é fértil a imaginação fantasista do dr. Paternó. Quatro meses esteve o Sr. Giraud ao serviço das cooperativas, comprando máquinas, dirigindo construções, etc.

Da fábrica de conservas ficaram, pois, apenas os dois edifícios. Estes estão sendo transformados, hoje em depósitos de ferramentas, de coisas velhas ou inutilizadas.

O melhor, porém, é que eles assentam sobre um terreno, que se não pode dizer que seja da cooperativa, porque até hoje não foi pago. Esse terreno é de propriedade do Sr. Marchetto Vencato, sobrinho do ex-presidente da cooperativa, Sr. Antonio Rossato, que com ele fizera a transição.

---

<sup>50</sup> Salienta J. Monserrat que “o agricultor por natureza e educação, sempre foi pacato, inexperiente do comércio, bisonho mesmo, principalmente quando imigrante. O que a autoridade lhe dissesse tinha força de lei e o que o clero lhe ensinasse se revestia de algo intangível”. MONSERRAT, 1950, op. cit., p. 307.

<sup>51</sup> No que se refere à chegada de Giraud no Rio Grande do Sul, cunhado de Paternó, o jornal *O Brasil* de 08 de janeiro de 1913 fazia os seguintes comentários: “O nosso amigo Sr. De Stefano Paterno seguiu, para a capital do Estado afim de esperar o Prof. Giraud Ferdinando que deverá chegar da Itália até o dia 10 decorrente. Como se sabe o Prof. Giraud foi contractado pelas diversas cooperativas da zona colonial afim de tomar a direcção geral das mesmas no que concerne à fabricação de banha, salames, carnes e mais productos suinos. Da mesma procedência deverão chegar dentro de pouco tempo diversos enotechnicos para as cantinas cooperativistas”.

O preço do terreno foi contratado por 2:500\$000, o que aproximadamente 5\$000 por M<sup>2</sup>, valor superior a qualquer outro até hoje obtido pelos terrenos circunvizinhos.

Quanto aos edifícios custaram uns dez contos, para ficarem, afinal, em meio, abandonados, imprestáveis. Quanto ao edifício da cantina, a desolação do aspecto interior contrasta singularmente com a imponência externa do edifício.

Lá dentro vimos uma prensa hidráulica, comprada, em Buenos Aires, pelo Sr. Joaquim Mascarello. Acionava-a uma bomba motriz de 300 atmosferas apenas. Quando a bomba atingiu a setenta e uma, aconteceu o inevitável: a prensa arrebentou, com estrondo, e lá jaz estragada, quebrada, inutilizada, desde o segundo dia de seu funcionamento.

Eram mais quatro contos e quatrocentos réis, tal fora o seu preço arrancados ao suor dos colonos, que se perdiam. Esse fato bastaria para dar uma idéia do tino com que foi instalada a cooperativa de Caxias. Mas, há mais: há máquinas em duplicata, algumas das quais se destinavam a Garibaldi, segundo a ata da 18<sup>a</sup> sessão da cooperativa de Caxias, assinada pelo dr. Paternó e pela antiga diretoria; mas a cooperativa de Garibaldi existe apenas em nome. (A COOPERATIVA de Caxias: Edifícios Abandonados. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30 nov. 1913)

O resultado dos problemas foi que se avolumaram os débitos das cooperativas e o Governo municipal voltou-se contra o movimento cooperativista. Foi então que, pelas considerações de Loraine Giron (1987), o Intendente de Caxias do Sul, Coronel José Pena de Moraes, em 1913, enviou um relatório para o Presidente do Estado, Borges de Medeiros, afirmando que o cooperativismo trouxera maior quantidade de vinho produzido, mas, em compensação, colocara no mercado um produto com qualidade inferior.<sup>52</sup> Por outro lado, Pena de Moraes afirma que as dívidas<sup>53</sup> das cooperativas eram devidas à má-administração, enfatizando que os débitos da União das Cooperativas não deveriam ser saldados pelo Governo. (GIRON, 1987, p. 286-287)

A saída para tal situação seria um aumento de capital; contudo, o apelo de Paternó não obteve sucesso. Mais de duzentos mil cruzeiros foram entregues pelos colonos em subscrições de ações e notas promissórias, porém isso não era suficiente para uma dívida que ultrapassava um milhão de cruzeiros. No que diz respeito ao comentário feito anteriormente, encontrou-se por meio de pesquisa a seguinte matéria do Jornal *Correio do Povo*, de 31 de novembro de 1913:

---

<sup>52</sup> Há mais a acrescentar que, devido á idéia inconcebível de reunirem, nos tanques da cantina da “Cooperativa”, todos os vinhos produzidos naquela região, sem a menor seleção, juntando bons e maus, para fazerem um tipo só, resultou, por haver maior quantidade de vinho inferior do que regular e bom, tornar-se o tipo de qualidade má, sem colocação nos mercados, embora até há pouco tempo, dos vinhos nacionais, fosse o de Caxias o preferido no Rio de Janeiro e em São Paulo. A cooperativa de Caxias - Crise dos Vinhateiros. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 nov. 1913.

<sup>53</sup> A “Cooperativa de Caxias” deve para mais de 200 contos, sendo que só em dividas aos bancos e á “União das Cooperativas” a soma se eleva a quase essa quantia, vencendo essa importância juros, como é natural. Basta isso para dar uma idéia exata da situação precária dessa empresa. A cooperativa de Caxias – Crise dos Vinhateiros. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 nov. 1913.

Viva il Cooperativismo.  
 Agricoltori di Caxias!  
 Questo terreno é vostro  
 Qui si costruisce la cantina vostra. Unitevi! Valorizzerete i prodotti!  
 Affermerete La vostra indipendenza!  
 Caxias stá in crisi! Salvate Caxias!  
 Essa vi costa 35 anni di sacrifici!  
 De Stefano Paternó  
 A tradução é a seguinte:  
 Viva o cooperativismo.  
 Agricultores de Caxias!  
 Este terreno é vosso.  
 Aqui se constrói a vossa cantina! Uni-vos! Valorizareis os produtos.  
 Firmareis a vossa independência!  
 Caxias está em crise! Salve Caxias!  
 Ela vos custa 35 anos de sacrifício  
 De Stefano Paternó  
 Essas frases bombásticas são características da megalomania de quem as subscreveu, encerram, em suas ultimas linhas, uma mentira e uma verdade.  
 A mentira é a afirmação de que Caxias estava em crise quando surgiu a Cooperativa.  
 É falso! O município florescia vivamente; o vinho vendia-se a 28 e 30\$000, preço poucas vezes obtido.  
 A cooperativa é que veio trazer a crise; mais que isso, a própria ruína.  
 A verdade está contida na última frase. Há, porém um pequeno erro a retificar: o verbo empregado no presente devia ser no futuro. A frase deveria ser: “Ela lhes custará 35 anos de sacrifício!” (VIVA o cooperativismo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31 nov. 1913)

Para Anelise Cavagnolli (1989), o relato de Pena de Moraes evidencia a negativa situação financeira das cooperativas. As cooperativas agrícolas de Caxias, Alfredo Chaves, Guaporé, Bento Gonçalves e Antônio Prado encontravam-se em dificuldades. A situação foi gerada pelos entraves na comercialização do produto. Mais do que nunca, a precariedade da situação econômica estava relacionada à falta de organização administrativa, especialmente quanto à contabilidade das cooperativas. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 96)

De acordo com os dados apresentados pelo Secretário do Estado, a composição das dívidas passivas e do total de passivos no período de 1911 a 1914 estava distribuída, conforme apresenta a Tabela 2:

Tabela 2 - Cooperativas dívidas e passivos (1911-1914)

| Cooperativas    | Dívidas Passivas | Total dos Passivos |
|-----------------|------------------|--------------------|
| Villa Nova      | 37:413\$471      | 44:620\$766        |
| Garibaldi       | -                | -                  |
| Guaporé         | -                | -                  |
| Antônio Prado   | -                | -                  |
| Nova Vicenza    | 49:334\$190      | 61:784\$190        |
| Caxias          | 588:553\$465     | 635:503\$465       |
| Bento Gonçalves | 184:390\$369     | 276:759\$059       |
| Alfredo Chaves  | 218:668\$470     | 325:279\$505       |
| Total           | 1.078:359\$965   | 1.343:279\$885     |

Fonte: Relatório apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros pelo Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda. Porto Alegre, A Federação, p. 205, 31 jul. 1914.<sup>54</sup>

Observa-se que as Cooperativas de Garibaldi, Guaporé e Antônio Prado não enviaram os relatórios e os balanços contábeis. Com as informações, foi possível realizar um cálculo envolvendo os indicadores apresentados, entre os passivos e as dívidas. Sob o ponto de vista contábil, as dívidas passivas são obrigações contraídas com terceiros, que negociam com as organizações. Em contrapartida, o total dos passivos refere-se aos capitais de terceiros, que estão em poder das empresas, somados ao capital social integralizado, denominado *patrimônio líquido*, capital de propriedade dos sócios.

Sobre o episódio, o Jornal *Correio do Povo*, de 09 de dezembro de 1913, trazia uma matéria intitulada “A cooperativa de Nova Vicenza – As suas dívidas excedem o quádruplo do capital”, em que há um resumo dos acontecimentos financeiros negativos das cooperativas. A manchete trazia as seguintes considerações:

Expusemos já minuciosamente a situação da Cooperativa de Caxias, arrastada as portas da bancarrota. Esse estudo não é, porém, peculiar á cooperativa de Caxias. Algumas como a de Antonio Prado e a de Azevedo Castro estão positivamente abandonadas, para não dizer em estado de falência; outras como a de Garibaldi, nem chegaram mesmo a existir; outras ainda, como as de Guaporé e Nova Vicenza perturbadas por graves dificuldades, principalmente de ordem financeira, estão com seus trabalhos suspensos e impossibilitadas de ir para diante. Vamos ocupar-nos, hoje, da cooperativa de Nova Vicenza. Essa cooperativa foi fundada, apenas, com o capital realizado de 9:000\$000. O resultado cooperativa de Nova Vicenza ficou onerada com compromissos que montam a 36:172\$710 réis. Como se vê, o débito da cooperativa atinge o quádruplo do capital! Como se isso não bastasse, a cooperativa de Nova Vicenza tinha ainda de pagar juros pesadíssimos, em relação ao seu capital. Só em três meses, a União das Cooperativas lhe absorveu 603\$000!

<sup>54</sup> Ibid., p. 99.

Analisando-se os valores da Tabela 2, pode-se verificar que a situação econômica e financeira apresentava riscos para as cooperativas, já que as dívidas passivas representavam cerca de 80,28% em relação ao total dos passivos. Isso demonstra que o patrimônio líquido era de apenas 19,72%, ou seja, a diferença encontrada era o capital dos associados das organizações. Com o baixo índice, atesta-se que as cooperativas estavam em má situação financeira; além disso, analisando-se os números de maneira técnica, estavam em situação de insolvência, pois havia informações desencontradas e inconsistência de valores, ferindo os princípios da Contabilidade.

Pelos comentários feitos por meio do Jornal *Correio do Povo*, de 02 de dezembro de 1913, intitulado “Um balanço fantástico”, questionam-se as ações tomadas por Paternó, enfatizando:

(...) A quanto montam os compromissos existentes? Se eles foram reduzidos, qual a soma primitiva? A resposta foi à seguinte:

Temos débitos legais que a cooperativa reconhece e temos dividas para com a União das Cooperativas que é a nossa maior credora, com as que não se conformam esta cooperativa e o conselho administrativo, de que não tivemos tantas provas, mas que não soube encontrar para essa incomoda parcela de 13:615\$345, outro destino que esse dos quintos perdidos.

Uma das provas mais palpáveis do atrevimento, da audácia, do pouco caso com que foram tratados a opinião pública e os pobres colonos, está no balanço de 31 de Dezembro de 1912, da Cooperativa de Caxias.

Esse incrível balanço apresentava lucros na importância de 75:094\$362. Esse lucro era dividido em duas parcelas fundo despesas e lucros líquidos. Na soma dessas duas parcelas há um erro de dez contos! E apesar disso, nesse inominável balanço, ativo e passivo balançavam perfeitamente.

A prova, copiada do próprio balanço, está aqui, com os algarismos que deste transcrevemos:

|                   |             |
|-------------------|-------------|
| Lucros resultados |             |
| Fundo despesas    | 41:991\$630 |
| Lucros líquidos   | 23:102\$732 |
| Resultado         | 75:094\$362 |

Dêem-se os leitores ao trabalho de verificar a soma e verão que esta devia ser 65:094\$862. Há, pois o erro de dez contos, apontado! Mas isso pouco importa, porque de 65 ou 75 contos, esses lucros foram puramente fantásticos!

No balanço diário da cooperativa, o lucro que se verifica é apenas de 33:102\$732.

Mas este não foi pago aos colonos, nem levado a conta capital, nem a nenhuma outra, o que quer dizer na realidade, ele nunca existiu.

Além disso, no balanço semestral, fechado em 30 de Junho desse ano pelo atual contador a respeito do qual só temos ouvido ótimos referenciais, verifica-se um grande prejuízo.

Deveria, pois concluir-se logicamente que o prejuízo fora de 81:706\$011, isto é, dos lucros do ano passado e mais os seis contos referidos que teriam sido perdidos no capital.

Mas, como dissemos, os lucros do ano passado são fantásticos e o balanço de 31 de dezembro de 1912 é a mais completa negação dos mais rudimentares princípios da escrituração mercantil.

Livrou-o antigo contador, um Sr. Emilio Riboldi, que não se sabe ao certo de onde veio. Pois com esse Sr. Riboldi sucedeu o mesmo que aos quintos vazios, um belo dia sumiu-se, desapareceu.

Nunca mais foi possível obter notícias suas. Fugiu? Morreu desastrosamente? Foi assassinado? É um mistério profundo.

Conta-se que, inquirido a respeito, o Sr. De Paternó respondera uma vez: - Era um povero disgratato si sara suicidato. (UM balanço fantástico. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02 dez. 1913)

Nos relatórios apresentados pelo Secretário, as dívidas contraídas pelas cooperativas e o distanciamento com as funções industriais e comerciais apareciam como fatores do declínio do Movimento. Na visão de Celeste Gobato, segundo Anelise Cavagnolli (1989) a má situação financeira das cooperativas constituiu o fim do cooperativismo. Entretanto, para o Intendente, a administração das instituições não foi bem conduzida, destacando que a gestão foi feita por pessoas não-idôneas e com falta de conhecimentos administrativos. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 97)

De acordo com Franco Cenni (2003), os equipamentos tecnicamente perfeitos foram julgados desnecessários e os juros dos empréstimos subiam acima do normal. Todavia, o crédito bancário tinha sido indispensável para construir o empreendimento. A retração bancária havia sido rápida e fecharam-se as possibilidades de financiamento. Enquanto isso, os inimigos do cooperativismo insinuavam que o Estado não podia intervir, a não ser indebitamente, na economia privada. Parecia ser o fim, e, em novembro de 1913, a União das Cooperativas entrava em liquidação.<sup>55</sup>

J. Monserrat (1950) afirma que a União das Cooperativas julgava desnecessários os equipamentos completos — ainda por cima, caros e muito temerários — para a época de dificuldades em que os juros chegavam à casa dos 10% a 11% ao ano. No entanto, não se tem dúvida de que o crédito bancário foi necessário na primeira fase da organização.<sup>56</sup>

Para a liquidação das cooperativas, Sandra Pesavento (1983), narra que foi decisiva a atuação do Cel. Pena de Moraes, que, em 15 de novembro de 1913, enviou um relatório a Borges de Medeiros, denunciando que, apesar da maior produção, o movimento cooperativista estava colocando no mercado um artigo com qualidade inferior. Com isso, a

---

<sup>55</sup> Franco Cenni atenta para o fato de que Paternó parecia estar deslocado no tempo; contudo, se houve erros de sua parte e de até certa megalomania, característica dos visionários, não se pode negar que ele estava no caminho certo. (CENNI, 2003, op. cit., p. 165)

<sup>56</sup> J. Monserrat salienta: “Sete grandes edifícios não se constroem facilmente com dinheiro unicamente dos colonos os quais antes de gastarem querem ver.” (...) Era uma audaciosa empreitada, mas a empresou – não fora ele um belo siciliano (...). (...) Paternó não quis, certamente, protelar a colheita dos louros que o seu idealismo enxergava próximo e com a nitidez dos visionários (...). (MONSERRAT, 1950, op. cit., p. 308)

produção gaúcha de vinho perdeu posição nos mercados do Rio, São Paulo e Santos. No mesmo ano, dissolveu-se a União das Cooperativas e desarticulou-se o surto cooperativista. O processo demonstrou a vitória dos interesses do grupo hegemônico e dos aliados (os detentores do capital da área colonial). (PESAVENTO, 1983, p. 40)

Com a retração bancária, e afastada a hipótese da influência estatal, descortina-se o fim do movimento cooperativista. Os industriais do setor fecham o cerco contra as cooperativas, e o Governo que apoiava Paternó muda de posição, aceitando as proposições dos comerciantes-vinicultores. Sobre isso, J. Monserrat (1950) relata:

(...) todo um organismo, constituído à base de recursos amealhados entre modestos agricultores e no crédito de sua capacidade de trabalho caiu por terra, numa celeridade desconcertante, levando, em sua derrocada, o interesse, a confiança e supremo bem dos homens que colonizaram essas terras — a idéia, profunda cristã e amiga, de que o homem não era o lobo de outro homem. (MONSERRAT 1950, p. 309)

Um dos momentos marcantes do episódio foi a dissolução completa do Movimento, tanto que máquinas e equipamentos de laboratório foram repassados a terceiros por preços irrisórios como ferro velho. Assim, nos escritos de Franco Cenni (2003), “os efeitos benéficos da audácia de Paternó ficaram latentes em novos hábitos, por baixo do conservadorismo agrário, como uma das profundas contribuições do pensamento italiano no Rio Grande do Sul”. (CENNI, 2003, p. 166)

Para Loraine Giron (1987), roubos e incêndios em prédios das cooperativas completam o quadro. Os industriais do vinho haviam liquidado com o cooperativismo. No ano de 1915, não há mais qualquer notícia do Movimento. (GIRON, 1987, p. 287)

A Tabela 3 indica que a má qualidade do vinho, atribuída ao aumento da quantidade, não havia sido bem justificada. Observando-se os valores, verificou-se que, após a queda do movimento cooperativista, a produção passa de 7,9 milhões de litros em 1915 para 14,2 milhões de litros no ano seguinte, perfazendo quase o dobro da produção do ano anterior.

Paralelamente, o preço do vinho apresentou ligeira queda no mesmo período, passando de 0,34 centavos para 0,27 centavos, respectivamente. Isso demonstra que, naquele momento, os comerciantes passariam a pagar preços mais convenientes, de acordo com os interesses mercantis. Outro fator que deve ser levado em consideração assinala que a crise no setor

vinícola ocorre entre 1910 e 1914 (excluindo-se o ano de 1913), quando os preços médios foram os menores do período analisado.

Tabela 3 - Produção de vinho na Colônia Caxias (1910-1917)

| Ano  | Litros     | Valor em Réis  | Preço Médio |
|------|------------|----------------|-------------|
| 1910 | 7.329.820  | 1.311.037\$050 | 0,17        |
| 1911 | 4.615.891  | 1.666.189\$670 | 0,36        |
| 1912 | 5.309.952  | 1.163.583\$110 | 0,21        |
| 1913 | 5.640.855  | 1.114.575\$380 | 0,19        |
| 1914 | 7.464.855  | 1.125.161\$580 | 0,15        |
| 1915 | 7.962.992  | 2.777.938\$920 | 0,34        |
| 1916 | 14.200.787 | 3.901.307\$500 | 0,27        |
| 1917 | 13.284.738 | 3.936.961\$905 | 0,20        |

Fonte: GIRON, Loraine Slomp. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. In: DE BONI, Luis A. (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. p. 287.

Loraine Giron (1987) ressalva que a recuperação do setor vinícola após 1915 se deve ao fato de que a Primeira Guerra Mundial impediu a importação de vinhos europeus, aumentando o consumo de vinho nacional. (GIRON, 1987, p. 288)

De acordo com Mem de Sá (1950), o movimento cooperativista vinícola foi afetado pela crise econômica em que mergulhou o Brasil, devido à Primeira Guerra Mundial. O processo de modernização foi ocorrendo lentamente com a fundação de estabelecimentos vinícolas. As grandes cantinas assumiram maiores proporções pelos investimentos feitos em maquinários modernos, que conduziram a um elevado grau de tecnificação. Pode-se enumerar uma série de indústrias de vinho que começaram como pequenas cantinas e gradativamente se transformaram em empresas manufactureiras, como as de Ettore Pezzi, Mosele, Michelin, Irmãos Rizzo, Anúncio Ungaretti, Andreazza, Scalzilli e Luis Antunes. (SÁ, 1950, p. 101-102)

J. Monserrat (1950) esclarece que muita “pedra” fora atirada em Paternó; contudo, passada a refrega, ao se examinar o contexto com a conjuntura da época e ao se verificar a documentação, identifica-se que o ativista foi o autor de um dos mais importantes fatos econômicos da década. Chamaram-no de traficante e desleal. O cunhado, Ferdinando Giraud, culpou-o de impontual. O Procurador no Rio ofendeu-o publicamente dizendo, *como o vento do mar que, por onde passa, queima e deixa desolação*. (MONSERRAT, 1950, p. 309)<sup>57</sup>

<sup>57</sup> Tem graça o Sr. Paternó, cuja fama de organizador de cooperativas corre mundo, porque o bravo campeão do cooperativismo “é como o vento do mar, por onde passa queima e deixa a desolação”,

Complementarmente, o Jornal *Correio do Povo* traz as seguintes afirmações:

Até agora, a espaventosa defesa anunciada por de Stefano Paternó tem sido, apenas, desconexa salteada, muito pouco doutrinária, ainda menos argumentada e sobre tudo pessoalista. Esse característico individual contrasta com a ação impessoal e coletiva do cooperativismo. E ele exclusivamente ele — o apóstolo ditatorial — que se sobrepõe a tudo e a todos, a cooperados e respectiva organização societária, como se fosse original na idéia e único, imprescindível nos atos.

As cooperativas das colônias vão ruindo dia a dia a toda sorte de falhas orgânicas. São os castelos de cartas de uma propaganda meramente falaz. A despeito de tais desastres, o campeão ousa pretender que sua figura paire sobranceira aos próprios dismantelos de uma administração infeliz e vaidosa. Mesmo assim, ele não é coerente com seu egoísmo açambarcador: pronto como estava a colher louros e adquirir proventos dos bons resultados por ventura obtidos, esquiva-se, por outro lado, a co-responsabilidade também implícita na doutrina cooperadora, nesse mutualismo de interesses e deveres.

Fomos ouvir o Sr. Ferdinando Giraud, estabelecido com fábrica de conservas alimentícias à Rua Voluntários da Pátria, e de quem nos temos ocupado, sobre cujas constatações, há dias feitas em nossas colunas, o diretor geral das cooperativas procurou contraditar. Neste ponto, o Sr. Ferdinando Giraud confessou ser cunhado de Stefano Paternó, posto que não o conhecesse pessoalmente ao tempo de suas primeiras negociações cooperativistas.

Era um devedor que, calorosamente, convidava seu credor e parente a associar-se na organização das cooperativas do Rio Grande.

Aqui aportei — Diz o Sr. Giraud — Trazendo máquinas consignadas à “União das Cooperativas”. Fazendo grandes despesas de viagem, comprometendo ainda mais meus haveres em busca do que me pertencia e crente nas compensações oferecidas por meu cunhado. Não chegava, portanto, ao Brasil como qualquer aventureiro. Não viajava em 3ª classe, como simples emigrante. Tinha nome feito, posição definida, durante alguns meses estive a serviço em vários núcleos cooperativistas, montando fornos, ensinando a manipulação de artigos, desenhando plantas para estabelecimentos fabris, instruindo e localizando trabalhos. Assim transitei por Alfredo Chaves, Antonio Prado, Guaporé e Caxias.

De que a terra de promessa decantada por de Stefano Paternó não passava de uma simples zona colonial, não organizada eficazmente pelo cooperativismo. Não me agradou o aspecto das coisas. Daí começou logo minhas desilusões. Em todo caso, mesmo decepcionado, não deixava de aconselhá-lo sobre a orientação das cooperativas, principalmente a de Caxias. Ali não se procurava estabelecer coisa alguma daquilo para que fui contratado, desagradavam-me as maneiras de meu cunhado. E bastou certa vez ponderar sobre a morosidade dos serviços propostos, sobre irregularidades e desorganização do trabalho, para que fosse por ele dispensado com a nota de ter pretensões. Não dei resposta à carta que me despachava. Tinha firmado contratos com as cooperativas de Antonio Prado e Alfredo Chaves, e não queria rescindi-los com a aceitação de uma dispensa tão arbitrária.

Com as máquinas consignadas à “União”, e retiradas a tempo de serem por ela absorvidas, montei esta fábrica, como recurso extremo, para salvar alguma coisa, longe de minha Pátria em País alheio e sujeito a todos os contratemplos inclusive as prevenções que há contra mim, julgando-me cúmplice, quando sou sua vítima, até aqui silenciosa. Minhas condições precárias respondem, feliz ou infelizmente, pelo

---

conforme o seu próprio pai o diz e segundo está publicado; o senhor Paternó, que sente em redor de si ruir, fragorosamente o castelo que pretendeu edificar no ar; o Sr. Paternó chamado de “intruso”; o Sr. Paternó que organizou “ratoeiras” e não cooperativas, conforme já disseram publicamente; enfim, o Sr. Paternó, diretor geral e, portanto responsável por tudo quanto se fez na “Cooperativa de Caxias”. Fitas da Semana. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30 nov. 1913.

que digo. Quero que toda a gente no Rio Grande saiba que, pelo menos, não sou parente de Stefano Paternó nessa aventura em que fomos arrastados. (O CASO das cooperativas. Entrevista com uma das vítimas de De Stefano Paternó. A celebre cooperativa, Italo Brasileira. Declarações interessantes. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07 dez. 1913)

Paternó era um homem à frente de seu tempo. A falta de dinheiro, a carestia, os juros altos e a conjuntura econômica fizeram com que os seus feitos não obtivessem sucesso. Outro fato foi que Paternó recebia honorários iguais aos do Dr. Borges de Medeiros, isto é, cerca de três mil cruzeiros. Por outro lado, a imprensa relatava que Paternó tinha *un esercito disciplinato di quindici mila cooperativisti* e que, em tempos de poderes unipessoais, tinha solicitado que os cooperativistas sufragassem a chapa oficial. (MONSERRAT, 1950, p. 309)

Com a finalidade de ilustrar as informações comentadas, a seguir, tem-se um trecho da matéria editada pelo Jornal *Correio do Povo*:

Assim, o dr. Paternó viveu nas colônias do Rio Grande dois anos recebendo vencimentos iguais ao do Presidente do Estado, anunciou a criação de dezesseis estabelecimentos cooperativos, alardeava ter as suas ordens “un esercito disciplinato di quindici mila cooperativisti”, declarava ter posto a necessária cúpula a sua obra com a criação da União das Cooperativas, felizmente já dissolvida, e, afinal, são as próprias cooperativas que vêm declarar que elas não estão devidamente organizadas e não correspondem aos fins para que foram criadas. (O PRESIDENTE da Cooperativa vende a si mesmo e a sua própria cantina. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02 dez. 1913)

Observa-se nos relatos que havia perigos iminentes de ordem econômica e política no Rio Grande do Sul e que o espírito associativo entre os agricultores poderia ser um entrave para as pretensões dos governantes. J. Monserrat (1950) salienta:

Era lógico que a corda rebentasse pelo lado mais fraco, precisamente aquele em que Paternó se colocara com sua organização cooperativista, em 17 de abril de 1912. Tais ações comprovam que, no campo econômico, o idealismo é sempre imolado no altar do Moloc insaciável das ambições desmedidas dos mais fortes. (MONSERRAT, 1950, p. 310)

Para Anelise Cavagnoli (1989), o final do cooperativismo da primeira fase, avaliado por Octávio Rocha e Celeste Gobbato, traduz um conflito de interesses entre determinados

elementos e o movimento cooperativista. Octávio Rocha relata que, por parte da iniciativa privada, não havia entendimento dos objetivos do Movimento. Celeste Gobbato trata de indivíduos que, integrados ao cooperativismo, tinham interesse em sufocá-lo. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 98)

Franco Cenni (2003) explica que a luta de Paternó contra os intermediários tinha sido perdida, mas o audacioso impulso inicial para a realização de iniciativas ousadas deveria dar frutos mais tarde. O estandarte cooperativista, com a águia pousada em um feixe de varas, seria desfraldado por Paulo Monteiro de Barros, que, em agosto de 1929, reeditava a Cooperativa Caxias — mas, desta vez, com apoio consciente e incondicional dos agricultores. (CENNI, 2003, p. 166)

J. Monserrat (1950) finaliza o estudo sobre o Movimento, asseverando que não foi Paternó nem o sistema cooperativista por este último propugnado que falharam e que reduziram à impotência o esforço e a dedicação de milhares de agricultores, pela desonestidade de um e pelas incongruências de outro. A causa do fracasso só pode ser encontrada nas artimanhas que lhe armaram, a saber, os que viviam da intermediação desnecessária, à sombra de administrações incapazes, frente a uma produção que ensaiava organizar-se para tornar a vida rural remuneradora. (MONSERRAT, 1950, p. 310)

Conclui-se que o fechamento das organizações cooperativas se deu por muitos fatores, dentre os quais se destacam:

- as cooperativas admitiram sócios despreparados administrativamente e tecnicamente para uma ação cooperativista e admitiram outros sócios que tiveram interesse em sufocar e fazer capitular as novas sociedades;
- a propaganda negativa e o boicote aos produtos que o negociante fez aos produtores de vinho;
- a administração era atribuída a pessoas sem qualificação técnica e sem idoneidade, que agiam em benefício próprio ou de outrem;
- a deficiência técnica é representada por elementos despreparados para algumas funções;
- havia as múltiplas e mistas finalidades ou objetivos a que as cooperativas se propunham;
- tem-se, por fim, a crítica situação da conjuntura econômica nacional.

Para o Coronel Pena de Moraes, em relatório apresentado no dia 15 de novembro de 1914, a depreciação dos vinhos e o fracasso do sistema cooperativo deviam-se aos seguintes fatores:

A depreciação do vosso principal senão único producto de exportação, o vinho, não tem origem somente no insucesso das cooperativas vinícolas, qual tantos prejuisos vos causou. Tem ainda como causa preponderante e permanente a má confecção do producto. É preciso que as vossas vistas se concentrem decisivamente para este ponto.

O primeiro cuidado não pode ser outro senão o aperfeiçoamento na fabricação do vosso producto. Podeis consegui-lo approximado, senão igual, ao similar estrangeiro. Basta que estejais firmemente relsovidos a abandonar os velhos e condenáveis hábitos de cultura e fabricação, adoptando os methods racionaes prescriptos pela sciencia enológica. É mister que a qualidade do producto não continue como até aqui sacrificado á quantidade. É preferível, sem duvida, produzir pouco e de boa qualidade, do que consegui-lo em larga escala, mas repellido pelos mercados de consumo.

Conhecimentos úteis e adiantados, condições hygienicas e technicas fornecendo-vos, ao mesmo tempo, instrucções a respeito; installação do laboratório de analyses enochimicas; a organização de um campo de demonstração agricola, melhores processos de cultura. (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL – 1913-1914 - 15 de novembro de 1914 pelo Intendente Coronel José Pena de Moraes. p. 13)

Pena de Moraes no referido relatório observa que o insucesso e as crises do cooperativismo afetavam a vida econômica do Município. Não havia, pois, um modelo de gestão integrado e isso fez com que os membros do Conselho entrassem em conflito de interesses, culminando com a interferência do Intendente para o fechamento das cooperativas. No que diz respeito ao assunto, Pena de Moraes assevera:

A intensa crise em que entraram as cooperativas vinícolas deste município affectava, profundamente a sua vida econômica. Fundadas para amparar a industria vinícola, aperfeiçoando e valorizando o producto respectivo, começaram ter resultados, evidentemente, negativos, devido á falta absoluta de critério pratico em sua administração. Nellas estavam e estão empregadas soturnas não pequenas do capital desta zona, o qual representa as economias accumuladas pelo agricultor colonial com as reservas dos seus pesados labores. O naufrágio a que estiveram expostas traria, como consequência, irreparáveis danos de toda a espécie. Não tardaram, por isso, as reclamações dos prejudicados a serem analisadas para a administração municipal, a quem podiam solução á situação que os affligia.

Esse estado de coisas reflectiu-se na imprensa da capital do Estado, a qual occupou-se, longamente, do assumpto. Conquanto não me fosse licito quedar-me indifferente ante um assumpto que tanto affectava a vida econômica deste município, recusei, a principio, a interferência que de mim solicitavam, pois estavam as cooperativas affectas a um commissionado do ministério da agricultura, o sr. De Stefano Paterno, o qual, estipendiado para esse fim, as havia organizado. Entretanto, funda discordância entre elle e os membros do conselho fiscal e administrativo da cooperativa agrícola de Caxias, sem duvida a mais importante sob vários pontos de vista, determinou verdadeira anarchia na respectiva administração, anarchia essa confessada pelo próprio sr. Paterno, em officio que me dirigiu em outubro do ano passado, no qual, instantemente, solicitava a minha interferência. Foi assim que consenti em presidir á sessão de assembléa geral de 4 de Novembro de 1913, em que foi eleita e empossada a nova directoria, já sem a presença no recinto do sr. De Stefano Paterno, com quem diziam-se incompatibilisados o conselho administrativo.

(RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL – 1913-1914 - 15 de novembro de 1914 pelo Intendente Coronel José Pena de Moraes. p. 15)

Passados cerca de quatro anos da queda do movimento cooperativista, ainda restavam resquícios dos descasos administrativos e financeiros empreendidos pelos gestores. Pena de Moraes, em relatório apresentado em 1917, salientava que na gestão foi mantida apenas a Cooperativa Agrícola de Caxias: a decisão havia sido estratégica pelo fato de a cooperativa falida não cair em mãos de terceiros que poderiam fazer um monopólio do setor. Sobre o tema, Pena de Moraes esclarece que:

Da *déblacle* por que passaram os estabelecimentos cooperativistas, diffundidos sem sólidas bases pela propaganda activa e ruidosa do sr. Dr. Stefano Paternó — conservou-se apenas a Cooperativa Agrícola Caxias. Após haver irrompido a crise de 1913, o nosso principal empenho consistiu em impedir que esse estabelecimento vinícola cahisse nas mãos de uma poderosa firma particular, como esteve prestes a acontecer, a qual, dispondo das optimas instalações e da excellente situação local do mesmo, pudessem opprimir os productores, monopolizando a compra dos vinhos, mediante baixos preços instituídos ao seu talante. D'ahi todo o nosso empenho no sentido de que a Cooperativa não fallisse e não deixasse de pertencer aos seus associados. Para a consecução dos objetivos que então tivemos em vista, encontramos franco apoio no Exmo. Sr. Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado, bem como, ultimamente, no illustre Dr. Alvaro Nunes Pereira, presidente do "Centro Economico do Rio Grande do Sul", principal credor externo da Cooperativa. Graças á sua valiosa interferência, conseguiu ella um abatimento de 50% em sua dívida externa, pagando apenas a quantia de Rs.40:832\$910, a que ficou reduzida a referida divida. A divida externa está completamente extincta, restando apenas a interna, no valor de Rs.92:000\$000 — com os proprios cooperativistas e ainda do tempo do sr. Paternó. As compras de vinho feitas nos ultimos annos foram integralmente pagas. A Cooperativa exporta em larga escala para São Paulo, Rio e outras praças consumidoras do norte. Não fôra a crise de transporte que a tem embaraçado, e poderia já, do anno vindouro em diante, distribuir compensador dividendo aos seus associados. (Relatório apresentado ao Conselho Municipal, a 15 de novembro de 1917 pelo Intendente Cel. José Pena de Moraes, publicado em 1918. Cooperativa Agrícola, p. 16)

Em 25 de setembro de 1924, em sessão extraordinária, Pena de Moraes, encerrando a Administração, fez um pronunciamento que resumia os acontecimentos ocorridos quando foi responsável pela gestão do Município. Novamente, o tema cooperativismo veio à tona; para complementar os fatos, enfatizou:

Em face do interesse que sempre consagrei à vida econômica do Município de Caxias, não me era lícito relegar para plano inferior a sorte das cooperativas

vinícolas, então fundadas e organizadas pelo Dr. De Stefano Paterno na região colonial italiana.

O vinho nacional que naquela época, salvo poucas exceções, era uma bebida detestável, confeccionado segundo a prática rotineira de processos grosseiros e empíricos, é hoje um produto acreditado nos mercados de consumo, quando isento das falsificações que tanto o deturparam. (...) Foi assim que a cooperativa vinícola de Caxias sempre me suscitou particular interesse, bem como a do dr. Borges de Medeiros, que jamais deixou de atender às solicitações que lhe dirigi no tocante à conservação e progresso desse estabelecimento industrial, que se me afigurou de todo útil aos interesses da numerosa classe de vinhateiros coloniais que tira desse ramo de atividade material e subsistência quotidiana.

Por três vezes consegui salvá-la de próxima *débâcle*, graças ao apoio que sempre encontrei nesse sentido por parte do Governo do Estado — até que reiterados erros de ordem administrativa e comercial levaram-na a desaparecer, passando às mãos de uma firma particular.

No relatório, Pena de Moraes explica os motivos que levaram à não-liquidação da cooperativa de Caxias. Na visão do Intendente, o impedimento da *débâcle* era o de evitar o monopólio e a opressão econômica que pudesse ameaçar qualquer empresa particular. Sob esse aspecto, Pena de Moraes, em visita realizada em Porto Alegre com Borges de Medeiros, acertou algumas medidas reparadoras que são elencadas a seguir:

Tive em vista somente salvaguardar os interesses superiores do Município, cujos destinos me haviam sido confiados. A cooperativa de Caxias, principalmente, pela sua importância e situação, se me afigurava indispensável não só salva-la de inevitável *débâcle*, como sobre tudo, impedir que de um elemento útil, quando bem dirigida, se transformasse em monopólio e opressão econômica, caso a adquirisse qualquer firma comercial que a quisesse explorar sob este aspecto.

Com S. exa., que também em telegrama posterior me determinara fosse a capital, a fim de combinar medidas reparadoras, conferenciei a 13 de dezembro, ficando resolvido o seguinte:

1. Além dos passos necessários para salvar a cooperativa de Caxias dos muitos compromissos que lhe cumpria então solver, ouvidos previamente os credores, o governo adquiriu dois estabelecimentos dos ali existentes para neles instalar os laboratórios eno-químicos destinados à análise dos vinhos, alvitre, aliás, já anteriormente tomado pelo governo, mesmo antes de qualquer solicitação a respeito.
2. Após aquiescência a alienação dos estabelecimentos acima aludidos, ser entregue imediatamente a quantia apurada aos bancos Pelotense e Província, a título de amortização das dívidas para estes estabelecimentos de crédito.<sup>58</sup>
3. O intendente de Caxias ficou autorizado a tomar as providências precisas no sentido de organizar um campo experimental agrícola, para pomologia e principalmente viticultura, o qual ficará mais tarde a cargo da Escola de Engenharia, conforme a lei respectiva votada pela Assembléia dos Representantes.
4. Aqui ficaram um eno-químico e dois enólogos: o primeiro incumbido de seção de análise dos vinhos; o segundo, o enólogo da cooperativa, da industrialização do produto nas cantinas respectivas e o último de inspeção das

---

<sup>58</sup> Nos anexos estão dois recibos de pagamento das dívidas da Cooperativa Caxias junto ao Banco da Província e Banco Pelotense bem como uma correspondência expedida do Gabinete do Intendente com o n. 1348, datada de 03 de fevereiro de 1914, com as informações referentes aos pagamentos.

cantinas dos colonos, verificando as condições higiênicas e técnicas, bem como ministrando as instruções indispensáveis à confecção do produto pelos processos racionais.

5. Os estabelecimentos vinícolas e a cooperativa, de acordo, com a higiene, tomariam as providências necessárias tendentes a acautelar na capital o vinho analisado, de qualquer falsificação. As providências constantes, destes itens já estão quase todas em vias de execução. E quando estiver ultimada, ocioso será dizer que muito terá a lucrar o futuro econômico de Caxias. (Relatório Final da Intendência Municipal de Caxias do Sul. Lido em sessão extraordinária do Conselho Municipal a 25 de setembro de 1924 pelo Coronel José Pena de Moraes. Porto Alegre. Oficinas Gráficas d' A Federação, 1924)

Para Loraine Giron (1987), foram possíveis levantar poucas informações sobre Paternó. Das cooperativas fundadas, nos escritos da referida autora, sabe-se apenas o que saiu na imprensa regional. Também não foram encontrados documentos sobre as cooperativas fundadas nem qualquer livro de atas. Nos periódicos da época, era possível reconhecer a grandiosidade do Movimento. Paternó tinha experiência no assunto; ainda, vale frisar que os seus discursos eram socialistas. (GIRON, 1987, p. 284)

Corroborando com a autora, pode-se observar no material pesquisado, principalmente, nos Jornais *O Brasil*, de Caxias do Sul, e *Correio do Povo*, de Porto Alegre, que a trajetória de Paternó no Rio Grande do Sul foi marcada por dois momentos: o primeiro iniciou em outubro de 1911 e durou até junho de 1912, trazendo informações sobre os tempos áureos do movimento cooperativista, destacados pelo Jornal *O Brasil*. O segundo período apresentou os principais problemas enfrentados pelo cooperativismo e teve duração de um ano, de dezembro de 1912 a dezembro de 1913. Os acontecimentos negativos foram amplamente divulgados pelo *Correio do Povo*.

Na fase áurea do movimento, em discurso proferido aos agricultores de Vila Nova, em Porto Alegre, no ano de 1911, ficaram claras as manifestações de Paternó em relação ao progresso, à riqueza, ao desenvolvimento e à independência econômica que o cooperativismo poderia trazer para salvaguardar a indústria vinícola rio-grandense. Para o militante, a falta de união e de cooperação acabava causando o isolamento do colono, que, segundo Paternó, apresentava-se como uma “classe menos favorecida” frente à liberdade econômica que prevalecia no País. (Cooperativismo. *O Brasil*, Caxias do Sul, 06 out. 1911)

Entre os objetivos do Movimento estava a congregação das classes produtoras rurais, com vistas ao aperfeiçoamento da produção, e a “eliminação completa dos intermediários”, com a finalidade de “expurgar este aparelho de órgãos inúteis” e “extirpar o mal pela raiz”, ainda com outros atributos, como, por exemplo, “separar os colonos do tentáculo do polvo

que suga o fruto do trabalho do agricultor”. (Cooperativismo. *O Brasil*, Caxias do Sul, 06 out. 1911)

Sem sombra de dúvida, a crise desencadeada pelas falsificações dos vinhos nos centros consumidores era a problemática a ser solucionada. Considerada mercadoria de segunda classe colocada em grande escala em São Paulo e no Rio de Janeiro, esses eram os motivos da especulação e do descrédito dos quais os agricultores eram vítimas, trazendo a espoliação das classes produtoras.

Para Paternó, a criação das cantinas sociais tinha o propósito de minimizar as falsificações e as especulações mercantis com o objetivo de baratear os preços dos vinhos. Entre as funções das cooperativas e das cantinas sociais, havia a finalidade de promover o desenvolvimento moral e material dos associados; facilitar o acesso aos capitais a juros baixos; facilitar as vendas e a aquisição de insumos a preços menores; promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos produtos e das indústrias rurais.<sup>59</sup>

Observa-se nos discursos de Paternó que somente pela união de esforços dos trabalhos na forma de cooperativa poderiam os colonos escapar dos “especuladores impiedosos” e dos “parasitas vampiros”, pois, com crédito agrícola, com seguro agrícola e com expansão cultural ocorreria o desenvolvimento das indústrias com base nas lavouras. (Comércio colonial. *O Brasil*, Caxias do Sul, 12 out. 1911)

Outros eventos devem ser aqui destacados. Por onde Paternó passava, havia recepção festiva e geralmente era acompanhada com bandas de música. Uma das comemorações comentadas pelo Jornal *O Brasil*, de 04 de novembro de 1911, ocorreu no lançamento da pedra fundamental do cooperativismo em Bento Gonçalves.

Chamou atenção a amplitude que o Movimento poderia ter tomado, porque, nos escritos do referido Jornal, na mesma data, havia comentários de que Paternó visitaria as colônias alemãs do Estado, acompanhado de um intérprete, para iniciar o projeto cooperativista.<sup>60</sup> Viagens para o Norte do País também eram freqüentes, sempre acompanhado da esposa, Octavia De Stefano Paternó. (O Cooperativismo. *O Brasil*, Caxias do Sul, 04 nov. 1911)

Verificam-se nas considerações do Jornal que Paternó não era amador no que fazia: tinha desenvolvido o mesmo ofício de fundador de cooperativas na Itália e na Dinamarca, não

---

<sup>59</sup> Cooperativismo. *O Brasil*, Caxias do Sul, 06 out. 1911. De acordo com os comentários do Jornal, descobriu-se que Paternó era Delegado da Sociedade Nacional de Agricultura, cargo oferecido por Pedro de Toledo.

<sup>60</sup> Paternó já completou a organização na zona de colonização italiana e começará brevemente nas zonas de colonização alemãs. Da Federação – Cooperativismo. *O Brasil*, Caxias do Sul, 10 fev. 1912.

recebendo remuneração pelos esforços. Fazia isso por “espontânea vontade” e por “amor à causa e às idéias” conforme ilustra o Jornal *O Brasil*, de 04 de novembro de 1911.

Voltando ao tema desta tese, observa-se que o trabalho realizado com as cooperativas começava a surtir efeito. Contratos de parceria com o Rio de Janeiro e com Minas Gerais para a exportação de uvas e vinhos davam a arrancada para o ressurgimento da moralidade no setor. (O Cooperativismo. *O Brasil*, Caxias do Sul, 20 jan. 1912)

Entrando no campo econômico e político, considera-se que o cooperativismo surgiria como um movimento semelhante a um plano econômico, pois o desenvolvimento ocorreria por meio das forças políticas e do Estado com apoio do Partido Republicano, com Borges de Medeiros alegando que o cooperativismo estava em pleno sucesso nas zonas coloniais italianas. (Rio Grande do Sul. *O Brasil*, Caxias do Sul, 03 fev. 1912)

Por outro lado, havia uma propaganda acentuada do Movimento cooperativista também em outros locais do Estado, tanto que o Jornal *O Brasil* destacava:

O Rio Grande do Sul é um exemplo de organização política e social. Apresenta-se como o melhor Estado da República. Tem estrutura econômica equilibrada, uma vida econômica independente, um alto comércio e uma fértil zona agrícola. A vegetação é abundante, as cidades bem povoadas e existe o crescimento das vias férreas. O Rio Grande do Sul tem febre de ir adiante, local de homens empreendedores e progressistas, local onde o elemento italiano revelou crescente progresso. Caxias do Sul estrela dessa constelação das colônias italianas como denominou Júlio de Castilhos é exemplo disso, possui uma adega social com 1.200 sócios, em uma construção de 25m x 60m, onde trabalham cerca de 30 operários e que produzem em média 250 quintos de vinho.<sup>61</sup>

Em discurso proferido por Paternó no Rio de Janeiro, verifica-se que o pensamento do ativista e dos governantes da época estavam alinhados. Paternó salientava:

O Rio Grande do Sul é um dos Estados do Brasil mais adaptável à implantação do cooperativismo, a porção do território é rica e o clima propício, fertilidade do solo, abundância de água, adaptabilidade do terreno aos principais cultivos agrícolas, equilibrada divisão da propriedade. No Rio Grande do Sul cada cidadão possui um pedaço de terra que o torna independente economicamente e civilmente. (Da Federação – Cooperativismo. *O Brasil*, Caxias do Sul, 10 fev. 1912)

---

<sup>61</sup> Rio Grande do Sul. *O Brasil*, Caxias do Sul, 03 fev. 1912. Nesse mesmo dia, o Jornal destacava uma lei governamental que isentava as cooperativas vinícolas dos impostos sobre os vinhos. Lei de 07 de dezembro de 1911.

Para Paternó, a imigração européia trouxe a felicidade econômica, e a organização de cooperativas tinha a finalidade de promover a economia social e o espírito associativo. Em três meses de propaganda e de trabalho, houve a criação das caixas rurais e dos bancos populares que objetivavam encerrar com a usura que enfraquecia as forças de trabalho; com subsídios para a agricultura, os Governos federais e estaduais protegeriam os agricultores.

Em 10 de fevereiro de 1912, o Jornal *O Brasil* noticiava que existia a adesão de cerca de 20.000 cooperativistas espalhados pela Região de Colonização Italiana; além disso, o Movimento que iniciou no Rio Grande do Sul tinha projeções de chegar até a capital do Brasil, à época, o Rio de Janeiro. O Movimento chamava-se *Programa Geral Cooperativista* e era considerado como um plano econômico, em que o objetivo era aproximar as praças consumidoras e defender os interesses recíprocos. Paternó tinha pleno apoio dos Governos federal, estadual e municipal e o cooperativismo marcava sinal de progresso. Na mesma edição do referido Jornal, observa-se a adesão das famílias pertencentes à localidade de Forqueta: ali, cerca de 400 famílias já estavam se organizando para a estruturação da unidade cooperativa. (Cooperativismo. *O Brasil*, Caxias do Sul, 10 fev. 1912)

Outra preocupação de Paternó era que as cantinas cooperativistas fabricassem apenas três ou quatro tipos de vinho, mas que fossem de boa qualidade, similares aos fabricados no Norte da Itália. Desta forma, ocorreria a grandeza e a prosperidade geral do Estado por meio da evangelização agrária e econômica: as empresas cooperativas centralizariam e unificariam a produção vinícola, associadas aos benefícios para a exportação e para a isenção dos impostos. (Gazeta Comercial do Rio – Propaganda agrícola. *O Brasil*, Caxias do Sul, 02 mar. 1912)

No dia 23 de março de 1912, iniciam as calúnias contra Paternó, tanto que se denomina isso como uma “guerra injusta e antipatriótica”. Assim, “Que nos guerreem, que nos caluniem, e nós responderemos aos nossos adversários com fatos eloquentes e esmagadores. Inauguramos estabelecimentos que honram o Estado e fazem prosperar as classes trabalhadoras”. (Cooperativismo. *O Brasil*, Caxias do Sul, 23 mar. 1912)

Outra edição comentando sobre cooperativismo só surgiria em 04 de maio de 1912. Na publicação, o Jornal *O Brasil* trazia a manchete sobre a Segunda Exposição Agropecuária e que a agricultura era responsável pelo progresso da vida econômica rio-grandense. Sobre os problemas que vinha enfrentando o modelo cooperativo, salientava-se que este último venceria as dificuldades econômicas e financeiras da atualidade (na época); no futuro, o progresso e o desenvolvimento aconteceriam baseados no sistema implementado por Paternó. (Exposição Agropecuária. *O Brasil*, Caxias do Sul, 04 mai. 1912)

Ao que parece, vinham-se avolumando as crises econômicas e financeiras a nível nacional e regional — a situação das cooperativas não estava distante de tal contexto. Avançando nas pesquisas e fazendo um contraponto com os comentários anteriores, ressaltasse pelos artigos do Jornal *Correio do Povo* que o cooperativismo não se apresentava como o bastião de defesa da indústria mais promissora do Rio Grande do Sul, a saber, a indústria vinícola.

Verifica-se que os problemas eram intensos, fruto da má organização administrativa das cooperativas. A crise poderia arrastar para a miséria não só as famílias da Região Colonial Italiana mas também reduziria à ruína o setor vitivinícola. O culpado de todos os problemas, segundo o Jornal *Correio do Povo*, era Paternó, pois a “crise formidável” era fruto do “número de verdadeiros abusos e erros do megalomaniaco e diretor geral das cooperativas”. (A Cooperativa de Caxias – A crise dos vinhateiros. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 nov. 1913)

Com as declarações, o duelo estava travado: de um lado, o Jornal *Correio do Povo*; do outro, Paternó. O Jornal acusava Paternó de fraudes fiscais dos livros-caixa,<sup>62</sup> de má administração e de uso indevido do dinheiro das cooperativas. Na outra ponta, Paternó, com o conhecimento sobre as leis, ameaçava processar o Jornal e colocar os jornalistas na cadeia. Max Linder, correspondente do *Correio do Povo*, comenta sobre o episódio:

A grande “fita” da semana, aquela que prendeu a atenção e pôs toda gente de boca aberta pelo imprevisto da audácia revelada foi sem dúvida, à arrancada do Sr. Paternó, ameaçando de nos meter a todos nós, que trabalhamos no “Correio do Povo”, na cadeia, por esta folha haver contado a verdade do que se passa na “Cooperativa de Caxias”.

A “fita” ia ser magnífica! Imagine o leitor, todos nós, desde a redação ao último trabalhador desta casa, metidos nas celas da Casa de Correção, o “Correio do Povo”, de portas fechadas, tendo no alto do edifício, a cariatide do Sr. Paternó, num gesto do gladiador, triunfante, pisando, soberbamente, o mísero vencido! (Fitas da Semana. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30 nov. 1913)

---

<sup>62</sup> Fazendo um breve comentário, a notícia sobre o estado precário da “Cooperativa de Caxias”; e sobre os lançamentos de pagamentos irregulares que constam da escrita daquela cooperativa; e sobre o fato daquela empresa só iniciar uma escrita de acordo com a lei, oito meses depois de estar funcionando; e mais sobre as irregularidades que há nessa escrita; e sobre as compras e gastos feitos pelo Sr. Paternó sem autorização do conselho administrativo da “Cooperativa”; e sobre muita coisa mais que consta da mesma escrita, o Sr. Paternó ainda não articulou uma negativa formal, não apresentou se quer, uma prova, um documento que destruísse por completo, ou mesmo pusesse em dúvida a veracidade das alegações. Fitas da Semana. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30 nov. 1913.

Os problemas foram-se agravando e acentuava-se a “pancadaria ensurdecadora”, denominada desse modo por J. Monserrat (1950). Aos poucos, a tolerância foi dando lugar à hostilidade e a força política entrava em cena.

As divergências entre os diretores ficaram latentes. Álvaro Nunes Pereira, primeiro Presidente da União das Cooperativas, em ofício ao Dr. Sarandy Raposo, do Ministério da Agricultura, observava:

Desde o princípio da sua gestão, a maioria dessa diretoria se achou em divergência com o diretor geral (Paternó) sobre a direção econômico financeira da sociedade, principalmente quando aos pesados empréstimos de dinheiro tomados aos bancos desta capital, sobre os quais ele formava a base das operações de crédito para as cooperativas.

Essa divergência se acentava cada dia mais e a diretoria, não querendo tomar sobre si a responsabilidade dos desastres econômicos que previa e que não podia evitar, porque o Sr. diretor dominava as diretorias das diversas cooperativas, em geral constituídas por italianos, resolveu renunciar o seu mandato na primeira reunião da assembléia geral, que se realizou em 17 de Abril próximo passado, se não fosse aprovado e executado o seu plano econômico, constante do seu relatório do ano transato. (Registro – As Cooperativas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05 dez. 1913)

No que se refere aos gastos indevidos, o Jornal *Correio do Povo* trazia a seguinte matéria:

Era dos anêmicos cofres da cooperativa que saía o dinheiro para as manifestações, as músicas e os churrascos oferecidos ao Sr. Stefano Paternó. Era ainda dos cofres da cooperativa que saía o dinheiro para pagamento da hospedagem do Sr. Paternó e ainda das pessoas que o acompanhavam! (Despesas inúteis e prejuízos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09 dez. 1913)

Cabe frisar que os fatos negativos aos poucos minaram o trabalho desenvolvido assim como a nova mentalidade estrutural e produtiva consolidada. Mesmo que Paternó tentasse buscar alternativas a fim de justificar e de negar as acusações, não existia tempo e nem argumentos para isso. Tudo conspirava contra o movimento cooperativista e contra Paternó, e esse era o momento do golpe de misericórdia. E isso não tardou para acontecer:

Está, portanto fazendo a América Stefano Paternó, que já andou por terras do Paraguai, tentando a vida e agora se acha aqui, no Brasil, como propagandista do

cooperativismo, ganhando 1:500\$000 por mês do governo federal, por esse serviço e mais 1:500\$000 mensais das cooperativas que organizou como empregado daquele governo, tendo ainda, alugueis de casa, móveis e domésticos pagos pela “Cooperativa de Caxias”, conforme consta na escrita dessa empresa. Stefano Paternó tinha algumas das suas pequenas despesas pagas pelos cofres das cooperativas, despesas como sejam as hospedagens em hotéis, etc. pagamentos esses que constam das escritas das mesmas cooperativas, conforme tem sido publicado e não foi contestado, até agora.

Muitos e muitos documentos poderei expor para comprovar todas as ações indignas cometidas pelo traficante Paternó, mas como não venho tratar polemicas, e, sim esclarecer os fatos, ei-los aí: Charlatão Paternó, onde estão as 130 mil liras extorquidas aos pobres produtores italianos? Desmoralizador da colonia italiana (Stefano), onde estão os 25 contos, entre ações e dinheiro, recebidos da “Cooperativa Ítalo-Brasileira?

Como se vê, Stefano Paternó foi chamado de indigno, charlatão, desmoralizador da colonia italiana, mentiroso, trampolineiro, sem decoro, sem vergonha e outras coisas, além de ser acusado de haver desbaratado consideráveis entre ações e dinheiros, tudo isso na carta do dr. Carlos Jordão, publicada em um jornal.

Terminada a leitura das declarações acima, o dr. Maurício Cardoso, advogado de Stefano Paternó, deu-se por plenamente satisfeito com as mesmas. Tomada por termo essa declaração do dr. Maurício Cardoso, ficou encerrado o incidente. Esteve presente á audiência, o dr. Tibúrcio de Azevedo, advogado do “Correio do Povo”. (O Caso das Cooperativas. Pedidos de explicação e declarações em juiz. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 dez. 1913)

Encerra-se no trecho extraído do Jornal *Correio do Povo* a breve e tumultuada passagem de Paternó pelo Estado. Embora não dando certo o seu modelo proposto de cooperativismo, não se tem dúvida de que em um curto tempo ocorreram fatos que marcaram a Economia e a Política da Região Colonial Italiana. Ainda sobre o assunto, complementa-se:

Retira-se hoje, do Estado, o Sr. Stefano Paternó.

Podemos, pois, considerar terminada a missão que nos impuséramos de esclarecer a opinião publica sobre o estado real das cooperativas rio-grandenses, sobre os seus vícios monstruosos de funcionamento.

A questão das cooperativas entrou, afinal, numa fase que poderemos chamar de liquidação definitiva.

A publicação dos documentos oficiais referentes á cooperativa de Caxias, inclusive o minucioso relatório, que a comissão especialmente nomeada para o exame dos livros e das contas elaborou, relatório que constitui um verdadeiro libelo crime acusatório, a publicação desses documentos, dizíamos, veio mostrar que a nossa atitude se fundou sempre em fatos da mais positiva e incontestada realidade.

Uma por uma, ponto por ponto, linha por linha confirmaram aqueles documentos as acusações que formulamos mesmo as mais graves, mesmo as que poderiam parecer inacreditáveis.

Resta-nos, agora, a dupla satisfação de havermos cumprido nosso dever e de o não havermos feito em vão.

Mas não é só Caxias que sofre as conseqüências ruinosas da ingerência maléfica do Sr. Stefano Paternó na administração das cooperativas.

Outras localidades há onde a extensão do mal é igual, senão maior que em Caxias. (Registro – As Cooperativas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 dez. 1913)

Buscando mais elementos para este texto, por meio de pesquisas realizadas no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, nos Arquivos de Borges de Medeiros, pode-se verificar que, mesmo raros, alguns documentos estavam disponíveis e são destacados a seguir alguns manuscritos e materiais. O primeiro refere-se a uma carta escrita por Paternó para o Presidente Borges de Medeiros, datada em 28 de fevereiro de 1913; na mensagem, constam duas páginas. O conteúdo solicitava o empréstimo de um equipamento, a afirmação do movimento cooperativo em vários Municípios da região e a criação de um *bureau da União*, o símbolo da União das Cooperativas, o endereço e a assinatura de Paternó.

Analisando-se o documento, verifica-se que Paternó preocupava-se em detalhar os acontecimentos ocorridos na gestão das cooperativas. Palavras como a afirmação do movimento cooperativo e a entrada de um bom número de novos sócios justificavam o sucesso do empreendimento, sinalizando que cooperativismo estava no caminho certo. Na seqüência tem-se o envelope no qual estava a correspondência, com o endereço da Cooperativa Agrícola de Caxias e o destinatário da respectiva carta.

Outra correspondência com o n. 1345, do dia 23 de julho de 1913, apresentava o envio de uma cópia do Estatuto da Cooperativa Agrícola de Caxias com o número de associados na ordem de 939, salientando para Borges de Medeiros a importância do Movimento para o desenvolvimento industrial.

A correspondência n. 1346, datada em 18 de agosto de 1913, endereçada para Borges de Medeiros, remetia a um problema referente à estrutura produtiva; ainda, Paternó comentava sobre a falta de carvão para as máquinas. Ao que parece, devido à escassez de recursos e às dificuldades econômicas da época, o Governo Federal não estava repassando dinheiro para o custeio do programa cooperativista. A solução encontrada por Paternó era que, com a intervenção de Borges de Medeiros, a problemática fosse solucionada de forma decisiva. Os documentos referenciados encontram-se no Anexo B até o Anexo K.

Encerrando o presente tópico, observa-se que, com o desaparecimento das cooperativas fundadas por Paternó, o vitivinicultor foi obrigado a procurar os negociantes. O agricultor, então, não se preocupou em melhorar a qualidade, mas sim em produzir o maior volume possível de vinho, retornando à cultura da uva Isabel. De 1914 a 1929, há um esquecimento no movimento cooperativo. Passados os anos, desenvolveu-se uma nova fase de transformação da vitivinicultura na Região Nordeste do Rio Grande do Sul, mas isso vai ser abordado nas páginas seguintes.

## 2.4 GIUSEPPE DE STEFANO PATERNÓ

Pretende-se neste subitem buscar elementos que contem a trajetória de Giuseppe De Stefano Paternó, mentor do primeiro movimento cooperativista vitivinícola, desencadeado no Rio Grande do Sul. No ano de 2011, caso o movimento cooperativista tivesse alcançado êxito, as cooperativas criadas por Paternó completariam cem anos de fundação e de atividade.

Pelas informações encontradas, sabe-se que Paternó nasceu em Palma de Montechiaro, no dia 07 de outubro de 1862. O pai se chamava Diego Paternó e a mãe, Maria Meli. Palma de Montechiaro faz parte da Sicília, Província de Agrigento, tem cerca de 21.500 habitantes e estende-se por uma área de 76 km<sup>2</sup>, tendo uma densidade populacional de 283 hab/km<sup>2</sup>.

Na busca por informações, um dos textos encontrados foi o do redator político italiano Rudy Francesco Calvo, que atua como jornalista na Itália. O correspondente assina um artigo intitulado “Socialismo confessional: a primeira experiência socialista” e traz algumas informações acerca de Giuseppe De Stefano Paternó.<sup>63</sup>

A grave crise econômica que atingiu a Itália no final dos anos oitenta e noventa do século XIX era ainda mais grave nas suas repercussões na Sicília, onde a conversão da agricultura implementada por muitos produtores não trouxe os benefícios esperados. Além disso, a política agrícola do governo era para recompensar os novos agricultores italianos, que se tornaram uma base importante para se unirem e fazerem uma política independente.

Em Módica, quem promoveu esta ação foi Giuseppe De Stefano Paternó, um jovem advogado socialista radical, que trabalhou com o também siciliano Francesco Mormino Pena, advogado e estudioso do pensamento de Mazzini. A primeira experiência social foi criada com o nascimento do grupo de trabalhadores convergentes, agricultores, artesãos e alguns pequenos produtores. Ao contrário do que ocorreu no resto da Ilha, os personagens assumiram o fascismo não-revolucionário, mas manteve sempre um estreitamento jurídico limitado a propor medidas de reforma progressiva.

Isso não foi suficiente, no entanto, para garantir a sua sobrevivência: as classes dominantes viram na experiência, impulsionada por De Stefano Paternó, uma organização perigosa, que contrastava com o bloco dominante. A repressão do governo Crispi decidiu, portanto, atingir os pilares do distrito de Módica.

---

<sup>63</sup> CALVO, Rudy Francesco. *Socialismo confessional: a primeira experiência socialista*. Disponível em: <<http://www.tesionline.com/intl/preview.jsp?id=18118>>. Acesso em: 25 nov. 2009. A seguir há alguns trechos de sua contribuição com tradução livre.

Maria Gabriella Dionisi, historiadora paraguaia, no ensaio “Paraguai na Itália: luzes e sombras”,<sup>64</sup> narra a passagem de Stefano Paternó pelo referido País no final do século XIX. O artigo destaca que, assim como no Brasil, as ações de Paternó enfrentaram problemas de ordem econômica, política e social. Para a historiadora,

Nos anos cinquenta do século XIX, o início do debate envolve significativamente a difícil situação econômica e social existente nos dois lados do Oceano. Na Itália, as pessoas precisavam de novos postos de trabalho para desenvolver sua capacidade; por sua vez, estão as forças do Paraguai sedentas para uma nova reconstrução material e moral.

Essa necessidade mútua nasceu em 1897 com um projeto apoiado pelo Governo paraguaio, fundando uma colônia siciliana. As várias fases na sua aplicação suscitaram interesse. Mas, sete meses depois da chegada de 237 colonos italianos com destino a uma área ao Norte de Assunção, começa uma campanha difamatória contra o projeto e seu patrocinador, Giuseppe De Stefano Paternó.

Resumem-se nessa situação os artigos de jornal e uma circular do Governo que abriram a campanha hostil, argumentando que os territórios do Paraguai não eram suscetíveis de colonização. Que as áreas eram insalubres. Que faltaram os meios de comunicação e, finalmente, que os cidadãos eram selvagens, inóspitos e hostis aos estrangeiros.

Na realidade, os problemas que foram enfrentados pelos recém-chegados não eram poucos, já que nem todos foram capazes de superar as dificuldades econômicas, de se adaptar ao ambiente ou de desenvolver novos projetos, mas o tipo de oposição ultrapassou toda a imaginação, negando os únicos fatores que foram reconhecidos como reais por todos os que haviam conhecido o País.

Portanto, em 1899, De Stefano Paternó decidiu dar à imprensa um relato detalhado das etapas e das fases da construção da cidade de Trinacria, apoiado por documentos notariais, fragmentos de jornais, com cartas trocadas com os Ministros dos Negócios Estrangeiros e cidadãos humildes.<sup>65</sup> (tradução livre)

Observa-se pelos dois relatos acima transcritos que, por onde Paternó passava, existia um misto de esperança e de antipatia. Esperança, por parte dos que buscavam mudar de vida e de obter melhores condições de igualdade social e econômica perante a indiferença do Estado. Ainda, a antipatia dos governantes, pela forma de condução do pensamento político em que acreditava o ativista. Mas o fato é que Paternó esteve ao lado dos agricultores, professorando os princípios do cooperativismo.

---

<sup>64</sup> DIONISI, Maria Gabriella. *Paraguai na Itália: luzes e sombras*. Disponível em: <[www.maisonlatine.com/images/stories/dossier/12SympoMariaGabriellaDIONISI.doc](http://www.maisonlatine.com/images/stories/dossier/12SympoMariaGabriellaDIONISI.doc)>. Acesso em: 12 nov. 2009.

<sup>65</sup> O documento a que a historiadora se refere está na seguinte referência: DE STEFANO, Giuseppe Paterno. *Relazione sulla colonizzazione nel Paraguai*. Catania: Tip. Gutenberg, 1899. O material se encontra no Arquivo Histórico de Roma.

### 3 O PERÍODO NEUTRO DO COOPERATIVISMO VITIVINÍCOLA E A PREPARAÇÃO PARA A NOVA FASE (1914-1929)

Sob a ótica econômica, crescimento e desenvolvimento econômicos são conceitos distintos. O primeiro se refere ao aumento da capacidade produtiva da Economia (produção de bens e serviços), associado à elevação do Produto Interno Bruto (PIB) e ao PIB *per capita*; já o segundo pode ser conceituado como o crescimento econômico, acompanhado de melhora da qualidade de vida da população e de alterações na estrutura econômica. Segundo Ciro Cardoso e Héctor Brignoli (1983), a missão da análise histórica é reagrupar os diferentes fatores do crescimento para buscar a interpretação do conjunto. (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, p. 264)

Associado aos conceitos buscam-se encontrar na vitivinicultura caxiense, neste período, elementos que justifiquem a importância econômica do setor. Sabe-se que estudar um setor isoladamente não significa limitá-lo ao espaço físico, nem valer-se do local e do segmento como fatores explicativos únicos para os processos ali decorrentes. Neste sentido, determinados setores podem apresentar um desempenho superior ao da média regional, em virtude das vantagens locais e das atividades dinâmicas, características de um rápido crescimento. Quando o crescimento for positivo, no que se refere à cadeia produtiva, significa que o setor se especializou em subsetores dinâmicos. De outra forma, os setores podem apresentar vantagens competitivas de acordo com a localização estratégica, como: baixos custos de produção, estímulos fiscais, vias de transportes acessíveis, facilidades na aquisição de insumos e fatores de produção abundantes.<sup>66</sup>

Logo, o presente capítulo tem por objetivo reconstruir a trajetória dos órgãos ligados ao segmento vitivinícola no período de neutralidade do cooperativismo. Busca-se, nos atores, verificar a participação que tiveram na Economia e no desenvolvimento do setor, ressaltando-se as características e os fatos que marcaram o período em estudo.

---

<sup>66</sup> Ciro Flamarion Cardoso e Hector Brignoli salientam que a conjuntura se apresenta como pano de fundo do cenário social. Mas isso não significa que a conjuntura determine o social. Logo, as repercussões sociais da conjuntura estão no centro das atenções da História Social. Os enriquecimentos e os empobrecimentos estão entre as consequências sociais da conjuntura econômica, pois cada sociedade distribui socialmente o excedente econômico, de acordo com regras específicas – e a distribuição é o fundamento das hierarquias sociais. No que diz respeito à dinâmica social e ao poder econômico, entra-se no problema das relações de força entre os distintos grupos sociais. Assim, na base dos conflitos sociais, há motivos de ordem econômica, mas que não explicam a totalidade dos conflitos nem a evolução. (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, op. cit. p. 354)

Dentre os agentes sobressaem-se a Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul, o Laboratório de Análises, a Estação Experimental de Viticultura e Enologia (EEVE), o Sindicato Vinícola e a Sociedade Vinícola. Ainda, dois personagens que tiveram participação ativa na cultura das vinhas e na produção vitivinícola, a saber, José Pena de Moraes, Intendente de Caxias do Sul, e Celeste Gobbato, Diretor da EEVE e também Intendente municipal.

A Associação dos Comerciantes de Caxias surgiu no dia 08 de julho de 1901 como entidade de cunho associativo que influenciou a vida econômica de Caxias do Sul e dos Municípios vizinhos. A entidade apresentava-se, junto aos Poderes municipal, estadual e federal, como um órgão representativo do comércio e da indústria e tinha por objetivo defender os interesses dos comerciantes e industrialistas da época. A união das forças visava ao desenvolvimento social, político e econômico, além de fortalecer a identidade regional e local.

Em 1920, o gaúcho Ildefonso Simões Lopes, Ministro da Agricultura, criou a Estação Geral de Experimentação do Rio Grande do Sul, sediada em Osório (chamada na época de Conceição do Arroio). A Estação foi dividida em três seções: a de cana-de-açúcar, estabelecida em Osório; a de viticultura e enologia, em Caxias, e a de triticultura, em Alfredo Chaves, atual Veranópolis.

Por sua vez, a organização do Sindicato Vitivinícola Rio-Grandense ocorreu em 1927. Em 1929, transformou-se em Sociedade Vinícola Rio-Grandense Ltda. O Sindicato foi criado com fins de produzir, de comprar e de vender vinhos, além de promover a produção racional, com intuito de defender os interesses dos vinicultores.

A entrada das cantinas na Sociedade Vinícola implicava a aceitação das regras desta última. Com isso, iniciava-se uma nova cultura da produção do vinho, modificando-se deste modo os seus padrões de produção e alterando desta maneira a estrutura da produção doméstica. A Sociedade exigia que o vinho tivesse padrão mínimo de qualidade, com exigências regulamentadas em lei e avaliadas pelos laboratórios. Assim, começava uma mudança no padrão de produção doméstica para um processo industrial racional, cabendo à Sociedade a tarefa de fixar os preços do vinho, o que lhe dava poder de negociação tanto com os produtores quanto com o mercado.

José Pena de Moraes assumiu a Intendência de Caxias do Sul no ano de 1912, sendo eleito para o quadriênio 1912 a 1916 e reeleito para os períodos de 1916 a 1920 e 1920 a

1924, com algumas interrupções.<sup>67</sup> Foi proprietário de adegas e vinhedos, comerciante e exportador. Era político e interessado pelos problemas relacionados ao setor, buscando, no Governo, agregar as classes produtoras junto ao Poder municipal.

Outro personagem que merece destaque é Celeste Gobatto. Enólogo, era Doutor em Ciências Agrárias, natural de Treviso, Itália, contratado pelo Governo estadual como enólogo-viticultor. No ano de 1912, a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul criou a seção de Viticultura, o Instituto de Agronomia e Veterinária, promovendo a vinda de técnicos europeus, contratados para colaborar no melhoramento da produção vitivinícola rio-grandense. Foi Intendente municipal de Caxias do Sul, entre os anos de 1924 a 1928, e Diretor da Estação Experimental de Viticultura e Enologia no período de 1928 a 1938. Talvez tenha sido um dos maiores estudiosos do assunto em sua época e preocupado com as questões relacionadas com o setor vitivinícola.

### 3.1 ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DE CAXIAS DO SUL E A CONTRIBUIÇÃO NA ECONOMIA VITIVINÍCOLA

Inicia-se o primeiro tópico, apresentando o estudo de Vânia Herédia e Maria Abel Machado (2001). Para as referidas autoras:

(...) no dia 8 de julho de 1901 surgia a Associação dos Comerciantes de Caxias, uma entidade comunitária de cunho associativo e reivindicatório, interferindo na vida econômica de Caxias do Sul e dos Municípios vizinhos. Caxias vinha se destacando em relação a outras colônias italianas da região, se transformando num centro comercial por meio do produto excedente colonial. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 14.)

Com produção agrícola diversificada, Caxias do Sul sobressaía-se pelas seguintes culturas: uva, trigo, milho, feijão, linho, cevada, hortaliças, frutas, centeio e batatas. Observa-se que, desde os primeiros momentos da colonização, a agricultura apresentava-se como fonte de trabalho, de renda e de alimentação aos colonos da região, permitindo a exportação dos

---

<sup>67</sup> HERÉDIA, Vânia B. M. *Memória & identidade*. CIC. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2007.

produtos excedentes para outras praças e centros consumidores, como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro.

Passados os anos, setor agrícola colonial sobressaía-se na Economia regional, apresentando-se dinâmico e com capacidade de capitalização, possibilitando o surgimento do comércio e da indústria. (HERÉDIA; MACHADO, p. 16) O vinho foi um dos primeiros produtos de destaque: no ano de 1901, no Parque Farroupilha, em Porto Alegre, em uma feira de produtos industriais, ganhou evidência com os expositores Antonio Pieruccini, José Andreazza e Aristides Germani. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 16)

Caxias do Sul superou a fase da Economia de subsistência e passou a produzir o excedente dos produtos agrícolas. Neste sentido, os excedentes necessitavam chegar aos mercados consumidores para serem comercializados. Todavia, a região carecia de infraestrutura que viabilizasse o escoamento da produção, uma vez que as estradas e os meios de transportes apresentavam-se precários.

Antonio Pieruccini, no ano de 1898, e Abramo Eberle, no ano de 1900, haviam transportado e comercializado vinho e graspa, produzidos em Caxias do Sul, para São Paulo, com o objetivo de eliminar os comerciantes intermediários de São Sebastião do Caí e Porto Alegre. O mercado paulista apresentou-se receptivo aos produtos caxienses, evidenciando um considerável consumo de vinhos em virtude da entrada dos imigrantes italianos que trabalhavam nas lavouras de café daquele Estado.

Com o aumento do volume de empresas, surge a Associação dos Comerciantes, composta por comerciantes e industrialistas, e que tinha por objetivo criar uma representação das lideranças locais, capaz de reivindicar, junto às autoridades competentes, a solução de problemas ligados à produção, ao escoamento e à comercialização dos produtos da região. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 18) Ressalta-se que a preocupação da referida Associação era congregar os ideais comuns dos participantes e o conhecimento da situação econômica local, relativos ao movimento do comércio e da indústria.

A entidade procurava no trabalho, como agente social, econômico e político, unir os setores produtivos, buscando, por meio da intermediação e da ajuda em nome dos associados, interferir no curso de processos decisórios e de questões consideradas essenciais para o crescimento da Economia local e regional. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 19)

Passada a fase inicial, a Associação buscou atuar na vida econômica de Caxias do Sul, com o envolvimento dos agentes interessados e ligados às classes produtoras, principalmente no que se refere às questões relacionadas à agricultura, segmento pouco organizado, mas que vislumbrava um potencial de desenvolvimento agrícola e agroindustrial.

Nas considerações de Vânia Herédia e Maria Abel Machado (2001), “Júlio de Castilhos, Presidente do Estado, conhecia o potencial econômico da colônia italiana, mas tinha preocupações com o precário sistema de transporte da Província, reconhecendo que a região necessitava de transporte rápido e econômico para dar escoamento à produção”. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 19)

Por ocasião do aumento dos impostos sobre a produção colonial, a Associação travou o primeiro impasse entre os produtores e o Conselho Municipal. No episódio, a entidade assumiu o papel de defensora dos colonos e passou a manter uma relação próxima com a agricultura, importante setor para o comércio local.

Um dos problemas que preocupou a associação, nas primeiras décadas de existência, foi a questão do vinho. Era, pois, um produto que ocupava os primeiros lugares na pauta das exportações do Município e que passou a sofrer críticas por parte da imprensa, gaúcha e nacional, em virtude das falsificações que ocorria nos centros consumidores, tais como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 21)

Tabela 4 - Exportação de vinhos no RS (1914-1929)

| <b>Ano</b> | <b>Quant./Litros</b> | <b>Valor em réis</b> | <b>Preço médio</b> |
|------------|----------------------|----------------------|--------------------|
| 1914       | 5.640.855            | 1.114.575,38         | 0,19               |
| 1915       | 7.464.855            | 1.125.161,58         | 0,15               |
| 1916       | 7.962.992            | 2.277.938,91         | 0,29               |
| 1917       | 14.220.767           | 3.901.307,50         | 0,27               |
| 1918       | 6.424.373            | 1.818.320,60         | 0,28               |
| 1919       | 7.792.098            | 3.113.137,71         | 0,40               |
| 1920       | 2.987.140            | 1.309.521,85         | 0,44               |
| 1921       | 4.668.998            | 2.123.801,55         | 0,45               |
| 1922       | 7.196.962            | 3.333.161,60         | 0,46               |
| 1923       | 11.211.220           | 7.751.402,34         | 0,69               |
| 1924       | 14.691.830           | 20.930.974,40        | 1,42               |
| 1925       | 15.177.297           | 10.319.686,69        | 0,68               |
| 1926       | 16.643.712           | 11.257.434,05        | 0,68               |
| 1927       | 19.294.760           | 11.739.286,00        | 0,61               |
| 1928       | 26.191.407           | 21.040.173,74        | 0,80               |
| 1929       | 22.567.427           | 17.862.473,45        | 0,79               |

Fonte: Relatórios apresentados ao Presidente do Estado pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Porto Alegre, 1914-1929

A Tabela 4 apresenta o crescimento significativo das exportações de vinho do Rio Grande do Sul, no período de 1914 a 1929, na qual se verifica uma variação de aproximadamente 300%. Com relação aos valores em réis, a diferença foi mais acentuada, na faixa de 1.503%, comparando-se com o mesmo período. Os preços médios oscilaram entre 0,15 centavos de réis (1915) até 1,42 réis (1924), o que indica uma assimetria de valores, não apresentando padrão linear de comportamento entre a produção, a renda bruta da cultura e os preços médios, fruto da lei da oferta e da demanda pelo produto.

Pode-se também frisar que o aumento das exportações desencadeou um incremento no número de depósitos de vinho e de tanoarias<sup>68</sup> em Caxias do Sul. Isso demonstra que, em termos de cadeia produtiva, a indústria vinícola alavancava outros setores econômicos e que buscava vantagem competitiva frente aos mercados consumidores.

Tabela 5 - Depósitos de vinho e tanoarias - Caxias do Sul (1914-1929)

| Anos/Empresas | Depósitos de vinho | Tanoarias | Total |
|---------------|--------------------|-----------|-------|
| 1914          | 4                  | 1         | 5     |
| 1915          | 3                  | 1         | 4     |
| 1916          | 6                  | 5         | 11    |
| 1917          | 11                 | 22        | 33    |
| 1918          | 21                 | 25        | 46    |
| 1919          | 19                 | 27        | 46    |
| 1920          | 16                 | 18        | 34    |
| 1921          | 14                 | 14        | 28    |
| 1922          | 21                 | 16        | 37    |
| 1923          | 16                 | 16        | 32    |
| 1924          | 21                 | 20        | 41    |
| 1925          | 19                 | 8         | 27    |
| 1926          | 20                 | 10        | 30    |
| 1927          | 20                 | 10        | 30    |
| 1928          | 19                 | 9         | 28    |
| 1929          | 27                 | 10        | 37    |

Fonte: Livros de Impostos de Indústrias e Profissões. Caxias do Sul, 1914-1929

<sup>68</sup> Destaca-se aqui que as indústrias que faziam parte da cadeia produtiva, aos poucos, iam se instalando e se desenvolvendo, tanto que *O Brasil*, de 26 de maio de 1917, trazia a seguinte matéria: "Segundo estamos informados, cogita-se aqui, da organização de várias tanoarias para a confecção de barris para a exportação de vinhos, utilizando-se exclusivamente o pinho nacional. Até então as tanoarias limitavam-se a conserto do velho vasilhame, de procedência estrangeira, único utilizado pelos nossos exportadores. Duas firmas desta praça já fizeram aquisição do material preciso, machinário, etc. estando uma d'ellas já installada e funcionando. Várias outras se preparam para a nova indústria, à vista das dificuldades com que luctam, não só para obterem os barris de retorno, pela falta de vagões na Viação Férrea, como ainda pela escassez de vasilhame estrangeiro, em consequência da conflagração européia". NOVA indústria local. *O Brasil*, Caxias do Sul, 26 mai. 1917.

Observa-se na Tabela 5 que, no período de 1914 até 1929, os depósitos de vinho tiveram um aumento de 04 para 27 estabelecimentos e as tanoarias de 01 para 10, respectivamente, chegando a um total de 27 no ano de 1919. Em termos quantitativos, os anos de 1918 e 1919 foram os que apresentaram o maior número de estabelecimentos.<sup>69</sup> Contudo, as variações das quantidades de empresa não guardam um padrão de comportamento regular entre o período em análise.

Desta forma, observa-se que não estava acontecendo crescimento apenas das exportações mas também da expansão dos locais destinados à fabricação e à comercialização do produto, constituindo-se no impulso preliminar de crescimento do segmento econômico vitivinícola.

Por outro lado, a questão dos transportes precários passou a ocupar a pauta de discussões da Associação, — problema este que acabou se arrastando por cerca de 10 anos. Com a preocupação econômica, referente ao escoamento da produção, a entidade ganhava força política por meio do reconhecimento e do prestígio da representatividade perante a Presidência do Estado.

No ano de 1906, a Associação dos Comerciantes apresentou a sua primeira crise interna, caracterizada pela existência de desentendimentos entre alguns dos sócios, marcando, desta maneira, o final da primeira fase da instituição. A Associação voltou a se reunir, como entidade de classe, somente no ano de 1912, quando um grupo de antigos sócios decidiu reorganizar a instituição. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 26)

No ressurgimento, um dos principais problemas do passado, a questão dos transportes, havia sido solucionada ainda no ano de 1910, com a inauguração da estrada de ferro, ligando Caxias do Sul a Montenegro, resolvendo um dos entraves da Economia local, a qual limitava o escoamento da produção.

Cabe ainda ressaltar que na época Caxias do Sul apresentava situação econômica significativa para a região. Os primeiros setores a se desenvolver foram a indústria alimentícia, por meio dos moinhos e das cantinas, e a indústria de extração da madeira. Nos escritos de Vânia Herédia e Maria Abel Machado (2001), “observa-se que, à medida que

---

<sup>69</sup> Na visão do Coronel Pena de Moraes, em um Relatório apresentado ao Conselho Municipal, referente aos anos de 1916 a 1917, Caxias do Sul deveria: "Incrementar a produção do Município, amparar as suas indústrias fabris e agrícolas, estimular as iniciativas úteis, contribuindo, mediante tal orientação, para o aumento da riqueza pública, na medida da interferência dos poderes governamentais. (...) O nosso município e sua sede estão em condições muito especiaes. Na zona urbana fundam-se todos os dias novas indústrias que se desenvolvem e opulentam". Relatório apresentado ao Conselho Municipal, em 15 de novembro de 1917, pelo Intendente Cel. José Pena de Moraes, publicado em 1918. Caxias do Sul: Typographia Popular A. Mendes & Filho. p. 10.

creceu o mercado local, houve um aumento de estabelecimentos que se dedicaram ao beneficiamento da matéria-prima agrícola, como é o caso da uva, do vinho, da banha, da aveia e do feijão”. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 27)

O comércio se fortaleceu e assumiu a liderança econômica e social da região. Coube ao comerciante italiano a responsabilidade de distribuir os produtos coloniais para os mercados consumidores. Aos poucos surgiam filiais comerciais em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, com o intuito de eliminar os intermediários.

Economicamente tudo acontecia dentro da normalidade até eclodir, em 1911, uma crise de repercussão regional, ocasionada pela superprodução de vinhos. Houve, pois, o aumento da oferta associada à retração da demanda, provocada pela carestia de vida, que reduzia o poder de compra da população. No campo econômico, a política adotada primava pela deflação, sendo uma das formas de conter o consumo com a redução salarial dos trabalhadores.

Paralelo a tais fatores estava a baixa qualidade dos vinhos e a adulteração que ocorria nos centros consumidores, prejudicando o produto rio-grandense. O Governo estadual, ciente da problemática, reconhecia a Associação de Produtores como uma das formas de conter as incertezas, pois agiam em defesa dos interesses daqueles.

E foi com este propósito que o Governo estadual, na pessoa do Dr. Carlos Barbosa, e federal, com o Dr. Pedro de Toledo, proporcionaram a vinda, em 1911, do cooperativista italiano Stefano Paternó para implantar o cooperativismo entre os pequenos produtores de vinho e outras culturas.

Na breve passagem pela região, Paternó procurou a Associação dos Comerciantes. Como a Associação estava desativada, ele optou por procurar os antigos membros, promovendo uma reunião que culminaria no reinício das atividades da entidade. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 31) Na reunião ficou estabelecido que fosse dado apoio a Paternó para o desenvolvimento do trabalho na região, sendo decisiva a participação do Intendente municipal, o Coronel José Pena de Moraes, na questão do vinho, a partir da crise instaurada no ano de 1911.

As cooperativas fundadas por Paternó tinham a finalidade de realizar a centralização vinícola por meio de cantinas sociais, de aumentar a produção, de melhorar a produtividade e de substituir a forma artesanal vinícola pela implementação de técnicas aperfeiçoadas. Como primeiro empreendimento, no dia 20 de setembro de 1912, surgiu a União das Cooperativas que tinha por finalidade dar assistência técnica e financeira aos pequenos produtores.

Como membros da diretoria da União das Cooperativas, estavam representantes de diversos setores econômicos do Estado. Não tardou para que as inovações, propostas por Paternó, fossem contrariadas pelos agentes. Com a diferença de ideais, os grupos acabaram se dividindo: a Associação dos Produtores de Caxias e a Associação dos Comerciantes, que apoiavam Paternó, passaram a criticá-lo, alegando que a qualidade dos vinhos não estava melhorando e que sobrava produto inferior para ser colocado no mercado. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 32-33)

O desconforto instaurado tinha motivos pontuais; de um lado, estava uma parcela da elite comercial regional, preocupada em centralizar a produção vinícola e em resguardar a estabilidade do setor que contribuía com a pauta de exportações do Estado; do outro, estavam os pequenos produtores, preocupados em manterem-se economicamente viáveis e em anular o papel dos intermediários da elite comercial.

Nesse momento foi decisiva a participação de Pena de Moraes na liquidação das cooperativas que, enviando um relatório ao Governador Borges de Medeiros, denunciou que a produção de vinho aumentou, mas a sua qualidade manteve-se inferior, fazendo com que a produção gaúcha perdesse espaço no mercado nacional.

A queda do movimento cooperativista vitivinícola não desarticulou a relação dos colonos e dos comerciantes, uma vez que a produção de uvas e o comércio de vinhos estavam crescendo como setor econômico. A melhora da qualidade da produção e a contratação de enólogos para orientar os colonos e os produtores de vinho foram condições fundamentais para alavancar o segmento.

Na opinião de Anelise Cavagnoli (1989), no ano de 1914, a iniciativa da condução da fase pós-cooperativista era realizada por um grupo integrado ao setor, conhecido como os *comerciantes-vinicultores*, os quais seriam responsáveis pela execução do projeto de inovação<sup>70</sup> da vitivinicultura caxiense e da região. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 113)

---

<sup>70</sup> No contexto da ciência econômica, a palavra *inovação* foi introduzida pelo economista austríaco Joseph Schumpeter (Teoria do Desenvolvimento Econômico) na obra *Business Cycles*, de 1939. Em *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942), ele descreve o processo de inovação, a chamada *destruição criadora*. Schumpeter é considerado o precursor da terminologia “inovação” como uma disciplina, que faz já parte do currículo de muitas e prestigiadas Universidades. Segundo o economista, a razão para que a Economia saia de um estado de equilíbrio e entre em um processo de expansão é o surgimento de alguma inovação, do ponto de vista econômico, que altere consideravelmente as condições prévias de equilíbrio. Exemplos de inovações que alteram o estado de equilíbrio são: a introdução de um novo bem no mercado, a descoberta de um novo método de produção ou de comercialização de mercadorias; a conquista de novas fontes de matérias-primas, ou, por fim, a alteração da estrutura de mercado vigente, como a quebra de um monopólio. A introdução de uma inovação no sistema econômico é chamada por Schumpeter de *ato empreendedor*, realizada pelo

Por outro lado, o crescimento das exportações demonstrava a conquista de novas fatias do mercado consumidor no centro do País, ocupadas por produtos estrangeiros providos da Itália, França, Portugal, Chile e Argentina. No entanto, carecia a produção doméstica e artesanal da necessidade de qualificação do produto, para poder sustentar a concorrência com os países tradicionalmente reconhecidos como especialistas na produção vinícola.

Nas considerações de Mario Gardelin (1995), no dia 27 de novembro de 1914, uma assembléia geral movimentou a entidade com um assunto relacionado a um Projeto de Lei, que tramitou pela Câmara de Deputados, fixando elevado imposto sobre a bebida<sup>71</sup>. Naquele momento, a Associação fez-se porta-voz dos colonos e dos comerciantes, apelando para Borges de Medeiros. (GARDELIN, 1995, p. 28)

O Jornal *O Brazil*, de 24 de julho de 1915, trouxe as seguintes informações acerca do assunto:

A Associação dos Comerciantes desta cidade enviou, em 21 do corrente, ao Exmo. Sr. Presidente do Estado o seguinte telegramma: Presidente do Estado — Exportadores de vinho deste município prejudicados pelo regulamento actual de cobrança do imposto federal, segunda parte do artigo 80, baseando-se 96 litros quinto, quando quintos actual exportação comportam máximo 80, vêm por intermédio da Associação dos Comerciantes solicitar vossa valiosa influência junto aos poderes competentes, no sentido de seja modificada essa base. Quintos existentes atingem somma considerável. (ASSOCIAÇÃO dos Comerciantes. *O Brazil*, Caxias do Sul, 24 jul. 1915)

A problemática se arrastou por algum tempo: no dia 25 de setembro do mesmo ano, o Jornal *O Brazil* noticiava:

A Associação dos Comerciantes, de accordo com o Sr. José Baptista, digno intendente municipal, nomeou uma comissão de vinicultores que seguiu no dia 21 do corrente para a capital do Estado com o fim de cumprimentar o illustre Deputado

---

empresário empreendedor, visando à obtenção de lucro. SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997. p. 9-10.

<sup>71</sup> No dia 24 de janeiro de 1915, *A Encrenca* trazia as seguintes considerações: "O Governo Federal no afã de aumentar a sua renda, acaba de lançar o imposto de 40 réis por litro de vinho nacional exportado, medida essa, que dado o preço porque é vendido o vinho e a nossa falta de dinheiro será a morte da indústria vinícola no nosso Estado, e a ruína de Caxias, muito embora estejam os vinhos estrangeiros, taxados em 50%. Taes medidas poderam ser de futuro, de grande alcance, mas presentemente é inoportuna, visto não estarmos aparelhados, para cumpri-las. Confiamos, pois, na acção benéfica da Associação dos Comerciantes, que auxiliada por Pena de Moraes e José Baptista, algo possam conseguir dos poderes públicos, em prol, da nossa indústria vinícola". O NOVO imposto sobre o nosso vinho. *A Encrenca*, Caxias do Sul, 24 jan. 1915.

Federal Dr. João Simplicio, que tem sido um defensor extremado da indústria vinícola e confabular com S. Ex. sobre o decantado imposto do vinho.

A comissão alludida telegraphou hontem ao nosso amigo Cap. Saturnino Ramos, digno Presidente da Associação dos Comerciantes, nos seguintes termos:

«Benemérito Presidente da Associação dos Comerciantes. Caxias. Recebidos cordealmente pelo Deputado João Simplicio, profundo conhecedor e propugnador de nossa causa, deixou-nos grandes esperanças em nossas aspirações relativas a redução do imposto vinho e assegurou-nos que quanto antes vigorará novo regulamento cobrança imposto.

S. Ex. Gen. Pinheiro que com affabilidade dignou-se a nos receber e fizera todos os esforços para conseguir a completa exoneração do imposto perfeitamente convencido de nossas justas reclamações.

Comissão dos viticultores — Antonio Pieruccini, Antonio Artico, Henrique Leonardi, Guido D'Andrea, Alberto Sartori, Pietro Andreazza, Samuel Alovisi.»

Junto a essa comissão seguira também o Dr. Antonio Casagrande, illustrado juiz de comarca, representando o Município de Bento Gonçalves. (ASSOCIAÇÃO dos Comerciantes. *O Brazil*, Caxias do Sul, 25 set. 1915)

Outro assunto que preocupava, nas considerações de Vânia Herédia e Maria Abel Machado (2001), era a adulteração dos vinhos que fugia do controle dos produtores. No ano de 1915, a Associação dos Comerciantes enviou um memorial a Borges de Medeiros, acusando os falsificadores do Rio de Janeiro e de São Paulo: lá funcionavam clandestinamente as fábricas de falsificação do vinho gaúcho. O vinho era quintuplicado nas praças de consumo do centro do País; após, era posto à venda como vinho produzido no Rio Grande do Sul. Com isso, o prejuízo acontecia pela diminuição da exportação e pelo descrédito da indústria vinícola gaúcha. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 33)

Para Anelise Cavagnolli (1989), o discurso do comerciante-viticultor baseava-se no tema que era corriqueiro ao setor, isto é, a falsificação da produção nos centros consumidores. A autora considera que a situação surgia após alguns momentos de crescimento nas exportações de vinho gaúcho, uma vez que as importações de vinhos europeus estavam limitadas em virtude da Primeira Guerra Mundial. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 114)

Mário Gardelin (1995) ressalta que, no dia 13 de janeiro de 1915, a Diretoria da Associação dos Comerciantes se reuniu para debater sobre o setor vitivinícola no Congresso de Viticultores e Exportadores, endereçando convites aos Municípios circunvizinhos. O então Presidente da Associação, Saturnino Ramos, falou no Congresso e os aspectos tratados foram relativos as providências que deveriam ser tomadas para solicitar ao Governo federal a revogação do imposto sobre os vinhos e as falsificações. (GARDELIN, 1995, p. 29) No evento, Antônio Casagrande alertou os congressistas sobre os danos, dos quais seriam vítimas as indústrias vinícolas, tais como o imposto criado pelo Governo federal sobre o vinho nacional, o conseqüente aniquilamento da indústria e o despovoamento dos Municípios

vinícolas. O industrialista Antonio Pieruccini pediu para que todos se unissem a fim de revogar o referido imposto, ficando deliberada a elaboração de um memorial dirigido ao Governo federal e o envio de um emissário ao Rio de Janeiro a fim de propugnar a anulação do tributo. Os participantes do Congresso escolheram como representante Antônio Casagrande, mediante o beneplácito de Borges de Medeiros.<sup>72</sup>

Em 03 de junho de 1916, a Diretoria voltou a se reunir, tendo como assunto a apresentação de um ofício para a Associação Comercial de Porto Alegre, indagando, a pedido do Presidente do Estado, quais são as medidas necessárias, por parte da bancada gaúcha na Câmara Federal, para conseguir a abolição do imposto de consumo sobre os vinhos. No ato, foi constituída uma comissão que ficou autorizada a convidar as associações coirmãs da região vinícola, para trabalhar na consecução do objetivo.<sup>73</sup>

No dia 15 de novembro de 1917, o Coronel Pena de Moraes apresentou um relatório junto ao Conselho Municipal, questionando o modelo econômico baseado na monocultura da

---

<sup>72</sup> Ibid., p. 30. No que se refere ao imposto do vinho, um telegrama enviado pelo vice-intendente ao Ministro da Fazenda fazia as seguintes inferências: "Ainda sobre este assumpto que tanto tem preocupado a attenção do commércio desta zona, o nosso amigo e incansável administrador municipal, Major José Baptista, endereçou a 27 do corrente, os seguintes telegrammas: Dr. Pandiá Calogeras. Ministro da Fazenda. — Rio — Attendendo os altos interesses da indústria vinícola, principal fonte de riqueza do município que administro, peço a V. Exc. que o imposto de exportação de vinhos seja cobrado por litro e não por quinto, cuja unidade, com a base de 96 litros, não é adaptável ao vasilhame usado em toda a região vinícola d'este Estado, existindo typo único de sextos, imprpropriamente denominados quintos e que no máximo comportam oitenta litros. Confiando patriótica na acção do V. Exc. evitando entraves no desenvolvimento importante da indústria, anticipo agradecimentos. — Saudações cordeaes. — (assig.) José Baptista, vice-intendente". IMPOSTO do vinho nacional. *O Brazil*, Caxias do Sul, 31 jul. 1915.

<sup>73</sup> As informações foram extraídas de *O Brazil*, em 08 de julho de 1916, e trazem as seguintes considerações: A Praça do Comércio de Porto Alegre, no nobre intuito de informar à nossa representação na Câmara dos Deputados, as condições da importante indústria vinícola tão sub-carregada com o imposto que lhe calçou o Governo Federal, dirigiu-se à Associação dos Comerciantes, desta cidade, com o fim de informar-se com precisão, quaes as condições dessa indústria da região colonial. A Associação dos Comerciantes, desta cidade, sempre solicita, pelos interesses da nossa indústria, tratou logo do assumpto, convocando para isso, uma reunião de assembléa, que de accordo com o Cel. Pena de Moraes, intendente municipal, deliberou convidar o Exmo. Dr. Antonio Casagrande para elaborar um memorial que depois de assignado pelas directorias das Associações Commerciaes desta região, será remettido à Praça do Comércio em Porto Alegre. Não basta ainda a crise que atravessamos, que é uma verdadeira calamidade, e os falsos exportadores adulterar os nossos productos nos mercados do Norte, ainda a sanguessuga dos impostos federaes, que consome todo o lucro que poderia advir ao pobre colono. Pelos dados ultimamente obtidos, pela Associação dos Comerciantes, foi verificado que, no semestre de junho a dezembro de 1915, a Collectoria Federal desta cidade vendeu quase 200.000\$000 em sello para o imposto do vinho. Não conhecemos outra indústria que em uma localidade de 30.000 almas, como é a de Caxias, produza tão fabulosa somma para os cofres da Nação. É querer matar uma indústria que promette um futuro lisongeiro. Precisamos ainda ponderar que as condições da zona productora do vinho são por suas condições climáticas refratárias a outras produções. Os nossos representantes, que tanto se tem interessado pela riqueza e desenvolvimento do nosso querido Rio Grande do Sul, não deixarão, por certo, de interceder junto aos seus collegas, que diante da lógica e das ponderações que encherão o memorial que está elaborando o illustre magistrado Dr. Antonio Casagrande, por certo atenderão a nossa justa aspiração, que é a eliminação, em parte deste, imposto que vem asphixiando a nossa indústria vinícola. IMPOSTO do vinho. *O Brazil*, Caxias do Sul, 08 jul. 1916.

vinha, uma vez que qualquer problema que ocorra com o segmento afetará a Economia como um todo. Pena de Moraes afirmava que:

Quando aqui chegamos, em 1912, um dos problemas mais relevantes a demandar solução, sob o aspecto econômico, foi o afastar o Município dos perigos oriundos da monocultura da vinha. Nesse sentido, vem de molde reproduzir aqui o que dissemos no relatório de 1913: — Caxias ainda não se libertou da monocultura da vinha, sofrendo, portanto, as conseqüências decorrentes. Prejudicada que seja essa indústria, está *ipso facto* affectada toda a colônia. (Relatório apresentado ao Conselho Municipal, em 15 de novembro de 1917, pelo Intendente - Cel. José Pena de Moraes, publicado em 1918. Caxias do Sul: Typographia Popular A. Mendes & Filho. p. 10)

Para Pena de Moraes, a vitivicultura era o ramo principal da atividade agrícola dos produtores de Caxias do Sul, além de ser a base da riqueza do Município e do bem-estar daqueles que se dedicavam a isso; assim, o aperfeiçoamento da indústria vinícola não poderia deixar de preocupar a Administração municipal. O gestor entendia que os processos empíricos e rotineiros no fabrico do produto deveriam aos poucos ser substituídos pelos métodos sistemáticos e científicos. Sob esse aspecto, os fabricantes de vinho precisariam convencer-se de que menor quantidade de boa qualidade seria mais compensador que grande quantidade de qualidade inferior. (Ibid, p. 13)

Com a preocupação de qualificar a produção, o Governo do Estado mantinha um enólogo com o encargo de percorrer as cantinas e de ministrar conhecimentos para o preparo do vinho; em contrapartida, o Laboratório de Análise Enoquímica, sustentado pela Diretoria de Higiene do Estado, contribuía para o aperfeiçoamento do produto. Funcionava também uma cantina modelo, anexa ao campo de demonstração agrícola. (Ibid, p. 13)

As ações tinham um propósito: condenar a falsificação dos produtos nos centros consumidores. Outros meios para combater isso era o estabelecimento de armazéns e de depósitos, mantidos pelos produtores em São Paulo e no Rio de Janeiro, os quais, entregando o produto em bom estado para o consumo, tornavam-se um modelo para a diminuição das adulterações. (Ibid, p. 14)

Outra situação que afetava o setor era a Guerra européia, que havia reduzido a importação de vasilhame<sup>74</sup> destinado ao acondicionamento do vinho. O inconveniente,

---

<sup>74</sup> “O vasilhame é, sem duvida, outra dificuldade muito séria com que defronta a industria vinícola. Acresce ainda que esse vasilhame, além de caro, é de péssima qualidade, sendo que mesmo assim, começa a escassear no mercado, ameaçando entrar em crise por falta. Uma vez que a nossa flora, tão rica em madeiras outras de construcção não nos forneceu ainda uma espécie apropriada á construcção de quintos para vinho, outro alvitre não nos resta senão a importação de madeira bruta de carvalho

segundo Pena de Moraes, redundou em proveito para a indústria local e fomentou a fabricação de quintos de madeira de pinho. Para o Gestor municipal, “hoje, não só varias tanoarias existem entre nós, a cargo de operários de nacionalidade portugueza, como cada cantina dispõe de uma tanoaria propria para a confecção do vasilhame que emprega”. (Ibid, p. 14) Além dos empecilhos já citados que afetavam a indústria local, outro elemento adverso que contribuía para o agravamento dos problemas era o Fisco federal. (Ibid, p. 15)

No entanto, a vinicultura era o ramo preferido de atividade dos colonos. Era a cultura que representava o capital mais avultado empregado nas terras. A videira comumente cultivada em Caxias do Sul era da espécie Isabel, cujo fruto, vinificado sem as devidas correções do mosto, dava vinhos com o gosto de *foxy*<sup>75</sup>, com alto título acidimétrico<sup>76</sup> e com deficiente grau alcoólico. Originalmente os vinhos apresentam intensidade corante satisfatória devido à acidez elevada, mas eram fracos de álcool e ricos de substâncias azotadas<sup>77</sup>, que resultavam na difícil tarefa de conservá-los durante os calores do verão. (Ibid, p. 15)

Sobre o assunto, Pena de Moraes salientava:

"O genio do vinho está na especie da videira. D'ahi a necessidade de eliminar pouco a pouco, com mão certa e resoluta, os vinhêdos de pouco merito, substituindo-os por outras variedades, que offereçam garantias de produção capazes de compensar o trabalho do cultivo, e satisfazer as exigências do consummo". (Ibid, p. 16)

Como produtor e conhecedor da fabricação de vinhos, Pena de Moraes destacava:

Os vinhêdos selectos não reclamam relativamente, maiores exigências culturaes do que os de qualidade inferior; disto temos exemplos bem claros em diversos pontos do municipio, nos quaes se encontram vinhêdos constituídos de castas estrangeiras superiores, perfeitamente aclimatadas, desde que sejam cultivadas debaixo de um systema racional. As uvas novas, ainda que empiricamente vinificadas, dão vinhos especiaes pela côr, quantidade de alcool, acidez, extracto e fineza. Não nos parece, portanto, muito difficil a consecução do objectivo que temos em vista, e que dentro de poucos annos se possa claramente demonstrar que o futuro enologico desta região, como de qualquer outra, depende exclusivamente de uma vinicultura racional. (Ibid, 25-26)

---

americano, para aqui ser o vasilhame trabalhado”. Relatório apresentado ao Conselho Municipal, em 15 de novembro de 1918-1919, pelo Intendente - Cel. José Pena de Moraes, publicado em 1919. Caxias do Sul: Typographia Popular A. Mendes & Filho. p. 26.

<sup>75</sup> Segundo o Professor Jaime Lovatel, *foxy* refere-se aos vinhos provenientes das uvas comuns que lembra o cheiro da grama e da mata molhada.

<sup>76</sup> Jaime Lovatel ressalta que o alto título acidimétrico concerne ao grau de acidez dos vinhos.

<sup>77</sup> A palavra *azotadas* diz respeito ao alto teor de nitrogênio na composição dos vinhos.

Entretanto, para que o desenvolvimento vinícola ocorresse, deveriam ser feitos trabalhos de base nas colônias: escassos e errôneos eram os conhecimentos enotécnicos que possuíam os vinicultores. Pena de Moraes considerava que, para melhorar as condições da viticultura, deveria haver a introdução e a difusão de castas novas de videira e, conseqüentemente, procurar obter a produção de matérias-primas distintas, que utilizassem sistemas racionais apropriados de vinificação, tornando-se necessária a instituição de uma cantina experimental. (Ibid., p. 26)

Além das preocupações apresentadas por Pena de Moraes nos relatórios, vale referir que a participação política da Associação dos Comerciantes de Caxias foi decisiva não só nas questões relacionadas aos impostos mas também no combate à adulteração dos vinhos. Unindo-se à Associação Comercial de Bento Gonçalves, no ano de 1918, foi programado um encontro com as lideranças envolvidas com o setor, presidido por Pena de Moraes, com o objetivo de encaminhar providências na busca de soluções para a problemática não apenas restritas aos comerciantes da capital do Estado mas ainda acusando os comerciantes dos mercados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Nesse momento, a Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul, juntamente com representantes da Associação de Comerciantes de Bento Gonçalves, realizaram uma reunião na qual foram expostas as situações do vinho gaúcho nos mercados do centro do País. As denúncias partiram de Antonio Pieruccini, comerciante-vinicultor caxiense, que em São Paulo deparou-se com as notícias sobre a adulteração realizada naquela Capital. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 116)

No dia 08 de maio de 1918, Miguel Muratore (Presidente da Associação entre os anos de 1918 a 1920) solicitou a leitura de um ofício da Associação Comercial de Bento Gonçalves em que eram sugeridas medidas a serem tomadas para combater as falsificações dos vinhos no Rio de Janeiro e em São Paulo. No dia 21 de maio do mesmo ano, realizava-se uma assembléia, tratando-se de tomar posição e de combater a falsificação dos vinhos, na qual se reuniram cerca de 40 associados, além de sócios, diretores, representantes da imprensa, do comércio e exportadores de Caxias do Sul e Porto Alegre; juntamente com Antônio Casagrande, Lourenço Mônaco e Pena de Moraes, trataram sobre a falsificação dos vinhos rio-grandenses nos Estados citados. (GARDELIN, 1995, p. 35) Como resultado da assembléia, foram designados delegados, representantes da Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul, para apresentarem o problema no Congresso da Confederação das Associações do Estado, a ser realizado em maio de 1918. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 116)

No Congresso da Confederação, realizado em 27 de maio de 1918 em Bento Gonçalves, nomearam-se emissários de todas as associações, a fim de pedirem ao Presidente do Estado auxílio no sentido de pôr fim aos prejuízos causados pelo vinho adulterado e falsificado. (GARDELIN, 1995, p. 35)

No mesmo Congresso ficou acertada a formação de uma comissão representativa do setor vinícola, para a discussão do problema junto ao Governo do Estado. A comissão foi composta pelos Intendentes municipais de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi; por sugestão de Borges de Medeiros, o emissário dos vinhos gaúchos indicado foi o Intendente de Caxias do Sul, Pena de Moraes, envolvido com a vitivinicultura local desde a fase final do movimento cooperativo.

As esperanças estavam depositadas em Pena de Moraes; sob esse aspecto, o Jornal *O Brasil*, de 22 de junho de 1918, trazia a seguinte matéria:

O Governo do Estado acaba de nomear o Sr. Coronel Pena de Moraes para, em comissão, ir ao Rio e S. Paulo, estudar, «in loco», os meios necessários a pôr em acção, no sentido de defender a novel e futura indústria vinícola riograndense, dos botes que se dão a rendosa indústria de falsificarem os nossos genuínos e acreditados vinhos. Estamos absolutamente certos e confiantes nos resultados da árdua missão confiada à prática, argúcia e competência comprovadas do Sr. Coronel Pena de Moraes. O illustre e esforçado intendente de Caxias é um dos pioneiros mais abnegados da indústria que floresce sob todos os aspectos na «pérola das colônias italianas» do nosso Estado. De ninguém Caxias teve mais esforço, entusiasmo e apoio no seu desenvolvimento industrial do que ao seu actual intendente, agora tão sabiamente escolhido pelo governo do Estado para chefiar a comissão tão cheia de responsabilidade. E porque o Sr. Coronel Pena de Moraes soube de par com outros preclaros incrementadores do desenvolvimento econômico do nosso Estado, tornar acreditados os nossos productos fora das fronteiras do Rio Grande, é que, com certeza, não de lhe sobrar competência e energia para a defesa desses productos que vem sendo o maior padrão de gloria do nosso grande Estado. Parabéns ao governo que soube escolher com competência, parabéns à indústria riograndense que tem em Pena de Moraes a maior garantia para o restabelecimento dos créditos de sua indústria. (OS VINHOS rio-grandenses. *O Brasil*, Caxias do Sul, 22 jun. 1918)

Cabe frisar que o combate às falsificações foi um momento decisivo na História da viticultura. O Governo do Estado pôs-se ao lado dos produtores, buscando a preservação do nome dos vinhos gaúchos. As falsificações haviam tomado vulto: era preciso, pois, mobilizar o ambiente político. Nas considerações de Mário Gardelin (1995), o Governo não deveria sobrecarregar os produtores com taxas e impostos: havia, sim, a necessidade de uma luta incisiva contra as falsificações. (GARDELIN, 1995, p. 35-36)

No ano de 1919, a preocupação com a diversidade produtiva e vinícola viria à tona. Pena de Moraes em relatório apresentado ao Conselho Municipal criticava o cultivo da uva Isabel, mas entendia que as mudanças deveriam ocorrer de forma lenta e gradual no que se refere à prática da monocultura. O Intendente assevera:

Seria muito desejar que a nossa uva creoula não fosse a Isabel ou que outras castas possuíssemos com as quaes a pudéssemos mesclar para constituir o typo dos nossos vinhos. A única casta outra que cultivamos é a Barbera, aqui aclimatada com facilidade e que misturada á Isabel apresenta já um typo de bom vinho, não obstante maltratado, nos últimos annos, a peronospera e a antrachnose. A substituição da uva que cultivamos por outras não pode ser, entretanto, feita com a desejada rapidez. Depende não só do tempo, como ainda do indispensável ensino sobre o cultivo racional ou systematico. Antes de consegui-lo, é nos forçoso tirar todo o proveito da prata de casa, de cujo producto nos vem a subsistência quotidiana, sem embargo da soffreguidão dos innovadores theoricos. A rusticidade da nossa uva dá-lhe só vantagem de copiosas colheitas.

Sim, aperfeiçoemos o cultivo da vinha não só porque constitue a nossa monocultura, como ainda porque a região vinícola do Brasil, pela composição chimica do solo e pelas condições climatéricas que a caracterizam é, incontestavelmente, a que habitamos. O preparo do producto pôde, sem prejuízo monetario algum, constituir emprego de industrialistas especiais, visto como a viticultura é só por si compensadora de quaisquer esforços ou actividades. (Relatório apresentado ao Conselho Municipal, em 15 de novembro de 1918-1919, pelo Intendente - Cel. José Pena de Moraes, publicado em 1919. Caxias do Sul: Typographia Popular A. Mendes & Filho. p. 16)

Isso fazia com que a vitivinicultura não alavancasse, apresentando-se como uma indústria incipiente. Era necessário que houvesse a intervenção dos Poderes Públicos na difusão do ensino e de processos técnicos indispensáveis aos industriais que faziam da vitivinicultura a sua profissão.

Em um outro tópico do relatório, Pena de Moraes realçava a missão nos centros consumidores do País contra as falsificações dos vinhos e destacava que, no momento em que a qualidade e pureza do produto ficassem latentes, o consumidor voltaria a preferir os vinhos gaúchos sem receio.<sup>78</sup>

Para o Gestor municipal, o esforço político e econômico criaria um segmento industrial forte com fabricantes, exportadores e produtores, constituindo uma classe una e

---

<sup>78</sup> Para Pena de Moraes: “Os resultados da propaganda ali feita pela missão que desempenhávamos poderiam ter facilitado a introdução de 10 mil quintos de vinho nacional no mercado de S. Paulo, então desprovido desse producto se a falia absoluta de transporte marítimo e ferroviario não os tivesse assaz comprometido. E aquele mercado que o havia então repellido, após a campanha calculada de falsificações toxicas e ruidosas, ainda se conserva animador para os nossos vinhos, sem embargo das entradas avultadas dos vinhos portuguezes”. Ibid., p. 26.

indivisível — a classe dos vinhateiros. Tratava-se de uma classe unida e de uma indústria nascente e complexa, que precisaria ser amparada, sustentada e norteada pelos respectivos escopos e objetivos orientados para o proveito geral. Pena de Moraes enfatizava que “O dia em que esse designio for alcançado, diminuirão ou desaparecerão os óbices que se antepõem á marcha triumphante da industria vinícola”. (Ibid., p. 27)

Nesse mesmo período a Associação Comercial havia- se reunido com Pena de Moraes com objetivo de criar uma comissão com os Intendentes de Bento Gonçalves e de Garibaldi e com os representantes do comércio, com a finalidade de dar força ao Movimento contra as fraudes. Borges de Medeiros avaliou que era necessário enviar Pena de Moraes ao Rio de Janeiro e a São Paulo para tomar medidas concretas; em contrapartida, o Estado entraria com recursos para custear a viagem do emissário. (GARDELIN, 1995, p. 36)<sup>79</sup> Com objetivo de ilustrar a escolha, o telegrama de Borges de Medeiros continha os seguintes termos:

Associação Comercial desta cidade em brilhante e concorrida reunião, depois de ouvir exposição feita pelo Cel. Pena de Moraes das medidas tomadas por V. Excia. no sentido de reprimir a falsificação de nossos vinhos nos mercados de consumo, aprovou-as plenamente e agradece vossa patriótica solicitude bem como a escolha do Cel. Pena para desempenhar honrosa incumbência. (GARDELIN, 1995, p. 36)

Verifica-se que o momento foi importante para o setor vinícola, porque se tentavam resolver as questões relacionadas às fraudes, ao favorecer a modernização dos métodos de produção. Isso incluía o apoio governamental no que se referia à redução dos impostos ou até mesmo a isenção, buscando, deste modo, uma solução favorável aos produtores de vinho.

Em novembro de 1918, com o objetivo de impedir a falsificação e ao mesmo tempo de regulamentar a produção, foi aprovado no Congresso Nacional uma legislação envolvendo a

---

<sup>79</sup> Nas considerações de Herédia e Machado, a escolha do representante recaiu sob Pena de Moraes que, além de intendente, também era proprietário de adegas e vinhedos, comerciante e exportador. A conclusão de Pena de Moraes sobre essa questão foi a de que a falsificação ocorria nos grandes centros, mas que a qualidade do vinho gaúcho deixava a desejar. Como solução encontrada para aumentar o consumo e para vencer a concorrência com os vinhos argentinos, chilenos, italianos e franceses, só existia uma saída, que era o aperfeiçoamento e a qualificação da produção. Ver: HERÉDIA; MACHADO, 2001, op. cit., p. 34. Para Anelise Cavagnolli, José Pena de Moraes era político e interessado pelos problemas relacionados ao setor, foi comerciante-vinicultor, proprietário de um depósito de vinho e uma tonaria, que adquiriu no ano de 1920. Ver: CAVAGNOLLI, 1989, op. cit., p. 117,

produção dos vinhos. Em 29 de março de 1919, a Associação Comercial de Porto Alegre oficiou, remetendo cópia do memorial lavrado, em defesa dos vinhos gaúchos.<sup>80</sup>

Sobre o tema, Vânia Herédia e Maria Abel Machado (2001) esclarecem que:

Associação dos Comerciantes de Caxias, como entidade representativa e defensora dos interesses de seus integrantes, cumpria o seu papel de forma meridiana, sempre atenta a tudo o que acontecia na cidade e no Município e pronta para assegurar o bom andamento de suas atividades econômicas. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 39)

Além disso, observa-se que a organização comercial buscava a expansão do mercado consumidor do vinho gaúcho nos centros importadores de São Paulo e Rio de Janeiro, com o objetivo de expandir as fronteiras, além de qualificar o referido produto no mercado, difamado na qualidade por atos criminosos de falsificação, acarretando prejuízos econômicos aos produtores.<sup>81</sup>

Também se destaca que o preparo do vinho não era um processo simples e que há tempos vinha sendo desenvolvido por métodos empíricos, de tal forma que os conhecimentos teóricos se tornavam indispensáveis.<sup>82</sup> Neste sentido, a indústria vinícola necessitava da intervenção conjunta dos Poderes Públicos federais, estaduais e municipais para realizar a difusão do ensino e para criar processos técnicos racionais. Ciente dos fatos, Pena de Moraes,<sup>83</sup> em um relatório publicado no final da Administração no ano de 1924, declarava:

---

<sup>80</sup> Ibid., p. 37. Avançando um pouco mais no assunto e analisando o trabalho de Mário Gardelin, verificou-se que, entre a metade do ano de 1919 até meados de 1922, não existem menções referentes à Economia vitivinícola nas atas da Associação dos Comerciantes. No ano de 1922, mais precisamente no dia 20 de janeiro, ocorre uma pequena nota, referenciando Joaquim Pedro de Lisboa, idealizador da Festa da Uva.

<sup>81</sup> Na produção agrícola salienta-se a viticultura ou cultura da parreira, d'onde deriva a indústria vinícola, considerada principal em valor productivo. Ocupa primeiro lugar a indústria vinícola, com uma produção maior de 7.000:000\$000 por anno. Seguem-se: a indústria metallurgica, cujo principal estabelecimento tem um capital maior de 2.500:000\$000; as industrias textis, com uma grande fabrica de tecidos de lã, produzindo annualmente mais de 4.000:000\$000, e uma de tecidos de seda, também já bastante desenvolvida. Relatório da Intendência Municipal – 1921-1923 do dia 22 de dezembro de 1923 pelo Intendente Coronel J. Pena de Moraes. p. 22.

<sup>82</sup> Nas considerações de Pena de Moraes, os agricultores devem: aperfeiçoar os métodos de trabalho agrícola e industrial conforme orientações adiantadas e eficientes; incrementar e animar as fontes de produção que mais concorrem para a riqueza pública e particular; procurar substituir nos trabalhos agrícolas os processos rotineiros e antiquados de cultura extensiva por outros mais aperfeiçoados de cultivo intensiva. MORAES, J. Pena de. *Relatório final da Intendência Municipal de Caxias do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas A Federação, 1924. p. 47.

<sup>83</sup> Ressalta-se que Pena de Moraes sempre foi atuante no que se refere às questões da indústria vitivinícola, pois acreditava no setor como fonte de crescimento e de desenvolvimento econômico municipal. Prova disso é a seguinte manchete de *O Brasil*, de 10 de abril de 1920: "Falta-nos ainda

Os nossos vinhos haviam sido em São Paulo objecto de falsificações tóxicas, as quais repercutiram com ruído na imprensa daquela capital, bem como na do Rio de Janeiro. Concorrentes desleaes, entre os quais importadores de vinhos estrangeiros, aproveitaram o ensejo para, mediante bem urdida campanha de descrédito, expellirem daquele mercado o producto rio-grandense, o que, de facto, conseguiram de modo completo, acarretando, com isso, prejuízos incalculáveis aos nossos industriais. (MORAES, 1924, op. cit., p. 43)

Coube a Pena de Moraes, como emissário no centro do País, realizar propaganda positiva, visando à recuperação do crédito do produto gaúcho, além de investigar quem eram os fraudadores. A ação resultou na retração das adulterações, mas os problemas alcançavam dimensões maiores, tanto que o Intendente relatou:

Devo informar-vos não ser tanto o receio das falsificações que está prejudicando os vinhos rio-grandenses (...). É também a péssima qualidade do producto, que d'ahi é exportado com absoluta preterição dos requisitos técnicos indispensáveis à sua confecção. (Ibid., p. 47)

Verifica-se no trabalho de Anelise Cavagnolli (1989) que, para Pena de Moraes, os vinhos gaúchos vinham comprometidos já dos locais de produção, com acidez elevada e insuficiente teor alcoólico. Por isso, o Intendente sugeriu que fosse obstruída a exportação de vinhos com graduação inferior a 10%, o mínimo possível para conservação (CAVAGNOLLI, 1989, p. 119). A respeito disso, Pena de Moraes adverte:

Ou o colono adiciona assúcar ao mosto em quantidade sufficiente a produzir aquella porcentagem alcolica ou não lhe será permitido vinificar, devendo, neste caso, vender a uva que produzir às cantinas que trabalhem segundo a exigência técnica indispensável à normalidade do producto e consoante às prescripções estabelecidas pela Repartição de hygiene do Estado. (MORAES, 1924, op. cit., p. 47)<sup>84</sup>

---

abordar um dos pontos mais ressaltante da ação do Coronel Pena de Moraes na administração do Município de Caxias: é o que se refere à indústria do vinho. Trabalha, orienta, ensina, indicando as seleções necessárias na matéria-prima a ser empregada, mostrando as desvantagens das qualidades actualmente postas em uso e os processos a serem executados para o preparo e fabrico do vinho. E de sua ação, de seu ensinamento, vae ressurgindo, com maior consciência, com maior precisão, com efficácia maior, o trabalho de fabrico do vinho que ainda é, apesar do desenvolvimento de outras indústrias no Município de Caxias, uma de suas maiores fontes de riqueza".

<sup>84</sup> ALCOOLIZAÇÃO dos vinhos. *O Brasil*, 01 jan. 1921. Segundo comunicação recebida pelo Sr. Director do Laboratório de Análises do Estado, nesta cidade, os vinhos a serem exportados de janeiro em diante, deverão ter respectivamente 10 e 11 graus para o interior e fora do Estado. Essa medida affectou seriamente os interesses dos exportadores desse producto, pois é sabido que os produtos agora

Naquela época, Caxias do Sul estava entregue à indústria vinícola quase que exclusivamente e vinha sofrendo prejuízos com a desvalorização do produto. De fato, a depreciação do vinho nos mercados de consumo não tinha origem somente no insucesso das cooperativas vinícolas, o qual causaram tantos prejuízos: tinha como causa a má confecção do produto pelos colonos.

Nota-se que com as medidas de contenção das falsificações delineava-se uma espécie de divisão do trabalho. Em outras palavras, havia o colono que produzia as uvas e o comerciante que produzia os vinhos e que os comercializa, cabendo ao primeiro o plantio e o tratamento da vinha, enquanto que ao comerciante cabia o preparo do vinho, por meio de processos racionais e sistemáticos, formatando, assim, a constituição de um sistema com duas classes para o setor vinícola: os produtores e os comerciantes.

Nesta constituição prosseguia livre a negociação entre os colonos e os comerciantes, mas mantinha-se presente a figura do intermediário. Cabia aos Poderes Públicos federais, estaduais e municipais a intervenção na preparação das classes produtoras, por meio do ensino técnico, para disciplinar o setor vinícola.

Os colonos que não se adaptassem aos processos técnicos de produção, embasados nas ciências enológicas, que substituíam o empirismo baseado nos velhos hábitos, seriam retirados do processo de produção dos vinhos e limitados à produção das uvas. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 120)<sup>85</sup> A adequação a estas mudanças recaía sobre os colonos para que aprimorassem os processos produtivos e para que adotassem os cultivos de castas de qualidade superior; sobre os comerciantes, para que dispusessem de locais adequados para a vinificação.<sup>86</sup>

---

existentes são de baixa graduação; o único meio a seguir seria a alcoolização artificial, mas esta, além de prejudicar o product, viria discordar das leis em vigor. Sabemos que o Sr. Coronel Pena de Moraes se tem interessado no sentido de salvaguardar os interesses da indústria vinícola.

<sup>85</sup> Segundo Pena de Moraes, poderiam os colonos desenvolver o cultivo de outros gêneros como fruticultura, triticultura e suinocultura.

<sup>86</sup> Celeste Gobbato, corroborando com Pena de Moraes em seu relatório do ano de 1924, destacava: “Compreendem a substituição gradativa da rotina pelo sistema racional no cultivo da terra e na manipulação da matéria prima produzida, interessam, nas regiões eminentemente vinícolas, como é o nosso caso, a substituição gradual da Izabel por outras castas de uvas mais apropriadas. (...) Infelizmente, apresenta-se esse problema, dependendo de solução lenta porque esbarra com sistemas atávicos de cultura, com o analfabetismo de grande parte de nossa população rural e com mil e uma dificuldades que a cada passo se apresentam. Difundindo o ensino, organizado maior número de aulas municipais; criando a inspetoria agrícola, dotada de pessoal técnico que percorre as colônias distribuindo sementes selecionadas, organizando campos demonstrativos e viveiros para distribuição de mudas apropriadas, como tivemos oportunidade de nos referir em outra parte do relatório”. Relatório – Correspondente ao período administrativo decorrido de 12 de outubro de 1924 a 31 de dezembro de 1925. Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Celeste Gobbato. Lei Orçamentária da Receita e Despesa e Autorizações ao Intendente para o exercício de 1926. Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre -1926

Além das medidas, havia outras de caráter técnico para evitar as falsificações. Uma delas foi discutida por Celeste Gobbato, no ano de 1927, com Getúlio Vargas, então Ministro da Fazenda, e trazia as seguintes considerações a fim de amenizar os problemas enfrentados:

O Chefe do Executivo caxiense tratou, no Rio e em São Paulo, de assuntos relevantes para a Administração local.

(...) em São Paulo e no Rio, muito se interessou pela adoção de medidas tendentes a evitar a falsificação, naquelas praças do vinho rio-grandense, que comerciantes pouco escrupulosos fazem passar por vários processos, com risco até de causar prejuízos à saúde pública.

Assim, o Dr. Celeste Gobbato conferenciou longamente com os deputados gaúchos ao Congresso Nacional e com o Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Ministro da Fazenda, entregando a este último um memorial em que firmas interessadas pedem a adaptação de um selo de consumo especial para o vinho que, atualmente, é selado da mesma forma que outros produtos alcoólicos, o que facilita a falsificação. (O REGRESSO do Dr. Celeste Gobbato. *O Regional*, Caxias do Sul, 08 ago. 1927)

Em 13 de janeiro de 1928 foi apresentada a Lei n. 5.353 que obrigava o colono a adquirir estampilhas para o vinho. Segundo Mário Gardelin (1995), era uma burocracia que só podia ser imaginada por alguém que não conhecia as plantações de parreiras, pois trazia, no parágrafo 6º, uma condição impraticável: a restrição da aquisição de selos, exclusivamente, pelos viticultores. O referido autor ressalta que na região os únicos viticultores eram os colonos, os quais tinham a matéria-prima e que fabricavam o produto. (GARDELIN, 1995, p. 50)

A solução seria apresentar uma emenda ao artigo, substituindo a palavra *viticultor* por *vinicultor*, compreendendo os fabricantes de vinhos estabelecidos nas regiões de produção. A substituição da palavra *viticultor* por *vinicultor* dava solução ao assunto por tornar a aquisição dos selos acessível aos produtores-exportadores que fabricavam vinhos em condições de serem exportados.<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> A iniciativa já tinha sido tomada ainda no ano de 1927, tanto que *O Popular*, em matéria editada no dia 27 de fevereiro de 1927, trazia as seguintes informações: "A Associação dos Comerciantes de Caxias tomou a iniciativa de sugerir ao Governo da República, por meio dos canais competentes, a adoção de um selo espacial para o vinho. Como se sabe, atualmente, o selo usado para o vinho é o mesmo usado para o vinagre, aguardente e outras bebidas, sob a denominação genérica de imposto de consumo. Com a aplicação de uma estampilha especial para o vinho, não só a tornaria mais fácil, como também se conseguiria, se não evitar de todo, ao menos, limitar muitíssimo as falsificações. Não se vendendo, então, o selo se não aos fabricantes de vinho, os falsificadores não teriam facilidade em expor as suas misturas à venda, como acontece atualmente". SELLO especial. *O Popular*, Caxias do Sul, 27 fev. 1927.

Ainda em 13 de janeiro de 1928, o Presidente da Associação dos Comerciantes, Eduardo Verdi, propôs que fosse criada uma categoria de sócios, endereçada aos lavradores e aos viticultores, os quais pagariam uma mensalidade de 1\$000, mas sem direito a votar ou a serem votados. A idéia era proporcionar um órgão de defesa dos produtores que surge com a formação da Associação Rural. Em 24 de janeiro de 1928, houve uma assembléia, com remessa de telegramas para Getúlio Vargas sobre o problema do vinho, mencionando ainda a falência da empresa Antonio Pieruccini e Filhos. (GARDELIN, 1995, p. 50)<sup>88</sup>

Getúlio Vargas estava a par dos problemas que enfrentava a indústria vinícola no Estado e também se mostrava interessado em apoiar o setor, pois reconhecia no segmento a possibilidade de alavancar a Economia local e desenvolver os Municípios que se beneficiavam da uva e do vinho. Neste aspecto, o Jornal *O Regional*, de 29 de outubro de 1929, trazia a seguinte manchete, destacando a criação do Sindicato Vinícola:

O Dr. Getúlio Vargas pronunciou importante discurso salientando a relevância do Sindicato e dizendo estar crente de que o mesmo prestará serviços de vulto aos vinicultores do Estado, organizando a classificação de 3 typos, tratando da fixação dos preços do producto regulamentando, a exportação e, sobretudo, trabalhando para evitar a vergonhosa e criminosa falsificação do vinho rio-grandense por parte de revendedores sem escrúpulos e gananciosos. Disse que o governo do Estado que tanto vem favorecendo as organizações de classe, não poupará esforços para amparar o Sindicato, dizendo que o lemma do mesmo deveria ser "produzir, produzir" mais, porém melhor afim de que este producto agrade a todos os mercados consumidores. (*O Regional*, Caxias do Sul, 20 out. 1929)

Para Vânia Herédia e Maria Abel Machado (2001), “uma das questões que sempre esteve presente na atuação da Associação dos Comerciantes foi a do vinho, principal produto da região, que continuava tendo problema no mercado consumidor, proveniente das

---

<sup>88</sup> No que se refere à falência da empresa de Antônio Pieruccini e Filhos, *O Regional*, de 27 de fevereiro de 1922, trazia a seguinte matéria: "o Dr. Lourenço Centeno, Juiz Districtal de Caxias. Faço saber aos que o presente edital virem que por sentença do M. M. Sr. Dr. Juiz de Comarca, foi decretada a falência da firma Antonio Pieruccini e Filhos, sociedade commercial em nome colectivo e de seus solidários Antonio Pieruccini, Luiz Pieruccini e Orlando Pieruccini, aqui domiciliados e estabelecidos com cantina de vinhos e fábrica de productos suínos, a Rua Júlio de Castilhos, desta cidade, sendo fixado o termo legal da referida falência, do dia vinte e seis de novembro do anno próximo findo. Foi nomeado syndico da falência o Banco Pelotense, desta cidade. Notifico aos credores respectivos que lhes foi marcado o prazo de trinta dias para apresentarem as declarações e documentos justificativo de seus créditos e designando o dia cinco (5) de março próximo, às 11 horas, para, na sala das audiências, no edifício do Fórum, ter lugar a primeira assembléa de credores. A falência foi decretada hoje, às 10 horas. E para que chegue ao conhecimento de todos mandei passar o presente edital, que será afixado no lugar do costume e publicado na imprensa local, no «Regional» e na A Federação da capital do Estado. Dado e passado nesta Cidade de Caxias, aos 18 de janeiro de 1928. Eu Arthur de Lavra Pinto, escrivão escrevi.

falsificações e das fraudes”. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 43) Nos escritos das referidas autoras, foi pela iniciativa de Adelino Sassi, integrante da Associação dos Comerciantes, que surgiu a idéia da criação de um sindicato vinícola que beneficiasse, que solidificasse a posição da indústria do vinho no contexto da Economia do Estado e que auxiliasse na comercialização do produto. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 43) As autoras consideram que os principais objetivos para a criação do sindicato eram: defender os interesses da indústria vitivinícola, estimular o aperfeiçoamento na elaboração dos vinhos e na seleção dos vinhedos, propor a regulamentação do comércio dos vinhos e a sua valorização, regular e melhorar o preço das uvas em relação às classes e ao cultivo e combater as falsificações, contribuindo para que os vinhos do Rio Grande do Sul e da região gozassem dos créditos que mereciam. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 43)

Ainda nas considerações de Vânia Herédia e Maria Abel Machado (2001), quem assumiu a frente do Movimento foi a Associação dos Comerciantes que, em julho de 1928, sediou uma reunião entre cantineiros e exportadores de Caxias do Sul com o Secretário da Fazenda do Estado, Firmino Paim Filho, para tratar da organização do sindicato, aproveitando que a política do Governo era de incentivo à organização das classes econômicas. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 43)

Na mesma época, foi expedido um memorial ao Congresso Nacional, solicitando a adoção de medidas capazes de reprimir as falsificações, como a adoção de selos para os produtos, a obtenção de fretes especiais para o vinho engarrafado e medidas de fiscalização. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 43)<sup>89</sup>

O Sindicato do Vinho foi oficializado por meio do Decreto n. 4.195, de 13 de dezembro de 1928, pelo Governo estadual. Teve a representá-lo nas operações comerciais a Sociedade Vinícola Rio-Grandense Ltda., que centralizava o capital comercial de 49 exportadores de vinho. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 43)

O ano de 1929 foi marcado pela quebra da Bolsa de Nova Iorque, que causou a depressão dos anos 30 e que favoreceu no Brasil o processo de industrialização da Era

---

<sup>89</sup> No que diz respeito à Lei do Selo, *O Regional*, de 02 de janeiro de 1929, publicou: "Os productores de vinho desta região dirigiram-se, collectivamente, ao Governo da República, pedindo a criação de um sello de consumo especial para o vinho de uva, a fim de evitar as repetidas e vergonhosas falsificações do nosso producto nos grandes mercados consumidores do paíz, de modo especial no Rio de Janeiro e São Paulo. Por ocasião deste dia naquellas capitaes, o Dr. Celeste Gobbato, infatigável edil deste município, tratou circunstanciadamente do importante assumpto, tendo também cooperado eficazmente naquelle sentido o patriótico Governo do Estado, cuja bancada, no Congresso Nacional não poupou esforços para a criação do tal sello. Afinal, a lei foi sancionada pelo Presidente da República e marcada o início da sua applicação para o dia de hontem, 01 de janeiro". O SELLO para vinho. *O Regional*, Caxias do Sul, 02 jan. 1929.

Vargas. O cenário afetou o Estado, e Caxias do Sul, no final de 1929, foi atingida por uma crise financeira causada pela falta de dinheiro nos bancos locais, deixando as empresas em dificuldades para prosseguirem com as atividades produtivas. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 46)

O ano de 1929 também foi marcado pela criação de duas Leis: uma delas, do dia 03 de janeiro de 1929, regulamentava em caráter nacional a cobrança de impostos sobre os vinhos nacionais<sup>90</sup>; a outra, de 17 de janeiro, a produção dos vinhos e referia-se a uma Lei estadual.<sup>91</sup>

A Lei estadual dizia respeito ao Decreto n. 4.255, de 17 de janeiro de 1929, e trazia os seguintes termos:

Aprova o regulamento dos vinhos rio-grandenses. O Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, no uso da atribuição que lhe confere a Constituição, art. 20, n. 4, resolve aprovar o regulamento que com este baixa, dispondo sobre a produção e o comércio dos vinhos rio-grandenses, assinado pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Fecham-se as devidas comunicações.  
Palácio do Governo em Porto Alegre, 17 de janeiro de 1929. Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha. (DECRETO n. 4.255. *O Popular*, Caxias do Sul, 24 jan. 1928)

---

<sup>90</sup> Por Decreto n. 5.634, de 03 do corrente mês, recentemente publicado no *Diário Oficial* o Presidente da República sancionou a resolução decretada pelo Congresso Nacional, regulando a cobrança do imposto de consumo sobre vinhos nacionais. O referido decreto é do seguinte teor:

Art. 1º. Fica creada para o pagamento do imposto de consumo que recae sobre o vinho nacional, natural de uva, uma estampilha especial (cinta) de cor, formato e dizeres determinados pelo Ministério da Fazenda, sendo permitida a sua aquisição somente aos "viticultores" e "vinicultores", devidamente registrados na repartição arrecadadora federal e estabelecidos nas respectivas regiões vinícolas;

Art. 2º. Gozarão da mesma permissão dos "viticultores" e "vinicultores", podendo da mesma forma adquirir a estampilha especial, creada por esta lei, os cantineiros, beneficiadores de vinho, desde que estabelecidos nas zonas vinícolas e recebam do productor o vinho ainda em estado de matéria-prima destinada ao beneficiamento industrial e commercial;

Parágrafo único: Fica o Poder Executivo autorizado a definir, em regulamento, o que se entende por zonas vinícolas delimitando-se devidamente.

Art. 3º. O trânsito desse vinho, como matéria-prima ainda não beneficiada, poderá ser feito sem pagamento do imposto, na forma do art. 93, do regulamento aprovado pelo Decreto nº 17.464, de 06 de outubro de 1926, quando remittido pelo productor aos vinicultores ou beneficiadores de vinho, estabelecidos e devidamente registrados na mesma circunscrição vinícola, só se effectuando, nesse caso, o pagamento do imposto de consumo, quando o vinho sair da cantina beneficiadora.

Art. 4º. Na hypótese de residir o viticultor em zona fiscal diferente do estabelecimento beneficiador, observar-se-á ainda o estado de matéria-prima não beneficiada, o dispositivo do art. 81, letra B, do regulamento vigente. *Caxias*, Caxias do Sul, 31 jan. 1929.

<sup>91</sup> Foi baixado o Decreto n. 4255, de 17 do corrente mês, regulamentando a produção dos nossos vinhos. Nelle é estudado minuciosamente e regulamentado todo o fabrico e commercio dessa importante indústria em boa hora entregue a direção do Syndicato Vinícola Rio-Grandense, com sede nesta cidade que encarando todas as suas necessidades, vem desenvolvendo uma acção conjuncta com o patriótico governo do Estado, no sentido de amparar uma das mais importantes indústrias do Rio Grande. *Caxias*, Caxias do Sul, 24 jan. 1929.

Observa-se que o final da década de XX do século passado foi marcado pelo fim da Era Borgista e pelo início do Governo de Getúlio Vargas como Presidente do Estado do Rio Grande do Sul — isso prenunciava novidades nos campos econômicos e políticos. Sob esse aspecto, a Associação dos Comerciantes manteve relação próxima com o Presidente e reivindicou melhorias para o desenvolvimento econômico local.

A política do Governo era de dar apoio à constituição das indústrias consideradas “naturais”, por beneficiarem a matéria-prima local, como o vinho, a banha, as conservas de fruta, os óleos vegetais e a farinha de trigo. Muitos dos produtos considerados naturais eram produzidos em empresas locais, que passaram a ter estimulada a produção e a comercialização. (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 47)

### 3.2 LABORATÓRIO DE ANÁLISES E ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE VITICULTURA E ENOLOGIA (EEVE)

A existência de laboratórios de análise e a criação da estação experimental visavam aumentar os níveis de qualidade vinícola e coibir as falsificações existentes nos centros consumidores. Sob esse aspecto, Anelise Cavagnolli (1989) ressalta que, em dezembro de 1913, o Governo do Estado adquiriu dois prédios pertencentes à Cooperativa Agrícola de Caxias.<sup>92</sup> Os locais foram reservados para as instalações do Laboratório Enoquímico. No ano de 1914, foi organizado em Caxias do Sul o Laboratório de Enologia, sendo o órgão considerado imprescindível para a análise dos vinhos e para a administração de conhecimentos práticos aos viticultores. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 122-123)

Subordinado à Diretoria de Higiene do Estado, o Laboratório de Análises prestava atendimento ao Município de Caxias do Sul e a outros Municípios da região. Desta forma, os vinhos produzidos em Caxias eram analisados dias antes do embarque, por meio de amostras engarrafadas enviadas ao Laboratório. Após esta etapa, procedia-se à fiscalização dos

---

<sup>92</sup> Das cooperativas agrícolas, existia somente o prédio da cooperativa vinícola desta cidade a qual, em estado de falência o havia arrendado à firma Galleano, Zuardi e Cia., até que foi destruído pelo incêndio em fins de 1924, que assim facilitou a definitiva liquidação da cooperativa, isto durante o ano de 1925. (LIQUIDAÇÃO DA COOPERATIVA CAXIAS) (p.160-162) Relatório – Correspondente ao período administrativo decorrido de 12 de outubro de 1924 a 31 de dezembro de 1925. Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Celeste Gobbato. Lei Orçamentária da Receita e Despesa e Autorizações ao Intendente para o exercício de 1926. Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre - 1926.

produtos na estação férrea. Os vinhos que não correspondessem às amostras apresentadas tinham a exportação não-aceita. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 123-124)

O Laboratório acumulava outras funções: além de analisar produtos, distribuía mudas de videiras aos viticultores e fazia a fiscalização das cantinas. Em 1921, o Presidente Mário Caorsi apontou problemas na fiscalização realizada pelo Laboratório, existindo dúvida se o vinho depositado para a análise seria o mesmo a ser exportado, já que a substituição poderia ser feita durante a trajetória entre o Laboratório e a estação férrea. Como solução, Caorsi propôs que houvesse a realização das análises em local próximo à estação férrea. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 124)

Os problemas só seriam resolvidos com a criação da Estação Experimental em 1921, uma antiga pretensão defendida desde 1911, pelo enólogo contratado por Paternó, Adalgiso Zanellato, que defendia o projeto de criação de um campo de demonstração experimental, no qual o objetivo seria o desenvolvimento de um programa de ensino prático sobre viticultura e enologia. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 125)

O projeto de Adalgiso Zanellato foi apresentado ao Intendente Pena de Moraes, sendo defendido por este último. Em 1917, Pena de Moraes inicia a realização do empreendimento: o Governo municipal adquire 16 hectares de terra e implanta o Campo de Demonstração Experimental Agrícola de Caxias, sob a direção de Adalgiso Zanellato. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 125)

Para Pena de Moraes, em relatório do ano de 1924, a idealização do campo experimental tinha os seguintes propósitos:

No relatório de 1917, aludimos à conveniência de aperfeiçoar a cultura vitícola a fim de que pudesse a respectiva indústria trabalhar matéria-prima de melhor qualidade. E a providência que então propúnhamos, no sentido de torná-la racional e sistemática, era a organização de um campo de demonstração experimental, destinado a esse objetivo e onde se pudesse tratar, simultaneamente, de outros gêneros de cultura próprios desta região, uma vez que a cultura extensiva já deu o que tinha que dar entre nós.

Quando em 1913, aqui esteve o Ministro da Agricultura, Pedro Toledo, na saudação que lhe dirigimos, fizemos sentir a necessidade do Ministério respectivo tomar a si esse encargo diante da absoluta impossibilidade em que nos encontrávamos de o fazer. Perdida a esperança de consegui-lo, fizemos, como geralmente se diz, da fraqueza a força, adquirindo 16 hectares de terra, nas proximidades da cidade, para o campo de demonstração ali existente. Fundava-se aqui a Escola Elementar Industrial, e a verba que a reservamos, à manutenção do campo de demonstração, tivemos que empregá-la no auxílio com que o Município concorre para o funcionamento, nesta cidade, daquele útil estabelecimento de ensino técnico.

Para esse fim, por escolha do referido profissional, adquiri a colônia pertencente a Antonio Pieruccini, situada nas imediações da cidade, onde se acha instalada a mencionada estação e onde já existiam cultivadas, além da trivial uva Izabel,

algumas outras castas de vides estrangeiras. Custou ao Município a aludida colônia a quantia de trinta contos de réis, passando a mesma a pertencer, mediante doação, ao Ministério da Agricultura.

É assim que a chegada a este Estado do enólogo francês, Luiz Esquier, que, por ordem do Ministério da Agricultura, vinha escolher local para a fundação de uma estação experimental vitícola, fez renascer as nossas esperanças já esmaecidas!

Ainda desta vez, no tocante aos seus interesses vitais, pode o Município de Caxias contar com a solicitude patriótica do Governo do Estado. S. Ex. o Dr. Borges de Medeiros conseguiu com o Ministério da Agricultura que Caxias fosse dotada da estação experimental de viticultura e enologia a cargo do profissional francês Luiz Esquier.<sup>93</sup>

No ano de 1921 a área foi doada ao Governo federal, para a criação da Estação Experimental de Viticultura e Enologia. Na Estação eram realizadas experiências com diferentes castas de viníferas e com a elaboração de processos convenientes para a vinificação. Outro trabalho, a cargo da Estação, consistia na distribuição de mudas aos colonos, diversificando os tipos de viníferas e, conseqüentemente, os tipos de vinho. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 126)

No entanto, quando se trata da Estação Experimental, não se pode deixar de citar o trabalho de Ivoni Paz e Isabel Baldisserotto (1997). As autoras salientam que a Estação Experimental de Viticultura e Enologia (EEVE) foi fundada no ano de 1921, como resposta aos problemas enfrentados pelos industriais do vinho, como a má qualidade do produto e as falsificações realizadas por intermediários no centro do País. Aos poucos o estabelecimento passou a desempenhar papel decisivo nos rumos que se seguiram para o setor.<sup>94</sup>

O questionamento estava em saber se era possível obter, no Rio Grande do Sul, um produto de boa qualidade e de composição normal:

É crença comum, mormente nos grandes mercados consumidores, considerarem o nosso vinho nacional como um producto de qualidade inferior. E de facto, na verdade, a maioria dos commerciantes expõe à venda, geralmente, productos mal

---

<sup>93</sup> Relatório Final da Intendência Municipal de Caxias. Lido em sessão extraordinária do Conselho Municipal a 25 de setembro de 1924 pelo Coronel José Pena de Moraes. Intendente que terminou o mandato. Ver: MORAES, 1924, op. cit.

<sup>94</sup> PAZ, Ivoni Nör; BALDISSEROTTO, Isabel. *A estação do vinho: História da estação experimental de viticultura e enologia - EEVE (1921-1990)*. Caxias do Sul: Educs. 1997. p. 15. Destaca-se que a preocupação era tanta que, no dia 19 de fevereiro de 1921, *O Brasil* trazia a seguinte matéria: "os poderes públicos estarão sempre promptos para a defesa dos seus interesses, para a defesa da indústria vinícola -«o nosso ganha pão» - na expressão oportuna e feliz de S. S. o Coronel Pena frisou ainda a importância das instruções que acabava de dar aos colonos o Sr. Dr. Director do Laboratório de Análises, afirmando que este não está aqui em Caxias para perseguir ou prejudicar os fabricantes de vinhos, mas sim para fazer cumprir a lei, estando prompto para auxiliar os colonos na execução desta, dando-lhes as instruções necessárias para esse fim".

preparados, ou adulterados, e muitas vezes que por manipulações a que foram submetidos mudam por completo a sua composição, a cor, o sabor, etc., enfim, todas as suas propriedades orgânicas. Felizmente estes inconvenientes, que muito a propósito podemos denominar de fraudes, tendem a desaparecer, devido em grande parte à severidade dos Laboratórios do Análises de Hygiene do Estado, os quaes impedem a exposição de taes productos ao commércio. Todos os vinhos correspondentes à safra deste anno, salvo rara exceção, são de boa qualidade, e após numerosas observações e experiências feitas sabemos que, sendo a uva Isabel considerada como de segunda qualidade, usando processos racionaes na vinificação e feitas as necessárias correccões nos mostos poderá se obter vinhos de boa qualidade. (LABORATÓRIO de Análises. *O Brasil*, Caxias do Sul, 23 jul. 1921)

O problema residia na qualidade dos vinhos provenientes da uva Isabel,<sup>95</sup> pois, na opinião dos técnicos, a uva não apresentava condições favoráveis para a preparação da bebida. A referida matéria ainda trazia as seguintes considerações:

Com este estudo, queremos demonstrar que também hoje podemos e devemos obter productos quase que perfeitos. Quaes serão, pois os resultados, se os vicultores decidirem-se a adoptar vinhas melhores e os melhoramentos já de *per si* necessários ao systema de cultura e vinificação. Fornecerão uma matéria-prima de qualidade superior, a qual com o aperfeiçoamento nos processos de vinificação darão productos capazes do supportar satisfatoriamente a comparação com os productos de origem estrangeira. Para tal conseguir, dedicar-se-á com seus trabalhos e experiências a Estação de Viticultura e Enologia d'esta cidade. (*O Brasil*, Caxias do Sul, 23 jun. 1921)

Entre os objetivos da Estação, estava a tarefa de convencer os agricultores das vantagens de se substituir o cultivo da uva Isabel, com a introdução de castas finas de videira, para que se passasse a produzir vinhos de melhor qualidade na região. De acordo com as exigências conjunturais, a Estação foi-se adaptando e a atuação buscava responder às necessidades da Economia regional, como a melhoria da produção vinícola e o

---

<sup>95</sup> “Na indústria vinícola uma das principaes phases para a obtenção de um bom producto é a correccão do mosto. Esta operação torna-se muito necessária para a nossa indústria, porquanto o nosso producto Isabel é por sua natureza de segunda qualidade. Não se verifica o exposto nas uvas européas, pois, si estas possuem alguns elementos escassos ou desfavoráveis, em compensação, abundara-lhes outros, compensando aquelles. Ao contrário, na Isabel, o producto é deficiente, sob todos os pontos de vista, e escasseia de bons elementos, encontrando-se em porcentagem elevada os desfavoráveis. Em sendo os nossos vinhedos quase que em sua totalidade cultivados por Isabel (98% sobre outras variedades) obter-se-ia sempre um ínfimo producto, resultando o fechamento do mercado consumidor e a impossibilidade de conquistar novas praças. Os governos, em lugar de estimularem a producção e a obtenção de productos de boa qualidade, sobrecarregam esta já tão depauperada indústria com impostos, aumento de transporte, etc. produzindo uma grave resolução no colono vicultor a enorme imigração que se tem verificado em diversos municípios, que pouco a pouco vão se despovoando. É o caso de urgentes e acenadas medidas.” ENOLOGIA. *O Brasil*, Caxias do Sul, 25 mar. 1922.

aperfeiçoamento da qualidade dos vinhos com a finalidade de concorrer com os similares estrangeiros. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 15)

No que se refere à forma de produção das videiras, no dia 27 de agosto de 1921, uma entrevista com Simões Lopes, emissário do Governo federal, sobre o desenvolvimento da indústria vinícola tecia comentários acerca do assunto:

Quanto ao systema de cultivo aqui, em latadas, sou da opinião que se deveria modificar, não só para produzir-se melhor fructo, como para baratea-lo. Acredito que isso não seja fácil, dado o uso de muitos annos desse systema constituindo, portanto, o único adoptado pelos agricultores. O systema de latadas, além de outros inconvenientes, difficulta enormemente as operações culturaes e os tratamentos anti-cryptogâmicos, encarecendo-os sobremodo. Gosto muito do systema de espaldeiras, hoje adoptado nos países productores de vinho. A Europa é especialista nesse método, assim como nos vinhedos de Mendonza, San Juan e Rioja que, como se sabe, são grandes centros vinícolas. É verdade que a maioria dos terrenos de Caxias são um tanto accidentados e pedregosos, o que difficulta, em parte, o manejo de instrumentos agrários e a utilização racional do systema de espaldeiras, que também é o mais econômico. (VINHO e trigo de Caxias: o desenvolvimento da indústria vinícola. Entrevista com o Dr. Alvaro Simões Lopes. *O Brasil*, Caxias do Sul, 27 ago. 1921)

Aqui se destaca que esse era o momento de se modernizar a indústria vinícola, pois a situação comercial nos mercados consumidores encontrava-se preocupante. Por outro lado, concorriam para aumentar tal problemática a infra-estrutura, os transportes, os impostos, a baixa cotação do vinho e a concorrência com os produtos estrangeiros. Desta forma, os resultados só poderiam melhorar com a implementação de processos racionais de produção, ou seja, aplicar a ciência e a tecnologia no combate às falsificações, melhorar a qualidade e alavancar o setor.

Apesar disso, os problemas enfrentados pelos colonos e pelos industriais do vinho encontraram solução por iniciativa do Ministro da Agricultura Ildefonso Simões Lopes não apenas para a viticultura mas também para a agricultura em geral. De fato, havia a criação de estabelecimentos de caráter experimental, com o objetivo de proporcionar avanços técnicos na produção agrícola rio-grandense, com a qualificação e com a formação de recursos humanos, possível somente com a criação de escolas e estações experimentais. Nesse contexto, o Estado deveria intervir com função educadora de orientação e de estímulo ao aperfeiçoamento da produção.

As escolas surgiram a partir da década de 1920 e foram organizadas e destinadas a realizarem pesquisas em diversas áreas da agricultura e da pecuária, entre as quais se destaca

a Estação Experimental de Viticultura e Enologia, instalada em Caxias do Sul no dia 20 de julho de 1921. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, op. cit., p. 29)<sup>96</sup>

O Ministro da Agricultura Ildefonso Simões Lopes passou a criar condições para a organização de estações experimentais com a finalidade de aperfeiçoar diferentes setores da produção agrícola nacional. As escolas deveriam proporcionar diversas etapas de ensino, desde a alfabetização até a formação técnica. O Ministro, contando com a colaboração do Governo do Estado, determinou a seleção de áreas para a instalação dos empreendimentos, enquanto que os Governos municipais ficavam responsáveis pela doação das áreas selecionadas. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 31)

No entanto, as soluções propostas não eram novas. Segundo Ivani Paz e Isabel Baldisserotto (1997), em Caxias do Sul, desde 1911, defendia-se a idéia de se organizar um campo de demonstração experimental. A iniciativa havia sido defendida pelo enólogo italiano Adalgiso Zanellato, funcionário da Inspetoria Agrícola do Estado, contratado por Paternó. O Intendente Pena de Moraes, a partir de 1913, empenhou-se junto ao Governo do Estado para a concretização da proposta, sendo que o passo inicial foi dado no ano de 1917, quando o Governo municipal adquiriu de Antonio Pieruccini uma área de terra de 16 hectares e começou a organizar, sob a direção de Adalgiso Zanellato, a Estação Experimental de Vitivinicultura e Enologia. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 30)

No livro de Atas do Conselho Municipal, no ano de 1917, encontra-se o registro da compra desse terreno, conforme se observa na transcrição a seguir:

J. Pena de Moraes. Intendente municipal. Registrado as folhas do livro respectivo. A. Vianna. Auxiliar da secretaria. Em virtude do que solicitou o coronel-intendente municipal, como se vê do ato acima transcrito, o Conselho Municipal autorizou a emissão de trinta contos de réis (30,000\$000) em apólices de quinhentos mil réis cada uma ao juro de nove por cento (9%) ao ano e resgatáveis no prazo de vinte e quatro meses, empréstimo esse destinado à aquisição da colônia pertencente a Antonio Pieruccini, para ser doada ao governo federal, a fim de ser ali instalada a Estação Experimental Víticola desta zona. E, nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão e mandou lavrar esta ata por mim João José da Cruz, Escriturário, *ad hoc* do Conselho. Eu, João Chrysostomo T. Gonçalves, Secretário do Conselho a subscrevo e assino. (0005 - Livro 05 - Atas do Conselho Municipal - 08/12/1914 a 17/11/1921)

---

<sup>96</sup> Com relação a este episódio, *O Brasil* trazia as seguintes considerações: "Sob a direção geral do Dr. João Ferline, secretário da Escola de Engenharia, foi organizado o Patronato Agrícola do Rio Grande do Sul - com vinte alunos internos gratuitos em cada município, onde foi criada essa instituição por lei federal. O patronato constitui uma seção do curso técnico-profissional a cargo da Escola Elementar Industrial. Destina-se o referido instituto à formação de operários rurais. Desnecessário será destacar as vantagens do ensino técnico assim ministrado, pois d'elle muito teremos a esperar no que concerne ao futuro econômico de Caxias". ENSINO técnico-profissional. *O Brasil*, Caxias do Sul, 15 jan. 1921.

No ano de 1918 foi discutido e aprovado, pelo Congresso, o decreto n. 385 que declarava: “Considera vinho, a bebida alcoólica obtida pela fermentação alcoólica do suco de uvas” – definia-se, assim, o que era vinho. Em 1919, a bancada gaúcha rejeitou a emenda do orçamento federal que previa a cobrança das taxas sobre o vinho nacional. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 31)<sup>97</sup>

Para dar início aos trabalhos da EEVE, foi contratado o enólogo francês Louis Esquier, que ficou responsável pela escolha da área onde deveria ser criada a instituição. O terreno designado foi o adquirido de Antonio Pieruccini, sendo destinado, ainda, cerca de 40 contos de réis para dar início às construções na área da estação. No dia 20 de julho de 1921, Esquier anunciava o início das atividades da EEVE, colocando-se à disposição dos agricultores para quaisquer informações relacionadas às atividades vitivinícolas. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 32) Quanto à chegada no Estado, o Jornal *O Brasil* trazia os seguintes comentários:

Há dias que se encontra neste Estado o enólogo Sr. Luiz Esquier, funcionário do Ministério da Agricultura, que veio escolher o local apropriado para a instalação de uma estação experimental de viticultura. Esse funcionário visitou, baseado nas primeiras informações, os Municípios de Bento Gonçalves e Caxias, onde a cultura do vinho é mais intensa, tendo elaborado um relatório dos dados colhidos em suas investigações, cuja conclusão, ao que nos conta, opte pela localização da estação referida neste município.<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> O Congresso Nacional decreta: Eis o projecto: n. 385-1918.

Art. 1º. Considera-se vinho a bebida alcoólica obtida pela fermentação alcoólica do suco de uvas.

Art. 2º. As bebidas semelhantes ao vinho, fabricadas com sucos fermentados de fruas ou plantas do paiz, deverão trazer a indicação da sua procedência, em caracteres bem visíveis.

Art. 3º. Todos os vinhos e productos similares, qualquer que seja o seu acondicionamento, deverão trazer nos respectivos rótulos o nome do fabricante, o local da fabrica e a marca do producto.

Art. 4º. O vinho cuja riqueza alcoólica não exceder de 20% em volume, poderá conter no máximo duas grammas de sulfato neutro de potássio por litro, sendo essa quantidade elevada a quatro grammas, quando a riqueza alcoólica do vinho for superior a 20% em volume.

Art. 5º. É prohibido o emprego de quaesquer matérias corantes estranhas á composição normal do vinho.

Art. 6º. É permittido nos vinhos o tratamento pelo anydro sulfuroso puro, proveniente da combustão do enxofre, pelos bisulfitos alcalinos e crystalisados puros.

Art. 7º. É prohibido juntar aos vinhos substancias que possam influir sobre a saúde dos consumidores, taes como os compostos solúveis de alumínio, os compostos de baryo e estrôncio, os compostos de metaes pesados, o acido sulfúrico, o axido oxalico, os edulcorantes artificiaes, os antisepticos e as substancias que a sciencia reconheça ou venha a reconhecer como nocivas á saúde.

Art. 8º. Não serão expostos á venda os vinhos alterados por moléstias ou causar accidentes.

<sup>98</sup> No entanto, havia outras preocupações acerca do assunto que são destacadas a seguir: "Chegou ao Estado o enólogo francês Luiz Esquier, que, por ordem do Ministério da Agricultura, veio escolher o local para a fundação de uma estação experimental vitícola, fazendo renascer as nossas esperanças já esmaecidas! Demo-nos pressa em phonographar a S. Excia. o Sr. Dr. Borges de Medeiros e ao Sr. Inspector-Agrícola do Estado, pondo à disposição daquelle Ministério o campo de demonstração municipal para ali ser installada a referida estação vitícola. Nesse sentido, enviamos ao Dr. Presidente do Estado memorial, demonstrando que, em se tratando da fundação de um estabelecimento desta

No entanto, a contratação de Esquier e a criação da estação experimental tinham outras pretensões. O problema era mais sério que se imaginava: existia um fluxo emigratório intenso e um êxodo rural que se avolumava. O Município de Caxias do Sul estava perdendo os colonos e o futuro da vitivinicultura estava comprometido. Neste sentido, a estação experimental surgia com as seguintes preocupações:

Sabemos, apenas, que se essa providência não for tomada, como indicamos, o futuro da monocultura vitícola estará comprometido entre nós, trazendo como inevitável consequência, entre outros malefícios, o êxodo emigratório para outras regiões de cultura extensiva, êxodo esse que, como dissemos já começou em escala pouco tranqüilizadora! Muitos agricultores houve que, desconhecendo os processos sistemáticos de uma cultura mais intensiva, abandonaram as suas propriedades, em busca de outras paragens, onde o cultivo extensivo lhes oferecesse maiores vantagens. Não poucas foram as famílias de agricultores que se transportaram para outros Municípios, trazendo, como consequência, a diminuição da população rural. Compreendi o perigo e tratei de conjugá-lo na medida de minhas forças. Publiquei e mandei distribuir, profusamente, a respeito, uma circular, aduzindo as considerações que me pareceram oportunas. Nesse sentido solicitei a interferência dos parochos da sede e das circunscrições coloniais. O alvitre adotado pareceu-me haver surtido o efeito desejado, pois vi em seguida cessarem ou diminuir as correntes emigratórias que ameaçavam avolumar-se.<sup>99</sup>

Oficialmente instalada no dia 20 de julho de 1921, sob a direção de Esquier, iniciaram-se as atividades da EEVE em precárias condições; somente em março de 1922 foi concluída a construção do edifício da sede. O processo de instalação definitiva se arrastava desde janeiro de 1921, tanto que o Jornal *O Brasil* noticiava:

Está definitivamente resolvida a instalação, em Caxias, de uma Estação Experimental de Viticultura, custeada pelo Governo Federal. Há alguns dias se encontra nesta cidade o enólogo Sr. Luiz Esquier, que está tratando da instalação definitiva da estação. O Sr. Coronel-Intendente Municipal cedeu, para isso, o terreno do extinto Campo de Demonstração Agrícola Municipal, que foi algum tempo mantido pela municipalidade, com real vantagem para os colonos. A Estação Experimental de Viticultura é um estabelecimento de indiscutíveis vantagens para este município, e mesmo para toda a zona vinícola, pela difusão de regras práticas e científicas que certamente fará entre os cultores da vinha e proprietários de cantinas. (ESTAÇÃO experimental. *O Brasil*, Caxias do Sul, 22 jan. 1921)

---

ordem, Caxias, como principal município viticultor, não podia deixar de ser preterido. ESTAÇÃO Experimental. *O Brasil*, Caxias do Sul, 23 out. 1920.

<sup>99</sup> Relatório Final da Intendência Municipal de Caxias. Lido em sessão extraordinária do Conselho Municipal a 25 de setembro de 1924 pelo Coronel José Pena de Moraes. Intendente que terminou o mandato. Ver: MORAES, 1924, op. cit.

Desde a fundação, o estabelecimento enfrentou dificuldades na organização, pela falta de recursos ou pelo atraso destes últimos, que deveriam ser providenciados pelo Ministério da Agricultura. (PAZ; BALDISSEROTTO,1997, p. 34-35)

Apesar das dificuldades, iniciava-se uma nova fase para a vitivinicultura gaúcha, com a introdução de variedades de videiras de castas finas, após serem testadas e experimentadas pela Estação. Também se desenvolvia a matéria-prima e os processos produtivos por meio da transferência de conhecimento, para os agricultores da região, sobre a tecnologia encontrada pelos pesquisadores.

Inicialmente, houve resistência dos colonos quanto à introdução dos avanços encontrados por Esquier, pois os produtores só adotavam as técnicas e implementavam as videiras depois de observarem os resultados nas plantações da Estação ou nas exposições das quais a EEVE participava. (PAZ; BALDISSEROTTO,1997, p. 33)

Nos primeiros anos de atividade, a EEVE apresentou problemas na gestão de Esquier, dentre os quais se destacam: a demora na construção da sede da escola, a falta dos equipamentos essenciais para os estudos enológicos e a burocracia brasileira. No ano de 1927, Esquier fez um balanço das atividades da Estação e fez as seguintes observações:

- a) a EEVE iniciou os trabalhos, no ano de 1921, com sete hectares de vinhedos, produzindo, em média, 12.000 litros de vinho;
- b) possuía apenas 25 variedades de videiras, devido à falta de recursos e aos entraves burocráticos, fazendo com que não pudesse aclimatar uma maior diversificação das variedades;
- c) poucas mudas foram distribuídas aos agricultores por ter sido proibida a saída de bacelos de Caxias do Sul, em virtude da infestação pela *philoxera*.

No ano de 1922 já eram apresentados os primeiros resultados obtidos pela EEVE, tanto que o Jornal *O Brasil* trazia as seguintes informações:

A serviço do Ministério da Agricultura esteve nessa cidade, o agrônomo Sr. Horácio Barreto, que fez demorada inspecção nos estabelecimentos vinícolas deste município. Em palestra com um representante desta folha, declarou elle que, uma vez postos em prática os modernos processos de viticultura e enologia, fora considerável o desenvolvimento da indústria vinícola, devido às excepcionaes propriedades do nosso solo e do nosso clima. O agrônomo Barreto levou amostras dos primeiros vinhos fabricados na Estação Experimental de Caxias, fundada por determinação do ex-ministro Dr. Simões Lopes, producto este que julgou de excellente qualidade. Aquella Estação produziu, já neste primeiro anno de

existência, cerca de doze mil litros de vinho de vários typos. (VIAGEM de inspecção. *O Brasil*, Caxias do Sul, 03 jun. 1922)

No ano de 1927 foram importadas castas de vinífera, de híbrida e de porta-enxertos, que foram plantados em 1929 e, mais tarde, distribuídos no Estado. Em 1929, a Estação, que pertencia ao Ministério da Agricultura, ficou subordinada ao Governo rio-grandense. Ocupava uma área de 138 hectares, sendo que 75 destes se encontravam no perímetro urbano, a cinco quilômetros do centro da cidade, e 63 hectares, no Distrito de Fazenda Souza. (RODRIGUES, 1972, p. 56)

Em 1930, a Estação importou de São Paulo 120 castas de videira, cultivando-as e distribuindo-as nos Municípios vitícolas do Estado. No mesmo ano, iniciou estudos e pesquisas em torno da constituição física e química das uvas e de mostos. Ao longo dos estudos enológicos, a Estação colecionou, testou e cultivou mais de 800 variedades de uva. A cantina da Estação Experimental produzia vinhos que se tornaram famosos pela qualidade. (RODRIGUES, 1972, p. 57)

Nos escritos de Ivoni Paz e Isabel Baldisserotto (1997):

Esquier considerou que a ação da Estação no melhoramento da cultura da videira na região fora dificultada pela falta de recursos e pelo espírito rotineiro do colono, apegado ao cultivo da uva Isabel. Por outro lado, o laboratório da Estação começou a ser freqüentado pelos produtores, os quais traziam amostras dos mostos e dos vinhos para serem analisados. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 36)

Ao concluir o balanço, Esquier assevera:

(...) estudar o melhoramento do sistema de cultivo da vinha e a adaptação de novas variedades que darão productos melhores, combate aos insectos nocivos e doenças cryptogâmicas que atacam as parreiras, selecção de variedades resistentes, preparação de mudas enxertadas sobre cavallos resistentes à *phloxera* para serem distribuídas aos viticultores e difundir os ensinamentos necessários para a boa elaboração e conservação do vinho. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 37)

Para conseguir as inovações propostas a Estação precisava, segundo Esquier:

- 1º) Importar da Europa uma coleção de vinhas das melhores variedades entre os quaes cavallos resistentes a *philoxera*, hybridos productores directos, e uvas finas para mesa e fabricação do vinho.
- 2º) Construção de uma estufa para a preparação de mudas enxertadas e enraizadas em um anno só.
- 3º) Completar o material de laboratório que se acha insufficiente para pesquisas técnicas sobre mostos, vinhos e aguardentes. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 37)

No que se refere à gestão da Estação, dois administradores de destaque contemplam o período em análise: Louis Esquier, que ficou à frente da EEVE como primeiro diretor nos anos de 1921 até 1928, e Celeste Gobbato, segundo diretor, atuando no período de 1928 até 1938.<sup>100</sup>

Louis Esquier, com o ofício de enólogo, ficou com a tarefa de organizar a Estação, dotando-a de condições mínimas de funcionamento. Entre as medidas tomadas estão: a construção dos primeiros prédios, a aquisição de equipamentos para a experimentação e a introdução das primeiras variedades de videiras européias. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 37)

De acordo com Ivoni Paz e Isabel Baldisserotto (1997):

Um aspecto chama a atenção, na correspondência expedida por Esquier, é o seu inconformismo com a burocracia brasileira, acarretando a demora na destinação e liberação das verbas. Isso provocava atrasos nas atividades da Estação, como a perda da época adequada para plantações, e dificultava a execução de obras e construções indispensáveis para o funcionamento da Estação. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 37)

Embora encontrando dificuldades, Esquier conseguiu organizar a Estação para que pudesse dar os primeiros passos. Observa-se, na primeira fase, que a EEVE estava vinculada ao Ministério da Agricultura; a partir de 1929, passou a ser de responsabilidade do Governo estadual.

---

<sup>100</sup> O engenheiro agrônomo francês Dr. Louis Esquier instalou e foi o primeiro diretor da Estação contratada pelo Ministério da Agricultura. Logo após foram diretores os engenheiros agrônomos Paulo Monteiro de Barros, Manoel Mendes da Fonseca, Celeste Gobatto, Francisco da Cunha Rangel, Ângelo Corrêa Filho, Armando Montano e Moacir Falcão Dias. Tanto Esquier quanto Gobatto imprimiram impulso às atividades daquele órgão e a cujo espírito de iniciativa se deve esforços para a instalação de câmaras frigoríficas para a conservação das uvas destinadas aos mercados consumidores do País.

Esquier foi diretor da Estação até o dia 04 de julho de 1928, e o contrato não foi renovado. Quem assumiu interinamente a direção foi Paulo Monteiro de Barros, até a designação do próximo diretor, Celeste Gobbato,<sup>101</sup> que assumiu em 1º de dezembro de 1928. Sobre a não-renovação do contrato de Esquier o Jornal *Caxias* trazia a seguinte matéria:

Tendo terminado o contracto que existia entre o governo federal e o Dr. Luiz Esquier, que há annos vinha dirigindo a Estação Experimental desta cidade e pertencente ao Ministério da Agricultura, que em breve seguirá com sua família para a França, recebeu ordem do governo para receber aquella estação o nosso amigo Dr. Paulo de Barros, funcionário do referido Ministério. (ESTAÇÃO experimental. *Caxias*, Caxias do Sul, 28 jun. 1928)

De acordo com Ivoni Paz e Isabel Baldisserotto (1997), uma das características constatadas, com relação à gestão de Esquier, é que ele era pouco dedicado a realizar registros, o que, na opinião das referidas autoras, impediu uma análise detalhada das atividades e das conquistas obtidas durante os primeiros sete anos de existência da Estação. Contudo, deve-se a este o estabelecimento das bases que possibilitaram o funcionamento da EEVE. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 36)

Celeste Gobbato, que assumiu o lugar de Esquier, era natural de Volpago del Montello (Província de Treviso, Itália) e foi contratado em 1912 para ensinar enologia e viticultura, no Instituto de Agronomia e Veterinária (atual Escola de Agronomia da UFRGS). Entre os anos de 1925 e 1928, foi Intendente de Caxias do Sul e entre os anos de 1928 e 1938 foi diretor da EEVE. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 37)

Katani Monteiro (2003) informa que Celeste Gobbato era imigrante italiano, enólogo-viticultor de profissão. Tinha 22 anos quando deixou a Itália e veio para o Brasil para ser professor da Escola de Engenharia de Porto Alegre. A vinda de Gobbato centrava-se na preocupação de o Governo gaúcho contratar especialistas estrangeiros para racionalizar a atividade policultora que se expandia no Brasil. Os desafios propostos eram remodelar as técnicas produtivas, introduzir tecnologias modernas e qualificar a mão-de-obra rural por

---

<sup>101</sup> No ano de 1912, a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul criou a seção de Viticultura, no Instituto de Agronomia e Veterinária, sendo promovida a vinda de novos técnicos europeus, contratados para colaborar em prol da melhoria da produção vitivinícola rio-grandense. Dentre esses técnicos, ressalta-se a figura do Dr. Celeste Gobatto, enólogo e Doutor em Ciências Agrárias, natural de Treviso, Itália, contratado como enólogo-viticultor, em 15 de julho de 1912. RODRIGUES, 1972, op. cit., p. 52.

meio do ensino técnico profissionalizante. (MONTEIRO, 2003, p. 162)<sup>102</sup> Naquele tempo eram escassos os professores especialistas e a Itália era o País que possuía as melhores escolas de enologia e viticultura da época.

Gobbato foi descrito como sendo especial e de profundo conhecimento na área à qual se dedicava, chegando a receber o título de *Príncipe da Enologia Riograndense*. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 37) Celeste Gobatto aclimatou, reproduziu e disseminou castas européias, ensinou a melhorar a cultura da vide, sugeriu fórmulas para o combate às moléstias dos parreirais, viajou pelo Estado e pelo Sul do País, em missão de estudo e de propaganda, por meio da imprensa, de livros e de conferências, tornando-se conhecedor da vitivinicultura gaúcha.<sup>103</sup> Jymmi Rodrigues (1972) destaca:

(...) o que fazia dele um sujeito realmente especial nesta arte, é o seguinte: quando passava o nariz e aspirava o *bouquet*, ele já dizia de cara a composição do vinho; quando saboreava o primeiro gole, sapecava o percentual de cada ingrediente. Definitivamente, não é para qualquer um. (RODRIGUES, 1972, p. 38)

Gobbato foi considerado precursor da viticultura moderna que se estabeleceu no Rio Grande do Sul. Os varietais que introduziu contribuem até hoje para a produção dos vinhos de qualidade que saem das vinícolas rio-grandenses, além das uvas de mesa. Quando Gobbato chegou ao Rio Grande do Sul, tudo estava por fazer em relação aos melhoramentos na agricultura. Era um estudioso e erudito, foi professor ambulante, apontava sugestões e traçava diagnósticos. Acompanhava a implantação de novas tecnologias e indicava como combater com eficácia as pragas da lavoura. (MONTEIRO, 2003, p. 163)

Segundo Ivani Paz e Isabel Baldisserotto (1997), ao contrário de Louis Esquier, Celeste Gobbato: “era meticuloso quanto ao registro das atividades desenvolvidas na EEVE. A par disso produziu um elevado número de textos sobre agricultura em geral e sobre enologia em particular”. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 38)

---

<sup>102</sup> MONTEIRO, Katani M. N. Faces da presença e da participação de imigrantes italianos na História do Rio Grande do Sul: aspectos da trajetória de Celeste Gobbato (1912-1924). Caxias do Sul: Educ. *Metis: História & Cultura*, v. 2, n. 3, p. 162, jan./jun. 2003.

<sup>103</sup> Como Intendente de Caxias do Sul, cargo que ocupou entre os anos de 1924 a 1928 e como diretor da Estação Experimental de Viticultura e Enologia, Gobatto introduziu no Estado castas cultivadas nas regiões de Bordeaux e Champagne, da França, contribuindo para o desenvolvimento da viticultura gaúcha. Celeste Gobatto publicou cerca de 30 obras, sobre os assuntos de sua especialidade, a vitivinicultura, ao longo de sua carreira profissional. RODRIGUES, 1972, op. cit., p. 52.

Katani Monteiro (2003) aponta que Gobbato publicou artigos e livros técnicos, mas a sua produção principal era a vitivinicultura de forma predominante. Dentre eles, destacam-se o *Manual Prático de Viticultura*, publicado em 1914, *A Cultura da Vinha*, de 1924 e o *Abc do Viticultor Brasileiro*, de 1945. Como já se disse, Caxias do Sul apresentou-se com condições favoráveis para o cultivo das vides. Na visão de Gobbato, o Brasil apresentava regiões com condições naturais perfeitas para a produção da viticultura, como o Rio Grande do Sul. Ele estava, pois, preocupado com a qualidade das vides, com a formação de um mercado e com a possibilidade de libertar o País da importação de vinhos. Por outro lado, preocupava-se com a geração de lucros para os produtores. (MONTEIRO, 2003, p. 164)

A contribuição de Gobbato era ampla, porque aliava o conhecimento técnico à preocupação econômica. Prova disso são as seguintes observações que fazia:

O vinho durante a sua formação está sujeito a um sem número de variantes, phenômeno este que se verifica mormente nas vinificações defeituosas. No nosso caso, que é o da Isabel, um producto na maioria das vezes obtido por métodos empyricos, em que o rotinismo deixa-lhe bem deficitário. Todos os trabalhos, quer tenham relação com a cantina e recipientes, quer com o vinho, devem ser executados com consciência, pois tem relação directa com a conservação do vinho. A cantina deve ser higienicamente limpa. Observamos em muitas colônias que as cantinas são uns verdadeiros empórios: um amontoamento de productos coloniaes, ali, um depósito de banha; acolá, um charco de águas estagnadas quando não uma completa colônia de bacilos da azedia motivada pelo derrame de vinho, em muitíssimas, a cantina é o galinheiro da casa e muitas vezes, uma pocilga. Ora, por uma infelicidade a que está sujeito, o vinho facilmente adquire durante a sua formação, mau gosto, oferecendo um paladar esquisito e, daí, a sua desvalorização. (ENOLOGIA. Cuidados ao vinho novo. *O Brasil*, Caxias do Sul, 15 abr. 1922)

A primeira transformação importante que ocorreu na EEVE durante a gestão de Gobbato foi a desvinculação administrativa da referida instituição do Governo federal, passando para a responsabilidade do Governo estadual em 1929. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 38)

Entre as características e as atividades significativas da gestão de Gobbato, destacaram-se: a reorganização da EEVE em termos de ocupação dos espaços, a ampliação da área de terra com o arrendamento e com a aquisição de propriedades, além do *Registro de Agricultores, Criadores e Profissionais de Indústrias Conexas*, seguindo orientação da Diretoria de Agricultura do Estado. Os agricultores inscritos tinham como vantagens o recebimento gratuito de videiras de qualidade. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 38)

Na vitivinicultura, Gobbato preocupou-se com a introdução de variedades de videiras européias, com o estudo da adaptabilidade destas últimas às condições climáticas da região. Incrementou o contato e a orientação aos agricultores, por meio de visitas a propriedades e da organização de pequenos vinhedos experimentais. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 41)

O período em que Gobbato dirigiu a EEVE pode ser considerado como o da consolidação, a partir da reorganização e da ampliação do espaço, do incremento na introdução de novas variedades de videira e da diversificação de culturas. A Estação passou a ser um referencial para os produtores de uva e de vinho da região e do País, tornando-se conhecida pelos contatos com outros estabelecimentos congêneres, nacionais e internacionais. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 41-42)

Para Ivoni Paz e Isabel Baldisserotto (1997), no que se refere às diferentes fases da Estação, a História da EEVE nos anos iniciais pode ser dividida em dois períodos: (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 93)

- 1) Primeiros tempos (1921 a 1928): os primeiros anos da EEVE, sob a direção de Esquier, foram difíceis, pois tudo estava por ser feito, desde a construção de moradias para os funcionários até galpões para os instrumentos necessários aos experimentos, além da preparação do solo para os cultivos iniciais. Como tudo dependia de autorização ministerial, perdia-se o tempo e a época ideais para o plantio. A chegada e a permanência no local eram dificultadas pela distância do centro urbano de Caxias e pela ausência de condições, visto que não havia energia elétrica nem água encanada. O percurso entre a moradia dos funcionários e a Estação tinha de ser realizado a pé, levando cerca de uma hora e meia para ser realizado.
- 2) Consolidação da EEVE (1928 a 1938): foi o período em que a EEVE passou a ser de responsabilidade da Administração do Estado; além disso, ampliou-se a área e as atividades de pesquisa vitivinícola adquiriram caráter científico; ainda, introduziram-se culturas alternativas e a Estação começou a integrar-se com a comunidade.

Apesar do esforço em introduzir castas nobres para a produção de vinhos de qualidade, a uva Isabel continuou na preferência dos viticultores da região, por exigir pouca mão-de-obra e pela produtividade, permitindo ao agricultor uma produção com menores despesas e cuidados, além de ser bem-recebida pela indústria vinícola. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 54)

Com a introdução de novas variedades, no ano de 1922 já se preparava, na Estação, um vinho encorpado, proveniente da variedade *Barbera* e um vinho branco que competia com o Rheno legítimo, fabricado com a Vermentino branca. A qualidade foi obtida, adotando-se métodos adequados de correção e de fermentação. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 55)

No ano de 1927, Esquier comunicou ao diretor da Estação Geral de Osório que, além de vinhos, preparavam-se passas, sucos de uva e aguardente. Informou também que a Estação produzia de 10 a 12.000 litros de vinho, de diversas variedades, anualmente. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 55)

O ano de 1929 apresentou problemas de ordem conjuntural e estrutural, tanto que, em outubro de 1929, o Jornal *Estado do Rio Grande* solicitou a Gobbato que respondesse a um questionário sobre a crise da indústria vinícola gaúcha, envolvendo as causas da crise, as soluções e a ação do Sindicato Vinícola. Gobbato respondeu às questões, afirmando que existia crise e que a causa era a qualidade do vinho produzido com a uva Isabel, que representava 90% ou mais dos vinhedos. De fato, o vinho era adequado para o consumo imediato nas localidades de produção e não nas praças consumidoras longínquas, que exigiam um vinho de melhor qualidade. Havia ainda o problema do transporte que prejudicava a conservação do produto. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 55-56)

Entre as soluções apontadas, Gobbato defendeu a necessidade de reformar a viticultura, com o plantio de videiras de castas finas, melhorando a qualidade da matéria-prima. Recomendava modificar as técnicas de cultura, defender os vinhedos contra moléstias, adotar sistema de proteção contra geadas, além de usar métodos adequados de vinificação e de conservação dos vinhos.<sup>104</sup> Com relação ao Sindicato Vinícola, respondeu que realizava satisfatoriamente a função, por meio da filiada, a Sociedade Vinícola Ltda., produzindo

---

<sup>104</sup> A preocupação também esbarrava na falta de conhecimentos técnicos necessários para o fabrico dos vinhos e que, na maioria dos casos, era feito de forma empírica. *O Brasil*, de 06 de maio de 1922, com a matéria intitulada *Enologia*, fazia as seguintes afirmações: "No geral, há falta de conhecimentos técnicos, mormente hoje que devido à evolução da indústria e suas naturaes consequências (melhoramento do produto, preocupação dos consumidores, fiscalização dos Laboratórios de Análises, etc.) requerem acurados estudos, conhecimentos enológicos teórico-práticos, de cujas principaes noções o nosso vinicultor de 50 annos atrás, seja dito de passagem, desconhecia completamente. Com pouquíssimas excepções, podem os colonos vencer as vicissitudes, pois, como tivemos occasião de frisar, os métodos empyricos e o systema rotineiro, ainda emperam. A indústria vinícola, mais do que qualquer outra, sem o conhecimento das bases primordiaes que a constituem, sem o conhecimento dos factores principaes que a regem, será a causa de um contínuo fracasso e taes factos bem patentemente foram demonstrados. O problema da cultura da vinha, entre nós, foi iniciado de maneira muito primitiva; começou com os colonos que chegavam da Europa, que eram todos faltos de conhecimentos agrários. E, nessa época, o nosso Paíz não possuía técnicos, nem as nações estrangeiras os exportavam em abundância. Demais, eram-nos escassos todos os outros factores que contribuía para a organização da lavoura".

vinhos comerciais manipulados com esmero e boa técnica, podendo contribuir para a solução da crise. (PAZ; BALDISSEROTTO, 1997, p. 56)

Nos estudos, Gobbato salientava que o clima de Caxias do Sul bem como o tipo de terreno (*terroir*) nada deixava a desejar ao de Bordeaux, região francesa; assim, Caxias poderia produzir bons vinhos nacionais. Gobbato não cansou de defender o cultivo de castas européias como fundamento para a qualidade do vinho. A luta foi contra o cultivo da uva Isabel, que, segundo Gobbato, nunca produziria bons vinhos porque a fruta era rica em ácido e pobre em açúcar, sendo inferior e menos apropriada para a preparação de vinho; embora de menor qualidade, possibilitou o surto vitivinícola na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul.

Na visão de Gobbato, a crise vinícola era devido à cultura da vide Isabel, mas o Rio Grande do Sul seria em breve a cantina do Brasil; para isso, porém, o trabalho do técnico era auxiliar os viticultores a não produzir de forma rudimentar e a estimular os agricultores a difundirem, de forma lucrativa, a cultura da vinha. Para Celeste Gobbato, a salvação da vitivinicultura rio-grandense consistia na fabricação de vinhos finos. (MONTEIRO, 2003, p. 165)

De acordo com Katani Monteiro (2003), nas considerações de Gobbato:

(...) os apreciadores de bons vinhos rejeitam a Isabel. É quase a única vide nacional e seu vinho é nada bom, somente é bebido por causa da conveniência econômica que oferece sobre os preços dos congêneres da Europa. Sua cultura é um desastre financeiro, mas sua rusticidade era garantia de boa produção. Para os colonos seria interessante produzir variedades de grande produção, o que não acontece com as uvas finas. (MONTEIRO, 2003, p. 166)

Como Gobbato havia sido contratado para instruir na cultura das vinhas e na preparação do vinho, preocupava-se com os processos de manipulação das uvas para a fabricação da bebida, além de criticar o processo de produção e atribuir à falta de preparo dos produtores como fator gerador de produtos de baixa qualidade, devido à ausência de critérios técnicos e à falta de locais adequados para o processamento dos vinhos. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 127-128)

As críticas de Gobbato iam além dos estabelecimentos vinícolas: alcançava os comerciantes-viticultores, considerando os locais de comércio como depósitos de vinho, distantes de serem caracterizados como cantinas. Gobbato salientava que a insistência dos

colonos em vinificar em locais inadequados e a dos comerciantes que só eram capazes de beneficiar a produção por meio da mistura dos vinhos eram aspectos negativos à vitivinicultura. A solução consistia na criação de cantinas de grande porte, que centralizassem a produção desde a entrada da matéria-prima até a saída do produto final. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 128-129)

Como Intendente, Celeste Gobbato estabeleceu as seguintes condições:

Durante o período da fabricação do vinho, o Dr. Celeste Gobbato, intendente municipal, designou o Sr. Sylvio Stallivieri para, como enólogo da municipalidade, percorrer o município, visitando as cantinas, aconselhando os colonos e tomando as providências que se tornassem precisas para a consecução de um producto bom e em condições de poder ser utilizado pela população. O Sr. Stallivieri acaba de apresentar um relatório ao Dr. Celeste Gobbato, onde expõe claramente a situação das cantinas da zona colonial. Diz haver aconselhado a limpeza das cantinas e pipas, ou tinas, pois, na phrase do conhecido enólogo Ottavio Ottaví, «é a cantina quem faz o vinho». Declara que na sua opinião, caso o governo não intervenha, será impossível qualquer mediação junto aos colonos, que, em grande parte, são rotineiros e teimosos. Acha que o Governo do Estado deveria tornar obrigatório o exame, no Laboratório de Análises, do vinho que o colono vende aos commerciantes, multando estes últimos, quando comprassem o vinho sem o competente desembaraço. Assim, o commercio ficaria sortido, sempre de vinho em boas condições e o colono que o tivesse deteriorado teria de perder a sua produção, ou de vendê-la no interior do município, para o fabrico de vinagre. (*O Regional*, Caxias do Sul, 16 abr. 1928)

Por outro lado, haveria uma distribuição de funções, na qual os colonos ficariam responsáveis pela produção de uvas e não de vinhos. Discurso semelhante apresentava Pena de Moraes, ao argumentar que a solução para o aperfeiçoamento da produção e a proteção fiscal por parte dos Governos seriam a separação entre os produtores de uva e os fabricantes de vinho, na qual aquele que cultivava a vinha não poderia ser o mesmo que fabricaria o produto. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 129)<sup>105</sup>

Ressalta-se, por fim, que a fiscalização, a tecnologia e as pesquisas apresentavam-se como as primeiras inovações no setor vitivinícola. As ações buscavam a qualificação não só

---

<sup>105</sup> Pena de Moraes destacava que “É mister ainda que, como acontece nos demais paizes vinícolas, a separação exista entre, o vitor e o fabricante. Aquelles que plantam e que cultivam a vinha não devem ser, em regra geral, os mesmos que fabricam o producto. Pode o mesmo dedicar a sua actividade somente ao plantio e tratamento da vinha, sem precisar occupar-se do preparo do vinho, cujos processos racionais ou systematicos estarão, muito poucas vezes, ao alcance dos seus conhecimentos empiricos ou rotineiros. Porque, se não cuidarmos de melhorar a casta da uva ou substitui-la, seremos, fatalmente, supplantados pelo producto argentino cuja materia prima é superior á nossa”. Relatório apresentado ao Conselho Municipal, em 15 de novembro de 1918-1919, pelo Intendente - Cel. José Pena de Moraes, publicado em 1919. Caxias do Sul: Typographia Popular A. Mendes & Filho. p. 16.

dos vinhos mas também do setor. Conjuntamente ao Governo, a iniciativa privada e os produtores, aos poucos, delineavam o sistema produtivo vitivinicultor, o comércio interno e as exportações.

### 3.3 SINDICATO VITIVINÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL E A SOCIEDADE VINÍCOLA RIO-GRANDENSE

O Sindicato Vitivinícola foi criado no ano de 1927. Em outubro de 1928 foi reformulado, devido à regionalização do órgão e às transformações por que passariam o sistema de produção e o comércio, contando com a adesão dos comerciantes-vinicultores dos Municípios de Bento Gonçalves e Nova Vicenza (atual Farroupilha). (CAVAGNOLLI, 1989, p. 146)

No que se refere à fundação do Sindicato Vinícola e às atribuições, o Jornal *Caxias*, no dia 24 de novembro de 1927, assinala:

Ao que estamos informados, foi definitivamente fundado o Sindicato Vinícola do Rio Grande do Sul, sobre o que foi lavrada a respectiva acta, assinada por todos os exportadores de vinho do Município de Caxias, com excepção de um único, na ocasião, ausente daqui. Pelos compromissos moraes e materiais os consequentes dessa acta, vemos não haver mais dúvidas sobre a existência dessa associação que, forçosamente trará em breve, inúmeros benefícios à região colonial italiana. Congratulamo-nos, pois, com essa consecução e também com a satisfação renasce, entre os componentes do «Sindicato», pela formal promessa do Governo do Estado de equipará-lo, em vantagens, das quais desfructa, actualmente o «Sindicato Arrozeiro», que tantos proveitos vem prestando à lavoura e ao comércio risícola do Rio Grande do Sul. Consiste a principal de suas prerrogativas que tem os syndicatos de determinar a qualidade do producto a ser exportado, dividindo o produto em diversas classes. (SINDICATO vinícola. *Caxias*, Caxias do Sul, 24 nov. 1927)

Os comerciantes-vinicultores da região identificavam, nas exportações desreguladas, o produto da desorganização comercial do setor e o empecilho para o desenvolvimento da vitivinicultura.<sup>106</sup> No ano de 1928, a Associação Comercial nomeou, em assembléia, uma

---

<sup>106</sup> “O vinho sairá daqui já classificado, pois que, segundo o conjuncto de boas qualidades organolépticas, será considerado como pertencente à primeira, segunda, terceira ou quarta classes. Segundo a classe determinada pela sua qualidade, levará em cada volume uma marca fornecida pelo «Sindicato». Com essa praxe, o exportador, pela recompensa moral e material, estimular-se-á em acreditar cada vez mais na sua marca de vinho, e, consequentemente, desapparecerá o actual hábito de

comissão para avaliar a situação.<sup>107</sup> A referida comissão tratava da possibilidade de se criar um sindicato estadual do vinho, com a participação dos vitivinicultores. A idéia da sindicalização foi debatida, em outubro de 1928, no *Congresso dos Cantineiros*. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 146-147)<sup>108</sup>

No que diz respeito ao Congresso dos Cantineiros, no dia 01 de outubro de 1928, o Jornal *O Regional* trazia as informações:

Está marcada para o dia 15 do corrente, a instalação, em Porto Alegre, do Congresso dos Vinicultores, de onde deverá sair, completamente organizado para funcionamento immediato, o Sindicato Vinícola do Rio Grande do Sul. O Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado, está vivamente empenhado na consecução daquelle *desideratum* e mandará representá-lo no alludido congresso os Drs. Oswaldo Aranha e o General Paim Filho, Secretários do Interior e da Fazenda, respectivamente. A Associação dos Commerciantes de Caxias, por cujo intermédio o Governo se está dirigindo aos exportadores de vinho deste município, tem estado em constante actividade, tendo recebido um exemplar do projecto dos estatutos do Sindicato, projecto esse, já publicado pela imprensa porto-alegrense e organizado pelo Sr. Gedeon Leite, Secretário da Sociedade Agrícola e Pastoral de Porto Alegre. (*O Regional*, Caxias do Sul, 01 out. 1928)

---

«cortar» os vinhos bons com vinhos inferiores na formação dos typos mediocrementemente regulares, que formam o geral dos vinhos rio-grandenses actualmente exportados. Como consequência lógica, os vinhos melhores passarão a ter muito melhor cotação, o que fará o colono melhorar o actual systema de vinificação e cultivar outras castas de uva reconhecidas como melhores productoras de vinho.” SINDICATO vinícola. *Caxias*, Caxias do Sul, 24 nov. 1927.

<sup>107</sup> “O brilhante discurso de ordem econômica pronunciado, na sede da Associação dos Commerciantes de Caxias, pelo illustre e honrado Sr. Dr. Secretário da Fazenda do Estado, por ocasião de sua visita aquella corporação, representativa de uma classe que é o baluarte da vida dos povos, na presença de seus associados, inclusive aos que se dedicam ao ramo do vinho, deveria ter calado profundamente em seus espíritos, pela maneira clara e positiva com que elle encarou a necessidade da fundação de um sindicato vinícola. Por certo que todos os exportadores desse producto, hoje uma das principaes indústrias desta zona, que tiveram a ventura de ouvir os ponderados conceitos feitos pelo illustre visitante, em torno do palpitante assumpto da necessidade delles se agremiarem para assim poderem defender seus direitos, terão encarado com a devida precisão todas as suas ponderações no sentido de se unirem em forma de um sindicato se não quizerem que ella desapareça. Citou factos e demonstrou os fructos colhidos por aquelles que agiram irmanados sobre os mesmos sentimentos de trabalhar pelo engrandecimento e o progresso de sua indústria. Os exemplos são innúmeros, haja visto os bons resultados dos sindicatos do café, xarque e arroz, para não falarmos em outros. Portanto, não ha tempo a perder para a immediata fundação do Sindicato Vinícola, que represente todos aquelles que se dedicam ao honrado commercio do vinho. Só assim a indústria vinícola poderá prosperar. *Caxias*, Caxias do Sul, 26 jul. 1928.

<sup>108</sup> Neste congresso ocorreram as seguintes discussões: "Conforme tivemos ocasião de noticiar, realizou-se, em Porto Alegre, o grande Congresso dos fabricantes de vinho desta região, a fim de tratarem da fundação do Sindicato. Depois de vários debates em torno do assumpto, foi definitivamente fundado esse aparelho necessário para a defesa dos interesses da classe. O Sindicato terá uma directoria da qual é presidente o Sr. Adelino Sassi e uma sessão commercial que também terá sua directoria e a qual se encarregará dos negócios". SINDICATO vinícola. *Caxias*, Caxias do Sul, 25 out. 1928.

Inicialmente não foi simples a discussão acerca da criação do Sindicato, visto que a concepção não era de consenso geral, tanto que o Jornal *Caxias*, em 09 de agosto de 1928, assevera:

Depois de haver quase fracassado a boa iniciativa da fundação de um Sindicato Vinícola, devido a pequenas desinteligências entre alguns interessados, voltou o assumpto a ser novamente estudado por elles, em virtude da reunião realizada na sede da Associação dos Commerciantes de Caxias, na qual compareceu também o Sr. Dr. Secretário da Fazenda do Estado que, depois de ouvir os fabricantes de vinho sobre a verdadeira situação dessa importante indústria, prometeu o incondicional apoio do Governo em prol da indústria vinícola, mas que para isso era necessário a fundação de um syndicato, afim da referida indústria poder prosperar e os interessados obterem resultados compensadores. Diante desse apoio necessário para a criação desse syndicato, os interessados têm realizado reuniões para tratarem do assumpto. Pelo Governo do Estado foram convidados todos elles para uma reunião a realizar-se em P. Alegre, que terá lugar do dia 15 em diante. (SYNDICATO vinícola. *Caxias*, Caxias do Sul, 09 ago. 1928)

Mesmo havendo divergências, o Sindicato seria fundado independentemente das manifestações contrárias. Neste sentido, pelo aval da Associação dos Comerciantes, as discussões tomavam as seguintes proporções, no que se refere à sustentabilidade da indústria vinícola:

Há muito que os fabricantes de vinho nacional desta zona vêm trabalhando no sentido de conseguirem a organização de um syndicato vinícola. Todas as suas tentativas tem sido infructíferas diante dos obstáculos creados por alguns dos interessados. Agora, diversos sócios da Associação dos Commerciantes desta praça, estão trabalhando por intermédio dessa entidade a fim de conseguirem o seu intento. Para este fim, seguiu na semana finda, na capital do Estado, o Sr. Eduardo Verdi, presidente daquela Associação, no sentido de tratar do assumpto. Estamos seguramente informados que o Sr. Verdi, depois de haver conferenciado com os Drs. Paim Filho e Osvaldo Aranha, Secretários da Fazenda e Interior do Governo do Estado, ficou assentado que o Syndicato será fundado aqui, devendo para isso, realizar-se ali um concorrido congresso de todos os interessados. Sabemos mais que o Governo está empenhando em auxiliar a indústria vinícola, fazendo para isso todo o esforço em organizar uma agremiação que defenda os interesses dessa importante indústria. (SYNDICATO vinícola. *Caxias*, Caxias do Sul, 13 set. 1928)

O impasse foi resolvido, em face do desejo de os interessados em combater as falsificações dos produtos nas praças consumidoras. Deste modo,

Depois de muito trabalho e esforço, está definitivamente organizado o Sindicato Vinícola desta rica e futura zona do Rio Grande. Há longos annos que a importante indústria vinícola, que há muito vem honrando o crescente progredir de nosso Estado, vem luctando com todas as difficuldades por falta de um aparelho que o protegesse e amparasse das ações criminosas, as falsificações dos vinhos rio-grandenses, nas praças de São Paulo, Rio, Santos e Porto Alegre. (SYNDICATO vinícola. *Caxias*, Caxias do Sul, 22 nov. 1928)

A criação do Sindicato apresentava-se como solução à desorganização comercial em que se encontrava a vitivinicultura, na qual a livre exportação se afirmava como fator prejudicial ao setor. O objetivo do Sindicato seria, pois, a eliminação da concorrência, mediante a distribuição de quotas de exportação para cada comerciante associado, baseando-se em quotas de exportações passadas. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 147-148)

Horácio Mônaco, comerciante-vinicultor de Bento Gonçalves, defendia a exportação por quotas, afirmando que os colonos-viticultores seriam beneficiados com o livre-comércio, no qual poderiam colocar a produção para qualquer comerciante, acirrando a concorrência entre os agentes. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 148)

Em 19 de outubro de 1928, tratou-se de elaborar os estatutos do Sindicato, norteando-se pela elaboração das seguintes idéias: “(...) melhoramento da indústria vinícola, pois facilitará ao colono productora a obter maior vantagem sobre as vendas de uvas aos estabelecimentos enológicos que, na elaboração do producta, poderão applicar os conhecimentos enotéchnicos”. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 149)

Nas considerações de Anelise Cavagnolli (1989), “pretendia-se com as medidas, redimensionar os integrantes do sistema de produção vitivinícola e distinguir as funções, nas quais os colonos-viticultores condicionavam-se ao fornecimento das uvas, enquanto que, aos comerciantes-viticultores, cabiam os processos de vinificação”. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 149)

Discurso semelhante apresentava Pena de Moraes que criticava os procedimentos de vinificação, relacionados às condições dos estabelecimentos enológicos. No ano de 1928, a palavra *indústria*, para a temática em torno da vitivinicultura, demonstrava a mudança de mentalidade e a transformação no circuito da produção, exigindo o redimensionamento das funções no setor, trazendo o controle sobre este último. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 149-150)

O Sindicato Vitivinícola do Rio Grande do Sul ficou sediado em Caxias do Sul. Os seus estatutos vislumbravam a união dos vitivinicultores e a defesa<sup>109</sup> dos interesses da indústria vinícola, objetivando: regulamentar o comércio dos vinhos; valorizar e estabilizar os preços de compra e de venda, atendendo à produção e ao consumo; regular e melhorar o preço das uvas em relação às classes e ao cultivo; estabelecer o controle do mercado de vinhos, regulamentando a exportação, podendo fixar quotas, combater falsificações e fraudes.

O Governo do Estado, prosseguindo na defesa dos vinhos rio-grandenses, pelo Decreto de 15 de dezembro de 1928, oficializava o Sindicato Vitivinícola do Rio Grande do Sul, com o intuito de exercer ação protetora deste ramo de atividade que interessava o Município de Caxias do Sul e as cidades vizinhas. O referido Decreto apresentava o seguinte teor:

O Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, no uso da atribuição que lhe confere a Constituição art. 20, nº 4, considerando a conveniência de conjugar a ação e os esforços, do Sindicato Vitivinícola do Rio Grande do Sul com os das autoridades fiscais e sanitárias, tendo por fim defender eficientemente os interessados da indústria vitivinícola riograndense, decreta.

Art. 1º. A Diretoria de Higiene somente atenderá a pedidos de exame de vinho, quando formulados por intermédio do referido Sindicato, de conformidade com o que dispõe o Decreto n. 3.792, de 26 de dezembro de 1927.

Art. 2º. As exatorias só despacharão o vinho, à vista de classificação feita pelo Sindicato, acompanhada de livre trânsito fornecido pela Seção de falsificação dos Gêneros Alimentícios da Diretoria de Higiene.

Art. 3º. A classificação dos diferentes tipos e qualidades de vinho será feita oportunamente pelo Sindicato, mediante acordo com a Diretoria de Higiene.

Art. 4º. No vasilhame do vinho a ser exportado devem ser gravadas, de modo indelével, as palavras: Rio Grande do Sul - Brasil.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário. (INDÚSTRIA vinícola. *O Popular*, Caxias do Sul, s.d.)

No que concerne às falsificações, a ação do Sindicato havia amenizado a situação e, ao mesmo tempo, reduzia o descontentamento nas praças consumidoras do vinho gaúcho:

Dado o crescente aumento que tem tido a produção de vinho nacional nesta zona, a imprensa carioca tem se ocupado delle de uma maneira lisongeira para o nosso

---

<sup>109</sup> Esta instituição, fundada para defesa da classe dos vinicultores, continua agindo para o bem desempenhar-se de sua missão. Entre outras medidas tomadas, o conselho deliberativo do Sindicato, resolveu estabelecer condições e preços para a venda do vinho nas outras praças. Resolveu também, que o preço para a compra do vinho será de 1.400 rs. por medida de vinho de primeira qualidade posto na cantina do comprador. SYNDICATO vinícola. *O Popular*, Caxias do Sul, 06 dez. 1928.

Estado. Não poderia ser outra a manifestação da imprensa do nosso país, diante do crescente progredir de uma das mais importantes indústrias do Brasil. Uma das mais fortes e poderosas das indústrias e livrá-la da ganância desmedida dos falsificadores, que até a pouco tudo fizeram para entravar a sua marcha progressista. Em face das louváveis medidas postas em prática de acordo com os seus altos interesses e guiadas pela boa orientação imprimida pelo sindicato, é de se esperar, dentro em breve, um futuro promissor para a nossa sempre crescente e futura indústria vinícola. Oxalá que a principal indústria desta zona possa sempre contar com o incondicional amparo e auxílio do honrado e benemérito Governo do Dr. Getúlio Vargas. Que o Sindicato, cujos trabalhos benéficos em defeza do vinho, têm dado ótimos resultados, continue sempre inspirado na mesma conducta de ser útil e de reaes proveitos para essa importante fonte de riqueza e de progresso para o nosso amado Brazil, que tem assim cumprido calorosamente os seus nobres fins. (INDÚSTRIA vinícola. *Caxias*, Caxias do Sul, 04 abr. 1929)

O estatuto do Sindicato facilitava o andamento e o progresso da indústria vitivinícola em geral e para cada estabelecimento em particular, pois buscava fomentar a importação de máquinas e de utensílios vinícolas bem como adubos e fertilizantes, além do que fosse necessário para o cultivo da planta. Propunha prestar serviços de assistência técnica, com a criação de um departamento técnico junto aos colonos-viticultores, ministrando ensinamentos, como o acompanhamento enológico, a formação de parreiras, o sistema de culturas e a comercialização de mudas de parreira. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 150-151)

A seleção dos associados efetuava-se em três categorias: viticultores ou colonos, vinicultores ou cantineiros e os que faziam parte da indústria conexas. Os colonos-viticultores eram os produtores da matéria-prima; eram considerados cantineiros e vinicultores os que se dedicavam ao comércio do vinho, adquirindo-o do colono e estabelecendo classes e tipos. Na última categoria estavam os que haviam exercido a profissão de viticultores ou vinicultores, por um período mínimo de cinco anos. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 151)

Havia dois departamentos em que os sócios se enquadravam: o departamento produtor integrava os colonos-viticultores e a classe ficava excluída da parte administrativa do Sindicato. Já o departamento industrial e comercial agregava os comerciantes-vinicultores, sendo encarregado da fixação dos preços de compra e de venda dos vinhos. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 151-152)

Nos escritos de Anelise Cavagnolli (1989), verifica-se que o posicionamento apresentava-se em desigualdade, visto que se reconhecia a discriminação por categorias. Desta forma, o Sindicato estava aberto tanto a comerciantes como a colonos, mas, ao mesmo tempo, deixava claro quem comandava a organização. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 152) Sob esse aspecto, ficavam flagrantes as discordâncias de idéia entre os membros do Sindicato, fato gerado pela divisão das tarefas e das responsabilidades, principalmente no que se refere à

parte comercial da Instituição. Ficaram, pois, evidentes as palavras, como a falta de lealdade e imposições, vindas do Governo do Estado:

Revestiram-se de grande importância as reuniões desta entidade, para tratar de vários assumptos de alto interesse para a nobre classe que representa. Dentre as inúmeras resoluções tomadas pelos seus associados, ressalta a reforma de seus estatutos moldado-os com novas disposições inspiradas pela experiência dos negócios vinícolas. Essas reuniões estiveram agitadas certas vezes em que veio a tona das discussões assumptos de real importância para o Sindicato. Assim foi quando surgiu no plenário a reforma dos estatutos e a parte commercial. Muitos de seus associados estiveram em desacordo em vários pontos. Mas, diante do voto da maioria, a minoria deu-se por vencida acatando a resolução tomada. Foi brilhante a oração proferida pelo Dr. Oswaldo Aranha, illustre Secretário do Interior do Governo do Estado e seu representante naquella reunião, cujos termos claros e positivos deixaram bem patente a falta de lealdade por parte de alguém no seio daquela entidade. Estamos certos que, em face dessa advertência por parte do representante do Governo do Estado, não mais se registrarão taes acontecimentos. É necessário que aquelles que alli estiveram e assignaram os referidos estatutos e mais convênio indispensável para a bôa marcha do Sindicato, não procurem desvirtuar os seus fins nobres e proveitosos para uma classe importante como é a vinícola. Urge que todos trabalhem unidos pelo mesmo ideal, que é a grandeza da indústria de vinhos de nossa ubérrima zona colonial. Não existindo uma harmonia entre os seus associados, impossível levar avante uma congregação syndical. SYNDICATO vinícola. *Caxias*, Caxias do Sul, 13 jun. 1929.

De acordo com Anelise Cavagnolli (1989): “o Sindicato Vinícola do RS constituiu-se como representante do setor exportador, ou seja, dos comerciantes-vinicultores, proprietários de depósitos de vinhos e tonoarias, estando dele praticamente excluídos os colonos-viticultores”. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 156)

Em junho de 1929, realizou-se a transferência do departamento comercial e industrial do Sindicato Vinícola, instalado em Caxias do Sul, para Porto Alegre. A transferência significou uma mudança importante, pois, com a ausência naquele Município, ocorria a formação de uma sociedade comercial, a partir do reagrupamento dos associados do Sindicato anterior.

No tocante à situação, observa-se que, economicamente, a sociedade caxiense perdia espaço, porque empregos seriam suprimidos e a movimentação comercial e bancária estariam prejudicadas. Nesse aspecto, o Jornal *Caxias*, de 20 de junho de 1929, informa:

Somos contrários às discussões de qualquer solução tomada por esta ou aquella entidade. Mas, uma vez que ella venha de encontro, julgamos nosso dever combatê-la. Dahi a nossa franqueza em discordar da resolução da Assembléa Geral do

Syndicato Vinícola, no tocante à mudança do seu departamento commercial para a capital do Estado. Não vimos razão plausível para isso. Aqui é o centro de actividade da indústria vinícola. É onde há o maior número de exportadores de vinho e também de productores. É aqui a sede do Syndicato Vinícola que, para a boa marcha de seus negócios precisa estar em contacto com aquelle departamento. Os que vetaram a favor dessa transferência, não mediram as funestas consequências que ella trará para Caxias e também para os próprios interessados. Estes serão sempre em número muito maior que precisam consultar esse departamento, tornando-se diffícil estarem em contacto com elle, visto ir ficar localizado longe da sede dos negócios vinícolas. Acresce também as desvantagens que essa mudança trará para a nossa cidade. Com a installação desse departamento, seriam abertos escriptórios para poder attender convenientemente os negócios que lhe estarão affectos. Nella iriam trabalhar muitos rapazes, que amanhã prestarão inestimáveis serviços a nossa cidade. O movimento bancário irá perder muito com essa resolução absurda e injustificável de separar o departamento commercial da sede do Syndicato. (SYNDICATO vinícola. *Caxias*, Caxias do Sul, 13 jun. 1929)

Para Anelise Cavagnolli (1989), o procedimento era previsto nos estatutos do Sindicato Vinícola; no entanto, o sindicato não assumia responsabilidade quanto às obrigações contraídas por estas sociedades, já que eram independentes, e o vínculo mantinha-se pela filiação ao Sindicato. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 157)

Com base no dispositivo legal do estatuto, surgiu a Sociedade Vinícola Rio-Grandense Ltda., uma sociedade por quotas, independente, administrativamente, do Sindicato. A Sociedade organizou-se com o capital de 44 associados, reunindo exclusivamente comerciantes-vinicultores.<sup>110</sup>

---

<sup>110</sup> “Em assembléa geral, foram approvados os seus estatutos e da parte commercial que passou a denominar-se Sociedade Vinícola Riograndense. Conforme noticiamos, realizou-se no dia 22 do corrente, sob a presidência do Sr. José de Moraes Vellinho, servindo de secretário o Sr. Roberto Grossi, tendo comparecido grande número de associados e também o Dr. Rubens Rosa, auctor do projecto de estatutos do Syndicato Vitivinícola, foi aberta a sessão de assembléa geral. Em seguida foram lidas e assignados os novos estatutos. Suspensa a sessão por alguns instantes, foi ella reaberta às 15 horas, foram lidos e assignados os novos estatutos do departamento commercial, que passou a ter a denominação de Sociedade Vinícola Riograndense Limitada, com sede na capital do Estado. O seu capital é de 3 mil contos de réis. Em seguida o Sr. José de Moraes Vellinho, em breves palavras, propôz à assembléa que elegeisse um presidente para presidir os trabalhos, tendo os presentes por unanimidade aclamado o mesmo Sr. Vellinho. Por elle foram convidados os Srs. Alberto de Oliveira e Armando Antunes para secretários, que em seguida occuparam os seus lugares na meza. Fallou o Dr. Ruben Rosa, expondo vários pontos da marcha da sociedade e a lei que rege as mesmas e terminou congratulando-se com os presentes pela boa marcha dos trabalhos. Apóz teve lugar à eleição da directoria, que ficou assim constituída: Directores do departamento commercial em Porto Alegre: Directores Srs. Alberto de Oliveira, Alexandre Rizzo e José de Moraes Vellinho; director em Caxias, o Sr. Galeazzo Paganelli; director em Bento Gonçalves, o Sr. André Mottin; supplentes: em Caxias, o Sr. Ettore Pezzi; em Bento Gonçalves, o Sr. Augusto Pasquali; na capital, os Srs. Eugénio Rubbo, João Francischini e Salvador Bonalume; conselho fiscal: os Srs. Luiz Michelin, Fidélis Simon e Brazil Cezar; supplentes do conselho fiscal: Srs. Angelo Antonello, Luiz Pieruccini e Victorio Gava. Pelo Sr. José de Moraes Vellinho e Galeazzo Paganelli foi proposto e acceito pela assembléa que fossem passados telegrammas aos Srs. Adelino Sassi e Abramo Eberle que se acham na Itália e Rio de Janeiro, communicando o resultado dos trabalhos do Syndicato. Com as resoluções tomadas nessa assembléa geral, ficou definitivamente organizado o Syndicato e o seu departamento commercial com sede em Porto Alegre. SYNDICATO vinícola. *O Brasil*, Caxias do Sul, 27 jun. 1929.

Nos discursos de José de Moraes Vellinho, Presidente do Sindicato Vinícola, a principal orientação do órgão era de alertar e, ao mesmo tempo, de resgatar o futuro da indústria vinícola desgastada por diversos motivos:

Já é conhecido do público desta terra, por meio da imprensa diária, o ponderado e criterioso discurso pronunciado pelo Sr. José de Moraes Vellinho, presidente do Syndicato Vinícola, no Congresso dos Colonos fabricantes de vinho nesta zona, demonstrando a verdadeira situação dessa importante indústria, que há muitos annos vinha lutando com as maiores difficuldades e sem o amparo dos poderes públicos. São palavras ditadas por um dos mais competentes e conhecedores da real situação da indústria vinícola desta zona que, depois de tantos annos de trabalhos insanos, com prejuízos enormes em varias praças do paíz, vem, agora, merecendo o amparo e auxílio do patriótico Governo do Estado. Era uma indústria esquecida até bem pouco tempo. Só lembravam-se que aqui se fabricava vinho nacional, quando era para taxá-lo com impostos, impostos e fretes caros. Diante dos diversos factores apontados por elle como trazendo prejuízos para a indústria vinícola, é que precisamos agir no sentido de, melhorando a sua fabricação com uvas especiaes, engarrafamento único e exclusivamente feito pelos fabricantes, a exemplo do que se faz na Argentina, fundando-se para isso uma fábrica de garrafas, se inicie uma campanha severa e tenaz contra os seus falsificadores, que só assim iremos vencendo todas as difficuldades que por ventura ainda possam surgir. (PALAVRAS oportunas. *Caxias*, Caxias do Sul, 04 jul. 1929)

De acordo com Anelise Cavagnolli (1989), houve a exclusão dos colonos-viticultores, justificada pela forma assumida pela Sociedade e pelos estatutos do Sindicato, em que somente os sócios de uma mesma categoria poderiam integrar as Sociedades e continuar filiados ao Sindicato. Também era impossibilitada a filiação em duas Sociedades com os mesmos objetivos, ainda que formadas por categorias de sócios diferentes. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 158)

Para a referida autora, existiam ambigüidades na formação da Sociedade, pois esta não faliu, porém apresentava ineficiência administrativa nos departamentos comercial e industrial, formados pelos comerciantes-vinicultores. Os preços de compra e de venda não foram respeitados pelos comerciantes sindicalizados, o que comprometia a integridade moral entre a Sociedade, o Sindicato e os produtores. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 159)

As ações do Sindicato, referentes ao controle dos preços de compra e de venda, não foram suficientes para regulamentar a comercialização. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 159) Anelise Cavagnolli (1989) salienta que duas medidas seriam tomadas pelo Sindicato. A primeira diz respeito às facilidades fiscais, determinadas pelo Governo estadual, que consistiam na isenção da taxa de exame bromatológico, para os vinicultores que

comercializassem por meio do Sindicato. E a outra medida foi a aprovação, pelo Governo do Estado, de um regulamento sanitário para melhorar a qualidade dos vinhos.

Com a segunda medida, elaborava-se a fiscalização sobre a produção vinícola, passando a ocorrer análises obrigatórias dos vinhos, a verificação dos registros das firmas, com objetivo de conferir as licenças para a vinificação e para o comércio. Outras medidas, como declarar a quantidade de vinhos existentes nas cantinas, complementavam o regulamento com o intuito de fazer com que não fosse comercializado vinho em quantidade superior à declarada, salvo se adquirisse vinhos de terceiros. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 160-161)

Outro ponto do regulamento era a classificação dos vinhos por tipos e a determinação da graduação alcoólica correspondente bem como os índices reguladores de extrato seco, acidez volátil e acidez total. Vinhos especiais deveriam ser exportados em garrafas rotuladas, com as características do tipo do vinho, o ano, o nome do fabricante e o local. Proibia-se ao viticultor a adição de qualquer substância com intuito de corrigir a composição do produto. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 161)

A fiscalização tinha os seus motivos, porquanto ficariam conhecidos os processos de produção e do preparo do vinho e a conseqüente correção dos defeitos, além de garantir, nas cantinas de beneficiamento, o controle de substâncias químicas adicionadas à bebida. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 162)

O regulamento trouxe benefícios da seguinte ordem: no ano de 1930, o Laboratório de Análises de Caxias do Sul, por determinação da Diretoria de Higiene do Estado, tornava criteriosa a concessão de abertura de novas cantinas bem como realizava avaliação nas cantinas existentes por meio de um modelo de informações. O conteúdo do modelo continha a forma de construção das cantinas, as condições de higiene, a capacidade de armazenamento, a produção e o beneficiamento, além dos tipos de vinhos produzidos, o registro dos técnicos e dos responsáveis pelo preparo dos vinhos e dos derivados da uva. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 162)

Conforme Anelise Cavagnolli (1989), houve reações contrárias ao regulamento, porque o colono-viticultor ficava proibido de vinificar, devido à ausência nas cantinas coloniais de condições técnicas, de higiene adequada e de maquinários específicos, tornando, desta maneira, os colonos inaptos para a produção da bebida.

Observa-se que em tal situação se privilegiava a categoria dos comerciantes-viticultores e, no final da década de 1920, delineava-se um novo modelo de produção e de comércio para a vitivinicultura. A intervenção, no sistema de produção e de comércio, tinha

por finalidade a separação entre os produtores de uva e os fabricantes de vinho. De acordo com Anelise Cavagnolli, a Sociedade Vinícola Rio-Grandense surgiu a partir da reunião de proprietários de depósitos de vinho e de tonoarias, o que justificaria os motivos da discriminação. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 164) Segundo as considerações da autora:

Esta reunião, dos comerciantes-vinicultores, significou o término de uma ação isolada, para transferi-la à Sociedade Vinícola. Nesta seria realizada a fabricação e a comercialização dos vinhos, compreendendo por fabricar a industrialização racional, visando à intensificação e à modernização da produção. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 164-165)

No que se refere à comercialização, o objetivo consistia na regularização da distribuição dos produtos, nos mercados consumidores e na estabilização dos preços de compra e de venda.

A formação do capital da Sociedade foi a participação por quotas, integradas por cada associado na forma de dinheiro, vinho, barris, entre outros bens. Os associados comprometiam-se com a entrega das cantinas para a Sociedade, contudo a entrega não consistia na perda do patrimônio. Utilizada pela Sociedade, a cantina continuaria a ser administrada pelo proprietário, tendo a conservação respondida pela vinícola, recebendo remuneração correspondente a dez réis por litro de vinho sobre as quotas. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 165)

Para a referida autora, criou-se uma forma para a organização da produção, aproveitando-se, deste modo, as cantinas existentes. E isso significou a retirada do comerciante-vinicultor e dos estabelecimentos do mercado, refletindo sobre o sistema de produção e comércio que vigorava no setor. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 166)

O colono-viticultor perdia o parceiro de troca e deparava-se com a empresa capitalista. A vinícola nascia na forma de empresa e estendia a ação a quase todos os Municípios da região. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 166)

### 3.4 PREPARAÇÃO PARA A NOVA FASE DO COOPERATIVISMO VITIVINÍCOLA

Conforme salientado anteriormente, a Sociedade Vinícola recebia vantagens fiscais concedidas pelo Governo estadual. A isenção referia-se às taxas do exame bromatológico para o vinho exportado. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 167) De acordo com Anelise Cavagnolli:

Os encargos com a exportação do vinho ficavam restritos ao pagamento do imposto de indústrias e profissões estadual e municipal. Os demais exportadores desvinculados da Vinícola e do Sindicato tinham sua existência possível desde que registrados na Diretoria de Higiene do Estado para serem licenciados no exercício da produção e do comércio vinícola. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 167-168)

Estavam aqueles, porém, sujeitos ao pagamento dos impostos municipal e estadual e à taxa do exame bromatológico, o que encarecia os custos de produção de quem não era filiado à Sociedade ou ao Sindicato.

As medidas tornavam inviável a exportação sem a intermediação da Sociedade Vinícola. A livre concorrência ficava fechada e a Sociedade tornava-se privilegiada, chegando à condição de única compradora e vendedora da produção vinícola na região. Sob esse aspecto, o Jornal *O Popular* declarava:

Estamos informados de que a safra vinícola do próximo ano, se não sobrevier algum contratempo, vai ser abundantíssima. O Sindicato Vinícola proibiu a compra antecipada dos productos da nova safra enquanto não for fixado o respectivo preço. SAFRA vinícola. (*O Popular*, Caxias do Sul, 13 dez. 1928)

Como produtora de vinhos, a Sociedade Vinícola impunha níveis de qualidade difíceis de serem alcançados pelos colonos-viticultores. Como consequência, os vinhos de pouca qualidade, na safra de 1929, não puderam ser absorvidos. Além disso, o problema ocorreu juntamente com a crise que assolava o País, limitando o mercado de consumo. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 168)

Com a elevada oferta do produto, houve a retração dos preços de compra e a comercialização da produção nos mercados consumidores. Problema este que se acentuaria na

safrado ano de 1929 com a crise e que causaria incertezas de ordem econômica para o Município, para os colonos e para os comerciantes. Nesta situação, o Jornal *Caxias* enunciava:

Estamos em plena época da safra da venda do vinho, a qual, nos annos anteriores fazia com que neste tempo, em Caxias, circulasse dinheiro no commercio, porém este anno verifica-se justamente o contrario ouvindo-se os commerciantes e industrialistas queixarem-se de que não há dinheiro, achando-se todo o movimento commercial paralisado. E qual os motivos desse inesperado e prejudicial factor, "a falta da venda do vinho" justamente no anno em que tivemos a superprodução do referido producto e a organização do Syndicato Vinícola, associação esta, creada com o exclusivo fim, de valorizar o vinho nacional e proteger os colonos vicultores. Os motivos, na nossa despretençiosa opinião, são os seguintes: o estado precário da praça do Rio de Janeiro, na qual se verifica diariamente fallências, umas em consequência da grande falta de movimento existente naquella praça, outras, fructo de negociatas canalhas, que ali se operam e umas e outras, tem dado regulares prejuizos aos nossos cantineiros, motivando esse facto, o receio de novas vendas, o segundo motivo, pelo qual os colonos não tem podido vender o vinho, é o facto de o Syndicato possuir a existência de 100 mil barris de vinho de melhor qualidade e sendo a média da exportação de 20 mil barris mensaes, tem elle vinho, para exportar durante 5 mezes, não tendo portanto necessidade de comprar actualmente o dos colonos, que salvo algumas excepções, este anno, não é de boa qualidade. Portanto, devem elles, produzir menos porém melhor e substituir a Isabela, por outra casta de uva mais apropriada. (CRISE do vinho. *Caxias*, Caxias do Sul, 15 ago. 1929)

Nestas condições, a situação dos colonos-vicultores tornava-se crítica, porque reclamavam que a "liberdade de comércio" havia sido perdida a partir do surgimento do Sindicato e da Sociedade Vinícola. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 169)

Anelise Cavagnolli (1989) enfatiza que o descontentamento dos vicultores foi exposto em um memorial, em 04 de julho de 1929, e entregue ao Secretário do Interior do Estado, Oswaldo Aranha, no qual era sugerida uma solução aos conflitos entre a Sociedade e os colonos, com o ressurgimento das cooperativas de produção. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 169)

Em agosto do mesmo ano ficava premente a necessidade de uma nova tentativa do movimento cooperativista. Uma comissão representativa dos vicultores conseguiu uma audiência com o Presidente do Estado, para reclamarem condições semelhantes às oferecidas para a Sociedade, a fim de que pudessem se organizar sob a forma de cooperativa. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 169)

De fato, o ressurgimento do cooperativismo vitivinícola estava se delineando. Em 15 de agosto de 1929, o Jornal *Caxias* estampava a seguinte manchete:

Realizou-se, domingo último, na Estação Forqueta neste município, a fundação e a instalação de uma Cooperativa Vinícola, a cujo acto compareceu crescido número de pessoas entre ellas os Srs. Drs. Luiz Gomes de Freitas, Paulo Monteiro de Barros, inspector agrícola federal, Celeste Gobbato e os Srs. Angelo De Carli, Galleazo Paganelli e Ettore Pezzi, estes representantes do Sindicato Vinícola e grande número de colonos fabricantes de vinho dali. Depois de installada a meza dos trabalhos, que teve como secretário o Sr. Augusto Dal Cortivo, falaram sobre a fundação dessa Cooperativa os Drs. Luiz Gomes de Freitas e Gobbato. Foi empossada a seguinte directoria: Director-presidente Arthur Perottoni; Director commercial, Quintino Slomp, Director-gerente Pedro Tamanini, Conselho fiscal José Lani, Jacob Rizzi, José Slomp, Augusto Pozzer e Ernesto Silvestre. (ESTAÇÃO Forqueta - Fundação de uma cooperativa vinícola. *Caxias*, Caxias do Sul, 15 ago. 1929)

Inicialmente, os vicultores não obtiveram respostas sobre a audiência com o Presidente. Com uma nova consulta ao Governo estadual, o Secretário do Interior, desta vez, mostrou-se favorável e concedeu apoio ao ressurgimento do sistema cooperativista. Entretanto, estabeleceu a condição de que as cooperativas iniciassem as atividades apenas no ano de 1930, para que pudessem ser equiparadas em termos fiscais com a Sociedade Vinícola. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 169)

Para resolver o impasse entre os colonos e a Sociedade Vinícola, foi enviado o Sr. Gaspar Ôchoa com a incumbência de mediar o acordo entre as partes. O Jornal *Caxias*, de 05 de setembro de 1929, documenta isso:

Aos vinte dias do mês setembro de 1929, nesta cidade de Caxias (...) na sede da Sociedade Príncipe de Nápoli, para tal fim especialmente cedida, na presença dos delegados da colônia, representantes do Sindicato Vinícola, Thomás Beltrão de Queiroz, Intendente Municipal, Dr. Celeste Gobbato, Director da Estação Experimental de Vitivinicultura e Enologia, Dr. Darcy de Almeida Furtado, Director do Laboratório de Análises de Bento Gonçalves, José Julio Mendes, Enólogo Fiscal do Laboratório de Nova Vicenza, Dr. Romulo Carbone, Agente Consultor da Itália (...), Sr. João D'Andrea, Diretor do Laboratório de análises local, Augusto Dal Cortivo, representante do Diário de Notícias, Dr. Salvador Petrini, Director do Patronato Agrícola Municipal e representante do Correio do Povo (...) o Dr. Gaspar D. Ôchoa levou ao conhecimento (...) um memorial expondo quaes os compromissos que poderia aquele Sindicato determinar a sua filiada, a Sociedade Vinícola, (...) em benefício dos produtores. (O ACCORDO entre os colonos e o Sindicato. *Caxias*, Caxias do Sul, 05 set. 1929)

Observa-se que o representante do Governo agia favoravelmente à Sociedade Vinícola, pois o acordo proposto pela Sociedade não satisfazia os interesses dos colonos-

viticultores.<sup>111</sup> No pacto, eram mantidos os privilégios de compra e venda da Sociedade e os preços dos vinhos estariam combinados com as tabelas elaboradas pelo Sindicato.<sup>112</sup> O acordo não foi aceito pelos colonos que reclamaram, no referido encontro, de uma definição em torno da situação em prol do movimento cooperativo. Gaspar Ôchoa respondeu que desconhecia o tema e que não tinha instrução sobre o assunto, colocando-se fora da discussão. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 171-172)

Interessante verificar que, mesmo não sendo aceito, o acordo entrou em vigor, aprovado pelo Governo e pela Sociedade Vinícola. A resposta dos colonos-viticultores foi a idéia do ressurgimento do cooperativismo. No ano de 1929 surge, no Município de Caxias do Sul, a Cooperativa Agrícola Forqueta<sup>113</sup> e a Cooperativa Agrícola São Victor. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 172)

Novamente a Itália, País que enviou o líder do movimento cooperativo da primeira fase, fora destacada. Em 26 de dezembro de 1929, o Jornal *Caxias* enfatizava os futuros benefícios associados ao cooperativismo:

As cantinas cooperativas existem nos centros de produção mais apropriados, associando-se a ellas, os colonos das circumvisinhos que ao assignarem o contracto social assumem a obrigação de entregar uma determinada quantidade de uva cada vindima. As uvas entregues à cantina social são classificadas e cotadas conforme a sua gradação «saccarina» e conforme a sua localização de cultura, ou ainda, pela sua melhor ou pior qualidade. Enólogos capazes dirigem os trabalhos das cantinas sociaes, produzindo typos únicos, empregando os systemas mais aperfeiçoados, com grande economia para os associados. Esses estabelecimentos são providos dos melhores e dos mais modernos machinários enológicos, sendo a sua capacidade

---

<sup>111</sup> Em virtude das medidas adoptadas pelo Sindicato Vinícola, tendentes a amparar os seus negócios que são também os dos productores, alguns destes não concordaram, motivando dahi uma desintelligência que vinha trazendo embaraços a bôa marcha dos negócios. Isso deu ensejo para que os descontentes dirigissem um memorial ao governo do Estado, fazendo considerações que acharam justas. Tomando em consideração essa reclamação, o governo que deseja ardentemente amparar a nossa principal indústria, determinou a vinda aqui de um profissional para tratar do assumpto. A QUESTÃO do vinho. *Caxias*, Caxias do Sul, 03 out. 1929.

<sup>112</sup> Esse desacordo entre as cooperativas e o Sindicato tinha os seguintes termos: "As Cooperativas Agrícolas de Forqueta e Bento Gonçalves, recentemente fundadas pela Inspectoria Agrícola Federal, e organizadas para o preparo de produção e venda directamente ao consumidor, discordam por completo da taxa de 100 reis por litro de vinho exportado, cujo privilégio é para o Sindicato Vinícola. Elas vão dirigir um longo memorial ao Governo do Estado e à Inspectoria Agrícola Federal, tendo feito antes um protesto em juízo contra a cobrança desta taxa, por reputarem illegal, do qual foram intimados o Dr. Promotor Público e Sr. Collector Estadual". AS COOPERATIVAS e o Sindicato vinícola. *Caxias*, Caxias do Sul, 24 out. 1929.

<sup>113</sup> "Vão bastante adiantados os trabalhos desta Cooperativa para dar início à sua exportação. Para este fim muito tem se esforçado a sua directoria. Por toda a semana entrante fará ella o primeiro embarque de vinho. A fundação desta Cooperativa despertou vivo interesse entre os productores de vinho, não só deste município como nos demais da região vinícola. Em Bento Gonçalves foi também fundada uma Cooperativa Agrícola, sendo que ainda na quinta légua de nosso município, trata-se da organização de uma outra cooperativa. "COOPERATIVA da Forqueta. *Caxias*, Caxias do Sul, 10 out. 1929.

média de 30 mil hectolitros. Pela quantidade e pela boa qualidade, os vinhos das cantinas sociaes são sempre preferidos pelos grandes commerciantes, motivo porque a região de Piemonte e Toscana prospera collocando-se em lugar de destaque. O cultivo da uva, em geral, é de castas finas e variadas. Os typos de vinho, produzidos nas diversas regiões que se differem pela conformação do solo. (*Caxias*, Caxias do Sul, 26 dez. 1929)

Anelise Cavagnolli (1989) salienta que, mesmo “Embaraçadas com o atraso, do reconhecimento e equiparação à Sociedade, para receberem as mesmas vantagens fiscais, as cooperativas viam-se sujeitas ao acordo”, (CAVAGNOLLI, 1989, p. 172), pois a safra de 1930 deveria ser comercializada por meio da Sociedade Vinícola. Para entender melhor o acordo, o Jornal *Caxias* registra em 28 de novembro de 1929:

Temos noticiado a fundação de várias Cooperativas Agrícolas que propõem a pugnar pela melhoria dos vinhedos e completa selecção dos vinhos. Taes factos são o indicador de que os colonos productores de vinho, em face do que vae acontecendo com os seus productos depois da criação do Syndicato Vinícola, estão tratando de se aggremares para assim poderem defender os seus vitaes interesses. O Syndicato que foi fundado para cuidar dos interesses dos exportadores e dos productores de vinho, em face das innúmeras difficuldades que vem luctando para a completa realização dos seus nobres fins, se viu obrigado a restringir as suas compras deste producto, isto também devido, não só à formidável crise que atravessamos, como ainda pela super-produção de vinho que neste ano attingiu uma quantidade jamais prevista. Dahi os descontentamentos dos productores por não poderem vender toda a qualidade e quantidade de vinho que annualmente estavam habituados. As reclamações a este respeito succedem-se. Foi quando começou a vingar a ideia do cooperativismo, já introduzido há alguns annos nesta zona, por pessoa competente, mas que infelizmente, quando chegou no terreno prático das operações commerciaes naufragou por completo. Quando a situação era apremiante, que a indústria, parecia ir desaparecer, tiveram a ideia da fundação do Syndicato que bons serviços prestou e prestará à indústria vinícola, salvando-a da derrocada e que a elevará na sua primitiva grandeza. Foi quando surgiu o Syndicato e deu nova orientação nos negócios. Estes ainda não alcançaram os seus fins principaes e eis que surgem as Cooperativas. De tudo isto se verifica haver necessidade de um entendimento das Cooperativas com o Syndicato, a fim de agirem de accordo para não surgirem futuras desintelligências. Essas entidades trabalhando de mútuo accordo, muito poderão fazer pela principal indústria desta zona. (ACCORDO necessário. *Caxias*, Caxias do Sul, 28 nov. 1929)

O decorrer de 1930 foi marcado por alguns fatos que extenuaram os problemas. Além da crise econômica instalada no País no ano anterior, vivia-se a maior safra vinícola. Diante da situação, a solução encontrada pela Sociedade foi retrain as compras de vinhos dos produtores, pois não se podia exportar por falta de mercado consumidor. No período, a

condição econômica estava complicada. Prova disso é que as notícias não se apresentavam agradáveis, conforme comentário do Jornal *Caxias*, de 10 de outubro de 1929:

Dia a dia, cada vez mais, acentua-se de um modo nada satisfatório, a enorme falta de numerário com que vem lutando a nossa praça e as demais do resto do país. Innúmeros são os factores que teem contribuído para o estado apremiante em que se encontra o Brazil. O nosso município, que é centro productor de grande e apreciável exportação para as praças consumidoras, tem sido um dos que mais tem soffrido com a assustadora crise que atravessamos. Com a paralyzação da exportação do vinho, que esteve bastante desanimada, mas que felizmente vae retomando novo incremento, e o fechamento das carteiras de desconto dos bancos locais, muito contribuíram para a penúria de numerário que se observa na praça. Mas tudo isso teve o seu início. A precária situação do commercio e indústria brasileiras, no momento actual, é o fructo da imprevidência dos nossos dirigentes; a má direcção impressa à boa marcha de seus negócios; a estabelização do câmbio para o saneamento da moeda, feita com dinheiros emprestados; a retenção de um formidável stock de café que devido à teimosia de interessados permanece empilhado nos armazéns; falta de exportação para vários productos nossos e muitos outros motivos injustificáveis, acrescidos do intenso movimento político que vem agitando o país de norte a sul, tem cooperado para a triste situação financeira que atravessa o Brazil. (CRISE e politicagem. *Caxias*, Caxias do Sul, 10 out. 1929)

O auge da retração ocorreu no início de 1930. Em janeiro, a Sociedade Vinícola suspendeu as compras de vinho na colônia e colocou no mercado somente os existentes nos depósitos. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 173)

Sobre o episódio, tem-se no relatório apresentado pelo Intendente Thomaz Beltrão de Queiroz, em 1930, uma importante contribuição para o entendimento da conjugação de esforços entre as organizações cooperativas e o Sindicato. Para o gestor municipal ficava comprovado que:

(...) mais uma vez, a procedência da velha verdade, de que, agindo isoladamente, qualquer força por mais dinâmica que seja pouco ou nenhum trabalho útil produz, o que não acontece quando várias delas, formando grupos mais ou menos complexos, em ação harmônica, convergem e atuam sobre um mesmo ponto. Sem dúvida, bem compreendendo isso e levando em consideração, a grande super produção da safra deste ano, foi que os produtores e industrialistas, da nossa maior fonte de riqueza, o vinho, constituíram-se em sociedades, que tomaram os nomes, respectivamente, de Sindicato e Cooperativas.<sup>114</sup>

---

<sup>114</sup> Relatório Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente – Thomaz Beltrão de Queiroz Referente ao Período decorrido de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1929-1930 – Typ. da Livraria Mendes Caxias. p. 22.

O Intendente conhecia a forma de atuação do Sindicato, no entanto desconhecia as diferenças que existiam entre as duas entidades, ficando flagrante a preocupação de que houvesse uma ruptura no sistema e que isso acabasse prejudicando a cadeia produtiva:

O Sindicato é formado, quase que totalmente, pelos comerciantes de vinho, pelos cantineiros, que recebem o produto bruto dos pequenos vinicultores e o manipulam ou industrializam, nos seus estabelecimentos, para depois vendê-lo com marca própria.

É escopo do Sindicato, melhorar a qualidade do produto e bem assim regularizar as condições de comércio, do produto em preço, nos centros consumidores, que são Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Praças do Norte do País.

Com o aparecimento do Sindicato, hoje denominado Sociedade Vinícola, surgiu a idéia da criação de cooperativas de produção, três já criadas e várias outras a serem criadas no próximo ano.

Até a presente data, ainda não se sabe positivamente, qual o escopo que tem em vista as Cooperativas, há indícios de que se apresentam, para seguir a ação do Sindicato (Sociedade Vinícola) isto é, uma ação mais comercial, do que qualquer outro e mesmo, segundo alguém afirma, de caráter combativo ao Sindicato.<sup>115</sup>

Com o caráter combativo a que o Intendente se referia entre cooperativas e sindicato, ficava latente a preocupação. O gestor municipal não acreditava que o movimento cooperativo vingasse. Segundo Thomaz Beltrão de Queiroz, ambas as entidades deveriam agir conjuntamente, pois só assim poderiam ser complementares uma da outra; dito de outro modo, produtores ficariam responsáveis pelas matérias-primas e o sindicato, pela produção vinícola. Queiroz salientava:

Se assim for, não nos parece bem acertada, essa maneira de agir, das Cooperativas e, não sabemos mesmo, se lograrão subsistir para muito tempo, pois dessa forma entrarão logo em luta franca com o Sindicato e este melhor aparelhado, por possuir na sua direção pessoas mais experimentadas, a nosso ver acabará triunfando, concorrendo assim para o desaparecimento dessas outras utilíssimas instituições, de defesa do produto, que são as Cooperativas.

Segundo nosso modesto modo de ver, Sindicato e Cooperativas, antes de competirem, deveriam agir harmonicamente da seguinte forma: As Cooperativas, sendo formadas por produtores se incumbiriam de conseguir a boa qualidade da matéria prima, plantando e cultivando racionalmente a vinha e cuidando da boa fermentação do mosto, por intermédio de técnicos competentes, que poderiam ser fornecidos pelo próprio Sindicato, enquanto este, o Sindicato receberia o produto bruto e se encarregaria da formação de um tipo padrão, por meio das operações comuns, das cantinas de amadurecimento, selecionando-o quanto à pureza e quanto aos caracteres constitutivos organolepticos e químicos, incumbindo-se concomitantemente da boa colocação do produto nos mercados de consumo.

---

<sup>115</sup> Relatório, loc. cit.

Se assim o entenderem, os responsáveis pelos destinos dessas meritórias instituições terão feito tarefa útil e concorrido para o progresso do município, caso contrário, entrando em competição contraproducente, estou convencido de que só farão obra de destruição e impatriotismo.

Esperamos, porém que assim não suceda e que os dirigentes das citadas associações de classe, bem compreendendo a grave crise do nosso principal produto, entrem em bom entendimento, tirando da sua ação conjunta, todo o resultado que o público muito justamente espera.<sup>116</sup>

No que se refere à crise da superprodução, quanto aos colonos, a comercialização dos produtos significava vendê-los a preços irrisórios, ou jogar fora os barris e pipas de vinhos velhos para dar lugar à próxima vindima. O resultado da ação foi que a Sociedade Vinícola ignorou a tabela de preços fixada no acordo de setembro do ano anterior e comprou vinhos a um preço inferior ao delimitado, enquanto outros milhares de litros se perdiam nos barris e nas pipas. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 173)

Mesmo com a diminuição dos preços, o Estado nunca havia exportado tanto vinho como no ano de 1930, cerca de 35.694.665 litros com um valor de exportação de aproximadamente 10.844\$025,86 réis, e um preço médio estimado de 0,30 réis por litro. Se comparado com o ano anterior, o volume de exportações teve um acréscimo significativo na ordem de 58,16%, mas o preço de venda reduziu em 62,02%. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 175)

Ao finalizar o tópico observa-se que o período em análise foi marcado por uma série de fatos importantes para a Economia vitivinícola. A falta de transporte ferroviário, a rotina produtiva primitiva, a falta de qualidade das vinhas, as dificuldades criadas pelo Fisco federal, as adulterações dos produtos, a concorrência dos vinhos estrangeiros nos mercados consumidores, os custos elevados, a escassez e a má qualidade do vasilhame, além de outros obstáculos, marcaram a época de forma negativa.

Por outro lado, a existência de uma indústria vinícola forte dependia da substituição da uva Isabel por castas de origem nobre, apropriadas para a confecção de melhores tipos de vinho. A educação técnica e a enológica tinham esse propósito, que era qualificar não somente a produção mas também os produtores que dependiam do segmento.

A indústria vinícola constituía-se como o principal fator da riqueza, uma vez que o Município de Caxias do Sul se apresentava como monocultor de uvas e conseqüentemente do vinho. No entanto, o setor estava se encaminhando para a especialização, embora de forma incipiente. No que se refere às vantagens competitivas, observa-se que os fatores negativos

---

<sup>116</sup> Ibid., p. 23.

anteriormente comentados acabaram por ofuscar o segmento, não deixando que as ações e que as intervenções tomadas pelos gestores surtisser os efeitos desejados.

#### 4 INTRODUÇÃO AOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS COOPERATIVOS

O fato de as cooperativas serem consideradas associações de pessoas que criam organizações para satisfazer necessidades comuns configura a existência dos caracteres institucionais e empresariais das cooperativas. Para Waldírio Bulgarelli (1995), o modo institucional realiza-se pelo fato de que as sociedades cooperativas são reuniões de pessoas, que se organizam para a busca de um objetivo comum. Já a atitude empresarial verifica-se pela compreensão de que, como empresa, a cooperativa desempenha atividade econômica organizada e destinada à produção de bens e serviços para o mercado. (BULGARELLI, 1995, p. 214)

Quanto à ausência de finalidade lucrativa, o referido autor afirma ser compreendida a especificidade das cooperativas. Assim, quando se caracterizam as cooperativas como empresas criadas pelos associados, para prestar-lhes serviços, não teria sentido obter lucros dos próprios sócios. Pode-se completar o argumento, de acordo com o autor, que as sociedades cooperativas, em princípio, não assumem os riscos empresariais, mas oferecem serviços para que os associados possam atuar em condições de igualdade com as sociedades mercantis. (BULGARELLI, 1995, p. 215)

Ainda, para Waldírio Bulgarelli (1995), um elemento marcou a organização e o funcionamento das sociedades cooperativas: a conformação societária, caracterizada por uma estrutura apta a regular as relações decorrentes da existência, expressando-se por normas atinentes às relações entre os sócios e a sociedade e às responsabilidades, às obrigações e aos ônus de ambos. (BULGARELLI, 1995, p. 293)

Predominam, por estes aspectos, elementos decisivos originados dos “princípios cooperativistas”, como a chamada *democracia cooperativista* que significa a adesão voluntária e livre; o princípio do retorno ou a distribuição das sobras apuradas no exercício, ou, quando for o caso, do rateio das perdas. Esses aspectos são complementados por normas de organização dos órgãos societários, cuja inspiração recai sobre as sociedades anônimas, a saber, a assembléia geral, o conselho de administração e/ou diretoria e o conselho fiscal.

Conforme Waldírio Bulgarelli (2000), podem-se reconhecer nas sociedades cooperativas resquícios das regras de outros tipos de sociedades, mas são as sociedades anônimas as que oferecem maiores semelhanças. Dentre os pontos comuns destaca-se: (I) o regime de administração; (II) os órgãos sociais definidos e regulados; (III) o sistema de

publicidade de alguns atos; (IV) a forma de constituição e funcionamento; (V) a forma de liquidação, fusão, incorporação, transformação e dissolução. (BULGARELLI, 2000, p. 253)

A primeira manifestação legislativa cooperativista no Direito brasileiro, segundo Nestor Oliveira (1979), ocorreu com o Decreto n. 979, de 06 de janeiro 1903, voltada aos sindicatos de profissionais da agricultura e da indústria rural, permitindo a organização de caixas de crédito e de cooperativas de produção ou de consumo, porém sem oferecer a regulamentação das cooperativas. (OLIVEIRA, 1979, p. 33)

Posteriormente, com o Decreto n. 1.637, de 05 de janeiro de 1907, inspirado na Lei belga de 1873, tratou-se da constituição e do regime jurídico das sociedades cooperativas. Foi com o referido Decreto que o Estado passou a reconhecer a existência e a utilidade das cooperativas como sociedades.

Josmar Domingues (2003) salienta que foi em 1932 com o Decreto n. 22.239, de 19 de dezembro, que se deu às sociedades cooperativas o formato preconizado pelos princípios do cooperativismo, embora abrigasse tanto as de natureza civil como as de natureza comercial, assim distintas conforme operassem ou não exclusivamente com os sócios. O citado Decreto vigorou no período que vai de 1934 a 1945, com as modificações oriundas do Decreto-lei n. 581, de 1º de agosto de 1938, revogado e reeditado várias vezes, sendo definitivamente revogado pelo Decreto-lei n. 59, de 21 de novembro de 1966. (DOMINGUES, 2003, p. 23)

O reconhecimento pelo ordenamento jurídico brasileiro, pelo qual passou o cooperativismo, foi classificado por Waldírio Bulgarelli (1995) em etapas distribuídas em cinco períodos denominados a seguir: (BULGARELLI, 1995, p. 65)

1. *de implantação*: instaurado sob o advento da primeira Lei orgânica de 1907, o Decreto 1.637, de 05 de janeiro, estendendo-se até a promulgação do Decreto n. 22.239/32;
2. *de consolidação parcial*: iniciado com o Decreto n. 22.239, de 19 de dezembro de 1932, até a promulgação do Decreto-lei 59, de 21 de novembro de 1966;
3. *de centralismo estatal*: a partir do Decreto-lei n. 59 e do regulamento, o Decreto n. 60.597, de 19 de abril de 1967, até a promulgação da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
4. *de renovação das estruturas*: iniciado com a Lei 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, ora vigente;
5. *de liberalização*: a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que, mesmo não conferindo tratamento uniforme às cooperativas, apresenta oportunidades, tais como: (I) dar-lhes autonomia de criação, na forma da lei (art. 5º,

XVIII); (II) impor ao Estado o impulsionamento na atividade econômica (art. 174, § 2º) e na política agrícola (art. 187, VI); (III) autorizar o funcionamento das cooperativas de crédito (art. 192, VIII). Além destes dispositivos, o art. 146, III, “c”, refere-se ao adequado tratamento tributário ao ato cooperativo.

Passando para o âmbito regional, tem-se a Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGRS) que se apresenta como uma entidade política do sistema cooperativista do Rio Grande do Sul. Foi sucedânea da Associação das Cooperativas Sul-Riograndense - ASCOOPER - (1956) e a partir da Lei n. 5.674/71 passou a ser denominada de OCERGRS.

Segundo a OCERGRS, estão dentre os princípios do cooperativismo:

- a) Adesão livre e voluntária - Cooperativas são organizações voluntárias abertas a todas as pessoas aptas a usar os serviços por aquelas disponibilizados e dispostos a aceitar as responsabilidades enquanto sócios, sem discriminação de gênero, classe social, raça, opção política ou religiosa;
- b) Controle democrático pelos sócios - As cooperativas são organizações democráticas controladas pelos sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de políticas e nos processos de tomada de decisões;
- c) Homens e mulheres, eleitos pelos sócios, são responsáveis para com os demais sócios;
- d) Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade na votação;
- e) As cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática;
- f) Participação econômica dos sócios - Os sócios contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital da cooperativa. Parte do capital é usualmente propriedade comum da cooperativa para o seu desenvolvimento. Usualmente os sócios recebem juros limitados sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras para os seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas, apoio a outras atividades aprovadas pelos sócios, redistribuição das sobras, na proporção das operações;
- g) Autonomia e independência - As cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua; ao entrar em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou ao receber capital de origem externa, devem fazê-lo em termos que preservem o controle democrático pelos sócios e que mantenham a autonomia;

- h) Educação, treinamento e informações - As cooperativas oferecem educação e treinamento para os sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários, para que estes possam contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Também informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e sobre os benefícios da cooperação;
- i) Cooperação entre cooperativas - As cooperativas atendem aos sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando juntas e de forma sistêmica, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, por intermédio de federações, centrais e confederações;
- j) Preocupação com a comunidade - As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável das comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros, assumindo um papel de responsabilidade social junto às comunidades nas quais estão inseridas.<sup>117</sup>

Diva Benevides Pinho (1982) esclarece que as cooperativas não estão em contradição com a Economia competitiva, quer se trate de cooperativas que trabalham apenas para cobrir os custos, quer se trate de empresas que devem gerar benefícios, tais como as demais empresas voltadas para o mercado.

Ao distinguir a cooperativa como unidade econômica da empresa cooperativa, a Teoria de Münster desenvolveu o estudo dos instrumentos de controle do êxito cooperativo no mercado e de controle do êxito dos cooperados. De modo resumido, pode-se dizer que: para controlar a produtividade da cooperativa ou o êxito externo ou no mercado, os instrumentos são semelhantes aos das empresas econômicas em geral; para controlar a efetividade da cooperativa ou o êxito interno ou voltado para os membros, há indicadores especiais para se apurar as vantagens de custos, vantagens comparativas das economias dos membros, dentre outros.<sup>118</sup>

---

<sup>117</sup> SESCOOP/RS. *Princípios*. Disponível em: <<http://www.ocergs.coop.br/principios>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

<sup>118</sup> O êxito externo da cooperativa implica a utilização das modernas técnicas de organização empresarial; conquista de mercados pela qualidade; utilização de inovações tecnológicas e outras para a atividade cooperativista ser competitiva; enfim, apresentação de vantagens típicas das empresas econômicas – assunto que constitui objeto de outras ciências, especialmente a Administração de Empresas. O êxito interno voltado para os membros refere-se às condições de funcionamento de cada tipo de cooperativa, de modo que as vantagens produzidas pela sociedade retornem aos associados, sem discriminação. Daí a Teoria de Münster que enfatiza a necessidade de participação de todos nos processos de tomada de decisões do grupo bem como a de os associados controlarem a cúpula dirigente. PINHO, 1982, op. cit., p. 76.

Além dos princípios citados, tem-se o conceito de *cooperatividade sistêmica* (cooperação entre cooperativas), o qual, para Raquel Gondim (2009), está relacionado ao “grau mais elevado e à dimensão mais abrangente de aplicação da capacidade de cooperar em processos de desenvolvimento”, ocorrendo quando os atores sociais, componentes de uma determinada localidade, cooperam entre si, gerando benefícios para si, para todas as partes que formam esse todo e para o meio no qual estão inseridos.<sup>119</sup>

A autora assevera que a cooperatividade sistêmica já está presente em várias formas de iniciativa no território brasileiro. Apesar dessa realidade, ressalta-se que a implementação desta prática sofre, em determinados locais, de resistências provenientes da herança histórica do colonialismo e da escravidão que produziu fatores na cultura brasileira, tais como o assistencialismo, o paternalismo e o imediatismo. Esses fatores contribuem ainda para o desenvolvimento da baixa auto-estima, do conformismo, da apatia, além da formação da postura da esperteza, do individualismo e da centralização do Poder.

Raquel Gondim (2009) também frisa que o exercício da cooperatividade sistêmica, no âmbito das cooperativas, vai além da instituição formalizada. Ele está, pois, na essência dos processos que geram um desenvolvimento inclusivo, integrador e duradouro para o local. Deste modo, assim como as cooperativas, os grupos voltados à prática da cooperatividade sistêmica podem ser organizados nos mais diferentes setores da Economia, no campo e na cidade. Pode-se afirmar que em torno de qualquer problema econômico ou social é possível constituir uma unidade de trabalho cooperativo. Como instrumentos de geração de emprego e renda, estas unidades podem atuar desde os processos de produção, de industrialização, de comercialização, de crédito e de prestação de serviços.

Para Diva Benevides Pinho (1982), o cooperativismo, sem os traços do pioneirismo de Rochdale, identifica-se pelo distanciamento que apresenta em relação ao conteúdo doutrinário característico da primeira metade do século XIX, adequando a Economia cooperativista no contexto das modernas Economias nacionais. (PINHO, 1982, p. 66)

De acordo com a autora, com base nos pressupostos e nos axiomas, a Teoria de Münster apresenta a seguinte definição de cooperativa: “As cooperativas são agrupamentos de indivíduos que defendem seus interesses econômicos individuais por meio de uma empresa que eles mantêm conjuntamente.” (PINHO, 1982, p. 75-76)

---

<sup>119</sup> GONDIM, Raquel V. Cooperatividade sistêmica: uma forma de organização dos coletores de material reciclado da Cidade de Fortaleza para a mobilização do capital social em favor do desenvolvimento local. *Cadernos Gestão Social*, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.cgs.ufba.br>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

A definição apresentada, conforme se pode verificar nos escritos da autora, oferece a possibilidade de se diferenciar os tipos de cooperativa; ainda, de se explicar o difícil problema do enquadramento da cooperativa na Economia competitiva; também, de se discutir o problema da concentração e do controle pessoal dirigente, especificamente no caso das empresas cooperativas. (PINHO, 1982, p. 76)

A partir da definição anterior distinguem-se três principais situações:

- 1) os membros dirigem unidades econômicas cooperativas para a aquisição favorável de bens ou serviços destinados a fins privados;
- 2) os membros são proprietários de pequenas empresas e organizam uma empresa cooperativa para obter canais de compra e/ou venda favoráveis;
- 3) os membros representam mão-de-obra e esperam obter trabalho em condições favoráveis dentro da empresa cooperativa.

Na visão de Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Brignoli (1983), em sentido amplo, a palavra *empresa* quer dizer unidade de produção, que busca racionalidade econômica. Em outros termos, a racionalidade econômica tem por finalidade a maximização dos resultados com a minimização dos custos. (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, p. 337-338)

Entre os tipos de empresa destacam-se as empresas agrícolas, fenômeno natural das sociedades latino-americanas, dedicadas à agricultura e às atividades extrativas. Sob os aspectos metodológicos de análise, convém buscar informações sobre os dados estatísticos da produção, do rendimento e da produtividade, e isso permitirá acompanhar a evolução da organização a curto e longo prazo, no que se refere às conjunturas econômicas. Devem-se quantificar os insumos, entender o tipo de mão-de-obra<sup>120</sup>, as técnicas de produção, a posse da terra e os fatores naturais, como, por exemplo, solos, clima, flora e fauna. Outros fatores (como excedentes de produção, transportes e fretes) apresentam-se como problemas de mercado. Por fim, onde se tem mercado haverá um preço, o que permitirá calcular o lucro e a rentabilidade da empresa mercantil. Todos os itens destacados propõem-se analisar à luz da teoria micro-econômica, no sentido da empresa individual, mas a estrutura e o funcionamento do mercado devem ser entendidos nas premissas da análise macro-econômica. (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, p. 341-342)

---

<sup>120</sup> Para Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Brignoli, a oferta de mão-de-obra é de importância para caracterizar o sistema econômico em que se inserem as empresas agrícolas estudadas, considerando os aspectos políticos e sociais e as transformações do sistema de dominação.

Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Brignoli (1983) atentam para a busca das fontes relacionadas a economia empresarial. Neste sentido, os autores apresentam dois modelos de empresa: as empresas patrimoniais e as empresas por ações. Nas primeiras, os livros de Contabilidade são a primeira fonte obrigatória, pois permitem a reconstituição das atividades da empresa, a determinação do volume das atividades e dos lucros. As empresas por ações pela estrutura empresarial apresentam uma série de documentos de fácil acesso, como relatórios e balancetes, atas das reuniões de diretoria e correspondência comercial. (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, p. 346)

Há na História Empresarial a demonstração da ambição interdisciplinar, pois os trabalhos se integram, existem diálogos com a Administração de Empresas, com a Contabilidade, com as Ciências Políticas, com a Sociologia, com a Antropologia e com a Economia, o que permite enriquecer as conclusões com a compreensão do mundo corporativo.

Para Martinez-Echevarria (2003), as empresas não são funções abstratas, mas agentes da História, adquirindo traços característicos ao longo da vida. A missão do historiador consiste em investigar as razões do êxito ou do fracasso das empresas. Faz isso a partir de perspectivas que não estejam guiadas por estereótipos de modelos abstratos, e sim por diretrizes de Teorias Econômicas que ponham ênfase nos problemas reais que tenham enfrentando os agentes em determinado tempo e lugar. (MARTINEZ-ECHEVARRIA, 2003, p. 29)

Dentre a perspectiva histórica e temporal, o estudo da História Empresarial busca descobrir como os empresários resolveram problemas do passado para poder ajudar a resolver os problemas similares atuais, reconhecendo-a como realidade plural, diversa e dinâmica.

De acordo com Alan Roberts (2003), a História Empresarial pode ser entendida como o estudo da empresa dentro da perspectiva histórica. Sempre se deve começar pela empresa e buscar padrões (para as continuidades e para as discontinuidades) do seu desenvolvimento. (ROBERTS, 2003, P. 61)

Martinez-Echevarria (2003) atenta que o objetivo da empresa é o crescimento, algo que não vem da adaptação passiva às condições que mudam o meio, porém isso se caracteriza pelo desenvolvimento de capacidades que são resultado do caminho percorrido.

Nos escritos de Matthias Kipping e Núria Puig (2003), os Historiadores têm contribuído para ampliar o conhecimento sobre a capacidade de inovação das empresas e as transformações organizacionais e tecnológicas geradas por esta capacidade. Em geral, a investigação dos historiadores centra-se nas fontes internas de inovação e aprendizagem.

Estudos históricos têm demonstrado que as empresas que sobrevivem são as que se adaptam às transformações provocadas pela evolução ou pelo entorno, respondendo aos desafios organizativos, tecnológicos e sociais das transformações com soluções novas. Em outros casos, a capacidade empresarial de adaptar-se e de inovar-se institucionaliza-se por meio de estruturas organizativas diferentes, de novos departamentos e de novas hierarquias. (KIPPING; PUIG, 2003, p. 101)

#### 4.1 COOPERATIVA VITIVINÍCOLA ALIANÇA – GÊNESE, A MATERIALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO E DIFICULDADES DO MERCADO (1931 - 1969)

Após as pesquisas, sabe-se que os imigrantes italianos iniciaram o cultivo de uva em grande escala. O segmento comercial da época iniciou a aviltamento de convívio entre colonos e produtores ao realizarem a adulteração do vinho, entregando ao consumidor um produto de baixa qualidade e pagando pouco para o produtor de uva.

Como solução de mudança e sobrevivência, surgem as cooperativas, como uma possível alternativa para a resolução dos seguintes problemas: 1º) baixo preço de uva; 2º) falsificações; 3º) produtos com baixa qualidade, comprometendo a fama do “vinho da Colônia”.

Nas considerações de Loraine Giron (2009), o “vinho da Colônia”, produzido de forma rudimentar, não podia fazer frente às indústrias vinícolas que dominavam o mercado exportador. Com os preços pagos aos produtos com valores inferiores aos custos de produção, a solução cooperativista foi lembrada. Na nova fase, o cooperativismo<sup>121</sup> surge como uma solução possível para resolver à situação desordenada. Assim, o cooperativismo, de acordo com os escritos da referida autora, foi obra da circunstância e não fruto de um ideal comunitário. (GIRON, 2009, 79-81)

---

<sup>121</sup> Cooperativismo é a união de pessoas voltadas para um objetivo comum, sem visar lucro. Como o próprio nome refere, tem como maior finalidade libertar o homem do individualismo, através da cooperação entre os associados, satisfazendo assim as necessidades dos mesmos. Defende a reforma pacífica e gradual da coletividade e a solução dos problemas comuns através da união, do auxílio mútuo e da integração entre as pessoas. Busca a correção de desníveis e injustiças sociais com a repartição equitativa e harmoniosa de bens e valores. SESCOOP/RS. *Princípios*. Disponível em: <<http://www.ocergs.coop.br/principios>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

Das cooperativas vitivinícolas de Caxias do Sul, que surgiram no final dos anos 20 e início dos anos 30 do século XX e que mantêm atividades até o presente momento são: Cooperativa Vitivinícola de Forqueta Ltda., Cooperativa São Vitor Ltda., Cooperativa Vinícola Victor Emanuel Ltda. e Cooperativa Vitivinícola Aliança Ltda., esta última objeto do presente estudo. A Cooperativa Vinícola Caxiense Ltda. encerrou as atividades no ano de 2006.

Para sustentação da tese, o estudo baseia-se na Teoria de Münster salientando que o racionalismo crítico como metodologia de investigação científica e as observações são deliberadamente comprováveis, ou seja, tanto as hipóteses como os resultados são suscetíveis de comprovação. Os pressupostos da Teoria de Münster são os seguintes: a cooperação não exclui o interesse pessoal nem a concorrência; ao contrário, permite que os fracos se desenvolvam dentro da Economia competitiva; os associados buscam satisfazer os interesses pessoais por meio das cooperativas quando verificam que a ação solidária é mais vantajosa do que a ação individual; a cooperativa adquire a sua própria importância econômica, independentemente das unidades econômicas dos associados; os dirigentes atendem aos próprios interesses porque fomentam os interesses dos membros da cooperativa; as rendas e o prestígio devem aumentar proporcionalmente à melhoria da situação dos associados; daí, a necessidade de se fiscalizar a gestão empresarial e de se estabelecer controles institucionalizados contra ações negativas dos membros; entre os associados e a cooperativa deve haver solidariedade ou lealdade consciente, embasada em normas contratuais ou estatutárias e não solidariedade cega. (PINHO, 1982, p. 75)

#### A) DECISÕES ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

No dia 04 de janeiro de 1931, na sede da Escola Municipal da Povoação de Nossa Senhora de Monte Bérico, Travessão Aliança, primeiro distrito do Município de Caxias do Sul, às 15h, reuniram-se os agricultores para fundar a Sociedade Cooperativa Agrícola Aliança.<sup>122</sup> O objetivo da Cooperativa era preparar e vender todos os produtos agrícolas dos associados, principalmente o vinho.

---

<sup>122</sup> Ata n. 1. Livro 1. 04 jan. 1931. p. 1-2.

A primeira administração teve como membros os senhores Antonio Zanini (diretor-presidente), João Lanfredi (diretor-comercial) e Eugenio Gaio (diretor-gerente).<sup>123</sup> No conselho administrativo foram empossados: Guilherme Sgorla, Liberal Giani, Higino Piccoli, Cezar Zanini e Pedro Verona; no conselho fiscal, Frederico de Luchi, Francisco Giani e Vicente Bragagnollo; como suplentes, Gregório Venturini, Antonio de Carli e Benedito Crocoli.<sup>124</sup>

O ano de 1932 foi marcado pela alta produção associado aos baixos preços oferecidos pelos produtos. O representante da Cooperativa Aliança em Porto Alegre salientou que a Sociedade deveria enviar um emissário às praças do Rio de Janeiro e de São Paulo, com a finalidade de incrementar as vendas, de alavancar o setor comercial e de buscar alternativas de mercado. Depois das discussões acerca do assunto, decidiu-se que seria designado um representante que ficaria incumbido de fazer a prospecção dos novos mercados.<sup>125</sup>

A década de 1940 destacou-se por alguns problemas referentes às questões de infraestrutura de transporte e logística.<sup>126</sup> Uma das situações enfrentadas pela Cooperativa Aliança dizia respeito ao embarque dos vinhos em navios estrangeiros. Além de o frete ser elevado, o produto chegava avariado. Um enviado da Cooperativa no Rio de Janeiro noticiava que o vinho transportado havia chegado com uma quebra de 300 hectolitros (cerca de 30.000 litros de vinho). Observa-se, pela logística, que as mercadorias partiam do Porto de Rio Grande com destino ao Rio de Janeiro e que elas chegavam com avarias ocasionadas pela “má estiva”, acarretando prejuízos para a organização.

Como medida, ficou definido que a Cooperativa constituiria, no Rio de Janeiro, um advogado para entrar com um processo junto à empresa transportadora, com o objetivo de reduzir o prejuízo.<sup>127</sup> Com a finalidade de reparar os vinhos depositados em São Paulo, enviou-se um cantineiro para realizar o serviço de recuperação do produto.<sup>128</sup>

O final do ano de 1944 e o início de 1945 apresentaram-se como um período de dificuldades no mercado vinícola. Contudo, apesar da pouca produção, atingindo aproximadamente 25% da produção normal, o preço dos produtos foi considerado satisfatório.

---

<sup>123</sup> Com o pedido de demissão do diretor-gerente, Eugênio Gaio, assumiu o cargo Giacomo Salvador, junto com Antonio Zanini (diretor-presidente) e João Lanfredi (diretor-comercial).

<sup>124</sup> A diretoria executiva percebia um salário de 70\$000 por mês, enquanto que o conselho, 5\$000 por cada dia de trabalho, denominado de *cédula de presença*.

<sup>125</sup> Registram-se quedas nas vendas em virtude dos altos preços pagos aos produtores pela uva e da Revolução Constitucionalista em São Paulo que paralisou as transações comerciais por quatro meses, diminuindo o tempo de venda de doze para oito meses. Ata n. 9. Livro 1. 26 out. 1932. p. 25-27.

<sup>126</sup> O transporte do vinho no Rio Grande do Sul era feito por via férrea; para São Paulo e Rio de Janeiro, por via marítima.

<sup>127</sup> Ata n. 4. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 08 jan. 1945. p. 7-8.

<sup>128</sup> Ata n. 5. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 03 fev. 1945. p. 9-10.

Neste mesmo período, como tentativa de alavancar o comércio, ficou resolvido que se enviaria um funcionário da Cooperativa para visitar São Paulo e Rio de Janeiro, com o objetivo de colocação da mercadoria.<sup>129</sup>

Com o avanço nas leituras das atas, destacam-se, nas decisões dos gestores, aspectos como a inovação tecnológica,<sup>130</sup> os melhoramentos produtivos, a participação nos resultados,<sup>131</sup> com a gratificação dos funcionários e dos executivos pela atuação nos negócios da Cooperativa e a divisão do trabalho.<sup>132</sup> Um avanço em termos de gerenciamento econômico era o de que, toda vez que houvesse resultados positivos em cada exercício social findo, os funcionários poderiam, a título de participação nos resultados, receber uma comissão de até 3% sobre o valor das vendas com vinhos, de forma proporcional ao salário percebido. Aos colaboradores cabia o compromisso de organizar e de profissionalizar os setores, com a finalidade de qualificar o recebimento das uvas e da produção dos vinhos.<sup>133</sup>

Uma decisão estratégica<sup>134</sup> ocorreu no ano de 1948, quando se decidiu adquirir um terreno de 3.097 m<sup>2</sup>, que faz divisa com a Cooperativa. Considerado o valor conveniente para a negociação, aquele foi comprado, sendo utilizado para a construção das novas instalações da organização.<sup>135</sup>

Cabe frisar agora que, a partir da década de 1950, o Brasil se inseriu na nova ordem econômica, a denominada *modernização capitalista*, implementando políticas de

<sup>129</sup> Ata n. 3. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 16 dez. 1944. p. 5-6.

<sup>130</sup> As inovações tecnológicas, na visão schumpeteriana, determinam a elevação nos índices de produção e um aumento na produtividade do trabalho. BRUE, Stanley. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Thomson Learning, 2006. p. 467-469.

<sup>131</sup> Participação nos resultados é o sistema pelo qual uma empresa distribui regularmente, entre os empregados, uma proporção dos lucros, a qual é acrescentada aos salários.

<sup>132</sup> A divisão do trabalho, na visão de Adam Smith, é o “maior aperfeiçoamento nos poderes produtivos do trabalho e a maior parte da técnica, habilidade e julgamento com os quais estejam direcionados ou aplicados em qualquer lugar”. A divisão do trabalho aumenta a quantidade de produção por três razões: cada trabalhador desenvolve uma habilidade; economiza-se tempo; o maquinário pode ser desenvolvido para aumentar a produtividade. BRUE, 2006, op. cit., p. 68-69.

<sup>133</sup> Ata n. 19. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 24 out. 1947. p. 33-35.

<sup>134</sup> Na visão de Antonio Dacorso, a decisão estratégica busca a criação de uma estrutura para avaliar as opções de ação. É um processo dinâmico que envolve especificações de opções, estabelecimento de atributos para a avaliação das opções e estados da natureza que podem ocorrer. DACORSO, Antonio L. R. *Análise experimental da geração de alternativas em decisões estratégicas não-estruturadas*. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. 2004, p. 8.

<sup>135</sup> Ata n. 20. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 28 mai. 1948. p. 36-37. Nas considerações de Diva Benevides Pinho, o instrumental que a Teoria de Münster utiliza provém das Ciências Sociais e, em particular, da Ciência da Organização, da Teoria dos Grupos e da Micro-Economia. Os importantes axiomas são: o axioma da racionalidade dos sujeitos-associados-cooperados; o axioma da informação como base das decisões dos associados. Deve-se observar que, embora a Teoria de Münster considere o interesse individual dos associados como o objetivo da entajuda cooperativista, não prioriza o indivíduo em detrimento do coletivo: ambos são importantes na cooperativa. PINHO, 1982, op. cit., p. 75.

desenvolvimento industrial de bens duráveis e desenvolvendo o complexo agro-industrial com capital nacional e internacional. Houve, portanto, nessa época a necessidade de fortalecer o setor rural com a prática de políticas voltadas ao desenvolvimento da agricultura. Neste momento, constatou-se que o Estado reconheceu no cooperativismo o instrumento que viabilizou a execução das políticas econômicas voltadas ao setor. Tem-se, então, conforme destaca José Schneider (1999), o surgimento do cooperativismo empresarial brasileiro. (SCHNEIDER, 1999, p. 305)

No que concerne às questões sociais e trabalhistas, registra-se que a Cooperativa Aliança, no início da década de 1950, teve preocupações relacionadas aos cooperados e aos colaboradores. Quanto aos produtores, foi assinado um seguro de vida em grupo e criou-se um pecúlio como forma de benefício aos associados.

No que diz respeito aos funcionários, foram concedidos abonos emergenciais e gratificações, em virtude da carestia dos produtos. Os abonos e gratificações variavam, dependendo do setor e da atividade exercida pelo colaborador,<sup>136</sup> além de reajustes dos salários com a decretação do novo salário mínimo.<sup>137</sup>

A melhoria provisória dos salários teve a finalidade de amenizar o constante encarecimento do custo de vida. No entanto, o valor dos abonos poderia ser suspenso a qualquer momento, caso os negócios declinassem, e os salários só seriam reajustados por motivo de dissídio coletivo ou por força de lei governamental. Além disso, o referido abono não acarretava ônus para a Cooperativa nas indenizações, aviso prévio, férias e horas extras.<sup>138</sup>

Com relação à parte comercial, verificou-se que o pagamento pelo preço do produto, especificamente as uvas, ficou acima da média se comparado ao comércio em geral. Em virtude dos problemas de ordem econômica nacional e com a preocupação em relação aos clientes inadimplentes do centro do País, a empresa optou por criar um fundo de provisão para devedores duvidosos. O fundo seria empregado para amortizar as inadimplências e para ser utilizado nas cobranças judiciais que se fariam necessárias caso não houvesse o pagamento

---

<sup>136</sup> Ata n. 37. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 15 jul. 1952. p. 65-66.

<sup>137</sup> Na opinião de Nilson Araújo de Souza, na década de 1950, experimentava-se, no Brasil, uma forte queda da participação dos salários dos operários. Isso ocorreu porque a produtividade industrial cresceu mais do que o salário real. Com isso, o trabalhador acabava recebendo um salário insuficiente para garantir o próprio sustento e terminava trabalhando uma jornada maior que a habitual ou colocando mais membros da família no mercado de trabalho. SOUZA, Nilson Araújo de. *Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 34-35.

<sup>138</sup> Ata n. 48. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 10 jul. 1954. p. 84-85.

integral das contas. No exercício de 1953 e 1954, a Cooperativa teve um déficit de Cr\$ 201.288,50 a título de inadimplência.

Na leitura das atas, verificou-se que, em muitos períodos, na década de 1950, os retornos dos sócios ficaram retidos para que a empresa conseguisse fazer frente aos investimentos em imobilizações (Ativos Imobilizados).<sup>139</sup> Geralmente as retenções não recebiam o pagamento dos juros e justificavam-se em virtude dos preços superiores pagos pela Cooperativa na aquisição de uvas e vinhos, em comparação ao comércio em geral, e acima do valor praticado pela Secretaria de Agricultura. Com freqüência, lia-se nas atas a menção de “ajudar a cooperativa” e “não prejudicar a boa marcha dos negócios”, destacando-se o ideal cooperativista de “todos por um e um por todos”.

Para se ter um exemplo, enquanto a Cooperativa, em 1955, pagava Cr\$ 2,40 por quilo de uva com grau glucométrico de 16º, na tabela da Secretaria de Agricultura apresentava-se o valor de Cr\$ 1,84. Logo, o preço da Cooperativa era 30% superior e o retorno sobre os investimentos dos associados subiu em torno de 120%. Nessa situação, o diretor-presidente Sr. Antonio Zanini comentou que “fica evidente as vantagens do cooperativismo que proporcionou aos associados uma vantagem de 120%”.<sup>140</sup> Outro assunto freqüentemente abordado foi referente à aceitação de novos sócios: deveriam ser acolhidos somente aqueles que concordassem com o ideal cooperativista.<sup>141</sup>

Em 13 de agosto de 1955, a diretoria executiva fez os primeiros comentários sobre o jubileu de prata da Cooperativa que ocorreria em 04 de janeiro de 1956.<sup>142</sup> Na ocasião foi deliberado mandar publicar um breve documentário sobre os 25 anos da Cooperativa.

Não se pode deixar de salientar os problemas que as indústrias vinícolas atravessaram na metade da década de 1950, no que tange à crise do açúcar, insumo necessário para a correção dos vinhos quando as uvas apresentam baixo grau glucométrico. Sob esse aspecto, Véra Barroso faz as seguintes considerações:

---

<sup>139</sup> Por outro lado, com o aumento das imobilizações da Cooperativa, o seguro contra fogo que era de Cr\$ 2.000.000,00 passou para Cr\$ 7.000.000,00. Também se cogitou aumentar o capital social da Cooperativa, pois, em virtude do volume de negócios, este valor era insignificante.

<sup>140</sup> O presidente quis dizer que os colonos ganharam pelo preço da uva uma diferença de Cr\$ 0,56, mais Cr\$ 1,65 provenientes dos negócios realizados com a Cooperativa, na proporção de Cr\$ 0,25 por kg de uva e Cr\$ 1,40 por medida de vinho.

<sup>141</sup> Ata n. 61. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 13 ago. 1955. p. 108-109.

<sup>142</sup> No jubileu de prata foram distribuídas gratificações aos funcionários e um relógio de bolso prateado ao diretor-presidente Antonio Zanini pelos 25 anos de serviços prestados à Cooperativa. Ver Anexo O.

Inquestionavelmente o nascimento da usina de açúcar branco, que leva no nome a marca *gaúcho* - AÇÚCAR GAÚCHO S. A., provocou mudanças nas relações sociais da área de sua instalação e cercanias, onde os colonos antes se entregavam a desmanchar a cana em 39 pequenos engenhos para a confecção da rapadura e da cachaça, produtos que gestaram a tradição regional a partir do século XVIII, mas, mais especialmente, do açúcar mascavo, com maior ênfase no Município de Santo Antônio da Patrulha, ao alcançar as décadas de 1940 e 1950. É que havia um mercado certo e promissor para o açúcar *amarelo* como insumo na fabricação do café, com muitas das torrefadoras situadas no próprio litoral norte, e, sobretudo, para a produção de vinhos, na região serrana de Caxias do Sul. Entretanto, uma crise se impôs a partir de outubro de 1957, devido à proibição pelo IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) da adição do açúcar mascavado naqueles produtos. Essa medida levou as cerca de 2000 famílias de canaveiros minifundiários à agudização de suas dificuldades, cuja superação foi perseguida com o projeto de criação e instalação da AGASA, que fabricaria o açúcar branco. (BARROSO, 2003, p. 38-39)<sup>143</sup>

Uma decisão comercial foi verificada no exercício de 1956 e 1957, na qual os associados autorizaram a Cooperativa a acompanhar qualquer preço da concorrência, tendo em vista o volume de estoques e a expectativa de uma grande safra para o exercício subsequente.<sup>144</sup> Outra medida foi realizar uma reunião com a distribuidora do vinho para tentar regular os preços da bebida nos mercados consumidores e para reter as cotas mensais de embarque a fim de se manter os objetivos dos exportadores.<sup>145</sup>

No ano de 1957 vislumbrava-se uma supersafra, maior do que a safra do exercício anterior; como medidas para evitar que sobrasse uva nos parreirais dos associados, preparavam-se todo e qualquer lugar da Cooperativa para receber a matéria-prima dos produtores.<sup>146</sup>

Constatou-se que a situação do mercado era difícil: as vendas caíram em média 50% embora os preços praticados pela Cooperativa tivessem mantido um equilíbrio com os preços dos concorrentes, fazendo com que os representantes não perdessem negócios por causa deste fator.

Segundo informações do setor, relatadas nas atas da Cooperativa, a situação em São Paulo e no Rio de Janeiro era séria: necessitava-se, pois, escoar rapidamente os estoques,

---

<sup>143</sup> Grifos do autor.

<sup>144</sup> De acordo com o Professor Jaime Lovatel, a safra não depende somente de condições climáticas mas também de alguns tratamentos culturais específicos: uma poda curta dá origem à safra pequena; uma poda longa, à safra grande. Uma safra pequena é mais apta para a vinificação, porque se apresentam em melhor estado sanitário e em melhores condições de amadurecimento, com um teor mais alto de açúcar; melhor, por exemplo, 10 cachos do que 50.

<sup>145</sup> As medidas tinham por objetivo regularizar o comércio e a superprodução de vinhos. A distribuidora de vinhos estava esboçando um acordo para regular o embarque das cotas mensais para vinhos em barris e a granel, com a finalidade de poder equilibrar e manter os preços dos produtos nas praças de consumo. Ata n. 79. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 06 abr. 1957. p. 138-139.

<sup>146</sup> Ata n. 87. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 21 dez. 1957. p. 152-153.

mesmo que isso exigisse uma redução nos preços, porque o objetivo era conseguir colocar um maior volume de vendas a curto prazo, tendo em vista a safra que se aproximava. Caso a situação não se revertesse, seria necessário destilar milhares de hectolitros de vinho além de ter de construir pipas para o acondicionamento do produto.<sup>147</sup>

Em 1958 a Cooperativa adere à Federação das Cooperativas de Vinho do Rio Grande do Sul, e Liberal Giani e João Antonio Salvador foram eleitos os representantes legais da Cooperativa Aliança no projeto. A entrada na Federação tinha por objetivo atingir o mercado nacional e estrangeiro. Contudo, a Cooperativa não subordinava as vendas à administração da Federação, mantendo a liberdade e a autonomia nos negócios.

Percebe-se que as dificuldades de se colocar os vinhos nos mercados brasileiros, e o ingresso na Federação abria a possibilidade de se realizar exportações para o exterior, tendo em vista já estarem ocorrendo algumas negociações com importadores da França. O acordo seria de uma cooperação entre cooperativas; no entanto, a iniciativa não deveria tolher a liberdade da empresa, a qual deveria continuar atendendo aos clientes e aos mercados tradicionais do País.<sup>148</sup>

O mercado não se encontrava favorável, os concorrentes estavam vendendo vinho abaixo do valor do custo de produção, os estoques permaneciam elevados, e a safra de 1959 estava se aproximando com uma expectativa de aumento de 30% em relação à safra anterior. A saída era continuar acompanhando o preço da concorrência, nem que tal medida ocasionasse a redução do preço médio, pois, do contrário, os estoques se elevariam e a Cooperativa não poderia atender aos compromissos financeiros contraídos.

A década de 1960 foi marcada pelo mercado do vinho, apresentando um comportamento satisfatório. A previsão para as safras era de um produto com boa qualidade e, conseqüentemente, de ótimos vinhos. Nessa perspectiva, foi solicitado à Cooperativa o ingresso de mais 14 associados interessados em entregar a produção e em fazer parte do quadro social, admitindo-se apenas aqueles que fossem de interesse e de necessidade da Cooperativa.<sup>149</sup>

Também foi aprovada a admissão, no quadro social, da Cooperativa Vinícola São Pedro Ltda., de Flores da Cunha, com entrega parcial da produção, preços fixados e sem direito a retornos.

---

<sup>147</sup> Ata n. 85. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 26 ago. 1957. p. 147-148.

<sup>148</sup> A iniciativa deu resultado: em 09 de junho de 1958, estava embarcando a primeira remessa de vinho para a França, em um total de 99.100 hectolitros. Ata n. 90. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 29 abr. 1958. p. 158-159.

<sup>149</sup> Ata n. 104. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 15 fev. 1960. p. 185-186.

Os preços das uvas pagos pela Cooperativa foram em média 125% superior aos pagos pela Secretaria de Economia. Em virtude do bom preço, foram incentivadas as vendas,<sup>150</sup> não havendo distribuição dos retornos para os associados no período em análise.

Com a possibilidade de crescimento da produção e da comercialização dos vinhos pela Cooperativa, propôs-se à diretoria uma viagem de negócios para as principais capitais do mercado nacional, com o objetivo de se conquistar novos clientes.<sup>151</sup>

Com a morte do diretor-comercial, Sr. Liberal Giani, em 03 de dezembro de 1960, o cargo foi ocupado pelo Sr. Paolino Lanfredi, que estava à frente das comercializações da Cooperativa há mais de 20 anos, sendo um dos responsáveis pela alavancagem da Cooperativa Aliança, tendo conhecimento do mercado e habilidades como negociante.

O período também foi marcado pela entrada de defensivos agrícolas nas lavouras da região, para o combate às pragas e às doenças fúngicas. Prova disso foi o registro da visita de um técnico da companhia Rhódia com o objetivo de explicar para os agricultores a aplicação de fungicidas, de inseticidas e de herbicidas nas parreiras. A partir desse momento, tem-se a dependência dos agricultores com relação à utilização dos defensivos e a dependência financeira da Cooperativa no que se refere aos adiantamentos para os agricultores para a aquisição dos insumos.<sup>152</sup>

Em 1960, a Cooperativa decidiu participar da Festa da Uva, investindo um total de Cr\$ 1.500.000,00, como um modo de incentivar os agricultores a também participarem e a colaborarem com o evento.<sup>153</sup> Em termos de estratégias comerciais, cogitou-se a possibilidade de se criar um espaço para a venda, a varejo, com descontos especiais e preços fixados pela Cooperativa.<sup>154</sup>

O ano de 1965 apresentava uma perspectiva muito boa para o mercado do vinho, com a condição de acompanhar os preços da concorrência e com a expectativa de uma grande safra de uva para o próximo período.<sup>155</sup> Nesse sentido, poderiam ser admitidos novos sócios, desde que fossem filhos de associados. Em virtude da supersafra e dos altos estoques de vinho

---

<sup>150</sup> Ata n. 141. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 03 dez. 1962. p. 242-243.

<sup>151</sup> A viagem para São Paulo e para o Rio de Janeiro tinha a finalidade de zelar pelos negócios da Cooperativa e de cobrar contas inadimplentes. Foram propostos pagamentos de comissões para as vendas e cobranças das contas.

<sup>152</sup> Ata n. 107. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 06 jun. 1960. p. 190.

<sup>153</sup> Na Festa da Uva ficou acertada a colocação de uma propaganda na Avenida Júlio de Castilhos e um estande externo, no Parque de Exposições, para a comercialização dos vinhos, além de um carro no curso alegórico. Ata n. 111. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 05 set. 1960. p. 197-198.

<sup>154</sup> Ata n. 165. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 09 fev. 1965. p. 270-271. No Anexo N estão algumas imagens da participação da Cooperativa na Festa da Uva.

<sup>155</sup> Ata n. 174. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 04 out. 1965. p. 284.

existentes, foram tomadas iniciativas, em conjunto com a Secretaria de Economia do Estado, com as cooperativas vinícolas e com os industriais do vinho, para uma possível retenção ou destilação da safra de 1966, a fim de se evitar que fossem aviltados os preços nas praças de consumo.<sup>156</sup>

O exercício de 1966 e 1967 foi marcado pela troca dos cruzeiros pelos cruzeiros novos, sendo considerado um ano com preços excepcionais, com ótimo balanço e com produtos vendidos a preços menores para poder acompanhar os preços da concorrência.<sup>157</sup>

Em 1968 os associados foram autorizados a negociarem a sua produção com terceiros, sem a exigência do pagamento de multas. Como medidas de melhorias na produção e no avanço da qualificação das lavouras, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul lançou oficialmente o programa de melhoria e construção habitacional rural e também o Finame para o financiamento de máquinas, tratores e implementos agrícolas.

Em 05 de fevereiro de 1968 houve, na cidade de Garibaldi, uma reunião das cooperativas vinícolas da região serrana com o objetivo de organizar as reformas do novo estatuto social, enquadrando-o à legislação vigente.<sup>158</sup> Em 04 de março de 1968 houve o lançamento do suco de uva.

Como forma associativa comercial, a Cooperativa Aliança participava de outras Sociedades, como a Distribuidora de Vinhos do Rio Grande do Sul, a Federação das Cooperativas de Vinho do Rio Grande do Sul e a União Sul Brasileira de Cooperativas.

O ano de 1968 ainda foi marcado pela saída do Sr. Antonio Zanini, depois de 37 anos à frente da presidência da Cooperativa Aliança, por motivos de saúde e pelo estado avançado de idade. Ele ficaria atuando como presidente honorário, mas sem atribuições executivas e sem receber retribuição financeira.

Como medidas contábeis para a aquisição de recursos no mercado financeiro, a diretoria executiva decidiu elevar o valor do capital social, de NCr\$ 265.940,00 para NCr\$ 321.940,00, por considerar a quantia anterior irrisória para fazer frente às necessidades exigidas tanto para o capital de giro<sup>159</sup> como para os encargos financeiros assumidos pela organização. Vale frisar que o capital social é a garantia oferecida aos Bancos quando existe necessidade de se contrair empréstimos e financiamentos.

---

<sup>156</sup> Ata n. 180. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 02 maio 1966. p. 289-290.

<sup>157</sup> Ata n. 188. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 05 dez. 1966. p. 300.

<sup>158</sup> Ata n. 200. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 05 fev. 1968. p. 18-21.

<sup>159</sup> O capital social é a garantia oferecida aos bancos, quando existe a necessidade de se contrair empréstimos e financiamentos.

Verifica-se que a Cooperativa estava crescendo, também o volume de trabalho e os tratos com as lavouras; com isso, houve a necessidade da contratação de um engenheiro agrônomo<sup>160</sup> para atender tecnicamente aos associados, no que diz respeito a aplicações de produtos para o tratamento dos parreirais.<sup>161</sup> Aqui, a contratação de um profissional do ramo agrícola viria ao encontro dos novos momentos vividos pela empresa, no sentido de qualificar e de aumentar a produção dos associados.

O final do ano de 1968 apresentou boas vendas e a previsão para a próxima safra era de uma fraca produção, com expectativa de queda em torno de 40% em relação à safra anterior. Fato este que foi confirmado, quando, em maio de 1969, o mercado de vinho passou a apresentar uma queda acentuada nas vendas.

Segundo as palavras do presidente, Sr. João Antonio Salvador, transcritas na Ata n. 27, de 30 de agosto de 1969, embora exista a crise<sup>162</sup> do setor, os saldos foram positivos, coroando o trabalho árduo. Ele agradece a todos os associados pelo espírito cooperativista e aos funcionários pelo trabalho eficiente e dedicado, fazendo com que a Cooperativa tivesse êxito em sua missão.

No entanto, devido às dificuldades financeiras, as contas de retornos ficaram retidas. Também foi exigido corte nas despesas e nos custos. Em janeiro de 1969 ficou acertada a não-participação da Cooperativa na exposição da Festa da Uva e no curso de carros alegóricos como medidas de economia.<sup>163</sup>

## B) DECISÕES LEGAIS, FISCAIS E POLÍTICAS

Em março de 1931, dois meses após a fundação da Cooperativa Aliança houve a primeira alteração do estatuto social, para que este se alinhasse às normas do Governo do Estado com a finalidade de padronizar os regulamentos de todas as cooperativas. Dentre as principais mudanças estava a contratação de um técnico oficial, nomeado pelo Estado, para

---

<sup>160</sup> No âmbito da Cooperativa, com a organização de um departamento de assistência agrícola, tinha-se como objetivo implementar programas de assistência técnica para os agricultores associados.

<sup>161</sup> Ata n. 212. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 07 abr. 1969. p. 38.

<sup>162</sup> A crise a que o presidente se referia era ocasionada pelas dificuldades financeiras e pela baixa nas vendas. Ficou determinado que a Cooperativa acompanhasse os preços da concorrência para não perder negócios e que fosse analisada a possibilidade de se criar novos produtos derivados da uva para não se ficar dependente apenas do vinho bem como incentivar a produção e a venda do suco de uva. Ata n. 217. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 06 out. 1969. p. 47-48.

<sup>163</sup> Ata n. 209. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 06 jan. 1969. p. 33-34.

orientar e para fiscalizar a produção de vinhos, remunerado aquele por conta da Cooperativa.<sup>164</sup>

Com objetivo de deixar as cooperativas em condições de reconhecimento, criou-se o Decreto Estadual n. 4.985, de 17 de maio de 1932. Em 30 de julho do mesmo ano, reuniram-se os membros da diretoria e do conselho em assembléia geral extraordinária (AGE)<sup>165</sup> para deliberar a nova mudança nos estatutos da organização. Dentre as reformas mais importantes estavam:

- a) Nova razão social - A “Sociedade Cooperativa Agrícola Aliança” passava a denominar-se “Cooperativa Vitivinícola Aliança”, uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada;
- b) Um associado pode ter no máximo 25% do capital social;<sup>166</sup>
- c) A sociedade deve congrega os profissionais da vitivinicultura e das indústrias conexas, para a defesa dos interesses gerais e particulares de ordem econômica, moral e social dos associados;
- d) O prazo de duração das sociedades cooperativas é de 10 anos;
- e) As cooperativas devem possuir uma ou mais cantinas centrais, com capacidade vinificadora mínima de 50% da produção dos associados;
- f) Dos lucros líquidos anuais, 20% serão para a constituição de um fundo de reserva; os demais valores serão repartidos entre os associados de forma proporcional aos negócios realizados com a organização;
- g) Poderão fazer parte da Sociedade profissionais da viticultura e das indústrias conexas, desde que cumpram as determinações dos estatutos;
- h) Cada sócio se obriga a entrar com uma jóia de admissão, a dar garantia para a subscrição do capital social, a pagar as contas contraídas com a cooperativa, a cumprir e a respeitar os estatutos e as decisões da diretoria e do conselho;

---

<sup>164</sup> A Cooperativa contribuirá com cotas para manutenção de um fiscal técnico para orientar o fabrico do vinho, a cultura das videiras e a fiscalização da produção das Cooperativas. O técnico será indicado pela Cooperativa, sujeitando a escolha à aprovação e à nomeação pelo Governo do Estado. Capítulo 8. Artigo n. 72 do novo estatuto. Ata n. 2. Livro 1. 28 mar. 1931. p. 4-7.

<sup>165</sup> O prazo máximo para as cooperativas se adequarem ao decreto era de dois anos, sob pena de se perder o reconhecimento. Ata n. 8. Livro 1. 30 jul. 1932. p. 19-24.

<sup>166</sup> No que concerne ao capital, Josmar Domingues destaca as diferentes orientações das sociedades, citando que, enquanto as sociedades cooperativas têm como preocupação a pessoa do associado, nas sociedades anônimas, a preocupação recai sobre o capital formado por ações. Relata também que, nas sociedades cooperativas, o capital é formado por cotas-partes intransferíveis, inexistindo a proporcionalidade do voto em relação à quantidade de cotas-partes possuídas por cada associado. Com relação ao sistema de resultados, segundo o autor, não se tem na proporção do capital a base para a distribuição, mas sim nas operações praticadas pelo associado com a sociedade. DOMINGUES, 2003, op. cit.

- i) O associado que entregar parcialmente ou totalmente a produção a terceiros pagará 20% do valor da mercadoria vendida para a sociedade cooperativa a título de fundo de reserva;
- j) A cooperativa se submeterá à fiscalização do Governo do Estado.

Neste sentido, a mudança estatutária agregou às cooperativas uma organização mais profissional: preocupa-se com as responsabilidades da sociedade e dos cooperados, além de se observar as ansiedades relacionadas ao setor vitivinícola.

Com o Decreto Federal n. 22.239, de 19 de dezembro de 1932, associado ao Decreto Estadual n. 4.985, de 17 de maio do mesmo ano, a Cooperativa Aliança, no dia 20 de fevereiro de 1934, sentiu a necessidade de novamente reformar os estatutos com o objetivo de se ajustar às novas Leis. Dentre as mudanças realizadas, as que se destacaram foram as seguintes:<sup>167</sup>

- a) Nova razão social - A “Cooperativa Vitivinícola Aliança” passa a se chamar “Sociedade Cooperativa Vitivinícola Aliança”, uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada;
- b) A área de atuação da cooperativa é o próprio Município e adjacências;
- c) Dentre os objetivos das cooperativas estavam a congregação de profissionais da vitivinicultura para a defesa e para o beneficiamento dos produtos; a venda e a exportação da produção; a promoção de melhoramento do setor; padronizar a produção; a aquisição de meios de produção para os associados;<sup>168</sup>
- d) O capital social não pode ser inferior a 20:000\$000 e deve ser dividido em cotas-partes de 100\$000 cada uma;
- e) Dentre os deveres dos associados está o de não praticar atos contrários e/ou prejudiciais ao bom nome da sociedade ou ao “espírito cooperativista”;
- f) Os sócios respondem solidariamente pelas obrigações da sociedade;
- g) Qualquer sócio tem direito a um voto independente do número de cotas-partes;

---

<sup>167</sup> Ata n. 15. Livro 1. 20 fev. 1934. p. 38-54.

<sup>168</sup> No que se refere à causa da existência das cooperativas, Anete Jalfim salienta que, a partir de 1932, a Cooperativa passou a assumir a vinificação da produção de seus associados, intensificando-se esse processo em 1936, com a construção e com a compra de postos de vinificação de outras empresas. Estes foram construídos no interior da região vitícola para garantir melhores condições técnicas de produção e para superar os problemas relacionados com o transporte e com o acondicionamento da uva. JALFIM, Anete. Elementos para o estudo da agro-indústria vinícola: uma abordagem da Cooperativa Vinícola Aurora. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 691, 1993.

- h) As deliberações são tomadas pela simples maioria dos votos, desde que tenha a presença mínima de  $\frac{2}{3}$  (dois terços) dos associados; as votações poderão ser simbólicas, ou nominal ou por voto secreto; as deliberações serão assinadas pelos associados e lavradas em ata;
- i) O sócio não poderá votar em matéria de interesse pessoal;
- j) Os membros do conselho são eleitos pela maioria dos associados e têm o propósito de resolver todos os atos da gestão da sociedade;
- k) O fundo de reserva é constituído pela jóia paga pelos associados mais 20% das sobras líquidas, multas, donativos e outros lucros eventuais. O referido fundo possui a finalidade de cobrir os prejuízos eventuais;
- l) Existe a possibilidade de se criar um fundo para o melhoramento das instalações (recursos da propriedade comum).<sup>169</sup>

À medida que avançavam os negócios das cooperativas vitivinícolas, existia a necessidade de padronização dos estatutos de todas as empresas do ramo. Logo, outra modificação ocorreu em 25 de maio de 1934, aproximadamente três meses após a última mudança. Na nova alteração estatutária, ressaltam-se:

- a) Nova razão social, passando a denominar-se “Sociedade Cooperativa Vitivinícola Aliança Ltda.”;
- b) A área de atuação passa a ser Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Nova Trento e São Francisco de Paula;
- c) As sociedades cooperativas têm por objetivo o aperfeiçoamento técnico e econômico da indústria vinícola; a regulamentação da produção e o comércio do vinho; a promoção aos associados do acesso aos insumos de produção; a facilidade do progresso da indústria vinícola; a realização de concursos e de exposições, premiando os melhores produtos; o recolhimento de estatísticas e de informações

---

<sup>169</sup> Analisando os projetos de longa duração das instituições CPR (*common-pool resource*), Elinor Ostrom e Charlotte Ostrom identificaram oito princípios que são pré-requisitos para um arranjo CPR estável: 1) limites claramente definidos; 2) condições de congruência entre a apropriação e as regras de oferta e de demanda; 3) regime coletivo de escolha que permita a participação da maioria dos associados nos processos de decisão; 4) acompanhamento eficaz por gestores que fazem parte das decisões e dos cooperados; 5) sanções para quem não respeitar as regras da comunidade; 6) mecanismos de resolução de conflitos que são simples e de fácil acesso; 7) mínimo reconhecimento dos direitos de organização (por exemplo, pelo Governo); 8) em caso de CPRs maiores, criar uma organização de empresas alinhada com as pequenas CPRs locais em suas bases, sob a forma de múltiplas camadas. HESS, Charlotte; OSTROM, Elinor. *Ideas, artifacts, and facilities: information as a common-pool resource (CPR)*. v. 66, 2003. p. 111-145. Disponível em: <<http://www.law.duke.edu/journals/66LCPHess>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

do setor; a responsabilidade pelo transporte dos produtos; o trabalho como agente financeiro para auxiliar os associados;

- d) São incumbências das sociedades cooperativas unirem-se a outras entidades para conquistar novos mercados; criar armazéns, depósitos e cooperativas de vendas; estimular a homogeneização da produção; criar sistemas culturais modernos e selecionar novas variedades; fazer experiências e ensaios em terras;
- e) Adquirir infra-estruturas destinadas ao uso coletivo (propriedade comum); construir cantinas e contratar técnicos especializados em vitivinicultura;
- f) Quanto aos produtores associados, cabe a entrega de toda a produção à sociedade, podendo receber adiantamentos;
- g) No que se refere à inclusão de novos sócios, somente serão aceitos mediante bom conceito social, idoneidade moral e devem ser propostos por dois associados antigos;
- h) Cabe aos associados fiscalizar e inspecionar as contas da cooperativa e a sede, podendo obter gratuitamente consultas técnicas;
- i) É dever do diretor-comercial ter solidariedade social, interesse econômico pelos produtores, ser cooperativo, buscar o interesse coletivo e fazer propaganda da sociedade;
- j) Quanto aos produtos, o diretor-comercial deve entender da classificação e da uniformidade (qualidade, variedade e variedade específica), da época da colheita, da qualidade e da quantidade de produção disponível e da safra;
- k) A cooperação é de interesse coletivo e deve-se afastar o caráter de empresa meramente comercial, com intuito especulativo; deve-se, ainda, cultivar o aspecto coletivo baseado na solidariedade;
- l) Devem-se estabelecer os preços da uva<sup>170</sup> de acordo com as condições técnicas, tais como: procedência, classificação, composição da uva, grau glucométrico e matéria corante;

---

<sup>170</sup> De acordo com Flávio Pompermayer, não existe uma tendência definida de crescimento ou de diminuição dos preços recebidos pela uva, mas movimentos de recuperação e de depressão. A primeira é a de os custos referidos serem estimados pelos produtores. A outra se refere à peculiar característica da pequena produção agrícola. A evolução dos preços mínimos ao longo do tempo foi fruto da política agrícola para o produto, e conjuntural, relativa à situação do mercado – a oferta e a demanda sobre o produto. Os preços mínimos fixados pelo Governo Federal devem garantir pelo menos os custos variáveis. Pelo lado da oferta de uva, nas safras “cheias”, a oferta abundante faz com que o preço recebido pelo agricultor seja menor. Quando há quebra nas safras, as empresas passam a competir pela matéria-prima, que se torna escassa, elevando o preço. Ressalta-se que os conflitos são maiores em momentos de oferta abundante, o que é reflexo da estrutura oligopsônica do mercado – um menor

- m) Quanto ao vinho, deve-se levar em consideração: a cor, o grau alcoólico, o grau de acidez e o extrato seco;
- n) As cooperativas têm reconhecimento do Governo do Estado e recebem a fiscalização do Ministério da Agricultura.<sup>171</sup>

Pode-se verificar nessa mudança estatutária que existia a preocupação em determinar o espaço de atuação da cooperativa bem como a qualificação nos processos de recebimento das uvas e de produção dos vinhos. Há, aqui, uma mudança na mentalidade industrial e comercial tanto da entidade quanto dos produtores e do Governo.

O ano de 1934 finalizou com uma nova mudança no estatuto só que em menor dimensão. Dentre as alterações, as principais foram:

- a) Mudanças na área de atuação da cooperativa, acrescentando-se o Município de São Sebastião do Caí;
- b) A multa de 20% para o associado que vendesse a produção para terceiros decresceu para 10%, como condição para o reconhecimento da sociedade pelo Estado;
- c) Fica sendo responsabilidade da cooperativa o fornecimento de bacelos selecionados.<sup>172</sup>

Dentre as questões políticas, após comunicados os resultados da primeira eleição da Cooperativa, o diretor-presidente propôs que fosse telegrafado ao Exmo. Sr. Gal. Flores da Cunha, Interventor do Estado, a informação da fundação da Cooperativa Agrícola Aliança.

Como medida de articulação política propôs-se a possibilidade de as cooperativas congêneres fazerem um consórcio ou de filiarem-se a outra organização sindical, reconhecida pelos Poderes Públicos, com o objetivo de reforçar o setor. No que se refere a esse assunto, no dia 15 de junho de 1931, em uma AGE, cogitou-se a possibilidade de a Cooperativa Aliança fazer parte de um consórcio de cooperativas agrícolas da Região Colonial Italiana,<sup>173</sup> para a qual deveria ser escolhido um delegado a fim de representar a sociedade.

número de compradores em relação ao número de vendedores. As empresas exercem maior influência sobre o preço do que os agricultores. Também o fato de a uva ser um produto perecível enfraquece o poder de negociação dos agricultores. POMPERMAYER, Flávio. Uva – preço e custo de produção. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, p. 232-233, 1993.

<sup>171</sup> Ata n. 16. Livro 1. 25 mai. 1934. p. 55-75.

<sup>172</sup> Ata n. 18. Livro 1. 25 jul. 1934. p. 78-81.

<sup>173</sup> Como a posição de igualdade entre as cooperativas e a Sociedade Vinícola foi negada, buscou-se uma saída para aquelas no que diz respeito à comercialização da produção. Em janeiro de 1931 surgiu em Nova Vicenza, distrito de Caxias, na Cooperativa de mesmo nome, o Consórcio das Cooperativas

Posto o assunto em discussão e votação, este foi aceito por unanimidade. O delegado indicado para representar os interesses da organização foi o presidente da Cooperativa Aliança, recebendo plenos poderes para acompanhar o processo e para encaminhar o projeto.<sup>174</sup>

Observa-se no trabalho de Anelise Cavagnolli (1989) que a organização das transações comerciais das cooperativas via consórcio causou polêmica quanto à aprovação dos estatutos. O principal ponto de discordância dizia respeito à autonomia mercantil das entidades. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 211)

Sob essas condições o Movimento foi dividido em dois grupos: os que apoiavam a criação do consórcio e os que eram contrários a isso. Entretanto, como o consórcio teve adesão de um pequeno número de cooperativas (dentre estas estavam Nova Vicenza, Cooperativa Victor Emanuel, Linha Jacinto e Aliança), em setembro de 1931, ocorreu o fracasso da referida iniciativa. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 192-202)

No campo político, buscava-se um acordo entre a Sociedade Vinícola e as cooperativas no que concerne à fiscalização dos vinhos para a exportação. Todavia, o acordo havia sido firmado extraoficialmente e dele participavam somente os comerciantes-exportadores, não havendo aproximação com as cooperativas. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 196)

No início do ano de 1933 fundou-se a “Central de Cooperativas Sul Rio-Grandense de Vinhos de Caxias”, funcionando como departamento comercial. A Central tinha por objetivo concentrar as marcas, nomear os representantes comerciais e exportar a produção. Como o movimento cooperativo já estava oficializado, o sentido da criação da Central era organizar estruturalmente as cooperativas.

Para José Schneider (1999), o movimento cooperativista, em contraposição às corporações capitalistas, como sistema, é uma realidade que pode ser constatada pela diversificação de atividades desenvolvidas pelas organizações. Exemplo desta fase do cooperativismo pode ser reconhecido com o desenvolvimento das cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul, em decorrência de políticas implementadas para o setor. (SCHNEIDER, 1999. p. 305)

Outro órgão normativo, o Instituto Rio-Grandense do Vinho (IRV), foi criado oficialmente pelo Decreto Estadual n. 6.288, em 17 de dezembro de 1936, surgindo como

---

Agrícolas. As Cooperativas Forqueta, São Victor e Caxiense não aderiram ao referido Consórcio. Ver: A escandalosa organização do consórcio das cooperativas agrícolas. *Caxias*, Caxias do Sul, 30 jul. 1931.

<sup>174</sup> Ata n. 3. Livro 1. 15 mai. 1931. p. 8-10.

uma autarquia administrativa. O Instituto no ano seguinte limitou-se à venda de produtos, fixando índices mensais de exportação, cuja quantidade fosse capaz de ser absorvida pelo mercado.

O IRV transformou-se em um escritório de propaganda e de defesa, um curador da vitivinicultura. Não atuava junto ao colono, privilegiava o trabalho na defesa da comercialização da produção agrícola. No entanto, o papel do Instituto era de amparar o produtor, tirando-os da rotina e proporcionando-lhes meios para substituir os parreirais<sup>175</sup> por castas de qualidade superior. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 216-218)

Eram atributos do Instituto: buscar o equilíbrio entre a oferta e a procura de vinhos; levantar dados estatísticos sobre a produção e os estoques; fixar os preços máximos para a venda dos produtos. No que se refere à assistência técnica, o Instituto distribuía bacelos e trabalhava em conjunto com os técnicos da Secretaria de Agricultura e da Estação Experimental para fortalecer a função junto ao produtor. (CAVAGNOLLI, 1989, p. 219)

Observa-se que na década de 1940 houve apenas uma mudança de estatuto social para atender ao Decreto-lei n. 5.893, de 10 de outubro de 1943, modificado pelo Decreto-lei n. 6.274, de 14 de fevereiro de 1944. Dentre as principais alterações estavam:<sup>176</sup>

- a) Nova razão social, passando a denominar-se “Cooperativa Vitivinícola Aliança Ltda.”, sociedade de responsabilidade limitada;
- b) A área de atuação passa ser Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Flores da Cunha, São Sebastião do Caí, Antonio Prado e São Francisco de Paula;
- c) O prazo de duração da sociedade cooperativa passa a ser indeterminado;
- d) O capital social mínimo é de Cr\$ 120.000,00;

<sup>175</sup> É sabida a preferência histórica do viticultor gaúcho por cultivares rústicos. No Brasil, as videiras americanas são predominantes nas áreas cultivadas, uma vez que são mais fáceis de cultivar pela rusticidade e pela resistência a doenças e pragas, além de tolerarem melhor as condições de clima, como a alta umidade. Contudo, produzem uvas de qualidade inferior para a vinificação. As videiras híbridas são cultivares provenientes de cruzamentos que apresentam maior resistência às moléstias e às pragas do que as viníferas, tendo qualidade pouco superior às americanas para a vinificação. Ambas dão origem ao vinho comum. EMBRAPA. O cultivo da videira: informações básicas. *EMBRAPA-CNPV*, Circular Técnica 10, Bento Gonçalves, 1986.

<sup>176</sup> 1944 - O Decreto-Lei de 14 de fevereiro de 1944 altera disposições do Decreto-Lei n. 5.893. 1945 - Através do Decreto-Lei n. 7.293, de 02 de fevereiro de 1945, criou-se a Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC, como sendo órgão do Ministério da Fazenda, com a atribuição de fiscalizar bancos, casas bancárias, sociedades de crédito, financiamento, investimento e cooperativas de crédito, processando os pedidos de autorização de funcionamento, reforma de estatutos, aumento de capital e abertura de agências. Porém, as medidas legais não conseguiram estabelecer uma fiscalização efetiva e saneadora no seguimento de crédito. 1945 - Em 19 de dezembro de 1945, o Decreto-Lei n. 8.401 revoga os Decretos-Leis n. 5.893 e n. 6.274 e revigora mais uma vez o Decreto n. 22.239, juntamente com o Decreto-Lei n. 581, mantendo a fiscalização das cooperativas sob a incumbência do Ministério da Agricultura. FRANZ, Cristiane M. *A contribuição do cooperativismo de crédito para a eficiência econômica e eficácia social*. Disponível em: <[http://www.pucrs.br/direito/graduacao/tc/tccII/trabalhos2006\\_2/cristiane.pdf](http://www.pucrs.br/direito/graduacao/tc/tccII/trabalhos2006_2/cristiane.pdf)>. Acesso em: 13 fev.2011.

- e) As cooperativas são regidas pelas leis estaduais e federais que regulamentam o comércio e a produção do vinho;
- f) As cooperativas devem facilitar a compra e o aluguel de equipamentos; devem manter uma cantina central,<sup>177</sup> depósitos e estimular as exportações;
- g) Não pode haver distinção social, política, racial ou religiosa na aceitação dos associados.
- h) O número de associados é ilimitado, mas não pode ser inferior a doze; a responsabilidade de cada associado limita-se ao valor da cota-parte;
- i) O mandato da diretoria executiva passa de um para três anos;<sup>178</sup> somente brasileiros natos podem fazer parte da diretoria e ser membros do conselho;
- j) Os administradores e os parentes de até terceiro grau não podem ser fornecedores da cooperativa;
- k) São inelegíveis os associados condenados por prevaricação, peculato, falência e crimes contra a Economia popular;
- l) Das sobras líquidas, 10% constituirão o fundo de reserva, 40% irão para o fundo de desenvolvimento econômico e 50% serão destinados aos associados;
- m) O fundo de reserva servirá para reparar perdas eventuais e será constituído pelos seguintes valores: pelo percentual de 10% das sobras líquidas, jória de admissão, taxas de transferência, juros de mora, sobras não-reclamadas, lucros e doações;
- n) O fundo de desenvolvimento econômico servirá para o melhoramento das instalações e para o aperfeiçoamento dos serviços e dos negócios sociais;
- o) A cooperativa poderá incorporar outra sociedade.

Uma das obrigações da cooperativa é dar suporte técnico e financeiro, subsidiando a produção dos associados; para tanto, adquire insumos com o objetivo de proporcionar os meios de produção necessários aos produtores.

---

<sup>177</sup> Com a Lei do Vinho n. 549, foram determinadas as normas legais que classificavam os estabelecimentos vinícolas em: cantina central, posto de vinificação, cantina isolada e cantina colonial. O posto de vinificação não poderia funcionar isoladamente, devendo, obrigatoriamente, pertencer a uma empresa proprietária de uma cantina central, que vinificava, centralizava e transportava o vinho para ser classificado, envelhecido, etc. A cantina isolada poderia pertencer a um agricultor e nela seria permitido vinificar a uva e comercializar o vinho resultante, desde que o seu estabelecimento atendesse aos requisitos legais de funcionamento. Na cantina rural ou colonial, que pertencia ao agricultor, este poderia vinificar a sua uva ao invés de vendê-la; no entanto, o vinho deveria, obrigatoriamente, ser vendido a uma cantina central. JALFIM, 1993, op. cit., p. 690.

<sup>178</sup> Destaca-se que, antes das reformas estatutárias, a diretoria executiva tinha o mandato previsto com a validade de um ano, passando para dois, três e depois para quatro.

Observou-se nessa mudança estatutária que a área de atuação da Aliança é maior do que a anterior; também, mudou o prazo de duração da cooperativa, que passou a ser indeterminado; além disso, a organização começou a locar equipamentos para a produção dos associados. Salienta-se a preocupação social da entidade, no sentido da indistinção entre os associados, além da preocupação com a idoneidade dos produtores.

Outro evento político que merece destaque é a criação, em 1946, da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que foi a primeira organização não-governamental que as Nações Unidas aceitaram como órgão consultivo. A ACI é uma organização não-governamental que congrega, representa e presta assistência às organizações cooperativas de todo o mundo. São membros as cooperativas de todos os setores de atividades, tais como: as cooperativas agrícolas ou agropecuárias, de crédito, de eletrificação, de trabalho, de habitação, de turismo, de consumo, entre outras. Atualmente, segundo o *site* da ACI, conta com 228 organizações, distribuídas em 88 países, representando cerca de 800 milhões de pessoas.<sup>179</sup>

Esteve em visita à sede da Cooperativa Aliança, em outubro de 1947, o Sr. José Monserrat, economista e técnico da Seção de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. A visita teve por finalidade deliberar um abono aos funcionários da cooperativa e estabelecer a diferenciação entre os cargos e os salários, separando a empresa com as divisões: industrial, administrativo, técnico e enológico. Monserrat salientou que o abono não acarretaria ônus para o produtor associado, já que o processo produtivo de industrialização reduziria os custos de produção da empresa. O abono não seria considerado salário e poderia ser rescindido a qualquer momento por parte da cooperativa.

Como medida de articulação política para o setor, verificou-se a deliberação da adesão da Cooperativa Aliança junto à Distribuidora de Vinhos do Rio Grande do Sul Ltda., sociedade em organização, que visava uniformizar os preços dos vinhos nos mercados e outras medidas para a defesa da indústria vinícola. A determinação foi aceita e a diretoria autorizou a assinatura do contrato, subscrevendo o capital necessário e praticando os atos para a inserção da referida Sociedade.<sup>180</sup>

Verifica-se em Josmar Domingues (2003), que foi com o Decreto-lei n. 59/1966 que ficou definida a política nacional do cooperativismo, destacando-se as seguintes afirmações:

---

<sup>179</sup> Para maiores informações, consultar o *site* oficial da Aliança Cooperativa Internacional no endereço: <<http://www.iac.coop>>.

<sup>180</sup> Ata n. 28. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 29 ago. 1949. p. 51-52.

(I) a natureza civil da sociedade cooperativa; (II) a adesão voluntária; (III) a variabilidade do capital social; (IV) a inacessibilidade das cotas-partes; (V) a singularidade de voto; (VI) o retorno das sobras líquidas na proporção das operações realizadas pelo sócio; (VII) a indivisibilidade do fundo de reserva; (VIII) a indiscriminação política, religiosa e racial. (DOMINGUES, 2003, p. 23)

Na opinião de Nestor Oliveira (1979), merecem registro duas importantes inovações trazidas pelo Decreto-lei n. 59/1966. A primeira consiste na criação do Conselho Nacional do Cooperativismo. A segunda é o reconhecimento de que a relação econômica, entre a cooperativa e os associados, não poderá ser entendida como uma simples operação de compra e venda, pois as instalações da cooperativa passam a ser consideradas como extensão do estabelecimento associado. (OLIVEIRA, 1979, p. 34)

De acordo com o regime jurídico das sociedades cooperativas, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Recomendação n. 127/1969, definiu a cooperativa como:

Associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar objetivo comum, através da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições equitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente.

A forma atribuída às sociedades cooperativas foi definida com a promulgação do Decreto-lei n. 22.239/1932 e configurada pelo art. 4º do Decreto n. 60.597/1967, que regulamentava o Decreto-lei n. 59/1966, dispondo textualmente:

As cooperativas, qualquer que seja sua categoria ou espécie, são entidades de pessoas, com forma jurídica própria, de natureza civil, para a prestação de serviços ou exercício de atividades sem finalidade lucrativa, não-sujeitas à falência, distinguindo-se das demais sociedades pelas normas e princípios estabelecidos na presente lei.

Em 30 de agosto de 1968, reuniram-se os associados em AGE para realizar uma reforma dos estatutos sociais; na assembléia, compareceram 154 associados. O objetivo da mudança, segundo consta na Ata n. 25 daquele dia, era reger a estrutura funcional e as

atividades da sociedade, além de estreitar a relação com os associados. Dentre as principais alterações estavam:

- a) O território de atuação da Cooperativa Aliança, que envolveria os Municípios de Caxias do Sul, Farroupilha, Carlos Barbosa, Garibaldi, Bento Gonçalves, Veranópolis, Flores da Cunha, São Marcos, Antonio Prado e São Francisco de Paula;
- b) O capital social não pode ser inferior a NCr\$ 150.000,00 e passa a ser ilimitado quanto ao número máximo de associados, não podendo, contudo, ser inferior a 20;
- c) Dentre os objetivos sociais estavam a importação e a exportação de produtos; manter na sede da cooperativa uma seção de consumo; ter um órgão de assistência social; poder se federar a outras cooperativas;
- d) A multa para o associado que entregar a produção para terceiros passa de 20% para 30%;
- e) O associado não pode ser sócio de duas cooperativas;
- f) Dentre os direitos dos associados está o de votar, receber informações, propor, discutir, inspecionar e examinar o andamento dos negócios da entidade;
- g) Para ocorrer as deliberações devem estar presentes, no mínimo,  $\frac{2}{3}$  (dois terços) dos associados na primeira chamada, 50% na segunda e 10% na terceira convocação; as votações podem ser nominais ou secretas;
- h) Das sobras líquidas, 10% devem ir para o fundo de reserva constituído para cobrir possíveis perdas; 10% para o fundo de desenvolvimento econômico, que tem por objetivo os melhoramentos e as expansões naturais; 10% para o fundo de assistência social que serve para prestar auxílio aos associados.

A década de 1960 também foi marcada pelo surgimento da Organização das Cooperativas das Américas (OCA), fundada em 1963 em Montevideu. Constitui o órgão integrador, de representação e de defesa do cooperativismo nos Países da América; da OCA, fazem parte 20 Países, incluindo o Brasil; atualmente, a entidade tem a sua sede em Bogotá, Colômbia.

### C) ESTRUTURAS PRODUTIVAS EXTERNA E INTERNA

Quanto à estrutura de produção interna, a cooperativa deveria ter instalações mínimas necessárias para a industrialização de toda a matéria-prima das lavouras ou para as criações dos associados, além de realizar as transações comerciais, com o intuito de controlar a produção e o consumo. A cooperativa, juntamente com o corpo técnico, forneceria aos sócios, gratuitamente, informações sobre o combate de pragas, além de conhecimentos necessários para o progresso da indústria vitivinícola.<sup>181</sup>

Entre os anos de 1931 a 1935, o mercado consumidor da cooperativa teve um comportamento estável. O ano de 1936 foi marcado pela necessidade de se adquirir matéria-prima para vinificar e para aumentar a produção, a qual se apresentava deficiente para a manutenção da clientela e, conseqüentemente, impossibilitava o aumento nos lucros.<sup>182</sup>

A situação de 1945 foi complicada. A vindima que se aproximava não proporcionaria uma boa colheita, em virtude da seca. Paralelo a essa situação, os mercados consumidores estavam lotados de vinho e o verão vislumbrava, historicamente pela sazonalidade, uma redução nas vendas.

Em virtude das geadas tardias, ocorridas em outubro de 1946, vislumbrava-se a escassez de uvas para a safra de 1947. Estimava-se uma produção de apenas 30% em relação à normal, fenômeno que se verificava em toda a Colônia de um modo geral. Além disso, havia outro problema a ser resolvido: a pouca produção estava sendo cobiçada pelos comerciantes-vinicultores.

Por outro lado, a escassez de produto fez com que o preço dos vinhos tivesse um aumento considerável nas praças de consumo. Estimava-se que o preço chegaria ao dobro pago pelos comerciantes ou da tabela de preços oficial do Instituto Rio-Grandense do Vinho. Havia a necessidade de alertar os associados que não desviassem a produção para terceiros, sob pena de prejudicar os negócios da cooperativa, dada à previsão de redução de 70% da produção normal, além de terem de arcar com a multa de 20% sobre o que for entregue aos comerciantes.<sup>183</sup>

Vislumbrava-se para o exercício de 1949 a 1950 um aumento de produção, em virtude de uma supersafra de uva; com isso, não haveria espaço para a safra de 1950. Necessitava-se,

---

<sup>181</sup> Ata n. 2. Livro 1. 28, mar. 1931. p. 4-7.

<sup>182</sup> Ata n. 23. Livro 1. 15 fev. 1936. p. 92-94.

<sup>183</sup> Ata n. 16. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 15 jan. 1947. p. 26-27.

portanto, da construção de um pavilhão e da compra de pipas para o acondicionamento da produção.<sup>184</sup> Sendo assim, a entrada de novos sócios ficou condicionada somente com a imobilização na fabricação de novas pipas para a estocagem dos vinhos.

O referido período ainda apresentou o mercado favorável e a cooperativa investiu em imobilizações. Adquiriu um terreno de 4.000 m<sup>2</sup>, que faz divisa com a cooperativa, com o objetivo de ampliar as instalações da empresa. Também foi marcado pela explosão de uma caldeira, motivada pela deficiência da solda elétrica, sendo autorizada a aquisição de outra. Foi comprado um caminhão Chevrolet usado para prestar serviços à cantina.<sup>185</sup>

Em assembléia realizada em setembro de 1952, avaliou-se que a produção da próxima safra seria acima da média normal. Deste modo, fazia-se necessária a aquisição de pipas para a cantina central e para os postos de vinificação; também seria imperioso um aumento da infra-estrutura para o recebimento das uvas dos associados. Inicialmente seria destruído o pavilhão de madeira para se construir um amplo prédio de material (Anexo P).<sup>186</sup>

Sob esse aspecto se fez necessário realizar uma obra para reformar a parte do recebimento das uvas, adaptando-se às exigências da lei. Outro investimento seria a construção de uma nova cantina de vinificação na sede central e a substituição da caldeira a vapor movida à lenha, para uma com funcionamento a óleo diesel com queimador automático, e a aquisição de uma máquina lavadora de vasilhames.<sup>187</sup>

Decidiu-se pela aquisição de outro terreno, com metragem de 2.617,70 m<sup>2</sup>, que fazia divisa com a caldeira da cooperativa e no qual, futuramente, poderia ser instalada uma destilaria, uma vez que a caldeira da época, instalada junto à cantina, oferecia risco de fogo e agravava a taxa de seguro.

Dando seqüência às melhorias de infra-estrutura, foi autorizada a instalação de uma tonoaria, para a fabricação de barris, e aprovou-se a construção de um tanque para o acondicionamento do bagaço da uva.<sup>188</sup> Destaca-se, ainda, a participação da cooperativa junto à Associação dos Vitivinicultores do Rio Grande do Sul, com o objetivo de adquirir um navio para transportar o vinho produzido para o mercado consumidor do centro do País.

No que se refere às safras, verificou-se que o período alternou momentos de carência e de abundância de matéria-prima. Em 1961, por exemplo, houve um problema de baixa produção, com uma redução em torno de 30% a 40% no volume normal, em virtude das

---

<sup>184</sup> Ata n. 6. Livro de Assembleias Gerais 1. 13 ago. 1949. p. 34-38.

<sup>185</sup> Ata n. 32. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 09 abr. 1951. p. 58-59.

<sup>186</sup> Ata n. 40. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 30 set. 1952. p. 72.

<sup>187</sup> Ata n. 53. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 08 nov. 1954. p. 95-96.

<sup>188</sup> Ata n. 103. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 19 dez. 1959. p. 182-184.

geadas e do granizo.<sup>189</sup> Nos anos subseqüentes, devido ao alto volume de produção, os sócios foram autorizados a vender a produção para terceiros, sem a cobrança da respectiva multa.

A década de 1960 foi marcada pelo alto volume de investimento em ativos imobilizados na empresa, motivados pela ampliação das instalações para o recebimento e para o processamento das uvas. As vendas estavam evoluindo e a marca Aliança estava se consolidando. Paralelo a isso, outro problema se formava: o espaço físico destinado à produção começava a ficar pequeno. A saída estava na construção, na aquisição e na ampliação dos ativos produtivos da Cooperativa.

Dentre os principais investimentos estavam: a construção de uma destilaria e tanques para o bagaço de uva; a construção de pipas para depósito de vinho e uma destilaria; a construção de um novo escritório, instalações, pavilhões, piletas para armazenamento, além da compra de um novo carro. Buscava-se recurso para as aquisições junto ao Banco do Brasil e ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo, dando como garantia o penhor do vinho e o patrimônio. Sendo assim, em resumo, o aumento do imobilizado deve-se às construções e às compras de máquinas e equipamentos.<sup>190</sup>

Nas contas do imobilizado ainda constam diversos investimentos para a cantina, tais como: a aquisição de um destilador de vinhos, a reforma da seção de vinificação e a ampliação das seções de engarrafamento e vinificação e a aquisição de outras máquinas, demonstrando a preocupação da empresa em investir em tecnologia e máquinas modernas.<sup>191</sup>

Cabe salientar que o valor das aquisições das máquinas e dos equipamentos é histórico; portanto, não sofreu reavaliações. Caso fosse feita a reavaliação dos valores, o saldo seria dezenas de vezes maior do que o valor histórico.

---

<sup>189</sup> Ata n. 115. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 02 jan. 1961. p. 203-204.

<sup>190</sup> Ata n. 138. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 03 set. 1962. p. 239-240.

<sup>191</sup> Dentre as imobilizações, uma das aquisições mais importantes do período foi a compra de um novo equipamento de engarrafamento, o qual proporcionou à empresa o dobro da capacidade de produção e de economia de mão-de-obra. Os recursos foram angariados junto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo, com prazo de pagamento em 10 anos e com carência de dois anos. Também foram adquiridos filtros de inox e uma desengaçadeira.

**QUADRO 1.** Evolução das contas do imobilizado, veículos e capital social na década de 1960

| <b>Contas/Anos</b> | <b>1959-1960</b> | <b>1960-1961</b> | <b>1961-1962</b> | <b>1962-1963</b> | <b>1963-1964</b> |
|--------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Imobilizado        | 5.136.558        | 5.897.549        | 6.708.286        | 9.674.013        | 12.199.963       |
| Veículos           | 500.000          | 500.000          | 500.000          | 2.730.000        | 2.480.000        |
| Capital social     | -                | 3.539.700        | 6.890.000        | 24.749.100       | 46.852.300       |
| <b>Contas/Anos</b> | <b>1964-1965</b> | <b>1965-1966</b> | <b>1966-1967</b> | <b>1967-1968</b> | <b>1968-1969</b> |
| Imobilizado        | 18.926.610       | 20.912.790       | 29.158           | 66.557           | 107.075          |
| Veículos           | 2.480.000        | 7.400.000        | 7.400            | 7.400            | 7.400            |
| Capital social     | 81.487.100       | 125.614.700      | 165.278          | 208.730          | 265.940          |

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1959 a 1969

No quadro 1 pode-se constatar a evolução financeira dos imobilizados da empresa, das contas de veículos e do capital social. Salienta-se que no exercício de 1966 e 1967 os valores foram cortados em três zeros em virtude da mudança de moeda. Analisando o início do período de 1959 a 1960, em comparação ao período final, ou seja, o exercício de 1968 e 1969, o crescimento do imobilizado cresceu aproximadamente 20 vezes. A conta veículos teve um crescimento de aproximadamente 14 vezes e o capital social evoluiu em 7.423%, valor superior ao da inflação acumulada que foi de 3.646%.

#### D) ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS E ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

Na fundação da Cooperativa Aliança foram subscritas 244 ações em um total de 24:400\$000 (vinte e quatro mil contos e quatrocentos mil réis). No caixa entrou a quantia de 2:250\$000 (dois contos e duzentos e cinquenta mil réis), proveniente da jóia de admissão de 50\$000 (cinquenta mil réis) para cada sócio presente. As entradas efetivas das ações teriam prazo de vencimento de 30, 60, 90 e 120 dias a contar da respectiva data.

A forma de remuneração dos associados assegurava um dividendo máximo de 10% sobre o capital realizado, devendo a sobra ser dividida entre os participantes na proporção dos negócios realizados junto à Cooperativa.<sup>192</sup>

Diferentemente das empresas comerciais e industriais, as organizações cooperativas encerram os balanços patrimoniais anuais, de ativos e passivos e demonstração de lucros e

<sup>192</sup> Ata n. 2. Livro 1. 28 mar. 1931. p. 4-7.

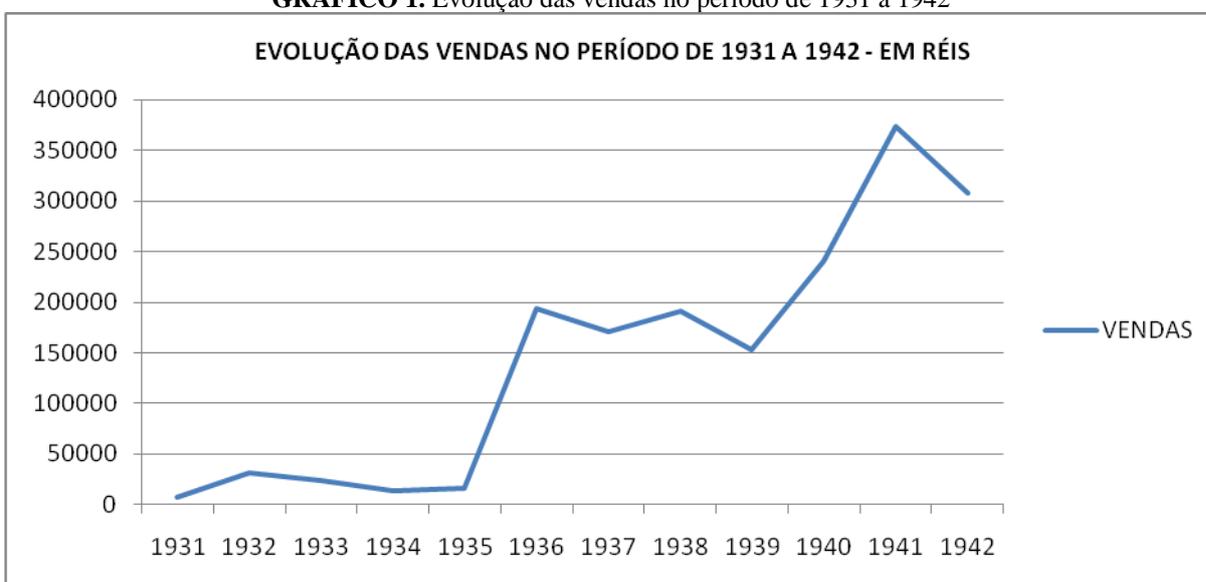
perdas (atualmente denominado de *demonstração do resultado do exercício* - DRE), em 30 de junho de cada ano. Logo, o ano comercial e fiscal das cooperativas inicia em 01 de julho de cada ano e encerra em 30 de junho do ano subsequente.

De acordo com os estatutos, deve ser realizada uma assembléia geral ordinária (AGO) no mês de julho de cada ano, com o objetivo de aprovação das contas. Na mesma ocasião entra-se em discussão a determinação dos preços dos vinhos e das uvas que vigoraria no período de um ano.

Analisando as vendas na década de 30, pode-se verificar que não houve um comportamento linear. Observando o gráfico 1, identificam-se duas tendências em períodos distintos. Entre os anos de 1931 a 1935, as vendas oscilaram de sete contos de réis até trinta contos de réis. Já nos anos de 1936 a 1939 os valores ficaram na faixa de 153 contos até 193. Em valores relativos, a variação das vendas de 1931 para 1939 foi de 4.185%.

O incremento se deve ao volume de vinhos negociados que passou de 65.000 litros para 160.000, e da estrutura da empresa, com capacidade de recebimento e de processamento de 1,7 milhões de quilos de uvas e de vinificação de 1,3 milhões de litros.<sup>193</sup> Os valores do gráfico 1 referem-se até o ano de 1942, em virtude de acompanhar as tendências comerciais com a moeda da época.

**GRÁFICO 1.** Evolução das vendas no período de 1931 a 1942



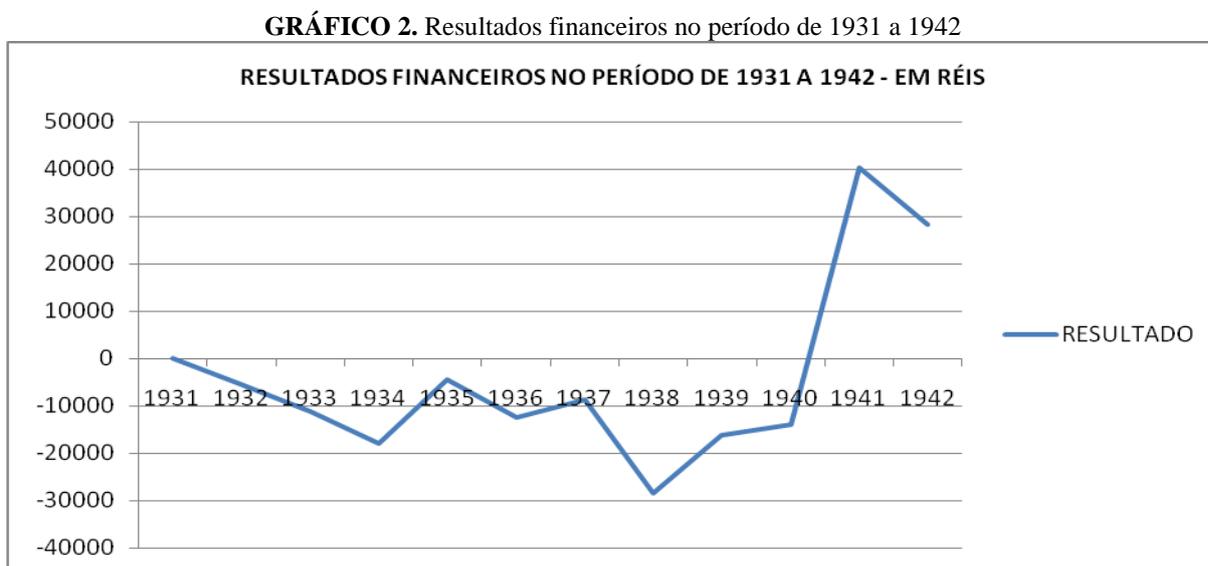
Fonte: Cooperativa Vitivinícola Aliança

<sup>193</sup> Ata n. 2. Livro 1. 28 mar. 1931. p. 4-7.

O primeiro balanço de 1932 foi apresentado com as contas de ativo e de passivo, mais os relatórios de lucros e perdas, observando-se resultado líquido negativo. Em 1933, verificase que a Cooperativa Aliança acusou um novo prejuízo na ordem de 5:295\$300. E, como determinam os estatutos, sendo uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, o prejuízo foi dividido entre os associados na ordem de 18\$580 por ação.<sup>194</sup>

Ao longo da década de 1930, todos os resultados financeiros foram negativos, conforme se pode observar no Gráfico 2. Os motivos para o baixo rendimento da Cooperativa foram decorrentes do mercado que exigia preços menores, dos custos de produção que permaneciam no mesmo patamar, das despesas fixas inalteradas em relação ao grau de utilização da estrutura da empresa, da concorrência interna e externa dos vinhos, da constituição de uma carteira de clientes fidelizada e da obtenção de reconhecimento no mercado.

Embora os resultados não fossem favoráveis, o número de associados não diminuiu: ao contrário, teve um incremento de 28,30%. Mesmo com os prejuízos sendo cobertos pelos produtores, o ideal cooperativista mantinha-se intacto, pois, afinal de contas, o Movimento já havia fracassado uma vez e não seria nesse momento que os agricultores iriam recuar. Por outro lado, existia a necessidade de investimentos constantes em instalações e equipamentos, o que demonstrava que o retorno dos associados não seria obtido em curto prazo.



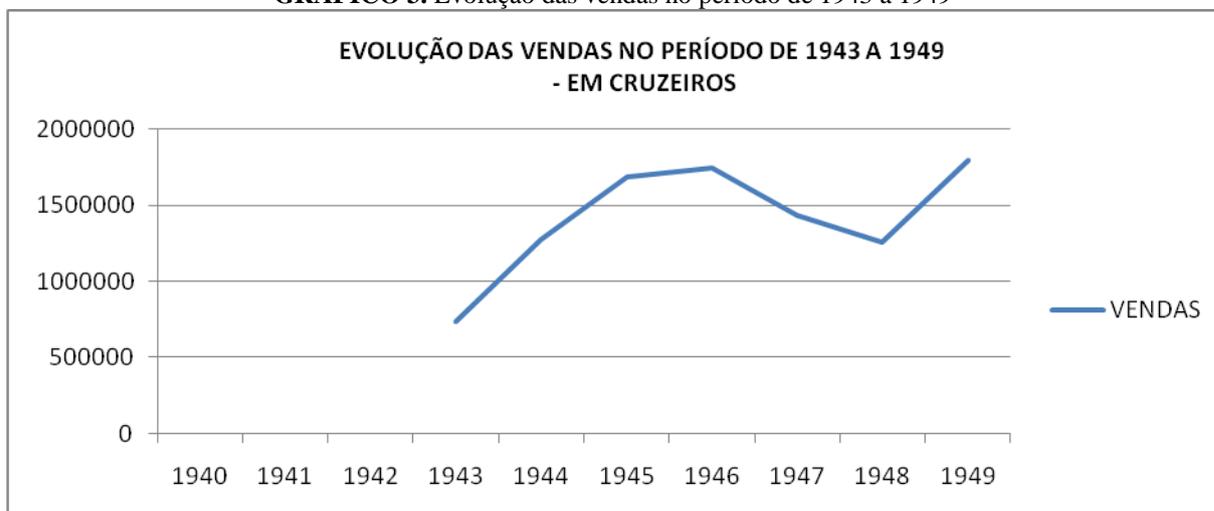
Fonte: Cooperativa Vitivinícola Aliança

<sup>194</sup> Ata n. 13. Livro 1. 31 jul. 1933. p. 31-34.

Pode-se afirmar que nestes primeiros anos de existência a Cooperativa Aliança amadureceu, em termos profissionais e gerenciais. Prova disso é a qualidade dos relatórios de acompanhamento financeiro e econômico, mesmo que incipientes e escassas as informações.

No que diz respeito aos negócios da Cooperativa Aliança na década de 40, observa-se pela troca da moeda dois momentos distintos. Um que vai dos anos de 1940 a 1942, contemplado no outro Gráfico (com vendas em réis) e o outro que vai de 1943 até 1949, no qual as vendas estão em cruzeiros. Os valores das vendas oscilaram de Cr\$ 740.000,00 em 1943, para Cr\$ 1.800.000,00 em 1949, o que em valores relativos representou um aumento de 143,5%.

**GRÁFICO 3.** Evolução das vendas no período de 1943 a 1949



Fonte: Cooperativa Vitivinícola Aliança

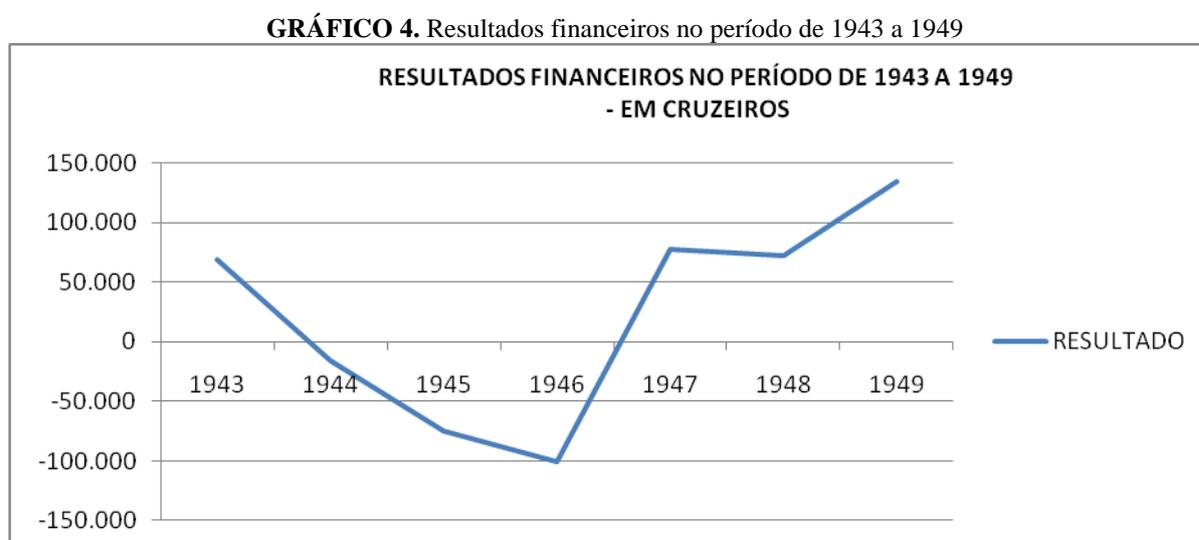
Depois de nove anos consecutivos com saldos negativos, o primeiro resultado líquido positivo, proporcionado pelos negócios da cooperativa, ocorreu em 1941 e foi de 40:404\$700, valor este que deveria ser distribuído entre os sócios; contudo, por solicitação do presidente, ficaria retido para ser utilizado na construção da nova sede. Observam-se pelas palavras do presidente, transcritas nas atas, que a Cooperativa Aliança pela primeira vez encontrava-se em progresso, mas era necessário o comprometimento de todos para o engrandecimento da Sociedade.<sup>195</sup>

Os resultados dos exercícios de 1944 a 1946 apresentaram novos prejuízos na ordem de Cr\$ 16.070,30, Cr\$ 75.000,00 e Cr\$ 100.505,00, respectivamente, e foram levados para a

<sup>195</sup> Ata n. 18. Livro 1. 25 jul. 1934. p. 78-81.

conta do fundo de reservas.<sup>196</sup> Nos anos seguintes, conforme pode ser observado no Gráfico 4, os balanços apresentaram-se positivos.

Em 1946 não houve o repasse do dissídio coletivo aos empregados do ramo de bebidas, ficando acordado com os funcionários que, em virtude da situação do mercado e da Economia, os salários ficassem congelados mediante um acordo.<sup>197</sup> A medida, segundo Jorge Mattoso (1995), apresenta-se como a flexibilidade funcional ou interna, a saber, que se destina ao núcleo estável da força de trabalho, a qual, para manter a segurança no emprego, deve aceitar maiores responsabilidades, mobilidade nos postos de trabalho, reciclagem, mudança nos planos de carreira, entre outros. (MATTOSO, 1995, p. 86-87)



Fonte: Cooperativa Vitivinícola Aliança

A década de 1950 foi marcada pelos vultosos empréstimos contraídos pela Cooperativa, junto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo e ao Banco do Brasil, para honrar os compromissos, em virtude da desvalorização da moeda, principalmente para o pagamento da produção dos associados, dando em garantia o penhor do vinho. Em todas as ocasiões os produtores foram consultados, pois a Cooperativa tinha que dar em garantia a

<sup>196</sup> Ata n. 2. Livro de Assembléias Gerais 1. 11 ago. 1945. p. 19-21.

<sup>197</sup> Em torno do conceito de flexibilidade, registra-se vasta polêmica, dependendo de como se defina, na esfera de relações de trabalho ou técnico-operacional. No caso das empresas em foco, a ênfase maior recai sobre esta última, referindo-se à capacidade de adaptação ou mudança em produtos, processos, equipamentos, funções, formas de gestão, como meio de enfrentar mercados exigentes e competitivos. CARLEIAL, Liana Maria da F. *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 151.

produção ou o patrimônio da entidade. Apesar disso, os cooperados sempre autorizaram as medidas tomadas pela diretoria executiva.

Observou-se no período de 1963 a 1964 uma tabela de preços para o vinho mais completa e mais técnica em termos de classificação. Nas tabelas da Cooperativa apareciam os termos graduação alcoólica (grau glucométrico),<sup>198</sup> acidez volátil, extrato seco<sup>199</sup> e acidez total.<sup>200</sup> As características normais de um vinho tinto, segundo a classificação da Cooperativa, podem ser observadas no Quadro 2.

**QUADRO 2.** Cálculo do custo total por medida de vinho

|                                    |        |
|------------------------------------|--------|
| 10,8° de álcool                    | 18,00  |
| 700 de acidez total                | 16,00  |
| 0,60 de acidez volátil             | 20,00  |
| 20 de extrato seco                 | 16,00  |
| Total por análise                  | 70,00  |
| Preço por partida                  | 105,00 |
| Total do custo por medida de vinho | 175,00 |

Fonte: Dados da pesquisa (tabulados pelo autor)

Logo, do custo total do vinho, NCr\$ 175,00 dividido por três litros (correspondendo a uma medida), totalizava um custo, por litro de vinho, na ordem de NCr\$ 58,33. Em 1964 e

<sup>198</sup> *Grau glucométrico* é a relação, em peso, entre açúcares e mosto, determinado pelo mostímetro BABO. *Grau Babo* é a quantidade percentual de açúcares contida no mosto, em peso. *Grau básico* entende-se como sendo o grau glucométrico mínimo estabelecido pelo Ministério da Agricultura para a vinificação. Disponível em: <[http://www.engetecno.com.br/port/legislacao/fv\\_uva.htm](http://www.engetecno.com.br/port/legislacao/fv_uva.htm)>. Acesso em: 24 jan. 2011.

<sup>199</sup> O extrato seco de um vinho corresponde ao peso do resíduo seco obtido após a evaporação dos compostos voláteis. Representa a soma das substâncias que em determinadas condições físicas não se volatizam. Essas condições devem ser estabelecidas de modo que esses compostos tenham alteração mínima. Entre os principais grupos que compõem o extrato seco total encontram-se os ácidos fixos, sais orgânicos e minerais, compostos fenólicos, açúcares e polissacarídeos. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v26n2/a22v26n2.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

<sup>200</sup> O vinho constitui uma bebida alcoólica obtida pela fermentação do mosto da uva. É constituído fundamentalmente por água, álcool etílico e por cerca de 200 componentes, dos quais se destacam os ácidos orgânicos: málico, tartárico, cítrico, acético, propanóico, carbônico, entre outros. Alguns ácidos, como o tartárico, o málico e o cítrico não são arrastados pelo vapor de água e constituem a acidez fixa. Outros, como o acético, o propanóico e o butanóico são voláteis e são responsáveis pela acidez volátil. Os ácidos voláteis são produzidos pelas reações químicas que ocorrem durante a maturação do vinho. A acidez volátil é um indicador da qualidade do vinho. A acidez total de um vinho é a acidez titulável, com solução padrão de hidróxido de sódio ou potássio, e inclui tanto os ácidos fixos como os voláteis. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v26n2/a22v26n2.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

1965, pela primeira vez nos relatórios financeiros, descreveu-se o modo de se apurar os custos de produção para a confecção de 100 litros de vinho:

**QUADRO 3.** Custos para a produção de 100 litros de vinho Isabel normal

| <b>CUSTOS PARA A PRODUÇÃO DE 100 LITROS DE VINHO ISABEL NORMAL</b>                         |            |           |                                          |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----------|------------------------------------------|
| 136 kg de uva Isabel                                                                       | 136 x 70 = | 9.520,00  | OBS: uva Isabel de 16° a Cr\$ 70,00 p/kg |
| Açúcar para elevar a 10,8° de álcool                                                       |            | 400,00    |                                          |
| Produtos químicos + mão-de-obra + atestos <sup>201</sup> + instalações da cantina colonial |            | 580,00    |                                          |
| Custo de produção para 100 litros de vinho                                                 |            | 10.500,00 |                                          |

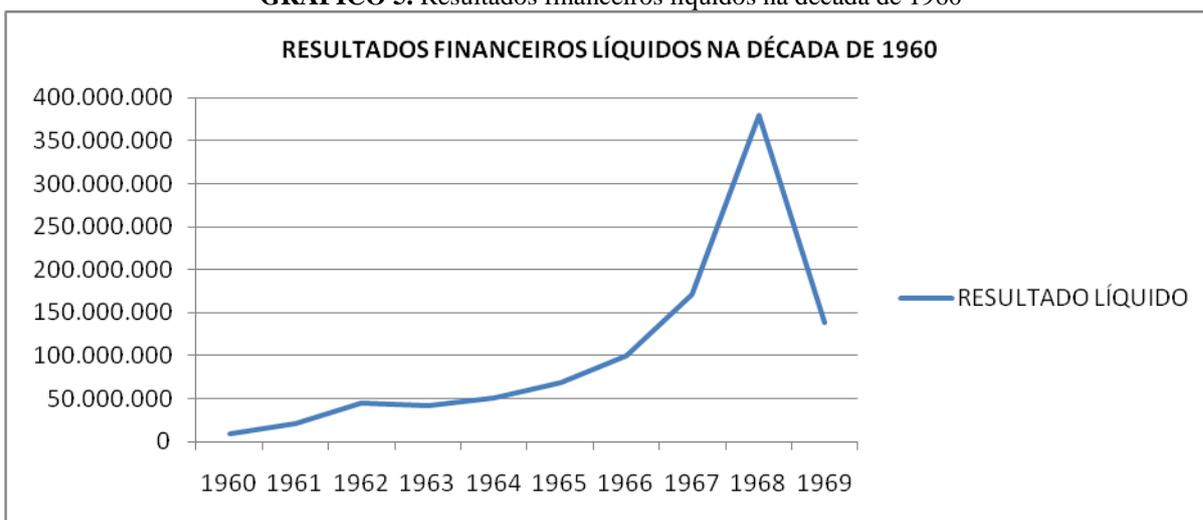
Fonte: Dados da pesquisa (tabulados pelo autor)

O custo para a fabricação, por litro de vinho de 10,8°, era NCr\$ 105,00, custo proveniente da divisão de NCr\$ 10.500,00 (custo total) por 100 litros. Logo, a medida custaria Cr\$ 315,00 (custo por litro NCr\$ 105,00 multiplicado por três litros) e um quilo de uva de 16° estava na faixa de NCr\$ 70,00.

O período de 1965 a 1966 foi marcado por um ótimo balanço. O exercício de 1968 a 1969 indicou que a indústria vinícola estava em crise, com aviltamento dos preços e com baixo consumo dos produtos. Contudo, apesar das dificuldades financeiras, a Cooperativa Aliança encerrou o exercício com um bom resultado e com sobras líquidas superiores ao dobro das obtidas no exercício anterior (Gráfico 5).

---

<sup>201</sup> Por atesto entende-se a prática de encher completamente os recipientes vinários, em períodos frequentes e regulares. Esta operação visa evitar o contato do vinho com o ar dentro dos recipientes. O vinho proveniente de uma trasfega é colocado em um recipiente que deverá permanecer completamente cheio, pois o álcool, em combinação com o ar, em presença de bactérias acéticas comumente encontradas em cantinas, resultaria em formação de vinagre. Mesmo com a precaução do enchimento de recipientes, a tendência de um vinho, após a fermentação, é perder volume devido à fuga do gás carbônico, da menor temperatura e da evaporação de substâncias voláteis. A perda de volume no recipiente implica a ocorrência de um espaço vazio que tende a ser preenchido pelo ar. A adição de um vinho a outro deve ser criteriosa e atender a certas exigências, como a manutenção de padrões varietais e a hierarquia qualitativa, pois seria uma incoerência misturar a um bom vinho um vinho inferior. Disponível em: <<http://www.pgie.ufrgs.br/portalead/unirede/tecvege/feira/prfruta/vinhotin/atestos.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

**GRÁFICO 5.** Resultados financeiros líquidos na década de 1960

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1960 a 1969

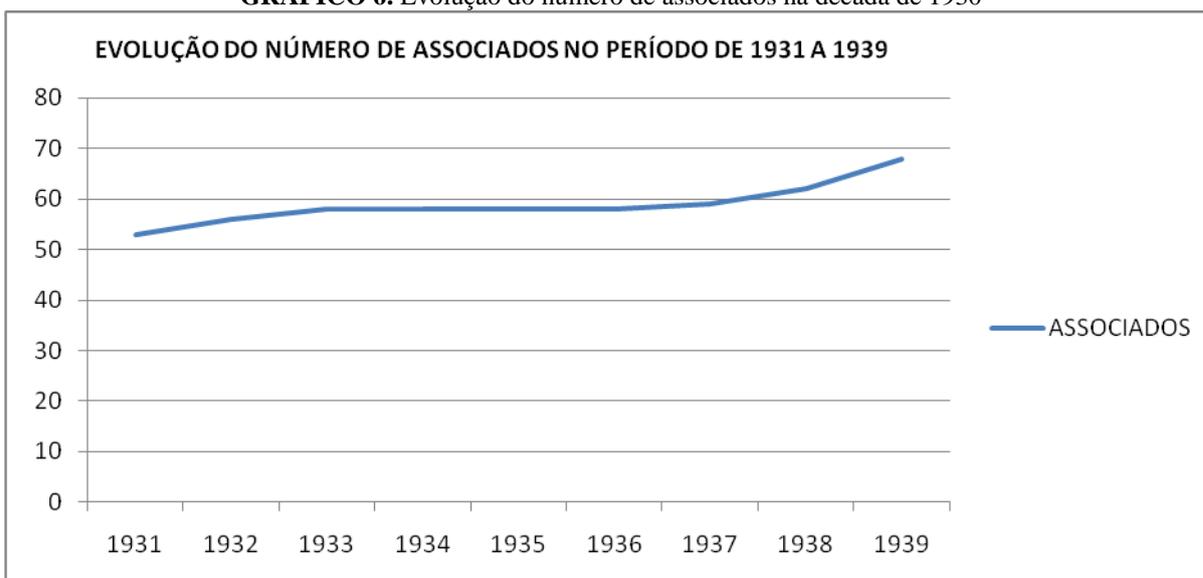
As informações podem ser corroboradas pelo Quadro 4, que apresenta os valores das sobras líquidas da década de 1960 e no qual se pode verificar que os resultados foram todos positivos, subindo gradativamente. Isso demonstra que as contas estavam equalizadas e que a Cooperativa estava cumprindo o papel econômico e social de manter-se no mercado, de distribuir renda e de valorizar o trabalho dos associados.

**QUADRO 4.** Sobras líquidas na década de 1960

| BALANÇOS      |            |            | EXERCÍCIO SOCIAL |            |            |
|---------------|------------|------------|------------------|------------|------------|
| Contas/Anos   | 1959-1960  | 1960-1961  | 1961-1962        | 1962-1963  | 1963-1964  |
| Sobra Líquida | 2.919.473  | 9.414.252  | 20.831.872       | 45.075.996 | 42.015.374 |
| BALANÇOS      |            |            | EXERCÍCIO SOCIAL |            |            |
| Contas/Anos   | 1964-1965  | 1965-1966  | 1966-1967        | 1967-1968  | 1968-1969  |
| Sobra Líquida | 50.552.034 | 68.820.000 | 99.025           | 171.597    | 379.400    |

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1959 a 1969

No que concerne ao número de agricultores cooperativados, a empresa iniciou as atividades no ano de 1931 com 45 associados. Na década de 30, houve um pequeno incremento no número de cooperados, passando de 45, no momento da fundação, para 63 no final da década, como pode ser observado no Gráfico 6. Entretanto, o número de funcionários manteve-se inalterado, contando com três colaboradores.

**GRÁFICO 6.** Evolução do número de associados na década de 1930

Fonte: Cooperativa Vitivinícola Aliança no período de 1931 a 1939

Os relatórios financeiros também informavam os preços dos vinhos ao longo dos anos. Quanto às classificações, estas variavam como de primeira, segunda e terceira qualidade. Analisando o primeiro relatório, verificou-se que o preço por medida de vinho<sup>202</sup> no ano de 1931 ficou na ordem de 950\$000, para o de primeira qualidade; 900\$000, para o de segunda; 750\$000, para o de terceira.<sup>203</sup>

Em 1932, de acordo com o mercado e com a expectativa de supersafra, o preço do vinho de primeira qualidade reduziu em torno de 100\$000 réis por medida, passando de 950\$000 no ano anterior para 850\$000 no ano subsequente, ou seja, uma redução de 10,5%.<sup>204</sup>

Além da redução do preço, houve a necessidade de suspender o recebimento do vinho dos associados, devido à falta de capacidade de estocagem. Caso os produtores não conseguissem conservar o produto nas respectivas cantinas, devido à acidez ou a outros problemas de conservação, os preços tenderiam a reduzir-se para 600\$000 a 650\$000 por medida na mesma classificação.<sup>205</sup>

<sup>202</sup> Uma medida de vinho corresponde a três litros da bebida.

<sup>203</sup> Ata n. 4. Livro 1. 12 dez. 1931. p. 11-12.

<sup>204</sup> Ata n. 7. Livro 1. 13 ago. 1932. p. 18.

<sup>205</sup> Ata n. 9. Livro 1. 26 out. 1932. p. 25-27.

Outra preocupação da Cooperativa referia-se ao espaço para o crescimento do empreendimento e à estrutura disponíveis; por isso, levantou-se a hipótese de se adquirir um terreno para a construção de uma cantina com término previsto para o final de 1934.<sup>206</sup>

No ano seguinte, os preços dos vinhos tiveram leve alta, passando de 850\$000, no ano de 1932, para 900\$000 em 1933, mas abaixo do ano de 1931 que chegou a 950\$000. Tem-se também um aumento nos níveis de classificação dos produtos, que anteriormente eram de primeira, segunda e terceira categoria, passando para as categorizações da graduação alcoólica<sup>207</sup> e de acidez volátil.<sup>208</sup> Verificou-se, ainda, as classificações de vinhos em novos e velhos e as divisões entre extra, especial e boa.<sup>209</sup>

Entretanto, os preços dos vinhos da variedade Isabel, com graduação alcoólica e acidez volátil medidas pela nova classificação, tiveram uma queda acentuada em relação ao ano anterior, em cerca de 20%. Pela primeira vez apresentou-se nos relatórios o vinho da variedade Seibel, com valor de 2:000\$000 por medida, quase três vezes mais caro que o vinho comum tradicional.<sup>210</sup>

Observa-se na década de 1940 uma mudança no número de associados, auferindo um crescimento de 46%, passando de 63 para 92 cooperados. O número de empregados subiu de quatro para 15 e o volume de vinho negociado subiu 919%. Justifica-se, deste modo, o aumento no número de funcionários, principalmente no setor de engarrafamento, no qual as operações inicialmente ocorriam de forma manual.

---

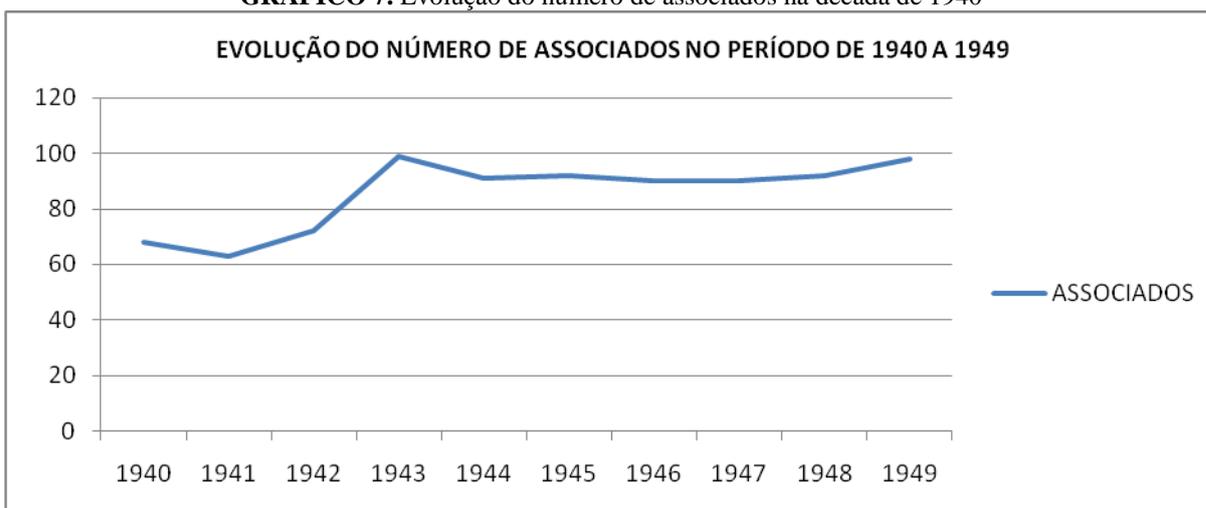
<sup>206</sup> A construção da nova cantina e da sede social teve suas primeiras discussões no ano de 1933, quando Silvio Toigo (pedreiro) e Carlos Fedrizzi (carpinteiro) trouxeram os orçamentos de 22:200\$000 (com todo material) e 2:900\$000 (somente com a mão de obra), respectivamente. A construção foi no endereço que a Cooperativa se encontra até o presente momento, sendo mais um pedaço de terreno adquirido do Sr. Antonio Zanini, o qual fazia divisa com o terreno da organização na Rua Feijó Junior, 164. Ata n. 9. Livro 1. 26 out. 1932. p. 25-27. No Anexo M tem-se o projeto para o aumento das instalações da cantina.

<sup>207</sup> A graduação alcoólica de um vinho é a percentagem de álcool natural e de adição, contido em 100 mililitros de vinho. Esta grandeza é expressa em volume de álcool de 100° contido em 100 mililitros de vinho. CHAVES, Guta. *Larousse do vinho*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007.

<sup>208</sup> *Acidez volátil*: acidez desagradável provocada pelos maus ácidos do vinho (acético propiônico e butírico). Disponível em: <<http://www.uvibra.com.br/dicionario>>. Acesso em: 02 fev.2011.

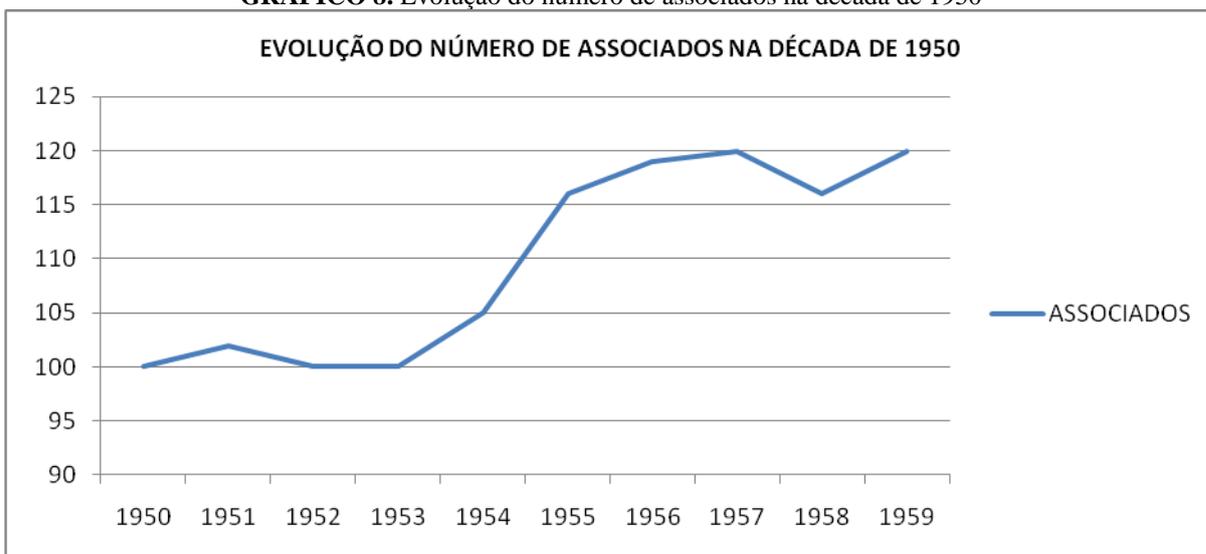
<sup>209</sup> Ata n. 11. Livro 1. 04 jul. 1933. p. 29.

<sup>210</sup> Ata n. 19. Livro 1. 09 nov. 1934. p. 81-83.

**GRÁFICO 7.** Evolução do número de associados na década de 1940

Fonte: Cooperativa Vitivinícola Aliança no período de 1940 a 1949

Na década de 1950, o quadro de associados passou de 100 para 120, próximo ao seu término, apresentando um acréscimo de 20% no número de cooperados, conforme pode ser observado no Gráfico 8. A média de funcionários ficou em torno de 17.

**GRÁFICO 8.** Evolução do número de associados na década de 1950

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1950 a 1959

À medida que foram passando os anos, evoluiu a qualidade das informações financeiras. Um dos controles encontrados foi o relatório dos pagamentos feitos pela Cooperativa, para o preço das uvas, em uma estatística por exercício social. Destaca-se que

em quase todos os anos a Cooperativa remunerou os associados, em relação à uva, com valores superiores aos praticados pela concorrência e, muitas das vezes, melhor do que a tabela elaborada pela Secretaria da Agricultura. Essa medida faz parte de um dos princípios do cooperativismo, que preza em remunerar os associados de forma justa, com a finalidade de manter os negócios e de distribuir a renda para os que dela se beneficiam.

Verifica-se pelo Quadro 5 que os preços das uvas tiveram aumentos gradativos entre os exercícios de 1949 a 1950 até 1955 a 1956, declinando no exercício seguinte e elevando-se nos demais anos. Neste mesmo quadro, por exemplo, tendo como referência a variedade Isabel, o valor que era de Cr\$ 0,62 no início da análise passou para Cr\$ 3,05 nos anos de 1955 e 1956, apresentando um crescimento de 391,9%. Tal acréscimo é superior ao valor acumulado da inflação neste mesmo período, oscilando na faixa de 330%. No entanto, observa-se uma queda no período de 1956/1957, reduzindo o valor de Cr\$ 3,05 para Cr\$ 1,65, representando uma redução de 45,9%. Este fato se deve ao mercado de vinhos, que apresentava dificuldades, além dos preços praticados pela Cooperativa, os quais caíram praticamente pela metade.

**QUADRO 5.** Preços das uvas pagos na década de 1950

| <b>PREÇOS DAS UVAS POR KG</b>   |                  |                  |                  |                  |                  |
|---------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| <b>Variedades/Anos</b>          | <b>1949/1950</b> | <b>1950/1951</b> | <b>1951/1952</b> | <b>1952/1953</b> | <b>1953/1954</b> |
| Isabel                          | 0,62             | 0,80             | 0,95             | 1,05             | 1,35             |
| Seibel                          | 0,62             | 0,85             | 0,95             | 1,05             | 1,35             |
| Herbemont                       | 0,72             | 0,82             | 1,05             | 1,15             | 1,45             |
| Tintos comuns                   | 0,82             | 1,00             | 1,25             | 1,35             | 1,65             |
| Branças comuns                  | 0,82             | 1,10             | 1,35             | 1,45             | 2,55             |
| <b>PREÇOS DAS UVAS - POR KG</b> |                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>Variedades/Anos</b>          | <b>1954/1955</b> | <b>1955/1956</b> | <b>1956/1957</b> | <b>1957/1958</b> | <b>1958/1959</b> |
| Isabel                          | 2,40             | 3,05             | 1,65             | 2,15             | 2,60             |
| Seibel                          | 2,40             | 3,05             | 1,65             | 2,15             | 2,60             |
| Herbemont                       | 2,50             | 3,15             | 1,65             | 2,15             | 2,60             |
| Tintos comuns                   | 2,70             | 3,35             | 1,95             | 2,45             | 3,10             |
| Branças comuns                  | 4,20             | 4,80             | 1,95             | 2,45             | 3,10             |

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1949 a 1959

Os preços dos vinhos acompanharam igual tendência de queda, sendo as informações anteriores corroboradas pelo Quadro 6, no qual se reconhece que os valores subiram, no

período de 1949 a 1950 até 1955 a 1956, em torno de 400%, com uma queda de 46,7% no exercício subsequente, o que representa praticamente a metade do preço. Nos demais exercícios, os valores foram se ajustando até quase o patamar anterior à crise.

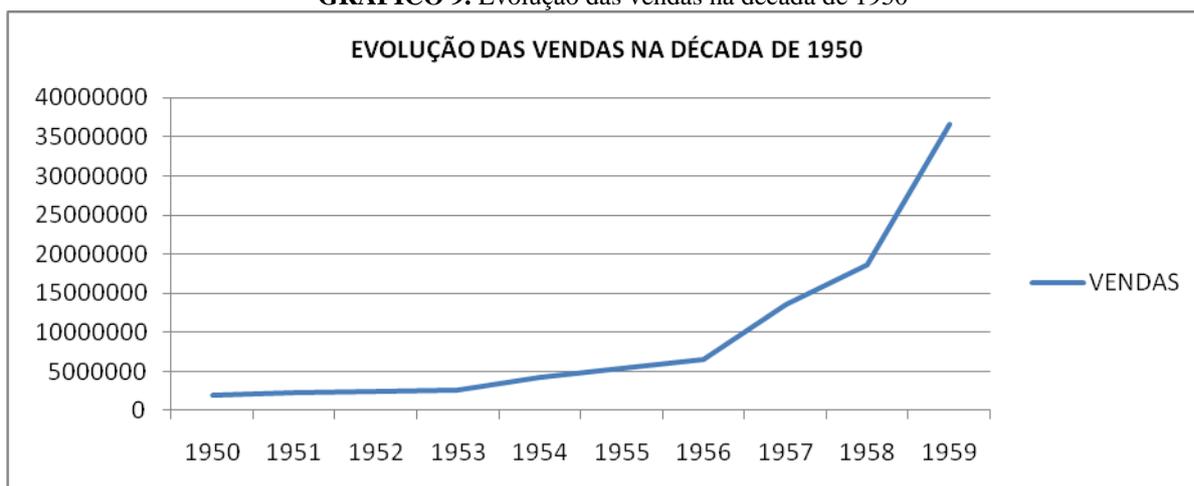
**QUADRO 6.** Preços dos vinhos pagos na década de 1950

| <b>PREÇOS DOS VINHOS POR MEDIDA</b> |                  |                  |                  |                  |                  |
|-------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| <b>Variedades/Anos</b>              | <b>1949/1950</b> | <b>1950/1951</b> | <b>1951/1952</b> | <b>1952/1953</b> | <b>1953/1954</b> |
| Tinto comum de 1ª qualidade         | 3,00             | 4,00             | 4,50             | 5,00             | 6,50             |
| Herbemont de 1ª qualidade           | 3,50             | 4,25             | 5,00             | 5,50             | 7,00             |
| Rosado de 1ª qualidade              | 3,25             | 4,25             | 5,00             | 5,50             | 7,00             |
| <b>PREÇOS DOS VINHOS POR MEDIDA</b> |                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>Variedades/Anos</b>              | <b>1954/1955</b> | <b>1955/1956</b> | <b>1956/1957</b> | <b>1957/1958</b> | <b>1958/1959</b> |
| Tinto comum de 1ª qualidade         | 12,00            | 15,00            | 8,00             | 10,50            | 12,00            |
| Herbemont de 1ª qualidade           | 12,75            | 15,50            | 8,00             | 10,50            | 12,00            |
| Rosado de 1ª qualidade              | 12,75            | 15,50            | -                | -                | -                |

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1949 a 1959

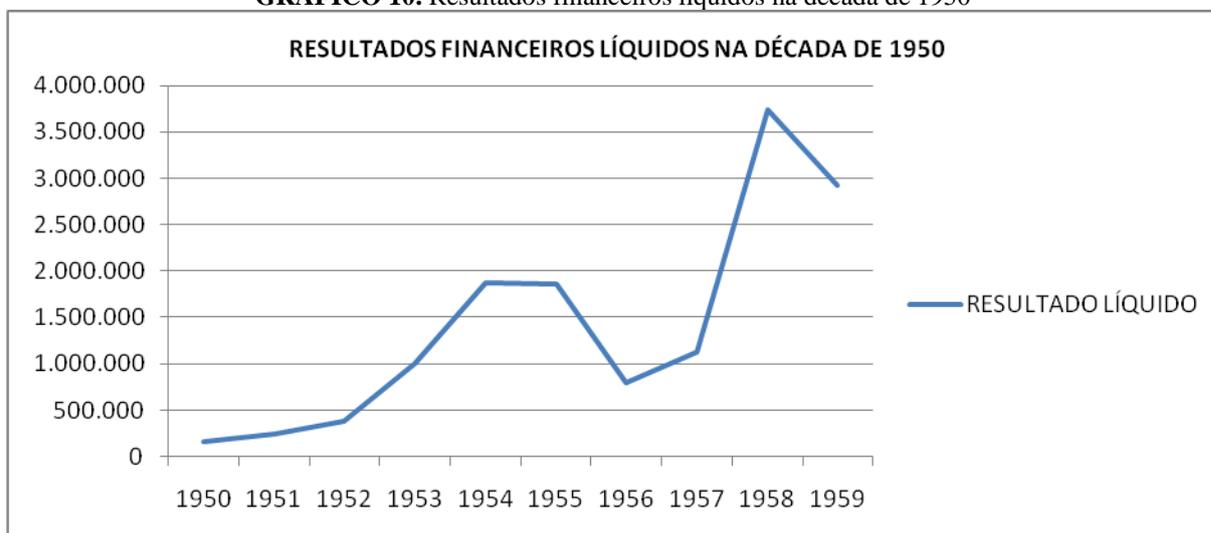
As vendas da Cooperativa Aliança, na década de 1950, tiveram um acréscimo significativo, passando de Cr\$ 1.970.800,00 no ano de 1950 para Cr\$ 36.690.800,00 em 1959 (Gráfico 9). O acréscimo nas vendas representou um índice de 1.761,7%, que, quando comparado à inflação acumulada no mesmo período, de 474%, evidenciou que a Cooperativa teve um crescimento nas vendas superior a 3,7 vezes o valor da inflação; ainda, quinze vezes maior que o crescimento do PIB nacional, que foi de 114,3%.<sup>211</sup>

<sup>211</sup> O PIB tem como fonte o IBGE/Diretoria de Pesquisas/Departamento de Contas Nacionais. A inflação tem a atualização de valores através do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

**GRÁFICO 9.** Evolução das vendas na década de 1950

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1950 a 1959

No entanto, não se pode analisar apenas o crescimento das vendas: é necessário comparar os resultados financeiros líquidos para se verificar se houve crescimento da riqueza da entidade. Neste sentido, ressalta-se que todos os anos da década de 1950 apresentaram resultados positivos, com lucro oscilando de Cr\$ 164.800,00, em 1950, para Cr\$ 3.740.000,00, em 1958, conforme se pode observar no Gráfico 10. Em valores percentuais, comparados com as vendas, o melhor resultado auferido pela cooperativa ocorreu em 1954 quando houve uma sobra líquida de 44,9%. O pior resultado ocorreu no ano de 1959 quando se apresentou uma sobra líquida de 7,9%.

**GRÁFICO 10.** Resultados financeiros líquidos na década de 1950

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1950 a 1959

Para se ter idéia dos efeitos inflacionários na década de 1960, basta acompanhar os preços das uvas ao longo do período. Por exemplo, a variedade Isabel iniciou o primeiro exercício valendo NCr\$ 3,50 e atingiu o valor de NCr\$ 75,00 em 1965/1966, correspondendo a um aumento de 2.042,8%, mas abaixo da inflação acumulada que foi de 3.646% (Quadro 7).

**QUADRO 7.** Preços das uvas pagos na década de 1960

| <b>PREÇOS DAS UVAS - POR KG</b> |                  |                  |                  |                  |                  |
|---------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| <b>Variedades/Anos</b>          | <b>1959-1960</b> | <b>1960-1961</b> | <b>1961-1962</b> | <b>1962-1963</b> | <b>1963-1964</b> |
| Isabel                          | 3,50             | 5,00             | 10,00            | 24,00            | 35,00            |
| Seibel                          | 3,50             | 5,50             | 12,00            | 26,00            | 40,00            |
| Herbemont                       | 3,50             | 4,70             | 10,00            | 24,00            | 32,00            |
| Rieseling                       | 6,20             | 5,50             | 18,00            | 39,00            | 50,00            |
| <b>PREÇOS DAS UVAS - POR KG</b> |                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>Variedades/Anos</b>          | <b>1964-1965</b> | <b>1965-1966</b> | <b>1966-1967</b> | <b>1967-1968</b> | <b>1968-1969</b> |
| Isabel                          | 70,00            | 75,00            | 0,08             | 0,10             | 0,12             |
| Seibel                          | 70,00            | 75,00            | 0,09             | 0,11             | 0,12             |
| Herbemont                       | 66,00            | 60,00            | 0,06             | 0,07             | 0,09             |
| Rieseling                       | 90,00            | 105,00           | 0,13             | 0,15             | 0,22             |

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1959 a 1969

Igualmente, isso ocorreu com os preços dos vinhos. Só para se ter um exemplo, o vinho do tipo tinto comum de primeira qualidade, no exercício de 1959 a 1960, apresentava um custo de NCr\$ 17,50, passando a NCr\$ 330,00 no exercício de 1965 a 1966, o que em valores relativos corresponde a um acréscimo de 1.785,7% (Quadro 8).

**QUADRO 8.** Preços pagos pelos vinhos na década de 1960

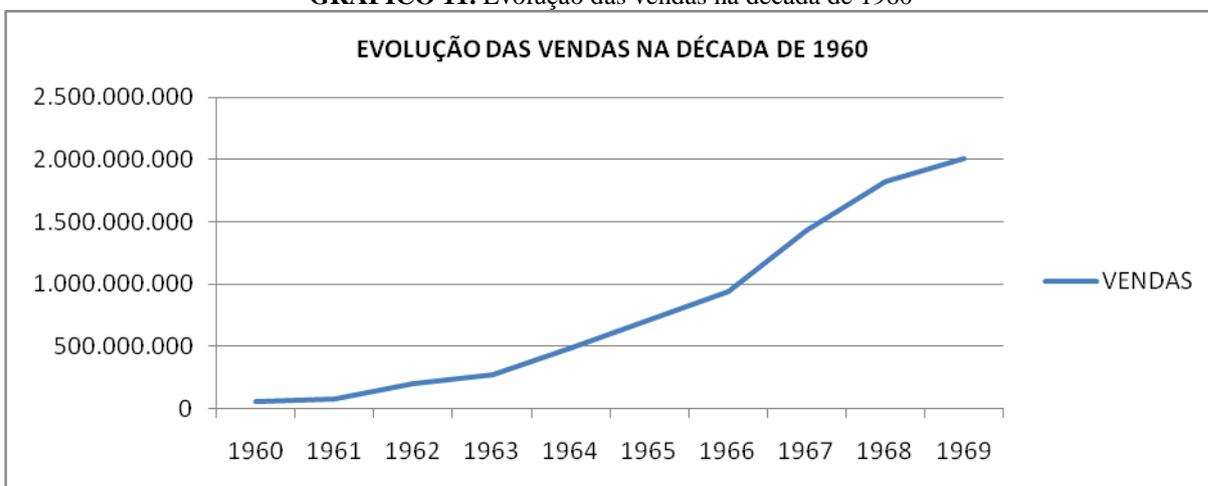
| <b>PREÇOS DO VINHO POR MEDIDA</b> |                  |                  |                  |                  |                  |
|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| <b>Variedades/Anos</b>            | <b>1959-1960</b> | <b>1960-1961</b> | <b>1961-1962</b> | <b>1962-1963</b> | <b>1963-1964</b> |
| Tinto comum 1ª qualidade          | 17,50            | 25,00            | 52,50            | 120,00           | 175,00           |
| Herbemont 1ª qualidade            | 17,50            | 23,50            | 52,50            | 120,00           | 160,00           |
| <b>PREÇOS DO VINHO POR MEDIDA</b> |                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>Variedades/Anos</b>            | <b>1964-1965</b> | <b>1965-1966</b> | <b>1966-1967</b> | <b>1967-1968</b> | <b>1968-1969</b> |
| Tinto comum 1ª qualidade          | 315,00           | 330,00           | 0,35             | 0,44             | 0,54             |
| Herbemont 1ª qualidade            | 297,00           | 264,00           | 0,27             | 0,32             | 0,40             |

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1959 a 1969

No que se refere às comercializações, no mês de novembro de 1961 foi registrado o recorde de vendas, no valor de 11 milhões de cruzeiros. No exercício seguinte, os resultados foram positivos, e o preço pago ao produto foi considerado ótimo, sendo registrado como o melhor em 31 anos de História da Cooperativa.<sup>212</sup> O balanço do ano seguinte foi superior ao do ano anterior, sendo considerado o maior balanço dos 32 anos de existência da Cooperativa.

A evolução das vendas entre os exercícios e a variação percentual de um ano para outro podem ser observadas no Gráfico 11, sendo que o melhor resultado ocorreu no exercício de 1962 a 1963 com 159,4% de aumento nas vendas. O pior exercício ocorreu em 1968 a 1969, no qual ocorreu uma queda nas vendas nos meses de janeiro, fevereiro e março de aproximadamente 60%.

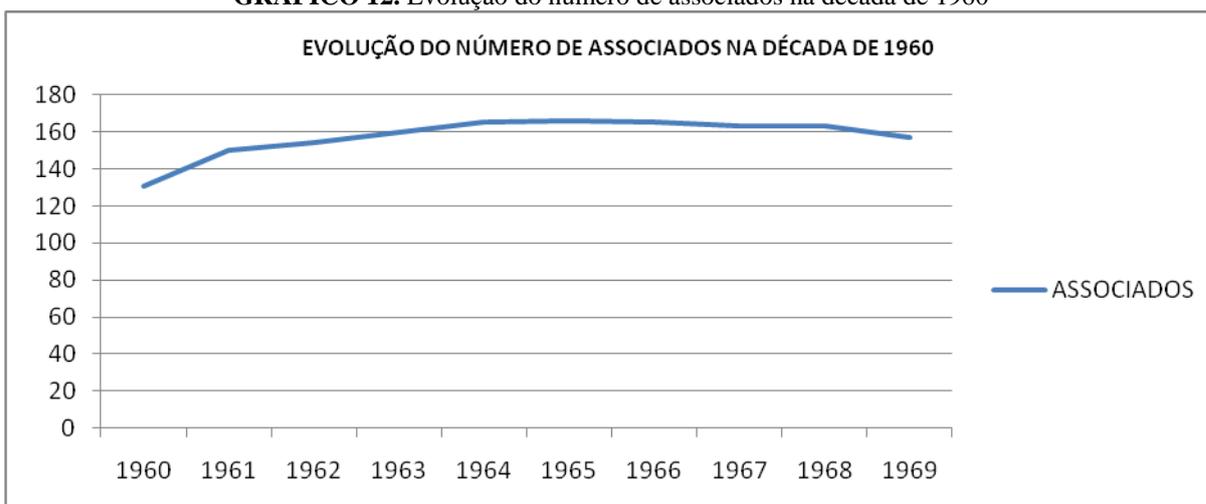
**GRÁFICO 11.** Evolução das vendas na década de 1960



Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1960 a 1969

O número médio de associados permaneceu estável, iniciando a década com 130 produtores e encerrando com 157, como pode ser visualizado no Gráfico 12. No período de 1960 a 1969, o número de funcionários passou de 17 para 27.

<sup>212</sup> Ata n. 125. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal. 06 set. 1961. p. 220-221.

**GRÁFICO 12.** Evolução do número de associados na década de 1960

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1960 a 1969

#### E) ASPECTOS ECONÔMICOS SETORIAIS

Em termos econômicos, o crescimento do PIB *per capita* no Brasil ficou em torno de 2,9% ao ano, entre 1930 e 1940. Segundo Marcelo de Paiva Abreu, para a maioria das variáveis econômicas relevantes, não se dispõem de estatísticas confiáveis para o período anterior a 1947, especialmente em relação a preços e a contas nacionais.<sup>213</sup>

No que se refere à conjuntura estadual e municipal, ressalta-se que o PIB agrícola de Caxias do Sul, no ano de 1939, representava cerca de 15% do produto total. A indústria caxiense já se apresentava como a mais representativa em termos de participação econômica, com percentual em torno de 43%. No Estado, o produto agrícola era de 34,5%, enquanto que a indústria representava 14,75%. O PIB *per capita* de Caxias do Sul era 26% superior ao do Estado do Rio Grande do Sul, ou seja, o poder aquisitivo no Município de Caxias do Sul apresentava-se melhor do que o auferido em nível estadual.<sup>214</sup>

Na década de 1940, a situação do mercado e o poder aquisitivo da população estavam em baixa, por isso fazia-se necessário ter prudência em relação aos preços praticados. O PIB agrícola de Caxias do Sul estava em torno de 15,3% e o do Estado do Rio Grande do Sul em

<sup>213</sup> ABREU, Marcelo de P. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. p. 347.

<sup>214</sup> FEE - Fundação de Economia e Estatística. Renda interna municipal/RS. *Série: valor agregado*, Porto Alegre, v. 1, out. 1986.

torno de 37,8%. O PIB *per capita* de Caxias do Sul era 57,5% maior do que o do Rio Grande do Sul.<sup>215</sup>

A crise de 1956 e 1957, em virtude das dificuldades comerciais das indústrias vinícolas do País, associado à queda nos preços dos vinhos nos mercados compradores, à escassez de dinheiro e à supressão dos descontos bancários, fez com que a Cooperativa Aliança optasse por reter as contas de retorno dos associados juntamente com os saldos anteriores sem o pagamento de juros.

O exercício de 1957 e 1958 apresentou-se um pouco melhor quando comparado ao anterior. Os resultados foram melhores e a crise apresentava-se um pouco mais moderada embora continuasse preocupante.

O período de 1958 a 1959 foi considerado bom. Aos poucos o mercado foi se estabilizando e os estoques de vinho já não eram suficientes para atender à demanda. Nesse momento era interessante para a Cooperativa aumentar o quadro social, pois esta objetivava adquirir até 150.000 medidas de vinho, dependendo da qualidade e do tipo de vinho produzidos.

Os negócios estavam voltando aos patamares anteriores à crise e outra decisão estratégica da Cooperativa foi a aceitação junto ao quadro social da Cooperativa Vinícola São João de Flores da Cunha. A parceria não acarretaria obrigações recíprocas de entrega ou recebimento parcial ou total da produção mas também não dava direito aos retornos.

Segundo Anete Jalfim e Marinês Grando (1988), a indústria vinícola no Rio Grande do Sul não apresentou, desde os anos 30 até a década de 1960, profundas alterações nos aspectos técnicos da produção. Além disso, o baixo padrão tecnológico, aliado a uma matéria-prima proveniente de cepas híbridas e americanas, davam origem a um produto final de qualidade mediana, quando comparado aos os padrões internacionais. Essa situação começa a modificar-se nos anos de 1970, com o aparecimento de vinhos varietais no mercado, ao lado dos tradicionais vinhos comuns. (JALFIM; GRANDO, 1988, P. 194-195)

Avançando na pesquisa documental da Cooperativa Aliança encontrou-se um relatório da Secretaria da Agricultura, Diretoria de Produção Vegetal, Serviço do Vinho, contendo as estatísticas dos volumes de vinho negociados, engarrafados e embarrilados. Por meio dessas estatísticas, foi possível se ter a dimensão do quanto de representatividade, em volume de exportação nos anos de 1956 a 1963<sup>216</sup>, a empresa detinha.

---

<sup>215</sup> FEE - Fundação de Economia e Estatística. Renda interna municipal/RS. *Série: valor agregado*, Porto Alegre, v. 1, out. 1986.

<sup>216</sup> Os anos anteriores e posteriores não foram encontrados nos documentos.

Fazendo os cálculos e comparando-se os anos de 1956 até 1963, pode-se atestar o crescimento comercial da cooperativa. No primeiro ano do relatório, a Aliança era responsável por 1,58% da produção de vinhos engarrafados, 1,93% de vinhos embarrilados e 1,80% da produção total de vinhos provenientes do Rio Grande do Sul. Em 1963 a relação passou para 2,12% de vinhos engarrafados, 1,95% de vinhos embarrilados e 1,85% da produção do Rio Grande do Sul.

O aumento da participação dos vinhos engarrafados se deu pelos investimentos no setor de engarrafamento.<sup>217</sup> A empresa também se modernizou e assim pode atender melhor às demandas do mercado; por isso, obteve crescimento na participação do mercado.

Só para fazer uma comparação, em termos quantitativos de produção, no ano de 1960, a Vinícola Luiz Michelin era considerada a empresa com maior índice de exportação de vinhos engarrafados, isto é, cerca de 3,9 milhões de litros, representando 15,7% da produção do Estado; a Cooperativa Aliança representava apenas 2,1%. No entanto, a Vinícola Luiz Michelin pediu falência no ano de 1977.

A Sociedade Vinícola Rio-Grandense era considerada a maior exportadora de vinhos embarrilados: cerca de 26,8 milhões de litros e 27,8% da produção do Estado. A Cooperativa Aliança produzia em 1963 2,02 milhões de litros de vinhos embarrilados. Os Estados que mais importavam vinhos do Rio Grande do Sul eram São Paulo e Rio de Janeiro, com participação de 59,3% e 18,6%, respectivamente.

---

<sup>217</sup> Quanto ao engarrafamento, foram estabelecidos critérios para a colocação do rótulo (qualidade do papel, disposição na garrafa, entre outros), para o capsulamento (a parte vermelha de chumbo) e para a colocação da rolha (inclusive a qualidade da cortiça).

## **5 COOPERATIVA VITIVINÍCOLA ALIANÇA – RENOVAÇÃO DA ESTRUTURA E ABERTURA PARA NOVOS MERCADOS (1970 - 2010)**

Com a expansão da produção, com o aumento da concorrência, com a entrada de multinacionais na década de 60 e 70<sup>218</sup> e com a abertura do mercado brasileiro nos anos 1990, a pequena propriedade transformou-se em obstáculo a esta expansão, uma vez que a indústria não comanda o processo produtivo dentro da unidade camponesa, dificultando o acesso à matéria-prima fundamental para a produção de vinhos.<sup>219</sup>

Desde a década de 70, a indústria brasileira de vinhos vem passando por um processo de desenvolvimento e crescimento. Nestes períodos, as empresas têm-se preocupado com o lançamento de novos produtos, de maior qualidade e preços, tentando diminuir o hiato, principalmente tecnológico, entre a indústria nacional e a viticultura de Países como Argentina, Chile e alguns europeus. Com isso, os processos de desenvolvimento econômico são o resultado de complexas interações entre forças econômicas, culturais e políticas, em nível nacional, regional e local.

Embora os processos incipientes tenham sido dominantes na produção vinícola até a década de 60, nos anos 70 já se registravam inovações na elaboração do vinho e no cultivo da uva, redefinindo-se, desta maneira, a estratégia de produção e de comercialização, visando à entrada da Cooperativa Aliança no mercado dos vinhos finos engarrafados e dos sucos de uva.

### **A) DECISÕES ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS**

É importante destacar agora que a situação do mercado de vinho na década de 1970 influenciou diretamente os resultados econômicos e financeiros da Cooperativa. O ramo da vitivinicultura apresentou uma das fases mais difíceis da História, alternando períodos de altas e baixas transações comerciais. Os fatores que influenciaram negativamente foram: a

---

<sup>218</sup> Segundo o depoimento de Nilson Pilatti, as décadas de 60 e 70 foram marcadas pela entrada de empresas internacionais como Chandon, Maison Forestier, Martini, National Distillers, Chateau Lacave, Welch Foods (Suvalan). A partir dos anos 90, a tecnologia se disseminou entre o setor vitivinícola, que começou a controlar as fermentações, a utilizar leveduras e enzimas e a usar tanques de aço inoxidável, que ampliou a qualidade e a competitividade das empresas gaúchas.

<sup>219</sup> Entrevista com Nilson Pilatti.

superprodução, a falta de capacidade de armazenamento, o aviltamento dos preços e as cotações abaixo do custo de produção, em alguns casos representando até 50% do custo real.

Como medidas para a resolução desses problemas, a Cooperativa Aliança buscou junto a outras cooperativas e empresas do setor as seguintes propostas:

- a) com o Governo Federal, a redução do IPI, mas não obteve sucesso;
- b) com o Governo Estadual, a redução ICMS, porém não teve amparo legal;
- c) a instituição de uma pauta mínima de exportação, a qual não foi aprovada;
- d) a criação de um órgão de controle sobre a quantidade e sobre os preços, a qual não se concretizou.

De fato, não se conseguiu uma solução de forma conjunta. Com o vinho sendo vendido por 50% do custo de produção, a saída foi substituir o vinho pelo suco de uva, um produto melhor aceito pelo público consumidor e com preço mais compensador. Em 1970, foram produzidos e vendidos 266 mil garrafas de meio litro de suco de uva.<sup>220</sup>

Outra estratégia de comercialização adotada foi o envio de um funcionário da Cooperativa para visitar as praças de consumo e para abrir novos mercados, nomeando representantes em Recife, Fortaleza, Brasília e Belo Horizonte, além de acompanhar os preços dos concorrentes, a fim de incrementar as vendas.<sup>221</sup> Tendo em vista os problemas econômicos da Cooperativa, foi necessário contrair vários empréstimos, os quais foram destinados ao financiamento das safras dos agricultores.

De acordo com a nova Lei do Vinho, os associados ficaram obrigados a declarar o imposto de renda, informando a quantidade de hectares plantados, o número de pés de videira por variedade e a quantidade de uva produzida,<sup>222</sup> sendo contratado um contador terceirizado para realizar esta tarefa. Mesmo com todos os problemas que o mercado apresentou, a Cooperativa encerrou o exercício de 1970 com resultado positivo, coroado, segundo palavras do presidente, pelo árduo trabalho dos associados, pela colaboração e pelo espírito cooperativista.<sup>223</sup>

---

<sup>220</sup> Também foi autorizado que fossem realizadas propagandas televisivas em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, com o intuito de divulgar e de promover os sucos de uva.

<sup>221</sup> Ficou acertado que todos os anos os representantes deverão ser visitados e instruídos em relação aos futuros negócios da Cooperativa. Ata n. 231. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 09 nov. 1970. p. 69-70.

<sup>222</sup> A Cooperativa Aliança fez uma parceria com o Sindicato Rural de Caxias do Sul para realizar, gratuitamente, a declaração de Imposto de Renda dos associados. Os gastos com o serviço foram deduzidos da conta “provisão para assistência social”. Ata n. 259. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 12 mar. 1973. p. 106-107.

<sup>223</sup> Ata n. 223. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 06 abr. 1970. p. 54-55.

No exercício de 1970 a 1971, considerando-se as dificuldades mercadológicas e financeiras, além da alta quantidade de estoques de vinho e preços reduzidos, a solução encontrada foi não fazer as distribuições das contas de retornos.<sup>224</sup>

Por outro lado, em virtude da situação precária do mercado, a uva com graduação inferior a 16° não seria vinificada e os vinhos, com características e qualidades inferiores, segundo os parâmetros de análise do Laboratório de Enologia e Pesquisa, seriam destilados. Logo, os associados que se valessem de meios ilícitos e que fizessem manipulações das uvas e dos vinhos, entregues à Cooperativa, poderiam ser eliminados do quadro social. Também não eram permitidas as misturas de vinho Herbemont com vinho tinto.

Em 1971 a 1972 ocorreu nova eleição da diretoria, para os exercícios dos próximos três anos, cujos resultados foram: Diretor-presidente: Sr. João Antonio Salvador; Diretor-comercial: Sr. Angelo Valentin Venturin; Diretor-administrativo: Sr. Germano Crocoli.

A crise ainda não havia chegado ao fim e esta já era considerada a maior vivida na História da vitivinicultura. Além dos resultados pouco favoráveis, a Cooperativa teve que aumentar a capacidade de armazenamento e melhorar a aparelhagem com objetivo de conseguir racionalizar a produção e de diminuir os custos de produção.<sup>225</sup>

Como medida de ordem econômica optou-se por não participar na exposição da Festa da Uva com estandes de comercialização dos produtos e nem no curso alegórico. O preço dos produtos não alcançou o custo de produção; mesmo assim, optou-se por mantê-lo, como uma tentativa de superar a crise. Em outras palavras, as vendas estavam sendo realizadas no mesmo ritmo, com o intuito de não prejudicar a continuidade dos negócios, embora sabendo que os preços eram inferiores aos da tabela da Secretaria de Economia.

A previsão para o exercício de 1972 a 1973 era de uma melhora no setor. Os preços estavam reagindo e os estoques baixando. A safra que se aproximava não era considerada alta e isso faria com que o mercado se equilibrasse. Entretanto, essa redução na safra obrigou a Cooperativa a comprar vinhos de terceiros para atender à demanda do mercado.

Assim, o período foi marcado pela superação da crise, depois de três anos, e pelas dificuldades financeiras que se abateram sobre as indústrias vinícolas. Desta forma, a situação financeira da Cooperativa apresentou-se em melhores condições.<sup>226</sup>

---

<sup>224</sup> Ata n. 28. Livro de Assembléias Gerais (livro 1). 10 set. 1970. p. 162-164.

<sup>225</sup> Neste período mudou-se o processo de avaliação e de produção dos vinhos. Vinho com acidez volátil de 1,8° seria encaminhado à destilação. Mudava também o cálculo da quantidade de uva para cada litro de vinho, também do ponto de partida. Ata n. 29. Livro de Assembléias Gerais (livro 1). 25 set. 1971. p. 169.

<sup>226</sup> Ata n. 30. Livro de Assembléias Gerais (livro 1). 23 set. 1972. p. 176.

Depois dos problemas enfrentados, o exercício de 1973 a 1974 pode ser considerado o que apresentou o melhor balanço no período, ao mesmo tempo em que conseguiu manter o menor índice de despesas, apenas 33% da receita total.<sup>227</sup> Isso demonstra que os custos de produção ficaram abaixo dos exercícios anteriores e as despesas estruturais, comerciais e financeiras estavam sendo administradas satisfatoriamente.

Mesmo com os problemas de ordem econômica enfrentados, verifica-se a participação ativa da Cooperativa na sociedade caxiense com a doação de dinheiro para a Igreja de São Pio X, no valor de Cr\$ 35.000,00, para as obras da entidade<sup>228</sup> e na participação da Cooperativa com bonificações no Festival do Vinho e do Queijo, realizado nas dependências do SENAC.

A partir de 1974, a Cooperativa resolveu não importar garrafas,<sup>229</sup> devido ao alto custo com importações. Nesse período ainda, realizou testes de uma nova variedade de uva, a Couderc 13, a qual foi difundida pela Estação Experimental de Vitivinicultura e Enologia de Caxias do Sul.

Identificou-se, com a leitura das atas, o primeiro problema encontrado pelo conselho fiscal: o pagamento da conta telefônica de um funcionário, em todos os meses de gestão da diretoria executiva, sendo que os recibos estavam assinados pelos diretores. Após os conselheiros terem ouvido as ponderações dos diretores, aprovaram as contas em virtude da utilização de o telefone ser de interesse da Cooperativa. A conta continuou sendo paga pela empresa enquanto persistiram as finalidades do seu uso.<sup>230</sup>

Em 1974 a 1975, a Cooperativa resolveu aplicar o fundo de assistência social no reembolso das despesas médicas, hospitalares, odontológicas, farmacêuticas, laboratoriais, radiográficas, além das despesas funerárias, dos associados e dos funcionários mediante a comprovação documental de tais gastos, com limite máximo de até 40% do valor das cotas-partes dos associados e 40% da média salarial dos últimos 12 meses dos colaboradores. Ainda nesse período, foi decidido que se contrataria um assessor, o qual teria a missão de supervisionar os trabalhos da direção<sup>231</sup> e realizou-se a eleição da nova diretoria, cujos

---

<sup>227</sup> Ata n. 30. Livro de Assembléias Gerais (livro 1). 23 set. 1972. p. 203-206.

<sup>228</sup> Ata n. 266. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 08 out. 1973. p. 115-116.

<sup>229</sup> Novo aumento dos preços de garrafas e garrafões em torno de 26,5%. Compra de 200.000 vasilhames de dois litros e 500.000 garrafas de meio litro para suco de uva no mercado interno. Ata n. 272. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 08 abr. 1974. p. 121-122.

<sup>230</sup> Ata n. 23. Livro de atas do Conselho Fiscal (livro 1). 08 abr. 1974. p. 13.

<sup>231</sup> Ata n. 279. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 23 set. 1974. p. 129-130.

resultados foram: Diretor-presidente: Sr. João Valentin Venturin; Diretor-comercial: Sr. Danilo Francisco Bettiato; Diretor-administrativo: Sr. Germano Crocoli.<sup>232</sup>

Observa-se, ainda no período de 1974 a 1975, que a indústria vinícola estava novamente atravessando um período difícil, cujos principais fatores identificados foram os grandes estoques de vinho, a oferta superior à procura e a acentuada queda nos preços dos vinhos. Assim, por exemplo, o litro do vinho comum a granel estava sendo vendido em 1974 a Cr\$ 1,40 passando, no ano de 1975, a valer apenas Cr\$ 0,70, ou seja, 50% do valor normal. Todavia os custos de produção foram majorados, o que, associado à alta do preço da uva, ao aumento do custo da mão-de-obra e à obrigação da correção do vinho com mosto concentrado, encareceu e diminuiu a qualidade do produto.<sup>233</sup>

Desta forma, o comportamento comercial da época era de poucas vendas, com preço baixo. Com isso, a Cooperativa optou em não forçar as negociações, apenas dando o atendimento normal à clientela, objetivando manter os preços médios.<sup>234</sup>

Observa-se nos relatórios gerenciais que a Cooperativa apresentava uma capacidade total de seis milhões de litros de estocagem, não havendo problemas no armazenamento dos vinhos. No exercício em análise, o estoque estava em 4.720.510 litros, correspondendo a 78,7% da capacidade total. Dentre os estoques, as uvas comuns ocupavam 83% do recebimento, enquanto que os vinhos comuns representavam 76% da pauta de produção da empresa.

No exercício de 1975 a 1976, a Cooperativa vendeu a participação na Distribuidora de Vinhos do Rio Grande do Sul. Ainda nessa ocasião, em virtude da concorrência e do aviltamento dos preços do vinho comum, utilizou-se a uva Isabel para a produção de suco de uva, considerando que o produto pode ser comercializado a partir do primeiro dia de produção e que a comercialização não enfrentava os mesmos problemas que o vinho tinto comum. Isso sem contar que o lucro obtido com a venda do suco de uva é maior do que a do vinho comum.

Como decisão comercial optou-se por acompanhar os preços dos concorrentes, de maneira que se pudesse dar vazão aos estoques e abrir espaço para a próxima safra; também, por comprar uva de terceiros, para satisfazer o montante de vendas do próximo exercício, além de se admitir novos associados em virtude do déficit de produção.

---

<sup>232</sup> Ata n. 33. Livro de Assembléias Gerais (livro 1). 21 set. 1974. p. 207-210.

<sup>233</sup> A correção do vinho poderia ocorrer com mosto concentrado ou com álcool vínico de 71°. A quantidade de material necessário para a correção depende da graduação da uva. Os vinhos da cantina central eram corrigidos com açúcar.

<sup>234</sup> Ata n. 285. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 14 abr. 1975. p. 137-138.

De acordo com os preços vigentes, o vinho comum foi vendido com prejuízo. Mesmo assim, preferiu-se manter os valores inalterados para evitar nova queda nas vendas. Contudo, foram elaborados novos cálculos de custos, para corrigir os problemas com o material de embalagem, em virtude do aumento da inflação.<sup>235</sup>

Em 1978 a 1979 ocorreu a eleição da nova diretoria, tendo o seguinte resultado: Diretor-presidente: Sr. Germano Crocoli; Diretor-comercial: Sr. João Antonio Salvador; Diretor-administrativo: Sr. Danilo Francisco Bettiato.<sup>236</sup>

Com o objetivo de aproximar os associados, foi deliberado que deveriam ser feitas reuniões, com pequenos grupos de agricultores, para tirar possíveis dúvidas e para estimular uma participação mais ativa nos negócios da Cooperativa. Em abril de 1978 foi realizado um curso de treinamento em cooperativismo, buscando qualificar os associados no assunto.

De acordo com o crescente do volume de produção vinificada na cantina central, tendo em vista o fechamento, por motivo de ordem econômica, dos postos de Santa Lúcia do Piaí e de Lisot, bem como o fechamento de um grande número de cantinas rurais dos associados, houve dificuldade na colocação da produção, comprometendo a capacidade de estocagem da Cooperativa. Desta forma, como medida preventiva, definiu-se aumentar a capacidade de estocagem com a ampliação da infra-estrutura.<sup>237</sup>

Em outubro de 1979, observou-se queda nas vendas, motivada pelo aumento dos preços, gerados pelos prejuízos causados pelas geadas tardias. Com isso, optou-se por manter os preços anteriores como uma medida para conter as baixas vendas, em face da possibilidade de perder ainda mais clientes.<sup>238</sup>

Ocorreu ainda, a contratação de um técnico agrícola<sup>239</sup> para dar assistência aos cooperados, em cumprimento à exigência do Banco do Brasil para liberar os financiamentos das contas dos associados: há, aqui, um maior relacionamento do Banco com a Cooperativa.

No exercício de 1981 a 1982 ocorreu a eleição da nova diretoria executiva, ficando deliberado que esta não receberia nenhuma retribuição financeira, percebendo apenas o reembolso das viagens, em virtude dos problemas financeiros. Os diretores eleitos

---

<sup>235</sup> Ata n. 309. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 10 jun. 1975. p. 170-171.

<sup>236</sup> Ata n. 39. Livro de Assembléias Gerais (livro 1). 23 set. 1978. p. 244-252.

<sup>237</sup> Foram vendidos os ativos imobilizados desses postos com objetivo de fazer fluxo de caixa. Ata n. 332. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 20 abr. 1978. p. 202-203.

<sup>238</sup> Ata n. 338. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 12 out. 1979. p. 212.

<sup>239</sup> A década de 1980 foi marcada pela profissionalização dos setores de gestão e produção, com o objetivo de fazer frente aos novos rumos administrativos propostos pela Cooperativa.

foram: Diretor-presidente: Sr. Danilo Francisco Bettiato; Diretor-comercial: Sr. Angelo Valentin Venturin; Diretor-administrativo: Sr. João Antonio Salvador.

Ressalta-se que o mercado apresentou uma leve reação e que as vendas proporcionaram um bom número de negociações, com volume físico considerado satisfatório, porém sem lucro. Houve a venda de 200.000 litros de vinho branco comum,<sup>240</sup> mesmo com preço de venda inferior ao custo, para poder fazer fluxo de caixa.<sup>241</sup> Havia maior oferta do que procura por produtos, com pouca oferta de crédito. Desta forma, incentivou-se a produção de suco de uva, sendo comercializadas 300.000 garrafas de dois litros e 1.200.000 de meio litro.

A safra de 1983 a 1984 apresentou uma queda de 50%, havendo a necessidade de comprar uvas de terceiros para poder suprir a capacidade de produção e de comercialização. Além disso, os valores, para o preço mínimo, propostos pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP), não agradaram os produtores.<sup>242</sup> Diante desta situação, a estratégia comercial foi forçar as vendas, sendo proposta a realização de uma campanha publicitária, com novas viagens realizadas com o intuito de se comercializar os produtos da Cooperativa. Outro problema enfrentado dizia respeito aos altos preços do açúcar em virtude da paralisação do mercado.

A uva para a industrialização do suco apresentava-se com preço melhor do que para a produção de vinhos varietais. Mesmo com os incentivos propostos pela Cooperativa, a situação do comércio de vinhos estava estagnada.

O exercício seguinte, 1984 a 1985, contou com uma das maiores safras, com a Cooperativa recebendo, em média, cerca de 200.000 quilos de uva por dia; com isso, pôde vender uva para terceiros. Em contrapartida, estava ruim a situação econômica da Cooperativa e do País. A Cooperativa permanecia endividada e as conseqüências para o futuro poderiam estar comprometidas. Diante desta situação, as despesas de custeio deveriam ser pagas pelos associados; para fazer fluxo de caixa, teve-se que vender parte do ativo imobilizado.

No período de 1985 a 1986, foi realizada a venda de 200.000 litros de vinho, a preço de mercado, para dar espaço a fim de se receber a nova safra. Contudo, o preço do vinho

---

<sup>240</sup> O vinho branco tem um papel importante na conquista de novos consumidores, podendo ser consumido gelado e também ser adocicado. A correção do vinho, elaborado a partir de uvas brancas, exige uma tecnologia menos complexa que a do vinho tinto; a produção de vinho branco é menos custosa e não precisa ser envelhecido para consumo, o que permite maior rotatividade e menor investimento em estoques. JALFIM; GRANDO, 1988, op. cit., p. 199.

<sup>241</sup> Ata n. 359. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 14 ago. 1981. p. 238-239.

<sup>242</sup> Foram definidos novos preços sugeridos pela Fecovinho e uma nova pauta mínima de preços para o Estado. Ata n. 376. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2), 14 jan. 1983. p. 263-264.

estava inferior ao valor do custo, ocasionando prejuízos para as empresas vinícolas. Além disso, o período foi marcado novamente pelas dificuldades na compra de vasilhames, de garrafas e de garrafões, inclusive pagando-se ágio pela compra; como consequência, houve o aumento dos custos dos produtos, já que o valor não poderia ser repassado aos clientes com a impossibilidade de se alterar os preços de venda.<sup>243</sup>

Pela primeira vez registram-se duas chapas, concorrendo às eleições, sendo eleitos os senhores: Hercílio Eberle, como diretor-presidente, Germano Crocoli, como diretor-comercial e João Antonio Salvador, como diretor-administrativo.

No sentido de qualificar a parte técnica e administrativa, contratou-se um assessor para a direção e um superintendente de produção para auxiliar na gestão da diretoria da Cooperativa. Os cargos não eram remunerados e, geralmente, eram exercidos por ex-diretores ou ex-conselheiros.

No período de 1987 a 1988 ocorreram dificuldades comerciais, com o aviltamento dos preços e com a inexistência de comércio para os produtos. Sem dúvida foi um dos piores momentos para a indústria vinícola e a situação era delicada, visto que os estoques eram grandes e a safra alta.

Para abrir espaço para a próxima safra, optou-se por tentar aumentar o volume das vendas, ao invés de entregá-lo ao Governo. Com esta medida, foi realizada a venda de 1.100.000 litros de vinho a granel, com preço defasado,<sup>244</sup> enquanto se aguardava uma definição do Governo no que se refere à política de preço mínimo.

Com os problemas de fluxo de caixa, caso a nova safra de vinho não fosse vendida, esta deveria ser entregue ao Governo, como forma de pagamento da dívida, evitando o desgaste comercial. Essa manobra, em última análise, objetivava não macular o nome, a marca e a qualidade dos produtos da Cooperativa. A empresa estava com o caixa comprometido, pois as despesas fixas, os impostos e os gastos com seguros e com a manutenção das cantinas existiam independentes de ter ou não produção. Desta maneira, a entrega da produção ao Governo se constituía em uma manobra emergencial que evitaria o fechamento da Cooperativa.<sup>245</sup>

Com a indecisão do mercado, foram necessárias correções nas tabelas de preços, em vários períodos; contudo, o mercado não comportava tais alterações. Por isso, sugeriu-se, como estratégia comercial, a realização de viagens para São Paulo, Montevidéu e Buenos

---

<sup>243</sup> Ata n. 408. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 3). 08 nov. 1985. p. 16.

<sup>244</sup> Ata n. 435. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 3). 11 dez. 1987. p. 51- 52.

<sup>245</sup> Ata n. 441. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 3). 13 mai. 1988. p. 60-61.

Aires com objetivo de visitar e de conquistar novas praças e clientes. Outras medidas comerciais adotadas foram a venda de 1.000 caixas de suco de uva ao cliente Supermercado Real, ao valor do custo da embalagem, com a finalidade de incluir o produto neste novo posto de venda.<sup>246</sup> Além disso, houve a divulgação de vinhos de viníferas brancas, com desconto promocional, a ser realizada nas rádios do Estado, pelo período de um ano, enfatizando que os produtos não teriam reajustes de preços. Também, nesse mesmo período, foram lançados vinhos em embalagens de litro.

Em julho de 1988 propôs-se um índice redutor do EGF (Empréstimo do Governo Federal), além da entrega da safra ao Governo, para possibilitar o pagamento dos empréstimos auferidos. Mesmo com os problemas financeiros, resolveu-se participar de dois eventos regionais, o Festival do Queijo e do Vinho e a Festa da Uva.

Em março de 1989 houve um novo congelamento de preços, o qual impossibilitou a continuidade da comercialização. Com base nesse problema, a Cooperativa optou por negociar com cada cliente para que mantivessem os produtos nas prateleiras do supermercado. Caso persistisse por muito tempo essa situação, os prejuízos seriam altos.

Desta forma, como medida política, a Federação das Cooperativas, juntamente com as demais entidades de classe, encaminhou um pedido ao Governo Federal para descongelar os preços dos vinhos e derivados. Com essa solicitação foi autorizada uma portaria, liberando o aumento em 30%.<sup>247</sup> Com a portaria assinada, propôs-se vender com urgência o maior volume de vinho possível, mesmo com preço abaixo do custo, a fim de resgatar os débitos com os bancos e fazer fluxo de caixa.

Do total estocado de vinho, 3.210.000 litros a granel, e mais 200.000 litros engarrafados, 3.117.179 estavam vinculados ao Banco do Brasil como garantia do EGF, o que representava cerca de 91% da produção total. Com correção e juros, o valor da dívida tornava-se impagável; caso não tivesse uma solução em curto prazo, propôs-se entrar na Justiça, solicitando um índice redutor para a dívida ou a prorrogação dos vencimentos.<sup>248</sup>

Observa-se na análise das contas que as vendas passaram por uma recessão jamais vista na História da Cooperativa. Diante desta situação, foram tomadas algumas medidas, tais como:

- a) atualizar a tabela de preços de maneira que cobrisse a liquidação dos empréstimos;
- b) selecionar o número de funcionários necessários e dispensar os demais;

---

<sup>246</sup> Ata n. 441. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 3). 13 mai. 1988. p. 60-61.

<sup>247</sup> Ata n. 450. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 3). 10 mar. 1989. p. 73-74.

<sup>248</sup> A dívida estava na ordem de Cz\$ 1.161.752,00, com juros de aproximadamente 30% ao mês.

- c) pressionar o Governo Federal, por meio da Federação das Cooperativas (Fecovinho), para que concedesse um índice redutor sobre o saldo devedor da EGF;
- d) pressionar o Governo Estadual para conceder maior prazo para o pagamento do ICMS;
- e) controlar as compras ao necessário, de modo a reduzir as despesas.<sup>249</sup>

A década de 1990 inicia com a troca da diretoria executiva. No pleito participaram duas chapas, sendo os eleitos: Angelo Valentin Venturin, Diretor-Presidente; Hercílio Eberle, Diretor-Comercial e Alfeu Maggi, Diretor-Administrativo. Com o objetivo de qualificar os processos administrativos, a diretoria escolhida contratou um assessor para auxiliar na gestão.

Os problemas financeiros continuaram e existia a possibilidade de a Cooperativa entregar a safra de 1990 para o Governo. As vendas de vinho a granel foram realizadas pelo valor mínimo para, pelo menos, cobrir os custos e as despesas e para saldar os empréstimos, sem, no entanto, ocorrer sobra. Sugeriu-se manter os preços mesmo sem resultados, de maneira a estimular as vendas até conseguir pagar as dívidas, além de ampliar o prazo de pagamento dos clientes em 120 dias.<sup>250</sup>

De acordo com a nova política financeira adotada pela diretoria, o pagamento da safra aos associados deveria ocorrer com recursos próprios, à medida que o dinheiro fosse entrando em caixa. Com a finalidade de ficar livre dos pagamentos dos altos juros, optou-se pelo desconto de duplicatas, pois estas apresentavam uma taxa menor do que os juros cobrados pelos bancos.

Tem-se aqui a preocupação por parte da diretoria executiva na criação de uma política de eliminação dos empréstimos, os quais prejudicavam a saúde financeira da entidade. Por isso, foi aprovada a venda de vinho a granel em quantidade suficiente para eliminar os empréstimos e para diminuir os encargos financeiros.

O período foi marcado pela troca da moeda de cruzados para cruzeiros, além da implementação de vários planos econômicos para tentar amenizar os efeitos inflacionários. Com os problemas econômicos, os salários ficaram defasados e havia o descontentamento dos funcionários. No entanto, necessitava-se esperar o dissídio coletivo e o desenvolvimento das

---

<sup>249</sup> Ata n. 454. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 3). 11 ago. 1989. p. 78-79.

<sup>250</sup> Ata n. 462. Livro de atas da Diretoria e Conselhos (livro 2). 12 abr. 1990. p. 88-89.

decisões governamentais para se tomar uma posição quanto à possível troca de empregados que recebiam altos salários, por outros com salários menores.<sup>251</sup>

Em agosto de 1991 teve-se a idéia de se reconstruir a memória da Cooperativa, desde a fundação até o momento da decisão, comemorando os 70 anos de sua existência com a criação de álbum, painel, dados, História e fotografias. Contudo, o projeto não foi levado adiante.

No período de 1992 a 1993, há nítidos sinais de preocupação com o futuro da Cooperativa, em relação à criação do Mercosul e a suas possíveis influências. Para os gestores, a integração entre os países produtores de vinho acarretaria transformações produtivas e políticas. Neste sentido, a Cooperativa buscou otimizar os processos e tornar-se competitiva para poder sobreviver no mercado.<sup>252</sup>

Em novembro e dezembro de 1992, os agricultores foram convidados a comparecer à Cooperativa para dar uma previsão da safra futura. Com estes dados, existiriam condições de se fazer um planejamento produtivo e orçamentário, trazendo facilidades para a Cooperativa.

Para alcançar os objetivos, deviam-se buscar novos associados e ajudar na educação cooperativa para que fosse possível atingir as metas propostas pela organização. Como formas de atrair os produtores, a Cooperativa previu o pagamento da safra na entrega da uva e bancou a diferença de preços, de acordo com a necessidade e com as metas estratégicas da empresa.

Outra saída foi criar uma norma para a entrada do produto. Logo, com a expectativa de produção dos associados, juntamente com a capacidade de produção e demanda, poder-se-ia estimar qual seria o melhor procedimento para se atender às necessidades do mercado.

Em maio de 1993 constata-se a preocupação da Cooperativa em relação à diminuição da produção de uvas. O motivo era a falta de estímulos, gerada pelo baixo preço. Com isso, os produtores preferiam plantar outras frutas ou realizar atividades que proporcionassem maior rentabilidade.<sup>253</sup>

Por isso, a política da Cooperativa era diversificar a produção, aperfeiçoando a qualidade das vinhas e solidificando a estrutura. Como medida comercial, buscava-se um projeto para a construção do varejo, com o advento da Festa da Uva, e a contratação de uma promotora que funcionaria como um cartão de visitas da Cooperativa para atender visitantes, clientes e divulgar os produtos.

---

<sup>251</sup> Verificou-se por meio de análise dos métodos de trabalho a existência de dois funcionários a mais no processo produtivo. Como medida de competitividade e diminuição dos custos, optou-se pela demissão dos mesmos. Ata n. 473. Livro de atas da Diretoria e Conselhos (livro 2). 14 dez. 1990. p. 102-103.

<sup>252</sup> Ata n. 492. Livro de atas da Diretoria e Conselhos (livro 2). 13 jul. 1992. p. 122-123.

<sup>253</sup> Ata n. 502. Livro de atas da Diretoria e Conselhos (livro 2). 10 mai. 1993. p. 131-132.

Além disso, a situação econômica do País não era das melhores e havia dificuldades na comercialização dos produtos. Os principais motivos eram a retração, a falta de política salarial e a criação do IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira), o qual oneraria a produção. Nessas condições a Cooperativa optou em investir em estoques de materiais dentro das necessidades de produção, sob a alegação de que os preços viessem a aumentar.<sup>254</sup>

No período de 1994 a 1995, as mudanças no cenário econômico geraram expectativas de sucesso do Plano Real. Com isso, a Cooperativa resolveu reforçar os estoques de vinho, criando e bancando ofertas atrativas. De fato, com as compras, haveria a possibilidade de se aumentar as vendas no futuro, o que seria interessante do ponto de vista comercial, pois o mercado mostrava-se favorável a isso.

Com a evolução comercial, a Aliança contratou uma empresa de pesquisa para verificar como estava a posição da Cooperativa nos mercados da região. Os resultados da pesquisa foram: a marca aparece com frequência, o produto tem aprovação do consumidor, mas foram reconhecidos problemas de distribuição. A Cooperativa deveria efetivar campanhas publicitárias na mídia (rádio, TV e jornais) para melhorar o desempenho da organização, criar um sistema de vendas e pós-vendas mais criativo, aprimorar a qualidade dos produtos e consolidar a marca Aliança não apenas com grandes clientes mas também com clientes pequenos.<sup>255</sup>

A safra de 1995 foi marcada pela alta oferta de vinhos com preços baixos e prazos longos. A comercialização de 1994 ficou aquém do esperado, aproximadamente 25% menor do que a safra anterior. O mercado encontrava-se indefinido em relação aos preços e não existia lugar nos depósitos para estocar os produtos.

Durante o exercício de 1995 a 1996, o mercado do vinho apresentou diversas opções, sendo possível verificar-se a entrada de vinhos estrangeiros a preços acessíveis. Desta forma, com o intuito de se tornarem mais atrativas, as empresas vinícolas venderam vinho a granel por R\$ 0,20 o litro. Porém, mesmo com essa redução no preço, verifica-se um baixo consumo de vinho e o aumento no de cachaça e no de cerveja.

Como medida comercial preventiva para conquistar o mercado, resolveu-se lançar novos produtos como *coolers* e refrigerantes e concentrar a produção no suco de uva.<sup>256</sup> Outra

---

<sup>254</sup> Ata n. 505. Livro de atas da Diretoria e Conselhos (livro 2). 09 ago. 1993. p. 136-137.

<sup>255</sup> Ata n. 519. Livro de atas da Diretoria e Conselhos (livro 2). 12 set. 1994. p. 152-153.

<sup>256</sup> O vinho comum no Rio Grande do Sul é produzido com matéria-prima proveniente de cepas híbridas e americanas, que produzem uvas como Isabel, Herbemont e Concord, de qualidade inferior para a vinificação. A matéria-prima inadequada, aliada a um padrão tecnológico mediano no processamento,

iniciativa de negociação foi a realização de um contrato com uma central nacional de vendas, que resultou em uma tentativa infrutífera, a qual em 120 dias de trabalho não conseguiu concretizar nenhuma venda. Os motivos alegados pela central foram: preço alto, custo de transporte, inadimplência dos compradores, tempo desfavorável e insegurança por parte dos compradores.<sup>257</sup>

Também se buscou criar um plano de conscientização dos funcionários e associados para tentar combater a crise, buscando trabalhar a motivação e o interesse pela empresa, com o objetivo de torná-la mais competitiva. Observa-se a preocupação em realizar um trabalho de forma integrada, em virtude das dificuldades causadas pelo Plano Real.

É importante destacar que com essas iniciativas desenhou-se o futuro da Cooperativa, a qual tinha como meta vender quantidades suficientes de seus produtos para cobrir os custos fixos e buscar diminuir as despesas, de modo a não auferir resultados negativos. Desta maneira, procurou-se qualificar os produtos, criando-se novas linhas e diminuindo a ociosidade. Sendo assim, a empresa passou a engarrafar o suco de acordo com as vendas, não havendo a necessidade de contratar safristas, e os funcionários seriam utilizados para o recebimento das uvas. O material de embalagem, caixas, garrafas e matérias passariam a ser adquiridos de acordo com a necessidade: assim haveria maior disponibilidade no depósito e isso resolveria o problema de falta de espaço, deixando a Cooperativa mais ágil e produtiva.<sup>258</sup>

As empresas concorrentes estavam praticando baixos preços e havia um pequeno consumo de vinhos no País pela falta de divulgação da marca da Cooperativa. Com a queda acentuada nas vendas, as medidas anteriores foram tomadas de forma imediata para que a Cooperativa não sucumbisse. A inadimplência e a falta de novos associados, para aumentar o volume de uvas e a produção de vinhos, ajudavam a agravar tal problemática.

Observa-se nos discursos da diretoria que se buscava salientar a importância da Cooperativa para os associados; havia, também, a preocupação com a entrada de multinacionais e de empresas de grande porte que estavam assediando os produtores, fazendo política de melhores preços de acordo com os próprios interesses. Salienta o diretor-presidente que a Cooperativa é a união dos associados, sendo a única entidade que tem

---

faz com que a potencialidade de competição do vinho comum, produzido no RS, com seus similares importados, sejam limitados. As uvas americanas e híbridas são mais apropriadas para a produção de sucos. Ver: JALFIM, Anete. Anos 90: reestruturação da vitivinicultura do RS? *Indicadores Econômicos FEE*: análise conjuntural. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 269, 1988.

<sup>257</sup> Ata n. 531. Livro de atas da Diretoria e Conselhos (livro 2). 11 set. 1995. p. 166-167.

<sup>258</sup> Ata n. 534. Livro de atas da Diretoria e Conselhos (livro 2). 11 dez. 1995. p. 170-171.

possibilidade de oferecer resistência à situação, dando garantia de recebimento e de comercialização da produção.<sup>259</sup>

Com a situação econômica em crise os clientes exigiam qualidade com preço baixo. A única saída para tentar amenizar a situação era colocar no mercado vinho em embalagem plástica para poder chegar aos preços dos concorrentes.

Tendo em vista todos os problemas econômicos e comerciais que as demais Cooperativas enfrentaram, em novembro de 1996, criou-se, por intermédio da Fecovinho, um “Programa de Reestruturação das Cooperativas”. Promoveu-se um seminário na Embrapa com a participação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Universidade de Caxias do Sul (UCS), cooperativas e UVIBRA. Depois de discutidos os problemas do setor com todos os agentes envolvidos (agricultores, produtores de vinho e comerciantes), estes ficaram de apresentar um projeto global para o segmento.<sup>260</sup>

Entretanto a Cooperativa Aliança tomou as seguintes iniciativas de forma particular: aperfeiçoar qualitativamente a empresa, dando melhores condições de competitividade; criar um formulário de estimativa de produção; fornecer caixas para os associados para a entrega das uvas; formular uma pesquisa para diagnosticar os problemas no meio rural do setor vinícola.

No campo administrativo, em agosto de 1997 foram rejeitadas, pelo conselho fiscal, as contas da Cooperativa. O conselheiro, Sr. Alceu Dalle Molle (atual presidente), juntamente com os demais membros do conselho, analisaram as contas e rejeitaram em função de diferenças nas receitas entre o valor bruto e as deduzidas de IPI, além das provisões para devedores não-esclarecidas e a explicação sobre a diminuição no patrimônio líquido da entidade. Por determinação do conselho foi decidido que seria feita uma auditoria interna para a revisão das contas.<sup>261</sup>

A auditoria interna e o laudo pericial foram efetuados em dezembro de 1996, no qual se evidenciaram irregularidades fiscais e tributárias. Como consequência, decidiu-se demitir

---

<sup>259</sup> Ata n. 542. Livro de atas da Diretoria e Conselhos (livro 2). 10 ago. 1996. p. 180-181.

<sup>260</sup> O *Projeto Provitis* consistiu em uma proposta de formação de um fundo de recursos financeiros, para a tomada de ações consideradas prioritárias para a UVIBRA para a equalização das condições de competitividade dos vinhos nacionais, tendo em vista o processo de abertura da Economia nacional. As ações propostas eram basicamente a reorganização do setor viticultor, o desenvolvimento de uma campanha de valorização dos vinhos nacionais e a reestruturação do aparato fiscalizador do Estado. Ata n. 544. Livro de atas do Conselho Fiscal (livro 1). 11 nov. 1996. p. 182-183.

<sup>261</sup> Dentre os problemas encontrados pelo conselho fiscal estavam: diferenças nos valores das vendas totais, na conta provisão para devedores duvidosos, crescimento exagerado do passivo circulante em relação ao ativo circulante, acréscimo do endividamento da empresa, diferenças no ativo imobilizado e na conta de investimentos. Ata n. 318. Livro de atas do Conselho Fiscal (livro 1). 01 ago. 1997. p. 143.

os procuradores da empresa e o contador. Feita a auditoria das contas, reuniram-se os conselheiros fiscais, os quais, após conferirem as retificações no balanço, aprovaram as alterações ficando todas as dúvidas esclarecidas e ajustadas.<sup>262</sup>

Uma estratégia comercial relevante ocorreu com a contratação de um gerente de vendas que deveria negociar os produtos da Cooperativa em todo o território nacional. O gerente teria a incumbência de realizar vendas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, colocando produtos na rede *Macro-Atacadista* e *Carrefour*, com descontos e bonificações. Com essa iniciativa, seria necessária a substituição dos representantes comerciais da empresa. O gerente teria a missão de negociar as margens de lucros dos representantes, que oscilava na faixa de 30%, considerado este um valor alto pela diretoria; ainda, faria a revisão dos preços que estavam diferenciados entre o varejo da Cooperativa e alguns representantes da região. Em outras palavras, havia representantes com preços mais baixos que o varejo da Cooperativa. No escopo também se previa a contratação de promotoras de vendas e degustadoras para Porto Alegre, grande Porto Alegre e litoral gaúcho e catarinense. As profissionais seriam contratadas para fazer promoção e degustação dos produtos, principalmente os *coolers* e os novos produtos lançados pela Cooperativa.

Observa-se nesse período um maior profissionalismo, com a qualificação do setor comercial, inclusive com metas de projeção de vendas. Outra estratégia comercial foram as mudanças ocorridas nos rótulos dos produtos e, como inovação, verificou-se a criação de uma página na Internet. As mudanças nos rótulos podem ser observadas nos Anexos U, X e AC.

Buscava-se, com todas essas iniciativas, uma maior integração entre os setores produtivos, engarrafamento e administrativo para que fosse possível incrementar as vendas e a produção da empresa. Outra medida era evitar os desperdícios e as perdas no processo produtivo, tais como: quebra de garrafas, problemas com rótulos, desperdício de matérias-primas e qualidade da uva. A Cooperativa deveria, pois, maximizar o parque industrial, ser mais atuante no mercado e otimizar o sistema operacional.

Com essas mudanças, a Cooperativa passa a ter uma nova matriz de custos, tendo em vista a redução do volume de mão-de-obra dos safristas, em virtude do recebimento da produção em caixas, e do aprimoramento do recebimento com a automatização dos processos.<sup>263</sup>

---

<sup>262</sup> Na ocasião foi solicitado ao contador da empresa que assinasse o balanço patrimonial do exercício encerrado em 30 de junho de 1997. Ele negou-se, por não concordar com os motivos que o levaram ao afastamento do cargo. Ata n. 319. Livro de atas do Conselho Fiscal (livro 1). 03 out. 1997. p. 143-144.

<sup>263</sup> Além dessas iniciativas, foi criado um manual de recebimento que trazia as seguintes normatizações: não misturar as uvas, não trazer uvas com água nas caixas, não trazer uva fermentada e não entregar

Verifica-se que, com a concorrência acirrada, as empresas tendem a racionalizar os fatores e os sistemas de produção, para se tornarem mais competitivas e, assim, permanecerem no mercado. Esse reflexo ficou flagrante com o Plano Real e com a globalização, pois fez com que as decisões fossem tomadas de forma planejada e instantânea.

No período de 1997 a 1998, pode-se verificar o amadurecimento profissional da diretoria executiva, no sentido de contratar uma consultoria externa para organizar o setor administrativo da empresa, a qual ficaria focada em estruturar as contas, o fluxo de caixa e o capital de giro da Aliança. A falta de recursos financeiros forçava a Cooperativa a contrair empréstimos para pagar a safra dos associados e garantir que não fosse perdida a produção para os concorrentes. As iniciativas enfraqueciam a Cooperativa, pois esta devia buscar recursos no mercado financeiro e, muitas vezes, ficava descapitalizada, comprometendo a saúde financeira da entidade.<sup>264</sup>

Nesse mesmo período, evidenciou-se um problema com o nome de um produto português denominado “Caves Aliança”. Como proposta, resolveu-se verificar o registro nas marcas e patentes e, caso necessário, entrar com uma ação judicial junto a um escritório no Rio de Janeiro, especializado neste tipo de causa, para resolver a situação.<sup>265</sup>

Ocorreu, ainda, uma nova eleição para a diretoria executiva, a qual teve como membros escolhidos Alceu Dalle Molle, Diretor-Presidente; Evandro Perin, Diretor-Comercial e Ruy Bertuol, Diretor-Administrativo.

Inicia-se a década de 2000 com a criação de um núcleo para a formação do preço da uva, baseando-se na pesquisa dos preços pagos pelas outras empresas, e com a concepção de uma política de pagamento. Havia problemas relacionados às indústrias que pararam de receber uvas, em virtude de não concordarem com o preço mínimo do produto.

Em virtude dos problemas climáticos, a qualidade das uvas causou prejuízos à Cooperativa. A falta de uva bordô no mercado fez com que fossem tomadas medidas, tais

---

uvas com graduação menor do que 11°. Também se deve entregar a produção de acordo com as normas do regimento interno. Ficavam sujeitos à demissão os associados que desrespeitassem o regimento interno, desviando a produção. A Cooperativa realizou melhorias na expedição para evitar congestionamento no pátio com caminhões. Também houve mudanças no sistema de descarregamento e reformas na entrada da balança.

<sup>264</sup> A empresa de consultoria realizou melhorias na cooperativa no sentido de definir um organograma, o papel desempenhado por cada colaborador, as políticas de liberação do crédito, mudança na equipe financeira e a troca do *software* de gestão. Essas medidas fariam com que a organização tivesse condições de progredir no mercado, com metas de faturamento e captação de recursos para equilibrar as finanças. Na área comercial, a saída era a substituição dos representantes que não estavam preocupados em vender os produtos da Aliança. A empresa de consultoria também solicitou que a Cooperativa buscasse orientação jurídica para poder lidar com as causas trabalhistas e as questões de mudanças estatutárias. Ata n. 561. Livro de atas da Diretoria e Conselhos (livro 2). 08 jun. 1998. p. 200-201.

<sup>265</sup> Ata n. 554. Livro de atas da Diretoria e Conselhos (livro 2). 08 dez. 1997. p. 194-195.

como: a criação de condomínios; o aumento da produção dos associados ou a compra de uva de terceiros.<sup>266</sup> Na concepção dos diretores da Cooperativa, deve-se trabalhar junto aos produtores com vistas à conscientização da redução da produção de uvas, não consideradas nobres, para melhorar a qualidade da uva e dos vinhos.

No que se refere ao desfecho da ação movida contra a Aliança Portuguesa, por colocar vinhos no mercado com a mesma marca comercial, a proposta da empresa foi o pagamento de uma indenização na ordem de R\$ 100.000,00, a qual foi aceita pela Cooperativa Aliança. No entanto, para que não se fechassem as negociações, propôs-se uma parceria com a vinícola portuguesa para buscar conquistar o mercado internacional.<sup>267</sup> E para que não houvesse outros problemas, a Caves Aliança entrou em contato com importadores e emitiu uma nota explicativa, solicitando o cancelamento das importações.

Uma medida comercial idealizada pela diretoria foi referente ao varejo da Aliança, no qual ficariam abertas as negociações para que a propriedade da loja fosse da empresa e para que se estruture um espaço para a visitação aberta ao público com a abertura de uma loja no Shopping Iguatemi projetada para setembro de 2001.

Em 2004 houve mudanças na área comercial na região de Porto Alegre, objetivando trabalhar com as grandes redes varejistas. A decisão possibilitaria desativar a venda externa e a entrega de produtos, reduzindo o custo.

Foram feitas viagens internacionais para a Itália, o Chile e a Argentina, com passagens pagas pela Fecovinho e pela Aliança, sendo realizadas visitas a vinícolas, à Federação de Cooperativa da Argentina e com participação em uma feira de negócios.<sup>268</sup>

O período também ficou marcado pelos contratos com empresas de consultoria, as quais acompanhariam a administração por um determinado período. Optou-se pela criação de um projeto para melhorias na Cooperativa.<sup>269</sup> A alta administração reviu o planejamento estratégico da empresa, com objetivo de promover mudanças nos objetivos para os próximos anos. O planejamento estratégico estava previsto para iniciar em 2004 e os objetivos e estratégias seriam discutidos com o grande grupo.

Uma empresa de consultoria foi contratada para fazer um diagnóstico da Cooperativa. No levantamento realizado buscaram-se oportunidades de melhorias, com foco em uma gestão transparente. As melhorias visavam atingir o resultado global do negócio, pela

---

<sup>266</sup> Ata n. 605. Livro de atas da Diretoria e Conselhos. 28 dez. 2001.

<sup>267</sup> Ata n. 588. Livro de atas da Diretoria e Conselhos (meio eletrônico). 03 maio 2000.

<sup>268</sup> Ata n. 645. 24 ago. 2005.

<sup>269</sup> Ata n. 608. Livro de atas da Diretoria e Conselhos (meio eletrônico). 03 maio 2002.

organização, sistematizando e formalizando os processos. Buscava-se também a profissionalização na gestão, com a aproximação das áreas da Agronomia, fiscal e contábil. Dentre as oportunidades de melhorias fez-se o estudo e obteve-se a análise crítica dos resultados.<sup>270</sup>

Outra medida para o controle financeiro da Cooperativa foi a aprovação do conselho fiscal para promover uma auditoria nas contas da empresa. Essa auditoria teria uma periodicidade bianual: assim aconteceriam, no mínimo, duas auditorias por mandato, tornando a gestão mais transparente.<sup>271</sup>

O ano de 2007 foi recessivo para o mercado de vinhos finos e de vinhos importados,<sup>272</sup> visto que estes pouco a pouco ocupavam o espaço dos nacionais, inclusive dos vinhos comuns. Com base nesse cenário, criou-se um plano para o incentivo à produção de vinhos finos, buscando valorizar e remunerar melhor as uvas de qualidade superior, praticando, inclusive, preços acima da tabela do Governo. No sentido de fortalecer a participação do cooperado e melhorar a qualidade do produto final, buscou-se capacitar os associados e familiares, realizando-se um curso sobre os fundamentos, a importância e as perspectivas do cooperativismo para a pequena propriedade agrícola.<sup>273</sup>

Teve-se uma proposta de compra de 2.000 m<sup>2</sup> da Cooperativa, por um grupo empresarial de Caxias do Sul. Com base nessa proposta, a diretoria iniciou a procura de um terreno para a construção de uma nova sede, a qual deveria estar, preferencialmente, nas rotas turísticas de Caxias do Sul. O primeiro local que foi cogitado seria no interior do Município, mais precisamente, em Monte Bérico.<sup>274</sup>

---

<sup>270</sup> Segundo o diagnóstico da consultoria, dentre os pontos fortes da Cooperativa Aliança estavam: detém uma boa imagem no mercado; tem compromisso com os princípios do cooperativismo; é portadora de uma carteira de clientes sólida e que mantém a fidelidade; atinge grandes clientes; possui localização geográfica regional privilegiada; tem potencial de crescimento; predisposição para mudanças e melhorias evidentes nas pessoas. Como sugestões de melhoria, a formalização e a padronização como necessidade da empresa para a melhoria dos resultados dos processos, para maior transparência e conforto na gestão do negócio; a formação de um grupo que tivesse “foco no mercado”; a criação de um plano de assistência técnica ao sócio. Ainda se verificou que o varejo apresenta um bom volume de vendas. Ata n. 427. 24 jan. 2007.

<sup>271</sup> Ata n. 428. 28 fev. 2007.

<sup>272</sup> No Rio de Janeiro, as vendas apresentaram uma sensível queda, pela entrada indiscriminada de vinhos importados; os espumantes foram os que sofreram menos com a concorrência. Ata n. 436. 30 out. 2007.

<sup>273</sup> A Cooperativa Aliança tomou essas medidas porque algumas empresas compradoras da região já tinham pagado pela uva valores mais elevados. Com isso, buscava-se remunerar a uva por um preço mais justo. Os produtores alegavam que o plano de uvas finas tinha um gasto muito superior para produzir estas variedades e isso deveria compensar pela menor produção. Ata n. 429. 28 mar. 2007.

<sup>274</sup> Um empresário do ramo de construção civil estava interessado em adquirir a área da matriz da Cooperativa Aliança no centro de Caxias do Sul. Ata n. 608. Livro de atas da Diretoria e Conselhos (meio eletrônico). 22 maio 2002. Ata n. 610. 28 ago. 2002. Ata n. 611. 25 set. 2002.

Passados três anos, as terras em Monte Bérico foram negociadas e utilizou-se parte dos recursos da venda do terreno para comprar uma nova área de terra, em outra localidade mais retirada do centro ou em algum roteiro turístico. Contudo, o IBAMA fez a cobrança de taxas retroativas desde o ano de 2001. Com essa situação de inadimplência junto ao IBAMA, não seria expedida a certidão negativa, o que dificultava a venda das terras e a negociação da dívida com o órgão em troca de alguma medida compensatória.<sup>275</sup>

Verificou-se na análise das atas que a Cooperativa vinha crescendo comercialmente, em nível nacional, e a saída era contratar um gerente comercial para trabalhar em tempo integral na Região Sudeste a partir do ano 2003. Além disso, fazia-se necessária a contratação de um gerente regional para atuar na Região Sul<sup>276</sup> e de um representante para atuar em Minas Gerais. Também foram incorporados ao quadro de representantes dois ex-vendedores da Cooperativa Aurora, um no Estado do Paraná e outro em São Paulo.<sup>277</sup>

Outro indício de crescimento da empresa estava na aceitação dos produtos no mercado e na falta de mercadorias para atender à demanda; deste modo, necessitava-se adquirir uvas e vinhos de outras empresas. Um exemplo foi a compra de vinho bordô a granel da Cooperativa Forqueta,<sup>278</sup> com a possibilidade de comprar mais vinho de outras empresas da região.<sup>279</sup>

A Cooperativa foi premiada com três troféus de ouro e um de prata no Concurso dos Melhores Vinhos de Caxias do Sul.<sup>280</sup> Com a especialização dos produtos optou-se por participar de um consórcio de exportação de vinhos finos na *wine from Brazil* e fazer parte de feiras internacionais para a comercialização de vinhos. Buscou-se realizar degustações com enólogos nacionais e estrangeiros, reconhecendo-se o vinho da variedade Tannat como sendo o melhor vinho tinto da avaliação.<sup>281</sup>

---

<sup>275</sup> Em agosto de 2007 as terras em Monte Bérico foram negociadas e a diferença entre a venda das terras foi utilizada para reformar a “Ponta Runha” em Santana do Livramento. Ata n. 433. 25 jul. 2007.

<sup>276</sup> O gerente de vendas contratado para a Região Sul tinha 25 anos de experiência, trabalhando na Vinícola Salton S/A. Ata n. 632. 22 jun. 2004.

<sup>277</sup> Ata n. 442. 23 abr. 2008.

<sup>278</sup> A Cooperativa Aliança comprou 350.000 litros de vinho *Bordeaux* da Cooperativa Forqueta, sendo que existiam dívidas da Forqueta com a Aliança que estavam em torno de R\$ 10.000,00 que foram pagos para a Aliança em uvas da variedade *Bordeaux*.

<sup>279</sup> Ata n. 613. 27 nov. 2002.

<sup>280</sup> Ata n. 633. 27 ago. 2004

<sup>281</sup> A Cooperativa teve seis vinhos classificados entre os 30% melhores da Avaliação Nacional de Vinhos. Teve ainda um vinho classificado entre os 16 melhores da safra. Era a primeira vez que a Cooperativa Aliança classificava um vinho tinto entre os 16 melhores. Em 2009, na 17ª avaliação nacional de vinhos que ocorreu em Bento Gonçalves, a Cooperativa teve três vinhos entre os 16 melhores e sete entre os 30% mais representativos da safra 2009. Os três vinhos vencedores foram brancos. Em 2010, no 5º Concurso Internacional de Vinhos do Brasil, que ocorreu em Bento Gonçalves, os vinhos premiados foram: com medalha de ouro, o Espumante Brut Santa Colina e Chardonnay Reserva Santa Colina 2007; com medalha de prata, o Espumante Moscatel Santa Colina e o Chardonnay Estilo Santa Colina. Ata n. 459. 29 set. 2009.

Uma das maiores decisões estratégicas tomadas pela Cooperativa Aliança na década de 2000, para a ampliação da capacidade produtiva, foi a compra da Vinícola Livramento, com a aquisição da estrutura, de alguns veículos e de equipamentos, os quais foram trazidos para matriz. Também se fez o levantamento da documentação fiscal e entrevistas com os funcionários, decidindo-se que, no momento que estivesse tudo em ordem, realizar-se-ia a abertura da nova filial.

Quando foi adquirida a empresa, o estoque de vinhos da Vinícola Livramento, em volume total, representava cerca de 380.000 litros e tinha um valor médio de R\$ 0,45 o litro. Necessitava-se fazer um investimento na unidade de Santana do Livramento na ordem de R\$ 400.000,00 para a aquisição de equipamentos para a elaboração de espumantes.<sup>282</sup>

No que se refere às questões da mão-de-obra para a produção agrícola da unidade de Santana do Livramento, propôs-se um sistema de parceria com os funcionários para dar continuidade ao empreendimento.<sup>283</sup> Em uma visita feita à referida unidade, resolveu-se reduzir a área de vinhedos em 36 hectares, desativando aqueles que não estavam mais produtivos.<sup>284</sup>

Foi realizada, em Santana do Livramento, uma visita, em conjunto com profissionais do BRDE, à fazenda adquirida para a liberação dos recursos do financiamento. Buscavam-se também recursos para instalar uma nova linha de engarrafamento, produzindo-se, por conta própria, os espumantes com a marca Santa Colina.

Pensando dar uma nova aparência aos produtos, a Cooperativa criou um novo logotipo da marca Aliança com apelo à saúde.<sup>285</sup> Foi contratada uma engenheira de alimentos que seria direcionada para a produção de sucos, estabelecendo um programa de qualidade que transformaria a Aliança em uma indústria de alimentos.<sup>286</sup>

No ano de 2007 iniciaram as primeiras tratativas de negociação para a incorporação da Cooperativa Victor Emanuel à Cooperativa Aliança. A aproximação das duas cooperativas visava a uma futura união das estruturas, em virtude de a Cooperativa Victor Emanuel encontrar-se com problemas de comercialização de vinhos e a Cooperativa Aliança estar comprando vinho a granel. Assim, a união das duas estruturas resolveria os problemas de compra de vinho e, ainda, geraria um aumento do patrimônio para a realização de novos

---

<sup>282</sup> Ata n. 648. 28 dez. 2005.

<sup>283</sup> Ata n. 650. 22 fev. 2006.

<sup>284</sup> Nessa mesma visita resolveram-se tomar as seguintes atitudes: venda de *pinnus* de propriedade da Cooperativa, negociação de tratores e redução de funcionários. Ata n. 651. 22 mar. 2006.

<sup>285</sup> Ata n. 653. 31 maio 2006. Ata n. 651. 22 mar. 2006.

<sup>286</sup> Ata n. 434. 22 ago. 2007.

investimentos. Por outro lado, ainda se resolvia o problema da continuidade da Cooperativa Victor Emanuel.<sup>287</sup>

As negociações estavam encaminhando-se e a Cooperativa Victor Emanuel, representada pelo presidente e pelo vice-presidente, visitaram a sede da Aliança, informando que, em assembléia, foi decidido ser aceitável associar-se à Cooperativa Aliança, pois esta tem uma História tradicional e o fato de ser incorporada por uma empresa coirmã seria um processo menos traumático.<sup>288</sup>

O ano de 2008 foi marcado pela baixa venda dos vinhos a granel. Os vinhos finos e de mesa também tiveram redução, mas o suco apresentou crescimento. Pela preocupação descrita nas atas, a dificuldade encontrada pela Cooperativa Aliança não era diferente do que vinha acontecendo com o mercado vitivinícola em geral, o que vinha preocupando toda a cadeia produtiva da uva e vinho nacional.<sup>289</sup>

Aos poucos o volume de vinho engarrafado ganhou mercado, o que foi considerado pela direção um fator importante. No entanto, a rentabilidade caiu em virtude da dificuldade de repasse de preços. Por outro lado, ocorreu o aumento nos custos de produção e de comercialização, tais como, material de embalagens, energia, fretes, mão-de-obra e impostos.<sup>290</sup>

Dando continuidade às possíveis parcerias com outras organizações, recebeu-se, na sede da Aliança, a visita da direção da Cooperativa São Pedro, momento no qual se deu início à discussão sobre uma possível sociedade. Cogitou-se a possibilidade da construção de um novo parque industrial que passava por duas alternativas. A primeira se referia à efetivação de uma parceria com as Cooperativas São Pedro e Pradense para, em conjunto, construírem uma estrutura para a produção de sucos, visando otimizar os custos e maximizar as estruturas administrativas e comerciais. A segunda era vender a sede na área central de Caxias do Sul e construir uma empresa nova por conta própria.

No ponto de vista das diretorias, as atitudes deveriam ser iniciadas imediatamente, com o intuito de buscar o aumento da rentabilidade das Cooperativas. As mudanças deveriam passar pela revisão de custos e até pela demissão de pessoas, para que se pudessem aumentar

---

<sup>287</sup> Observa-se, com o passar dos anos, que a empresa vinha adquirindo muito produto de outras Cooperativas. Um exemplo foi a aquisição de um volume de 650.000 litros de vinho tinto comum da Cooperativa Pradense, para fazer frente às vendas de final de ano de 2007, com a possibilidade de adquirir mais vinho de outras empresas. A Aliança ainda estava comercializando mosto de uva Isabel para a Golden Sucos.

<sup>288</sup> Ata n. 437. 28 nov. 2007.

<sup>289</sup> Ata n. 443. 28 maio 2008.

<sup>290</sup> Ata n. 445. 23 jul. 2008.

o percentual de lucro, agilizando a situação que era de dificuldade para todo o setor vitivinícola.

De fato, a possibilidade de aproximação com as outras duas Cooperativas transformou-se em uma alternativa para todas as Cooperativas interessadas em participar do projeto. Portanto, avaliou-se a possibilidade de a Aliança fazer parte de uma organização que pudesse industrializar e comercializar um volume em torno de 70 milhões de quilos de uva. Os levantamentos foram sendo realizados e somente três Cooperativas não participariam do projeto, dentre elas: Aurora, Garibaldi e São João.

Com base no projeto, propuseram-se algumas alternativas para o futuro da Cooperativa Aliança, dentre elas: (I) vender a sede em Caxias do Sul e construir uma nova na 3ª Léguas, o que obrigaria a empresa a buscar recursos para finalizar o projeto; (II) unir-se a um projeto com outras Cooperativas para a construção, em conjunto, de uma empresa maior e moderna para a produção de sucos naturais e concentrados, além de uma moderna indústria de engarrafamento.<sup>291</sup>

Nota-se que a idéia de um grupo de Cooperativas formarem outra maior, com o objetivo de unir estruturas produtivas, áreas comerciais e marcas, fortalecendo o grupo, isso parte da necessidade em comum de potencializar sinergias e baixar custos, viabilizando o ganho de mercado e possibilitando melhores condições de sobrevivência dos associados. Salienta-se que, mesmo antes da formação desse grupo, a Cooperativa Aliança já vinha produzindo suco para quatro outras Cooperativas e recebendo uvas e vinhos de outras três.<sup>292</sup>

O projeto de unificação das Cooperativas estava evoluindo, porém o número de Cooperativas participantes diminuiu para seis, sendo três de Caxias do Sul, duas de Flores da Cunha e uma de Farroupilha. Dando seqüência aos trabalhos, estudava-se a viabilidade jurídica para o projeto.

---

<sup>291</sup> Verifica-se que iria aumentar o volume de sucos de uvas para a próxima safra (2009), passando a produção de sucos de valor agregado para a indústria de sucos na 4ª léguas, algo em torno de 500.000 litros. Com isso buscavam-se parcerias para aumentar o volume de sucos naturais na Cooperativa Pompéia e de sucos sulfitados nas Cooperativas Forqueta e Cooperativa Linha Jacinto.

<sup>292</sup> No mesmo período, a Cooperativa Aliança recebeu toda a uva da Cooperativa Victor Emanuel, cerca de 200.000 quilos da Cooperativa Rosita, além de receber mosto de niágara da Cooperativa Pradense e Linha Jacinto. As duas primeiras Cooperativas tinham problemas de comercialização dos vinhos a granel. Outro problema que a empresa vinha enfrentando era a falta de espaço, pois não havia mais disposição de espaço físico suficiente para o volume de produtos que a empresa vinha elaborando. Ata n. 451. 28 jan. 2009.

No entanto, com o recebimento das uvas de outras Cooperativas, os sucos ficaram com um padrão diferente dos outros anos e isto preocupou a Aliança, visto que poderia resultar em um produto de má qualidade.<sup>293</sup>

O projeto de unificação das Cooperativas até esse momento em análise já passou por nove reuniões pela região e ao todo seriam realizadas doze reuniões. Ambas tiveram aprovação pela maioria dos sócios. Até 05 de junho de 2009, dever-se-ia ter a posição de todas as Cooperativas interessadas. O próximo passo seria a criação de um modelo de estatuto para a nova Cooperativa.

A Aliança vinha em um crescente momento produtivo e comercial, firmando uma parceria com a Fazenda Melina para a produção de sucos em um volume aproximado de 150 mil litros. A Cooperativa de Cotiporã e a de Monte Vêneto acharam o projeto de unificação moderno; aproveitando a oportunidade, fizeram um pedido para a comercialização de 500 mil litros de suco de uva. A preocupação agora era com os associados que não estavam entregando a produção de uvas à Cooperativa e que deveriam regularizar essa situação. As demais Cooperativas associadas à Nova Aliança já estavam regularizadas.<sup>294</sup>

O crescimento produtivo teve suas conseqüências e o resultado foi o recebimento de uma carta registrada em cartório de um grupo de vizinhos que estavam descontentes com o barulho e com o transtorno que a Cooperativa vinha causando durante a safra da uva. A empresa vinha administrando o problema da melhor forma, mas outro fato acabou atrapalhando: um caminhão perdeu o freio e caiu sobre uma moradia que ficava perto das imediações da Aliança. A responsabilidade era do motorista; porém, de qualquer forma, abalava a imagem da empresa com os vizinhos. Com todos os problemas apresentados, decidiu-se fazer a transferência da Cooperativa Aliança para o Município de Flores da Cunha, o que causou impacto na população local com a notícia da saída da empresa de Caxias do Sul noticiada no rádio e no jornal.<sup>295</sup>

Para dar seqüência aos projetos, os conselheiros e os diretores concordaram em concorrer a mais um mandato, para que não tivessem mudanças no período de unificação com

---

<sup>293</sup> Em 2010, novamente a preocupação da direção era com a qualidade das uvas. Devido a esse fator passaram-se dois dias sem produzir suco de uva em virtude da falta de qualidade. Já haviam recebido mais de quatro milhões de quilos de uvas e os graus de açúcar estavam em média três graus abaixo do apresentado em 2009, o que provavelmente haveria dificuldade em produzir o volume de suco que havia sido planejado. Ata n. 464. 24 fev. 2010.

<sup>294</sup> Ata n. 460. 23 out. 2009.

<sup>295</sup> Foi mencionado em ata o impacto que gerou, na região, as notícias veiculadas em rádio e jornal, informando a saída da Cooperativa Aliança de Caxias do Sul. Relata-se que o clima entre a empresa e o setor público local, leia-se a Prefeitura Municipal, não ficou dos melhores; com base nas considerações, o conselho orientou que se fizesse uma reunião com o Prefeito para esclarecimentos. Ata n. 465. 24 mar. 2010.

as demais cooperativas da Nova Aliança (NAL), além do que os diretores e os conselheiros não poderão ser modificados na NAL.

O volume de uvas processadas no ano de 2010 totalizou 8,4 milhões de quilos, isto é, um milhão de quilos a mais do que em 2009. Uma vez processada a produção da Cooperativa São Victor, na estrutura da Aliança, isso fez com que baixasse o custo do processo por litro de vinho, em relação ao ano passado em um centavo de real.<sup>296</sup>

Em maio de 2010 um grupo de uma vinícola da região serrana visitou, em Santana do Livramento, as instalações da Aliança para avaliar as condições de estrutura física, máquinas, equipamentos e vinhedos da Santa Colina, visando a uma possível compra do bem, gerando recursos a serem aplicados no projeto da NAL, com valor de venda estimado em torno de R\$ 8.000.000,00.

Em junho do mesmo ano, ficou acertada a questão das negociações da Santa Colina, ficando definido que não seria feita a venda do patrimônio. Desta forma, o próximo passo seria aumentar a área plantada, podendo-se, para tanto, buscar parceiros ou realizar arrendamentos, com o intuito de aumentar os vinhedos.<sup>297</sup>

Outra questão preocupante no período estava relacionada às importações. No primeiro semestre de 2010 os volumes de vinhos finos importados do Chile e Argentina atingiram o mesmo volume importado em todo o ano de 2009. O fato preocupava todos os produtores de vinhos do País e as lideranças estiveram em Brasília para discutir com as autoridades o assunto. Presume-se que o crescimento se deu por dois motivos: primeiro pela queda do poder aquisitivo na Europa e a necessidade de vender os vinhos em outros Países, neste caso o Brasil; segundo, pela chegada do selo fiscal, que pode ter sido a causa do aumento das importações.<sup>298</sup>

As negociações estavam avançando e em agosto de 2010 foram realizadas as assinaturas das escrituras das terras para a construção da Nova Aliança, doada pela Prefeitura de Flores da Cunha, sendo apresentada para o Conselho a forma de condução dos trabalhos da NAL, que seria realizada pelo método de Escritório de Projetos.<sup>299</sup>

Em setembro de 2010 foi informado pelo Presidente da Cooperativa Aliança, Sr. Alceu Dalle Molle, que, em virtude da necessidade do terreno, onde será construída a Nova Aliança, estar livre de qualquer gravame, haverá a obrigatoriedade de a empresa comprar as

---

<sup>296</sup> Ata n. 466. 28 abr. 2010.

<sup>297</sup> Ata n. 468. 28 jun. 2010.

<sup>298</sup> Ata n. 469. 28 jul. 2010.

<sup>299</sup> Ata n. 470. 25 ago. 2010.

terras da Prefeitura de Flores da Cunha. A ideia é adquirir o terreno em longo prazo (cerca de 10 a 20 anos). É importante ressaltar que a Prefeitura de Flores da Cunha estava prestes a doar o terreno; porém, o problema do gravame atrapalhou os negócios. De outra forma, o Prefeito do Município se comprometeu a auxiliar a Nova Aliança com outros benefícios, tais como: terraplanagem, brita, poço artesiano, asfaltamento do entorno da planta, ou seja, toda a infraestrutura necessária. Para dar continuidade ao projeto, foi apresentado o mapa estratégico e o plano de ações da Nova Aliança para o conhecimento de todos os Conselheiros.

## B) DECISÕES LEGAIS, FISCAIS E POLÍTICAS

Uma das medidas políticas relevantes para o setor foi a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)<sup>300</sup>, que se encontra como representante do Sistema Cooperativista Nacional, por força do art. 105 da Lei n. 5.764/71, e, ao mesmo tempo, como órgão técnico consultivo do Governo Federal. A OCB foi criada em 1971 pela Lei que instituiu a Política Nacional do Cooperativismo, e tem como competência reunir as entidades de mesmas características nos Estados da Federação e do Distrito Federal. Compete à OCB apreciar e caracterizar as modalidades de cooperativas, de acordo com os ramos de atividade. No uso de suas atribuições, elenca 13 ramos regulamentados e que determinam o enquadramento das cooperativas brasileiras, a saber: (I) agropecuário; (II) consumo; (III) crédito; (IV) educacional; (V) especial; (VI) habitacional; (VII) infra-estrutura; (VIII) mineral; (IX) produção; (X) saúde; (XI) trabalho; (XII) turismo e lazer; (XIII) transporte de cargas e passageiros.

---

<sup>300</sup> Segundo informações do banco de dados da OCB, divulgados no *site* < <http://www.ocb.org.br>>, o cooperativismo brasileiro cresceu em 2008, gerando emprego e renda para associados, familiares e comunidades onde há cooperativas. Enquanto em 2007 eram 7.672 cooperativas com 7.687.568 associados, em 2008, o setor fechou o ano com 7.682 cooperativas e 7.887.707 associados. O total de empregados contratados pelas cooperativas atingiu 254.556, no ano de 2008, superando os 250.961 em 2007. Já o faturamento das cooperativas alcançou a marca dos R\$ 84,9 bilhões em 2008 ou aproximados 18% sobre os R\$ 72 bilhões registrados no ano anterior. As Regiões Sul e Sudeste se mantiveram na liderança do faturamento bruto do cooperativismo. Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina concentraram a maior fatia desse crescimento. As Regiões Nordeste e Centro-Oeste vêm em seguida com o aumento de 21,52% e 18,8%, respectivamente. Em 2008, as cooperativas brasileiras registraram 21,49% de crescimento nas exportações, frente a 2007. No total, foram exportados US\$ 4,01 bilhões. Os produtos que lideraram as vendas ao exterior foram do complexo soja, do setor sucroalcooleiro, carnes, café, cereais e laticínios.

Segundo Josmar Domingues (2003), foi com o advento da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que se definiu a Política Nacional do Cooperativismo, aperfeiçoando a legislação brasileira na disciplina das sociedades cooperativas, tratando-as como sociedades de pessoas e de natureza civil. A interpretação do documento legal permite concluir que as sociedades cooperativas são pessoas jurídicas com características peculiares e de reflexos no desempenho de suas finalidades institucionais. (DOMINGUES, 2003, p. 24)

Waldírio Bulgarelli (1995) enfatiza que, antes do decreto de 1932, as sociedades cooperativas não tiveram estrutura própria; somente a partir desse documento, é que se destacam as características que as distanciam das sociedades do tipo clássico, constituindo-se em um novo tipo societário e com forma própria, ao lado dos demais tipos de sociedades comerciais. A natureza jurídica e as características das sociedades cooperativas encontram-se disciplinadas nos artigos 3º e 4º da Lei n. 5.764/71, cujos conteúdos destacam:

Art. 3º. Celebram contrato de sociedade cooperativa pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços, em proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4º. As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I. adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salva impossibilidade técnica de prestação de serviço;

II. variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III. limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV. inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V. singularidade de voto;

VI. *quorum* para funcionamento e deliberação da assembleia geral baseado no número de associados;

VII. retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação contrária em assembleia geral;

VIII. indivisibilidade dos fundos de reserva e de assistência técnica, educacional e social;

IX. neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

X. prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI. área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços. (BULGARELLI, 1995, p. 252)

Além das características que distinguem a sociedade cooperativa das demais, as especificidades trazidas pela Lei ajustam-se à definição da Aliança Cooperativista Internacional (ACI), pois, nas considerações de Waldírio Bulgarelli (1995), as cooperativas

são constituídas pelos associados, com necessidades comuns, que criam empresa de natureza econômica, porém não-lucrativa, destinada a prestar-lhes serviços. (BULGARELLI, 1995, p. 214)

Assim, a cooperativa é considerada uma extensão dos cooperados (art. 83 da Lei n. 5.764/71); criada por eles (artigos 3º e 4º) para facilitar-lhes as suas operações, caracterizando-se pela prestação direta de serviços aos cooperados (art. 7º). Para o autor supracitado, “*as cooperativas são os cooperados*”, apesar de ostentarem personalidade jurídica para efeitos de separação patrimonial e de representação do corpo associativo. Este aspecto é o que caracteriza o ato cooperativo, no qual a cooperativa atua com os seus associados dentro de um círculo fechado. (BULGARELLI, 1995, p. 294)

Renato Becho (2002) aponta para a existência de dois conceitos distintos para a definição do *ato cooperativo*: (I) a legal, emanada do Direito Positivo, o Direito institucionalizado pelo Estado; (II) a doutrinária, erigida a partir da Ciência do Direito, ciência esta, entendida como a disciplina que aborda o Direito. Sob o enfoque da Teoria Geral dos Fatos Jurídicos, o ato cooperativo é um *ato* jurídico, pois decorre da ação do homem e seus efeitos são regulados pelo Direito. (BECHO, 2002, p. 143)

Daí que se definiu o *ato cooperativo*, cuja redação, contida na Lei n. 5.764/71, é mais apropriada do que aquela encontrada no Decreto n. 60.597/1967. Eis, aqui, a transcrição:

Art. 79. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou de mercadoria.

Nos escritos de Josmar Domingues (2003), acolheu-se, na Lei Cooperativista Brasileira, a concepção doutrinária do *ato cooperativo*, que consiste em um modelo dogmático captado na prática e inspirado nos princípios cooperativistas, consistindo em atos negociais de natureza interna, praticados no círculo fechado das relações cooperado-cooperativa e que, por isso mesmo, não se confunde com os contratos tradicionais do sistema negocial capitalista. (DOMINGUES, 2003, P. 31)

Para compreensão dos atos internos - atos cooperativos - em negócio-fim e negócio-meio, têm-se os conceitos desenvolvidos por Walmor Franke,<sup>301</sup> que, destacados por Wilson Polônio (1999), apontam que o denominado negócio-fim é aquele realizado entre os associados e a cooperativa, sendo negócios cooperativos internos que podem ser realizados isoladamente, ou seja, devem ser precedidos dos negócios cooperativos externos. Já o negócio-meio é aquele realizado entre a cooperativa e o mercado. (POLONIO, 1999. p. 51)

Distingue-se pelo fato de serem, estes últimos, negócios realizados para viabilizar o exercício da atividade objeto dos associados, sendo colocado à disposição dos associados, que se servem dos recursos provenientes dos negócios externos (meio) para cumprirem os contratos realizados pela cooperativa, como seus substitutos.

Neste sentido, tem-se o posicionamento de Renato Becho (2002), que afirma identificar nos negócios-fim e negócios-meio aquelas operações para as quais a cooperativa foi criada. Os negócios externos ou negócios-meio são aqueles necessários para a ocorrência dos negócios internos ou negócios-fim. Não são as práticas principais. Entretanto, são imprescindíveis para que elas se realizem. (BECHO, 2002, p. 159)

De acordo com Josmar Domingues (2003), no que se refere à apuração e à destinação das sobras, das perdas, dos lucros e dos prejuízos, a realização dos objetivos sociais, seja qual for o objeto da cooperativa de consumo, de produção, de trabalho ou de qualquer ramo, só se efetiva mediante a consecução dos atos cooperativos com o seu quadro de associados. Essa realização pressupõe a prestação de serviços aos associados, nos termos já referidos dos artigos 3º e 7º, da Lei n. 5.764/71, os quais figuram como sócios e simultaneamente usuários desses serviços. (DOMINGUES, 2003, p. 35)

Assim, na movimentação econômica e financeira de um exercício social, o saldo resultante nas contas-correntes dos associados é decorrente do confronto entre os créditos originados das receitas, por conta deles auferidas pela cooperativa, em contraposição aos débitos contraídos, em nome deles, pela cooperativa para suplantiar despesas gerais e operacionais incorridas. Sendo positiva essa diferença, tem-se a ocorrência da denominada *sobra líquida*. Porém, se negativa, em vista da insuficiência das contribuições para a cobertura das despesas da sociedade, verifica-se a ocorrência da *perda* ou do *prejuízo*, conforme terminologias utilizadas pela própria Lei n. 5.764/71.

O retorno das sobras líquidas do exercício, aos associados, efetivar-se-á após a retenção dos fundos obrigatórios, previstos no art. 28, na proporcionalidade das operações

---

<sup>301</sup> POLONIO apud FRANKE, Walmor. *Direito das sociedades cooperativas: Direito Cooperativo*. São Paulo: Saraiva, 1973.

realizadas pelo associado, se assim dispuser o estatuto social da cooperativa, ou conforme deliberação da assembléia geral. Em relação às perdas ou aos prejuízos verificados no exercício, por força do art. 89, serão cobertos com recursos provenientes do fundo de reserva e, se insuficientes, mediante o rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos.

No que se refere à Cooperativa Aliança, uma das medidas políticas verificada na década de 1970 foi a criação da nova Lei das Cooperativas. Segundo esta lei, os associados que possuíssem cantinas rurais deveriam proceder à renovação dos registros junto ao Laboratório de Enologia; além disso, também deveriam ser feitas reformas nas cantinas e nos postos de vinificação, a fim de atender às exigências do Laboratório. Desta forma, os produtores de vinho deveriam ter cantinas conforme determina a Lei.<sup>302</sup>

No exercício de 1973 a 1974 houve a necessidade de atualizar os estatutos sociais para atender às disposições legais. Dentre as principais alterações estavam:

- a) A área de ação da Cooperativa Aliança ficou circunscrita ao território dos seguintes Municípios: Caxias do Sul, Farroupilha, Carlos Barbosa, Garibaldi, Bento Gonçalves, Veranópolis, Flores da Cunha, São Marcos, Antonio Prado, São Francisco de Paula, São Sebastião do Caí, Feliz, Nova Petrópolis, Vacaria, Canela e Gramado;
- b) O capital social não pode ser inferior a Cr\$ 200.000,00;
- c) Aos objetivos sociais foram anexados: organizar entrepostos de engarrafamento e distribuição;
- d) No que se refere à capacidade, deve-se promover o aproveitamento da produção, como venda de uva, vinho, derivados, sucos, refrigerantes e outros tipos de bebidas alcoólicas, ou não, inclusive vinagres;
- e) Adquirir produtos de não-associados, quando necessário para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos, ou para suprir a capacidade comercial;
- f) Pode filiar-se a outras cooperativas e participar de empresas não-cooperativistas;
- g) O mandato da diretoria passou de três para quatro anos, com a troca da denominação diretor-gerente por diretor-administrativo.

---

<sup>302</sup> Segundo as exigências do Ministério da Agricultura, deveriam ser azulejadas as paredes, até uma altura de dois metros, no pavilhão de engarrafamento, recebimento de uvas, tanques e destilaria, além de pintura e reforma dos pisos. Ata n. 255. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 13 nov. 1972. p. 101-102.

Destaca-se, nos demais itens do novo estatuto social, um amadurecimento legal e profissional das cláusulas estipuladas, demonstrando, deste modo, uma preocupação maior, no sentido de fiscalização, por parte dos associados nas contas e nos negócios da entidade. Em contrapartida, existe um maior controle por parte da organização em fiscalizar o que ocorre dentro das unidades familiares, como a produção e a qualidade dos produtos. No que diz respeito aos aspectos administrativos, verifica-se o interesse em qualificar as atividades de controle e de melhoria na gestão dos processos e dos atos cooperativos. Observa-se, ainda, a necessidade de os gestores da empresa buscarem profissionais das diversas áreas do conhecimento, com objetivo de melhorar a administração dos negócios da entidade.<sup>303</sup>

No ano de 1978 houve a necessidade de se fazer uma nova reforma estatutária para correção do ativo imobilizado de Cr\$ 7.506.450,00 para Cr\$ 11.675.917,00. A medida servia para corrigir as contas do patrimônio, muito altas em relação ao capital. Não houve mais financiamento da safra pela CFP, por não ser o produto vinícola considerado de primeira necessidade; portanto, não haveria custeio integral da produção. Para isso, formou-se um fundo especial de emergência caso houvesse a diminuição do financiamento das safras.<sup>304</sup>

Na década de 1980 nos campos econômicos e político, verificou-se a falta de crédito bancário para a obtenção de novos empréstimos. Tentou-se buscar auxílio, com sindicatos rurais, Câmara de Vereadores e Deputados, por meio de uma articulação política. Ressalta-se aqui que essa articulação obteve sucesso e logo foram tomadas as providências para a assinatura dos contratos com base em notas promissórias rurais.

Em março de 1986 entrou em vigor a nova política econômica adotada pelo Governo. Desta forma, pretendeu-se não tomar decisões sobre empréstimos enquanto não ficassem claras as diretrizes da nova política econômica, optando-se por utilizar as tabelas de preços antigos.

Verificaram-se as dificuldades financeiras e de vendas de todas as indústrias vinícolas, devido às medidas governamentais, congelando os preços dos vinhos e do suco de uva, antes que os custos da nova safra pudessem se repassados.

Além disso, o Governo tabelou o custo da uva que estava sendo colhida, na oportunidade do pacote, e congelou os preços de venda antes que pudessem ser reajustados.

---

<sup>303</sup> Ata n. 30. Livro de Assembléias Gerais (livro 1). 23 set. 1972. p. 176-202.

<sup>304</sup> Ata n. 323. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 11 ago. 1978. p. 189-190.

Com tal situação, seria inviável manter a continuidade do setor vinícola. Como saída, propôs-se uma reunião das cooperativas congêneres.<sup>305</sup>

O pacote por quatro meses afetou diretamente os resultados da cooperativa. Neste sentido, a Cooperativa suspendeu as vendas por não considerar viável a comercialização em virtude do congelamento dos preços.

Outro golpe sentido pela Cooperativa, pelos produtores e pelas indústrias vinícolas, como parte do novo pacote do Governo, foi o aumento do IPI do vinho para 50%. Diante da situação, ficou acertada uma nova modalidade de faturamento, separando o vinho da embalagem, pois sobre esta última não ocorreria a incidência de IPI. Assim, ressalta-se que, embora o custo da embalagem seja acrescido ao produto, não haveria a compensação do respectivo imposto.<sup>306</sup>

A venda dos vinhos estava quase nula, motivada pelos aumentos do ICM e do IPI e pela falta de poder aquisitivo do consumidor, ocorrido pela recessão que assolava o País. Salienta-se na leitura das atas que nenhuma cantina estava vendendo vinho. A saída era a venda de vinho velho, mesmo com prejuízo, para pelo menos poder pagar os associados. Por outro lado, a diretoria administrativa decidiu que não se deveria tomar nenhuma decisão de ordem econômica e comercial até que o Governo não definisse os rumos do novo Plano.

Nesse mesmo período, observa-se a contratação de novos empréstimos para pagar os anteriores e assim sucessivamente. Caso persistisse essa situação, a Cooperativa não teria recursos nem para pagar os juros dos empréstimos, visto que os seus custos, com correções e variações monetárias, apresentavam índices acima dos limites dos seus recursos.<sup>307</sup>

Como decisões de ordem legal, a década de 1980 foi ainda marcada pela Recomendação n. 127, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que encontrou repercussão na Constituição Federal de 1988, que em seu art. 174, § 2º, expressa que: “A lei apoiará e estimulará o cooperativismo”. Por sua vez, a Lei que rege as sociedades cooperativas, Lei n. 5.764/71, concorda, ao dispor em seu art. 1º, que: “Compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público”.

Verifica-se nas sociedades cooperativas, segundo Waldírio Bulgarelli (2000), que a vontade de constituir e de manter uma sociedade está em função da consideração da pessoa,

---

<sup>305</sup> Ata n. 414. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 3). 09 mai. 1986. p. 24-25.

<sup>306</sup> Ata n. 422. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 3). 12 dez. 1986. p. 34-35.

<sup>307</sup> Ata n. 427. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 3). 08 mai. 1987. p. 41-42.

pois a sociedade gira em função das pessoas que a compõem, consagrando-se na Lei o princípio doutrinário da dupla qualidade do associado: como associado, a condição de dono; como usuário, a obrigação de prover os recursos materiais necessários à execução das operações, além do custeio dos serviços usufruídos. (BULGARELLI, 2000, p. 254)

Em relação à natureza, às características e aos objetivos da sociedade cooperativa, a doutrina, descrita por Waldírio Bulgarelli (2000), interpreta como sendo a concepção inovadora e coerente, afirmando que se trata de Movimento destinado à ajuda mútua, que procura satisfazer as necessidades dos homens, através de sociedades por estes criadas, para que juntos possam obter o que sozinhos não conseguiriam. (BULGARELLI, 2000, p. 213)

Observou-se na documentação analisada a necessidade de a Cooperativa fazer o registro junto ao Ministério da Agricultura, no Serviço de Fiscalização Agropecuário (SFA), para poder comercializar defensivos agrícolas. O credenciamento autorizava a Cooperativa Aliança a poder operar com insumos e defensivos, destinados ao uso em atividades agrícolas, exclusivamente para venda aos associados.<sup>308</sup>

Verifica-se, ainda, a obrigatoriedade da emissão da nota de produtor rural em cada carga de uva. Desta forma, a Cooperativa deveria dar instruções aos produtores para o adequado preenchimento da nota. Outra exigência era a emissão de uma nota diária no total de uva vinificada. Observa-se que tais medidas objetivavam controlar o volume de produção dos associados e o recebimento diário de entrega de uvas.<sup>309</sup>

No campo político instaurava-se uma preocupação com as medidas governamentais, a criação da Unidade Real de Valor (URV) e o advento do Plano Real. Para a Cooperativa, a situação mostrava-se delicada. Com as mudanças nos rumos econômicos do País, a diretoria teria que corrigir as metas, com uma gestão participativa, com esforço conjunto, buscando a consolidação da família cooperativa, buscando os resultados, o que beneficiaria a todos os associados. Deste modo, as medidas idealizadas eram qualificar os funcionários com cursos, reestruturar os processos da Cooperativa e buscar a gestão pela qualidade.<sup>310</sup>

Outra situação era a possibilidade de o Governo editar uma medida provisória para liberar a importação de vinhos em embalagem de um litro. Tal medida poderia prejudicar o mercado interno, o produtor e estimularia a livre competição. Somente com um sistema de

---

<sup>308</sup> Ata n. 362. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 23 out. 1981. p. 242.

<sup>309</sup> Ata n. 377. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 01 fev. 1983. p. 264-265.

<sup>310</sup> Ata n. 516. Livro de atas da Diretoria e Conselhos (livro 2). 13 jun. 1994. p. 140-150.

produção otimizado e rápido, a Cooperativa conseguiria adaptar-se ao mercado “globalizado” e por meio de uma gestão que atendesse aos objetivos comuns.<sup>311</sup>

O momento político e econômico indicou que o ano de 1995 foi difícil, principalmente no tocante à comercialização, isso em todo o território brasileiro. Além disso, o Governo Federal resolveu segurar o crédito, aumentando as taxas de juros, ocasionando a retração da Economia e, conseqüentemente, inibindo os negócios. Devia-se dar ênfase na comercialização e na ampliação do mercado com agilidade. Não seria tolerado comportamento inadequado por parte dos associados e qualquer irregularidade seria passível de exclusão do quadro.

No período de 1996 a 1997, dois anos após o início do Plano Real, a política da empresa era de cautela, pois a Economia ainda se apresentava recessiva. Desta forma, devia-se buscar a conscientização dos associados para melhorar a qualidade das uvas, tornando-se indispensável deixar a Cooperativa competitiva e em condições de enfrentar a concorrência.

Em dezembro de 1998 houve a necessidade de mudança dos estatutos da Cooperativa. Dentre as principais alterações destacaram-se:

- a) Mudança na área da atuação da Cooperativa, circunscrita ao território dos Municípios que compreendem a Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul;
- b) O exercício social começa no dia 01 de janeiro, encerrando no dia 31 de dezembro de cada ano;
- c) O capital social não pode ser inferior a R\$ 2.000,00, sem limite máximo;
- d) Visando possibilitar a abertura de novos mercados de atuação, a Cooperativa ficava autorizada a importar e a exportar produtos ligados aos objetivos da sociedade;
- e) A diretoria executiva passa a ter amplos poderes para exercer o papel administrativo na organização;

Em 20 de junho de 2002, realizou-se a 90ª Conferência da OIT, que revisou a Recomendação n. 127, redefinindo cooperativa como: “associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum, por meio de uma empresa de propriedade conjunta e de gestão democrática”.

---

<sup>311</sup> Pela primeira vez figurava nas atas da Cooperativa a palavra *globalização*, que, no pensamento da diretoria e dos associados, mudaria radicalmente o mercado de vinhos no País, alterando os hábitos de consumo e dos fabricantes. Ata n. 521. Livro de atas da Diretoria e Conselhos (livro 2). 14 nov. 1994. p. 144-145.

Das definições anteriores inferem-se três elementos formadores dos conceitos de cooperativa: (I) ser sociedade de pessoas que possuem dupla qualidade: titulares da sociedade e usuárias dos serviços desta (satisfazem necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais); (II) possuir gestão democrática (regime de autogestão);<sup>312</sup> (III) realizar distribuição eqüitativa entre riscos e benefícios dentre seus associados (empresa de propriedade comum).

No ano de 2003 algumas questões fiscais também influenciaram os negócios da Cooperativa. Dentre eles estava a nova legislação do IPI, que havia mudado, tendo um acréscimo percentual no imposto e, conseqüentemente, nos preços dos vinhos. Buscava-se uma comitiva das empresas produtoras da região para fazer uma viagem até Brasília, com o intuito de se negociar uma possível redução do referido imposto.

Os anos de 2003 e 2004 marcaram a interdição do projeto da vinícola em Monte Bérico. A empresa sofreu uma ação civil do Ministério Público que embargou a obra. O processo referente à compra da terra ficou em poder da Promotoria. A Aliança buscou um acordo com esta última para a liberação da área, cerca de 2.900 m<sup>2</sup> de uma área de banhado. O acordo com o Ministério Público foi feito, desembaraçando a área para a construção mediante a autorização da FEPAM.<sup>313</sup>

Em 2006, diversos assuntos e projetos políticos tiveram ações efetivas da Cooperativa. Dentre eles o projeto do BRDE que apresentava uma linha de financiamento para a aquisição de equipamentos. Outro projeto era o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos -, que apresentava uma linha de financiamento para embalagens dos sucos de uva com juros subsidiados no percentual de 3% ao ano;<sup>314</sup> e, o Projeto Suco de Maçã. No entanto, se a Cooperativa optasse pelo suco de maçã, deveria ocorrer uma mudança de estatuto, modificando-se o objetivo social da Cooperativa. Outro projeto, via CONAB, colocou à venda cerca de 300.000 litros de vinho fino para PEP - Programa de Escoamento de Produção.

---

<sup>312</sup> A autogestão cooperativa, em sentido geral, pode ser entendida como a gestão da cooperativa pelos próprios associados. É uma forma de democratização das decisões em organizações econômicas simples ou complexas, característica que marca as cooperativas, desde as suas origens. Assim, as cooperativas somam às dificuldades de uma associação de caráter mutualista todos os problemas de uma empresa moderna. E embora se inspire no ideal de democracia direta, por imposições dos avanços tecnológicos, acabam se transformando em uma complexa sociedade, tecnicamente diferenciada e burocraticamente administrada. PINHO, 1982, op. cit., p. 65.

<sup>313</sup> Ata n. 624. 22 out. 2003. Ata n. 626. 21 jan. 2004. Ata n. 627. 27 fev. 2004. Ata n. 631. 23 jun. 2004.

<sup>314</sup> O Programa fazia com que o aumento da produção do suco de uva se viabilizasse e, conseqüentemente, a comercialização, trazendo benefícios aos cooperantes da Aliança. O número de cooperantes aptos ao programa era de 161, com direito a uma quota no valor de R\$ 3.500,00 por cooperante. O montante do Programa ficava em torno de R\$ 563.000,00. Os encargos financeiros ficavam em torno de 3% a ao ano.

A primeira década dos anos 2000 também foi marcada pela representação política da Cooperativa, por intermédio do Presidente, Sr. Alceu Dalle Molle, em diversos eventos, tais como: viagens para Brasília para a reunião da Câmara Setorial da Uva, Vinho e Derivados, representando a OCB no evento; jantar com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, Miguel Rossetto, Silvio Porto, Gilberto Spier Vargas e Erlon de Almeida, Diretor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e Presidentes de Cooperativas Vinícolas.<sup>315</sup> O Presidente da Aliança participou, ainda, em Brasília, de um encontro do setor vitivinícola com o Ministro Guido Mantega, no qual foi tratado o assunto sobre o selo fiscal.

Na Fenavinho em Bento Gonçalves foi realizada uma audiência pública com o Ministro da Justiça Tarso Genro, no qual foram apresentados os graves problemas que afetam o segmento de vinhos nacionais.

Em 26 de dezembro de 2008, em carta aberta ao Presidente Lula, apresentou-se um breve histórico do setor de uva e do vinho no Brasil, com o objetivo de defender o produto brasileiro, ressaltando-se que o setor vitivinícola encontrava-se sob ameaça iminente de ser uma atividade econômico-social em caráter de desaparecimento, nos seguintes termos:

- 1) Vinte mil famílias que cultivam a uva numa média de 2,5 ha, (...) 15.000 delas na serra gaúcha, onde a reforma agrária deu certo já há mais de 130 anos. Em 2007, a cada quatro litros de vinho fino comercializados no Brasil, três foram importados (...) Chile ficou com 30%, a Argentina com 23%, terceiros países 33%, e as 700 empresas que elaboram vinho no Brasil tiveram 15% do mercado de seu país, ou, 50% dos vinhos enviados para cá, só pelo Chile. Estimam-se em torno de 5 bilhões de litros os excedentes de estoque mundial de vinho. Grandes empreendimentos econômicos, apoiados de diferentes formas por seus governos, promovem uma verdadeira invasão de seus produtos sobre diferentes países, inclusive o nosso, numa concorrência desleal com o produto nacional. Editando a MP nº 413, de 03 de janeiro de 2008 (...) “nós queremos competir em igualdade de condições” (...) numa sociedade globalizada, o mercado não pode ser o único balizador do comportamento de uma nação. O governo tem a função da mediação, de conduzir o equilíbrio entre a inserção no mercado globalizado e a defesa dos interesses de seu povo.
- 2) Quinze milhões de litros é o “contrabando” de vinho para o Brasil, agravando a relação já profundamente desigual entre o produto nacional e o importado, agora de forma ilegal e criminoso.
- 3) A proteção (...) de “denorex” (parece, mas não é) no mercado, pois parece vinho, tem cor de vinho, aroma de vinho, estão nas gôndolas de vinho, são acondicionados em embalagem de vinho, mas não são vinho. O selo anunciado para bebidas alcoólicas mistas, coquetéis e sangrias, que precisa ser implantado com todo o rigor, é uma medida que saudamos com entusiasmo.
- 4) Trinta mil toneladas de uva vinífera, provenientes de cepas importadas a peso de ouro, com anos de trabalho e grandes investimentos em tecnologia, foram destinadas ao vinho de mesa ou ao suco, provocando altos prejuízos, especialmente aos pequenos agricultores. O setor dispõe de um estoque excedente de vinho vinífero, neste momento, de 40.000.000 de litros. (...) sem vender o vinho as empresas não

---

<sup>315</sup> Ata n. 432. 27 jun. 2007.

têm como pagar a safra de uva aos produtores e, sem receber, os produtores não têm como sobreviver. Ainda tem a importação favorecida de ônibus brasileiros pelo Chile, conforme acordo bilateral.<sup>316</sup>

Dando seqüência, nas questões internacionais, foi realizada uma reunião na Argentina para se renegociar a entrada de vinhos argentinos no Brasil; no entanto, não houve acordo. O setor vitivinícola estudou a mobilização de toda a cadeia produtiva da uva e do vinho, pois a situação apresentava-se insustentável e corria-se o risco de ter sobras de uva na safra de 2009.

Também se recebeu na sede da Cooperativa Aliança, o Senador da República, Paulo Paim, que veio conhecer o projeto das seis cooperativas. Também estiveram na empresa o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o Deputado Federal Gilberto Spier Vargas que vieram conhecer o projeto das cooperativas e que se dispuseram a apoiar, no que fosse possível este último, porque entendem que é de importância para a região.<sup>317</sup>

Recebeu-se, na filial de Santana do Livramento, o Deputado Estadual Ivar Pavan e a sua comitiva, que visitaram a fazenda e conheceram o projeto da nova Central das Cooperativas. Na oportunidade também estiveram presentes os presidentes das cooperativas participantes do projeto para conhecer a propriedade.<sup>318</sup>

A Central das Cooperativas foi batizada com o nome de Cooperativa Central Nova Aliança Ltda. (COCENAL), e teria a sede provisória nas dependências da Aliança, até a construção do novo parque industrial em Flores da Cunha.

Houve uma reunião do conselho e da direção da cooperativa, no Município de Flores da Cunha, em que se participou de uma audiência pública, solicitada pelo Poder Legislativo do Município, para se discutir a aprovação da Lei encaminhada pelo Prefeito Ernani Heberle que autorizava o Poder Público municipal a comprar e a doar áreas de terras para as agro-indústrias que gerarem empregos e renda ao Município e que tenham cunho social.

Após a reunião, os presentes se deslocaram para a Cooperativa São Pedro (em Flores da Cunha), onde o Ministro Guilherme Cassel informou que os recursos para a elaboração dos projetos da NAL já estavam empenhados e seria assinado o contrato com a Caixa Econômica Federal. Além do Ministro estavam presentes os Deputados Federais Pepe Vargas, o Deputado Estadual Adão Vila Verde, o Prefeito de Flores da Cunha, o Prefeito de Bento

---

<sup>316</sup> A carta foi redigida por Hermes Zanetti, Presidente da Câmara Setorial da Vitivinicultura e Derivados, para o Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, que demonstrou a situação por que está passando o setor vitivinícola nacional.

<sup>317</sup> Ata n. 457. 22 jul. 2009.

<sup>318</sup> Ata n. 458. 26 ago. 2009.

Gonçalves, o Vice-Prefeito de Antônio Prado, o Secretário da Agricultura de Caxias do Sul e vereadores de diversos Municípios, além de representantes da imprensa, dos sindicatos e diretores e conselheiros de cooperativas da região.

Para adequar a Cooperativa Aliança para o recebimento das demais Cooperativas, sócias do projeto Nova Aliança, deveria proceder-se à mudança de estratégia de transformar a COCENAL em uma cooperativa singular, a qual isso se apresentava inviável por não ter precedente legal. Neste sentido, o responsável da junta comercial de Porto Alegre informou que não homologaria a ata, sendo, então, sugerido transformar a Cooperativa com maior complexidade em cooperativa-mãe, recebendo as demais. Assim, ficou acordado que seria transformada a Cooperativa Vitivinícola Aliança Ltda. em Cooperativa Vinícola Nova Aliança Ltda.<sup>319</sup>

Em novembro de 2010, conforme editado no Diário Oficial da União, passou a vigorar o selo fiscal para o vinho. A partir desta medida, os vinhos já deveriam sair das vinícolas selados e, em seis meses, todos os vinhos do mercado deveriam estar selados, sob pena de apreensão. O entendimento da diretoria era de que esta medida viesse trazer benefícios para as empresas idôneas e, conseqüentemente, para os produtores de uvas.

Ainda em 2010, mais precisamente em 24 de novembro, ocorreu a incorporação, pela Nova Aliança, das seguintes Cooperativas: São Pedro, Santo Antonio, São Victor e Linha Jacinto. Com a incorporação, a Cooperativa Nova Aliança passou a ter 464 associados a mais no quadro, todos em pleno gozo de direitos sociais.

### C) ESTRUTURAS PRODUTIVAS EXTERNA E INTERNA

Observou-se nos documentos financeiros da Cooperativa que o exercício de 1970 foi o de mais difícil gestão dentre os períodos analisados. A superprodução da safra anterior, somados aos estoques existentes na região, foram as principais causas das dificuldades, obrigando os produtores e a Cooperativa a ampliar a capacidade de estocagem e, ao mesmo

---

<sup>319</sup> O projeto teria a incorporação das cooperativas: São Pedro, Linha Jacinto, Santo Antônio e São Victor. Ata n. 472. 27 out. 2010.

tempo, intensificar as vendas com base nos preços dos concorrentes, com prazo de comercialização mais longo, para poder dar vazão à carga de estoque excedente.<sup>320</sup>

Em virtude do alto volume de oferta, os preços caíram. Por exemplo, no ano de 1969, o litro de vinho era vendido a Cr\$ 0,45, reduzindo no exercício posterior, para Cr\$ 0,28. Em virtude da situação da indústria vinícola, os preços dos produtos foram pagos aos associados segundo a tabela da Secretaria de Indústria e Comércio, geralmente menor do que o habitualmente pago pela Cooperativa.

Deste modo, a baixa nos preços trouxe a retração da receita e, com isso, a decisão da diretoria executiva em reduzir os custos e as despesas na proporção de, no mínimo, 6% o valor da receita, representando uma economia na ordem de Cr\$ 154.000,00. Mesmo assim, com todas as dificuldades encontradas, o exercício foi considerado satisfatório.<sup>321</sup>

Apesar das dificuldades do mercado, a aceitação dos produtos era boa. Em virtude disso, a outra estratégia tecnológica/mercadológica foi investir no aumento das instalações para duplicar a produção, tendo como metas: trocar as caldeiras por outras de maior capacidade e adquirir quatro pipas especiais para a fabricação dos sucos, tanques de pasteurização com cestos para manipulação das garrafas, uma prensa, tanques de fermentação, tampilhadeiras, serpentina de aço e uma balança automática para o recebimento e pesagem da uva.

Essa mudança de estrutura aumentaria a capacidade da empresa, permitindo uma produção de 760.000 litros de suco, reduzindo o custo de produção e racionalizando o sistema de engarrafamento, o que geraria um aumento na produção com menos mão-de-obra.<sup>322</sup>

Tendo em vista estes fatores, montou-se um projeto para o aumento da produção de suco de uva já para o exercício de 1971. O projeto possibilitaria uma produção na ordem de 1.500.000 de litros de suco, com uma média estimada em 70.000 litros diários. Para o plano previu-se um investimento de Cr\$ 1,9 milhões com recursos oriundos do Banco do Brasil e Banco Itaú, com prazo de pagamento em cinco anos e um ano de carência, a juros de 24% ao ano.<sup>323</sup>

---

<sup>320</sup> Como medidas para conter o aumento dos estoques de uva e de vinho, a Cooperativa estabeleceu que fossem demitidos todos os associados que entregassem, em seu nome, uvas e vinhos elaborados de não-associados. Ata n. 230. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 19 out. 1970. p. 68-69.

<sup>321</sup> Ata n. 28. Livro de Assembléias Gerais (livro 1). 19 set. 1970. p. 166.

<sup>322</sup> Em visita a Caxias do Sul, o representante da Cooperativa no Rio de Janeiro explanou a precária situação na praça de consumo, relatando o desespero em que se encontravam todos os vinicultores. Para o representante, a entrada do suco de uva tinha sido bem aceita, tanto que foram comercializados cerca de 2.000 garrações de cinco litros.

<sup>323</sup> Ata n. 34. Livro de Assembléias Gerais (livro 1). 27 set. 1975. p. 215-221.

Essa expansão fez com que a capacidade de armazenamento da Cooperativa passasse para 4,9 milhões de litros, mediante a aquisição de três pipas de madeira e a construção de quatro piletas de concreto armado. Para obter melhor rendimento da produção, foram adquiridas prensas com maior capacidade de extração, destinadas à prensagem do bagaço de uva restante e um sistema de refrigeração para vinhos e sucos.

Dos melhoramentos da nova cantina tem destaque a ampliação do sistema de refrigeração, com os seguintes itens: aquisição de máquinas para produção; construção de pipas e piletas destinadas à fermentação e à estocagem de vinhos, balança de pesagem com recursos provenientes de empréstimos contraídos junto ao Banco do Brasil com prazo para pagamento em seis anos.

Outra inovação foi a criação do fundo de incentivo e melhoramento da produção, que deveria ser utilizado para estimular o cultivo de uvas de melhor qualidade, cujo vinho teria maior aceitação no comércio; em última análise, esses investimentos objetivavam a criação e a comercialização de produtos com maior agregação de valor, como, por exemplo, os vinhos varietais.

No exercício de 1976 a 1977, a produção total foi de 5,3 milhões de litros, correspondendo a 89% da capacidade total de armazenamento e estocagem, que era de seis milhões. De modo a aparelhar a Cooperativa com equipamentos modernos, que proporcionariam melhores condições de competitividade, observaram-se investimentos em móveis, equipamentos,<sup>324</sup> instalações industriais e novas construções, como, por exemplo, pavilhões e escritório.

Previam-se para a safra de 1985 um aumento de aproximadamente 35% em relação à safra de 1984. Portanto, havia a necessidade de admissão de novos associados de Bento Gonçalves, com o intuito de se obter uva mais cedo para a produção de sucos.<sup>325</sup>

Como inovações tecnológicas, observou-se na década de 80 uma série de aquisições para o melhoramento do recebimento do produto e da produção de vinhos. No exercício de 1980 a 1981 ocorreu a compra de um conjunto automático para enchimento de garrações de dois litros, com empréstimo bancário, e de uma máquina para a Contabilidade (um minicomputador) para emissão de notas fiscais, faturamento, controle de estoques, folha de

---

<sup>324</sup> Entre as máquinas e os equipamentos estão: o aquecedor de uvas, a caldeira, a rotuladora, a enchedeira de garrações e a máquina de tampar garrafa. Ata n. 35. Livro de Assembléias Gerais (livro 1). 25 set. 1976. 25 set. 1976. p. 223-229.

<sup>325</sup> Ata n. 398. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 11 jan. 1985. p. 299-300.

pagamento e balanços.<sup>326</sup> Ocorreu, ainda, a construção de uma cobertura para a estocagem do suco de uva; a compra de uma máquina enxaguadora, para garrafas e garrafões, com a funcionalidade de aquecer os vasilhames e com isso evitar quebras no engarrafamento; a compra de uma máquina automática de rotular, via financiamento bancário e com prazo de três anos.

Em janeiro de 1986, com a possibilidade de haver racionamento de energia elétrica, o que poderia afetar o andamento da safra, houve a necessidade de se comprar um gerador.<sup>327</sup> Além disso, no período de 1986 a 1987, ocorreram outros investimentos, tais como: construção de uma cobertura total do pátio, do pavilhão da expedição e da caldeira a vapor, com estruturas metálicas; aquisição de um depósito, três pipas e aparelho de refrigeração; fechamento lateral dos pavilhões do depósito; aquisição de uma máquina tampadora, gaiola, bomba, caldeira e uma máquina elevadora para aumentar a capacidade de produção de suco de uva; a construção de um tanque com capacidade de 1.000.000 de litros.

Na década de 1990, como inovações tecnológicas, a Cooperativa investiu na compra de computadores mais potentes para facilitar o trabalho da administração. Com essa aquisição, não seria necessária a contratação de um novo funcionário.

No período de 1990 a 1991, o enólogo da Cooperativa fez a explanação de que a entrada da uva precisava ser coordenada, devendo ocorrer o recebimento de acordo com a maturação. O procedimento visava à facilitação das entregas e à redução dos custos.

Outra iniciativa para a qualificação dos produtores foi a realização de uma palestra com o Professor Jaime Lovatel, técnico da Estação Experimental, que foi convidado para falar sobre limpeza, trato do solo dos parreirais e novos sistemas de produção de uvas da Europa e da Argentina. A preocupação com a qualificação da produção e dos agricultores tinha pretensão de inserir novas variedades de uva, analisando as peculiaridades de cada espécie.<sup>328</sup>

Em outubro de 1991 discutiu-se sobre a difícil situação econômica do País. Com os problemas enfrentados, a Cooperativa buscou melhorar o sistema de produção com a eliminação dos desperdícios e dos custos, aumentando a produtividade. Também se tinha a necessidade de controlar o fluxo de caixa.

Outra situação complicada verificou-se com a compra do açúcar. Por isso, ficou decidido não se adquirir o produto, pelo motivo de a empresa não verificar benefícios neste procedimento, visto que a adição de açúcar serve apenas para acertar a graduação alcoólica do

---

<sup>326</sup> Ata n. 349. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 12 set. 1980. p. 226.

<sup>327</sup> Ata n. 410. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 3). 10 jan. 1986. p. 18-19.

<sup>328</sup> Ata n. 482. Livro de atas da Diretoria e Conselhos (livro 2). 09 set. 1991. p. 112-113.

vinho. Desta forma, quanto menor a graduação alcoólica, mais açúcar será necessário para a correção, aumentando, com isso, o custo do vinho.

Outra ação tomada para a redução dos gastos foi a construção de um poço artesiano, tendo em vista o custo da água fornecida pela SAMAE. Tal medida proporcionou economia para a Cooperativa, porque se tinha consciência do alto volume de água gasto, especialmente no período da safra.<sup>329</sup>

No que se refere à mão-de-obra, foi realizada a redução dos custos com pessoal, propondo um enxugamento e substituição de colaboradores. Para os que permaneceram, criou-se um grupo de funcionários para pensar um novo modo de se melhorar o sistema de recebimento/recepção das uvas para a vinificação e o desenvolvimento de uma técnica para medir o grau das uvas, o grupo ficou incumbido de estudar o assunto e apresentar soluções.<sup>330</sup>

Quanto aos equipamentos, foi adquirida uma máquina enxaguadora, como política de modernização da parte produtiva da Cooperativa. A empresa tinha uma expectativa de recebimento de 3.500.000 quilos de uva, com a previsão de um aumento gradativo ano após ano. Com isso, existia a necessidade de se aumentar a capacidade de industrialização e, conseqüentemente, de se reduzir os custos, especialmente para atender à demanda dos sucos de uva.<sup>331</sup>

Para os próximos anos, a perspectiva de recebimento ficaria entre 4,5 a 5 milhões de quilos de uvas, total este que deveria atender à produção de sucos. Verifica-se, ainda, que a sustentabilidade da Cooperativa estava no aumento da produção; por isso, deviam-se ter condições mínimas para se atender às demandas do mercado.

Em 1993 a 1994, ainda sobre a questão da modernização da produção, adquiriu-se um tanque de aço *inox* que trouxe facilidades para o sistema de engarrafamento. Também se aumentou a capacidade de armazenamento, com a construção de uma laje de concreto com capacidade de 40.000 caixas de produto.

As metas para 1994 a 1995 eram ampliar o sistema de recebimento de uvas, instalando máquinas para o recebimento e adotando métodos que evitassem a ocorrência de horas

---

<sup>329</sup> Ata n. 484. Livro de atas da Diretoria e Conselhos (livro 2). 11 nov. 1991. p. 114-115.

<sup>330</sup> Como melhoramentos foram feitas a aquisição de um sistema de exaustão para a retirada do engaço da uva e um sistema de espiral para retirar o bagaço das pipas de fermentação. Ainda, a restauração completa das máquinas para engarrafamento do suco de uva e instalação de um silo para o bagaço, uma vez que, centralizada a recepção do bagaço, isso ocasionaria economia e agilidade.

<sup>331</sup> Verifica-se que nem sempre as metas de produção e engarrafamento de vinhos e suco de uva eram possíveis de serem atingidas. Por isso, como saída, primeiramente se recebia a uva produzida em Bento Gonçalves, que tem uma diferença de tempo antecipado de maturação, e, na pior das hipóteses, antecipava-se a entrega das uvas dos associados de Caxias do Sul.

extras.<sup>332</sup> Com as medidas de melhoramento para o recebimento e para o fornecimento de caixas, ficavam evidentes as vantagens do sistema. A empresa, a partir deste momento, receberia a produção exclusivamente em caixas e a aquisição ficaria com a responsabilidade da Cooperativa.

Em relação aos investimentos e melhorias, na área administrativa, destacam-se as seguintes aquisições: computadores, sistemas operacionais, impressoras e *scanner* para agilizar o setor comercial. Para o setor de produção, adquiriu-se: uma rotuladora, cestas para a recepção de caixas e sistema de lavagem de caixas. Para todos os investimentos, utilizaram-se recursos via FINAME.<sup>333</sup> A aquisição e a instalação do processo produtivo, para a produção de filtrados, a compra de um veículo novo para os serviços da Cooperativa e a aquisição de seis tanques de aço *inox* completam os investimentos na década de 90.

A primeira década dos anos 2000 ficou marcada pelo alto volume de inovações implementadas pela Cooperativa Aliança. Dentre elas podem ser destacadas: compras de equipamentos modernos para a vinificação; melhorias nos processos de produção das uvas, vinhos e sucos; viagens de negócios, seminários, congressos e feiras relacionadas à vitivinicultura; qualificação do quadro funcional de técnicos.

No que se referem às aquisições, as principais foram as seguintes: compra de uma nova linha de engarrafamento, de uma prensa de uva,<sup>334</sup> nove fermentadores com capacidade 40.000 litros cada, tanques de aço *inox* com capacidade de 100.000 litros de vinho, equipamentos para melhorar o aproveitamento do vinho, um aparelho de filtro importado da Itália por 51.000 euros com empréstimo dos associados devolvidos com juros de poupança,<sup>335</sup> cinco pipas de madeira de lei com capacidade de 100.000 litros cada para a substituição das pipas velhas e conseguir aumentar a capacidade de estocagem;<sup>336</sup> importação da Itália de uma desengaçadeira para uvas tintas e compra de outra nacional para vinhos brancos; montagem de um projeto para a linha de engarrafamento de espumantes; aquisição, em Santana do

---

<sup>332</sup> As medidas foram atender aos associados nos horários das 7h30min até as 18 h. Isso facilitaria o fluxo com a programação de entrada das uvas, evitando-se, deste modo, o congestionamento. Também se antecipava a entrada da uva Isabel com a produção de Bento Gonçalves para ir engarrafando o suco de uva. Com a colaboração do associado, haveria uma economia na utilização de horas extras, além de facilitar o fluxo de entrada da produção.

<sup>333</sup> O Ministério da Agricultura proibiu o transporte da uva em bigunchos (uma espécie de cesta de vime – as dornas – ou bigunchos, segundo terminologia dos produtores agrícolas, quando então era transportada em carretas puxadas a bois e, eventualmente, em pequenos caminhões para os postos de vinificação ou para a cantina central), ficando obrigatório o transporte em caixas de madeira ou de plástico.

<sup>334</sup> Ata n. 586. 26 jan. 2000.

<sup>335</sup> Ata n. 625. 17 dez. 2003.

<sup>336</sup> Ata n. 635. 29 out. 2004. Ata n. 636. 24 nov. 2004.

Livramento, de uma nova linha de engarrafamento para os espumantes; compra de uma empilhadeira e de uma prensa italiana, que faria o processo de termo-vinificação, visando diminuir os custos e melhorar a qualidade dos vinhos; compra de uma outra prensa contínua da Argentina no valor de US\$ 114.000,00; aquisição de uma etiquetadora para selar os *coolers* com custo em torno de R\$ 30.000,00; aquisição de equipamento para medir o grau de açúcar automatizado;<sup>337</sup> compra de uma capsuladora para testes de engarrafamento na linha de 750 ml; compra de uma nova prensa de vapor.

Quanto às melhorias nos processos de produção, evidenciou-se a instalação de um núcleo de associados na Cidade de Planalto, onde foi feita uma visita para a verificação das instalações e das condições do solo.<sup>338</sup> Realizou-se uma viagem para Santana do Livramento e a ida ao seminário para viticultores em Bagé, que teve por objetivo formular projetos para o desenvolvimento de uvas viníferas, o Projeto de Implantação do Condomínio para a Plantação de Uvas Viníferas na Metade Sul.<sup>339</sup>

Criou-se, ainda, um projeto, via BRDE, para uma linha de financiamento para a aquisição de equipamentos, além da compra de mudas para o viveiro e equipamentos de irrigação na fazenda em Santana do Livramento.

Para a melhoria do quadro dos funcionários, foram contratados engenheiros agrônomos e assessores, para a implantação do departamento de assistência técnica aos cooperados.<sup>340</sup>

Encerram-se as inovações da década com a criação de um projeto para a compra de equipamentos para a fabricação de suco de uva, a aquisição do imóvel da empresa Santa Colina, um projeto para a produção de sucos orgânicos e um convite para o Seminário Regional de Uva Orgânica em agosto de 2005.

---

<sup>337</sup> Ata n. 446. 27 ago. 2008.

<sup>338</sup> Ata n. 589. 31 mai. 2000.

<sup>339</sup> Ata n. 590. 28 jun. 2000.

<sup>340</sup> Os agrônomos ensinariam técnicas como a poda verde e a adubação. Os agrônomos da Cooperativa fizeram um levantamento da safra, no qual já foram demarcados os parreirais improdutivos. Os profissionais ainda realizaram um cronograma de reuniões técnicas bem como a coleta de material para a análise do solo. Ata n. 602. 26 set. 2001.

## D) ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS E ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

Observa-se que na década de 1970 os vinhos, além das especificações de álcool, acidez volátil, acidez total e extrato seco, ganharam na rotulação outros elementos, tais como: coloração e paladar. A combinação dessas especificações dava as condições organolépticas do vinho e, conseqüentemente, o preço base do produto.

Deste modo, a tabela de preços se apresentava mais completa e técnica em termos de classificação. No Quadro 9 podem-se observar as características normais e o custo de um vinho tinto:

**QUADRO 9.** Custo por litro de vinho com características normais

|                        |              |
|------------------------|--------------|
| 10,8° de álcool        | 0,024        |
| 1,0° de acidez total   | 0,026        |
| 9,0° de acidez volátil | 0,022        |
| 20° de extrato seco    | 0,022        |
| Cor normal             | 0,01         |
| Paladar bom            | 0,01         |
| Ponto de partida       | 0,17         |
| <b>Total</b>           | <b>0,284</b> |

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança

Com as novas classificações, melhorou o nível de controle dos custos e dos preços. Ainda no que se refere a esses controles, a empresa reconheceu que os vinhos comuns e o suco de uva apresentavam resultados positivos. Já os vinhos de viníferas, geralmente eram vendidos abaixo do valor da tabela.

No exercício de 1977 a 1978, a Cooperativa adquiriu produtos de não-associados para completar o volume de produção. Com isso, necessitou-se realizar uma retenção mensal de 3% das vendas, para incorporar reservas e para obter aumento de capital, em virtude da concessão de novos empréstimos, deixando a Cooperativa com um volume de liquidez mais aceitável perante as organizações financeiras.<sup>341</sup>

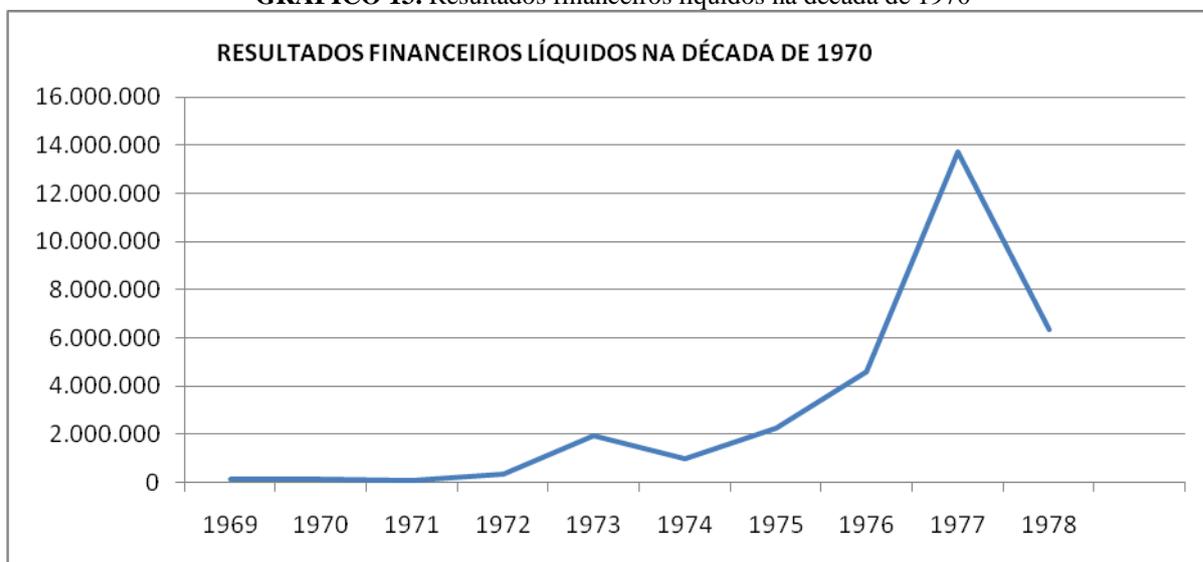
---

<sup>341</sup> Também, por decisão da Cooperativa, foi efetuada a correção monetária do ativo imobilizado que passou de Cr\$ 4.201.967,00 para Cr\$ 11.989.004,00. Com a correção monetária, a Cooperativa passou a ter ativos valorizados e a ter mais garantias financeiras.

Em outubro de 1977 a Cooperativa amargou com a falta de dinheiro e de saldo bancário. A saída foi firmar novos contratos, via comercialização, e realizar descontos de duplicatas. Também se optou por sustar pagamentos junto aos fornecedores até regularizar a situação.

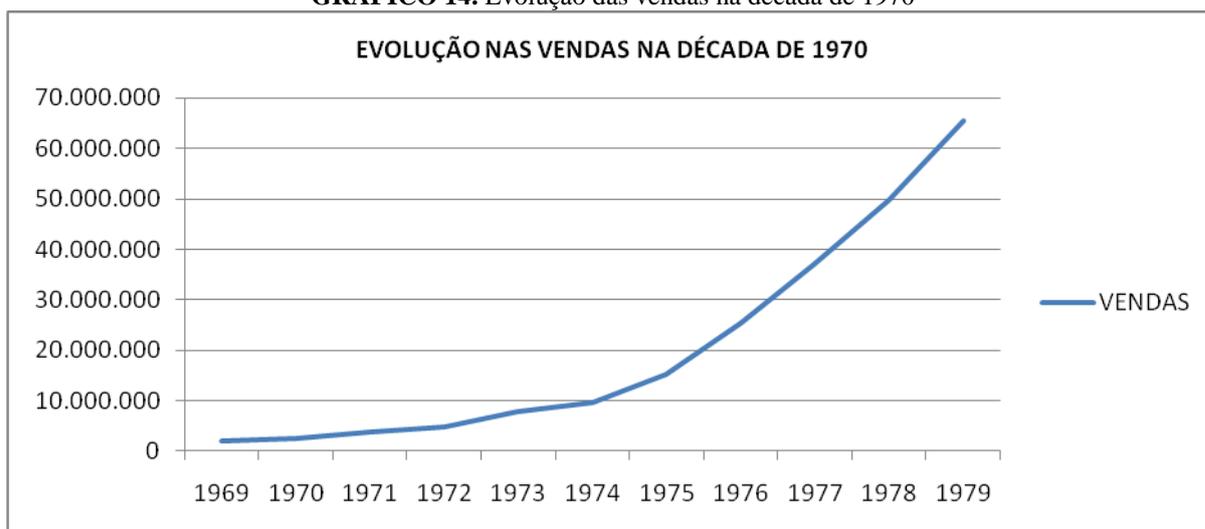
Embora algumas dificuldades econômicas observadas, os resultados financeiros líquidos da cooperativa na década de 1970 foram todos positivos e oscilaram na faixa de Cr\$ 107.236,00 no exercício de 1971 a 1972 e Cr\$ 13.736.373,00 no exercício de 1977 a 1978, conforme pode ser observado no Gráfico 13. Essa diferença refere-se ao confronto entre as receitas e as despesas e aos efeitos inflacionários do período, que ficou acumulado em 1.917,6%. O melhor resultado ocorreu no exercício de 1977 a 1978, com aproximadamente 37%, e o resultado menos expressivo em 1971 a 1972, com apenas 3% de lucro.

**GRÁFICO 13.** Resultados financeiros líquidos na década de 1970



Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1969 a 1978

Com relação às comercializações, houve um aumento no volume de vendas de Cr\$ 2.005.457,00, em 1969 a 1970, para Cr\$ 65.600.228,00 em 1978 a 1979. Esse crescimento, quando comparado à inflação da época, apresentou-se muito superior, representando, em termos percentuais, um crescimento de 3.171,8% contra 1.917,6% de inflação. Contudo, a maior alta verificada ocorreu no exercício de 1976 a 1977, a qual, comparada ao exercício anterior, apresentou uma variação de 65,14%.

**GRÁFICO 14.** Evolução das vendas na década de 1970

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1969 a 1979

No período em análise, o preço da uva Isabel, por exemplo, teve o preço valorizado abaixo da inflação acumulada, cerca de 1.400%, enquanto que as demais variedades apresentaram um preço superior a este, mas também, abaixo da inflação, conforme pode ser observado no Quadro 10.

**QUADRO 10.** Evolução dos preços das uvas pagas na década de 1970

| <b>PREÇOS DAS UVAS - POR KG</b> |                  |                  |                  |                  |                  |
|---------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| <b>Variedades/Anos</b>          | <b>1969-1970</b> | <b>1970-1971</b> | <b>1971-1972</b> | <b>1972-1973</b> | <b>1973-1974</b> |
| Isabel                          | 0,17             | 0,19             | 0,25             | 0,30             | 0,43             |
| Seibel                          | 0,17             | 0,19             | 0,25             | 0,30             | 0,43             |
| Herbemont                       | 0,13             | 0,15             | 0,21             | 0,26             | 0,43             |
| <i>Bordeaux/outras híbridas</i> | 0,18             | 0,22             | 0,25             | 0,30             | 0,46             |
| <b>PREÇOS DAS UVAS - POR KG</b> |                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>Variedades/Anos</b>          | <b>1974-1975</b> | <b>1975-1976</b> | <b>1976-1977</b> | <b>1977-1978</b> | <b>1978-1979</b> |
| Isabel                          | 0,50             | 0,67             | 1,09             | 1,57             | 2,55             |
| Seibel                          | 0,50             | 0,70             | 1,12             | 1,57             | 3,10             |
| Herbemont                       | 0,50             | 0,67             | 1,09             | 1,57             | 2,55             |
| <i>Bordeaux/outras híbridas</i> | 0,53             | 0,70             | 1,12             | 1,57             | 3,10             |

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1969 a 1979

Os preços dos vinhos seguiram a mesma tendência do preço das uvas, também apresentando valorização abaixo da inflação acumulada do período, conforme pode ser observado no Quadro 11.

**QUADRO 11.** Evolução dos preços dos vinhos pagos na década de 1970

| <b>PREÇOS DO VINHO POR MEDIDA</b> |                  |                  |                  |                  |                  |
|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| <b>Variedades/Anos</b>            | <b>1969-1970</b> | <b>1970-1971</b> | <b>1971-1972</b> | <b>1972-1973</b> | <b>1973-1974</b> |
| Tinto comum 1ª qualidade          | 0,71             | 0,85             | 1,10             | 1,26             | 1,83             |
| Herbemont 1ª qualidade            | 0,55             | 0,69             | 0,78             | 1,11             | 1,35             |
| <b>PREÇOS DO VINHO POR MEDIDA</b> |                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>Variedades/Anos</b>            | <b>1974-1975</b> | <b>1975-1976</b> | <b>1976-1977</b> | <b>1977-1978</b> | <b>1978-1979</b> |
| Tinto comum 1ª qualidade          | 2,25             | 2,79             | 4,50             | 7,20             | 9,90             |
| Herbemont 1ª qualidade            | 2,25             | 2,79             | 4,50             | 7,20             | 9,90             |

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1969 a 1979

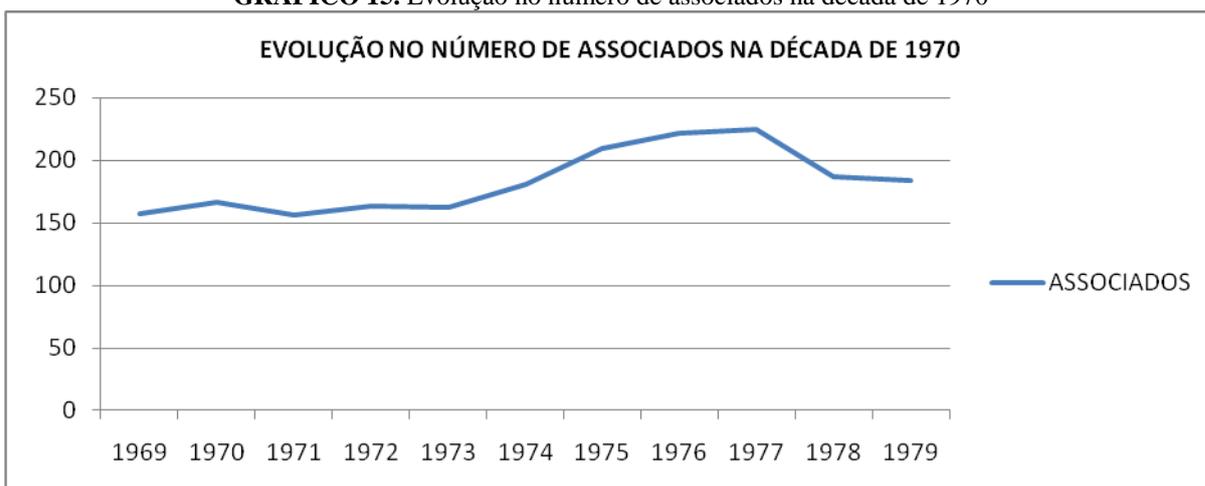
Com todos os investimentos realizados em compras de máquinas e equipamentos, construções, melhorias na estrutura produtiva e reavaliação dos ativos, as contas do imobilizado tiveram um incremento de 4.601,8%. Sendo assim, tem-se um crescimento superior ao dobro do valor inflacionário do período, conforme demonstrado no Quadro 12.

**QUADRO 12.** Evolução das contas do ativo imobilizado na década de 1970

| <b>Contas/Anos</b> | <b>1969-1970</b> | <b>1970-1971</b> | <b>1971-1972</b> | <b>1972-1973</b> | <b>1973-1974</b> |
|--------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Imobilizado        | 269.871          | 368.645          | 438.207          | 485.913          | 710.783          |
| <b>Contas/Anos</b> | <b>1974-1975</b> | <b>1975-1976</b> | <b>1976-1977</b> | <b>1977-1978</b> | <b>1978-1979</b> |
| Imobilizado        | 1.546.497        | 1.761.995        | 4.201.967        | 11.989.004       | 12.688.862       |

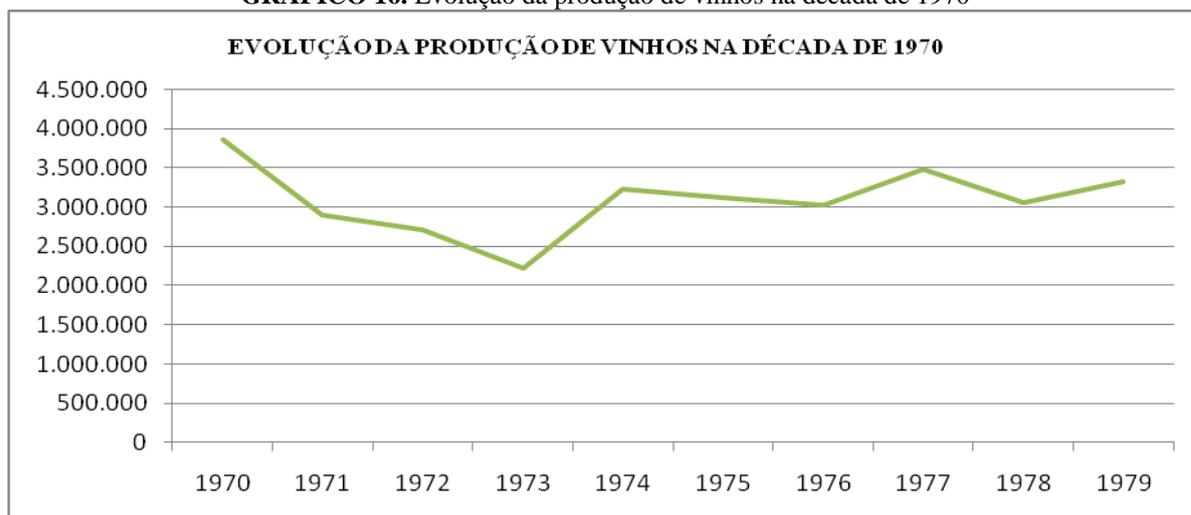
Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1969 a 1979

No Gráfico 15, o número de associados esteve praticamente estável entre os anos de 1970 e 1973, apresentando picos de alta até 1977, quando começou a decrescer, estabilizando no final do período. Em 1969, a Cooperativa contava com 157 associados, chegando ao máximo de 225 em 1977, e encerrando o ano de 1979 com 184 produtores. No que se refere ao número de funcionários, iniciou com 27 e encerrou a década de 70 com 41 colaboradores.

**GRÁFICO 15.** Evolução no número de associados na década de 1970

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1969 a 1979

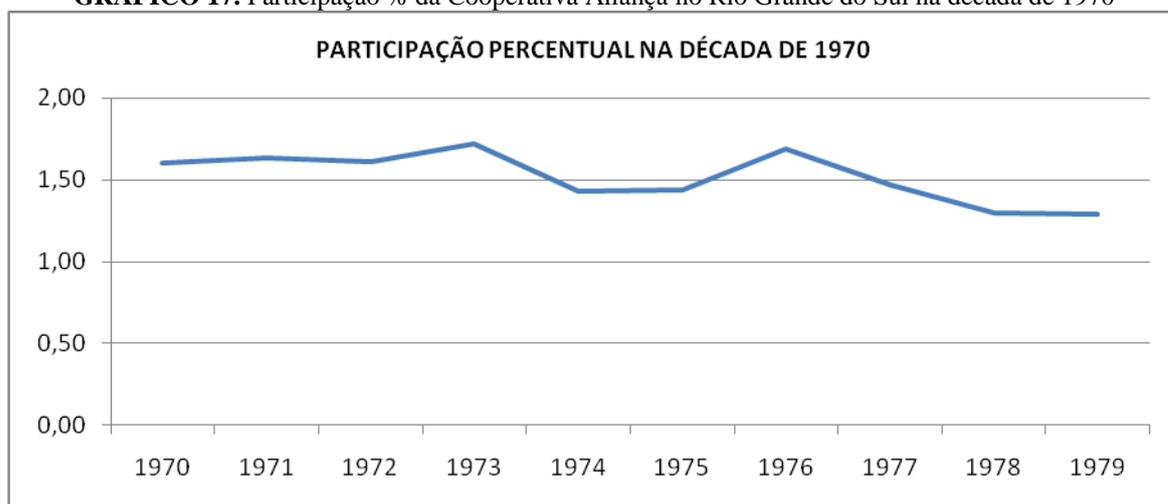
Até o final da década de 1960, era carente o volume de informações estatísticas sobre a produção de uvas e vinhos. A partir do momento em que a UVIBRA passou a sistematizar as informações, ficou mais fácil entender a tendência evolutiva do setor e da empresa. Sob esse aspecto, observa-se no Gráfico 16 que a Cooperativa Aliança, na década de 1970, manteve uma produção média de vinhos entre três milhões de litros. Os dois picos de alta e de baixa ocorreram nos anos 1970 e 1973, nos quais a produção ficou na faixa de 3,8 e 2,2 milhões de litros, respectivamente. Os principais fatores associados são ocasionados pelas safras e pelas condições climáticas, visto que um clima favorável gera uma alta produção, e um clima desfavorável uma produção média ou baixa.

**GRÁFICO 16.** Evolução da produção de vinhos na década de 1970

Fonte: União Brasileira de Vitivinicultura

Outro aspecto interessante a ressaltar é a participação relativa da Cooperativa Aliança no cômputo geral da produção de vinhos a nível estadual. Verifica-se que a empresa manteve na média de 1,6% até o ano de 1973, decaindo nos anos seguintes até chegar ao final da década com 1,3%. Essa queda se deve ao volume de vinhos produzidos pela Cooperativa ficarem abaixo da média da produção estadual.

**GRÁFICO 17.** Participação % da Cooperativa Aliança no Rio Grande do Sul na década de 1970



Fonte: União Brasileira de Vitivinicultura

Na década de 1980, das vendas realizadas, 79% corresponderam às vendas de vinho de mesa, 3% de vinhos varietais e 18% de suco de uva natural. O percentual de estocagem foi alto, em torno de 72%; além disso, observou-se recesso nas vendas em virtude das altas dos preços dos vinhos.

Em 1982 a 1983 foi criado um “fundo de reavaliação de correção monetária”, constante na conta dos ativos, referindo-se à reposição dos prejuízos inflacionários. Além disso, ocorreu a contratação de um empréstimo, na carteira de crédito rural, para a aquisição de herbicidas, fungicidas e inseticidas e para o custeio agrícola. Nesse período também houve a retração das vendas, em virtude de o mercado estar em recessão. Contudo, decidiu-se manter igual a tabela de preços, embora defasada.<sup>342</sup>

Nesse mesmo período, tomaram-se outras medidas, tais como a de reter as contas dos associados para fazer capital de giro para a Cooperativa, fazer a liquidação do saldo devedor

<sup>342</sup> Ata n. 374. Livro de atas dos Conselhos de Administração e Fiscal (livro 2). 08 out. 1982. p. 258-259.

da EGF e o pagamento do vinho para os produtores, ficando decidido realizar a correção do valor do empréstimo, com um índice redutor, elaborado por parte do Governo.

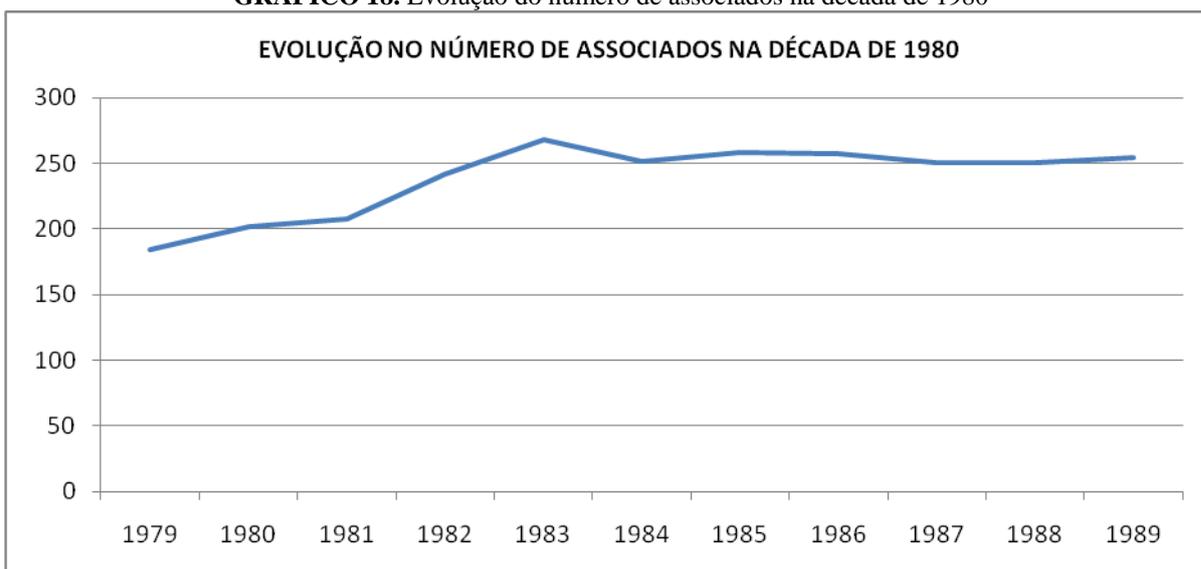
Mesmo com os percalços ocorridos no mercado da uva e do vinho, a Cooperativa auferiu resultados positivos em toda a década de 1980. Devido ao aumento das taxas de inflação observado nessa década e das trocas de moeda, os valores das sobras líquidas foram muito díspares; portanto, optou-se por não fazer um gráfico comparativo. Para que este se apresentasse coerente, seria necessário fazer a deflação dos valores. Assim como as sobras líquidas, ocorreu o mesmo com as vendas.

**QUADRO 13.** Resultados financeiros líquidos na década de 1980

| <b>BALANÇOS</b>    | <b>EXERCÍCIO SOCIAL</b> |                  |                  |                  |                  |
|--------------------|-------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| <b>Contas/Anos</b> | <b>1979-1980</b>        | <b>1980-1981</b> | <b>1981-1982</b> | <b>1982-1983</b> | <b>1983-1984</b> |
| Sobra Líquida      | 29.900.553              | 4.913.914        | 9.745.191        | 154.668.643      | 83.461.870       |
| <b>BALANÇOS</b>    | <b>EXERCÍCIO SOCIAL</b> |                  |                  |                  |                  |
| <b>Contas/Anos</b> | <b>1984-1985</b>        | <b>1985-1986</b> | <b>1986-1987</b> | <b>1987-1988</b> | <b>1988-1989</b> |
| Sobra Líquida      | 28.731.742              | 1.330.302        | 2.895.501        | 1.957.591        | 4.154            |

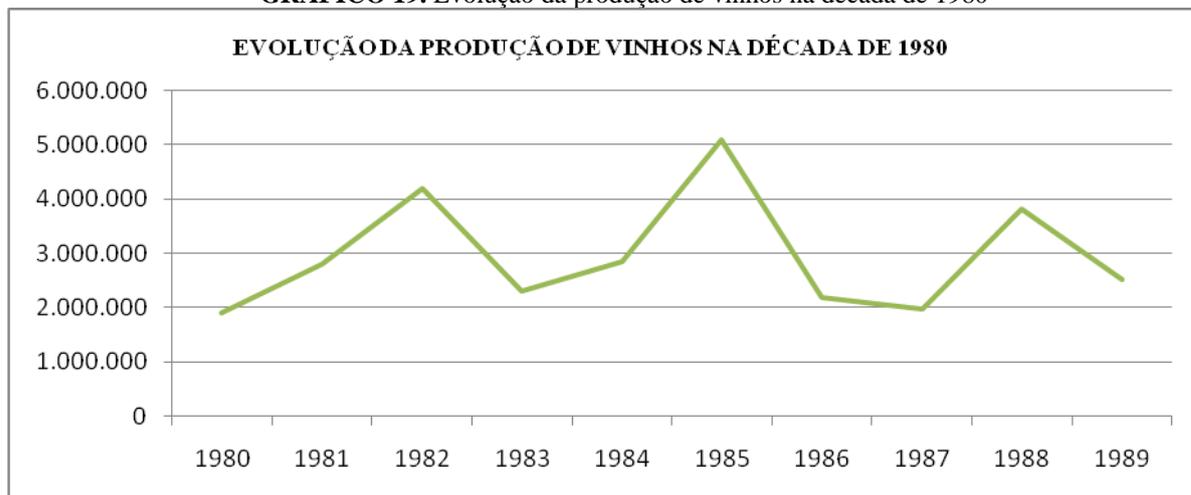
Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1979 a 1989

No que se refere ao número de associados, houve a maior alta, até o momento da análise. A Cooperativa iniciou o período com 184 produtores associados e encerrou a década com 255. Já o número de trabalhadores apresentou uma redução de 41 para 32, tendo em vista todas as inovações tecnológicas implementadas.

**GRÁFICO 18.** Evolução do número de associados na década de 1980

Fonte: União Brasileira de Vitivinicultura

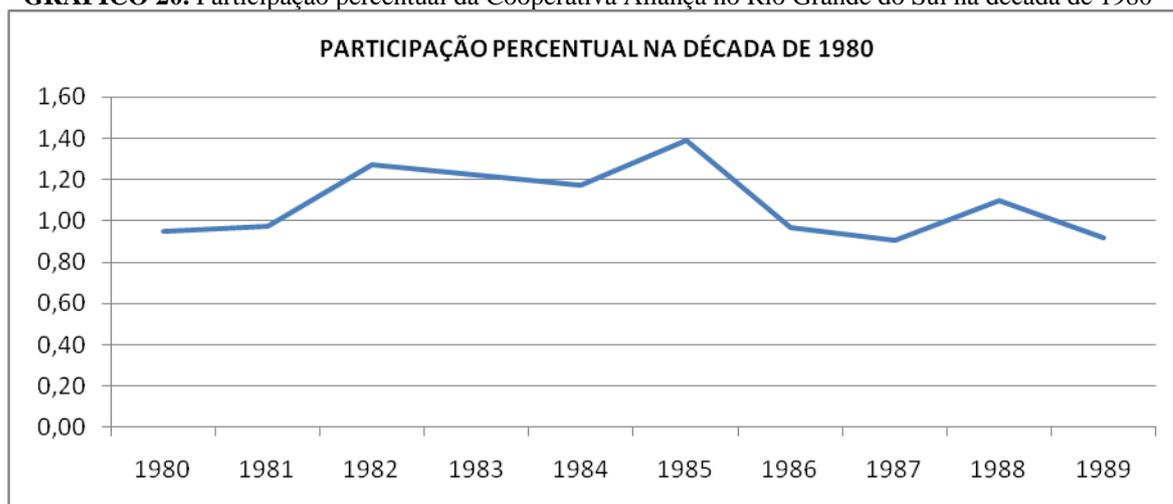
A década de 80 também ficou marcada pela oscilação assimétrica da produção de vinhos, sendo o menor valor observado no ano de 1980, no qual a produção não atingiu a faixa dos dois milhões de litros, enquanto que o maior volume foi registrado em 1985, quando a produção ultrapassou a faixa dos cinco milhões de litros. No entanto, essas variações ocorreram em virtude do aumento da capacidade da Cooperativa no processamento da matéria-prima e pelo número de associados registrados, que passou de 202 em 1980 para 258 em 1985, logo, um aumento de 27,7% no número de associados.

**GRÁFICO 19.** Evolução da produção de vinhos na década de 1980

Fonte: União Brasileira de Vitivinicultura

No que diz respeito à participação percentual, pode-se verificar que a Cooperativa apresentou uma tendência de queda, se comparada à década anterior, passando de 1,5% em média para 1,1%. No Gráfico 20, a evolução da produção de vinhos guardou uma relação direta com a participação percentual; por exemplo, no ano de 1985, quando a Cooperativa teve o maior volume de vinhos produzidos, também cresceu o percentual de participação no mercado.

**GRÁFICO 20.** Participação percentual da Cooperativa Aliança no Rio Grande do Sul na década de 1980



Fonte: União Brasileira de Vitivinicultura

Na década de 1990, no que concerne à administração financeira da entidade, a preocupação era o equilíbrio das contas, dentro dos planos e das expectativas traçados pela empresa. Para isso, era necessária a redução dos volumes de empréstimos e o pagamento da safra com recursos próprios da Cooperativa. O sistema foi aprovado e apresentou-se correto, pois os pagamentos efetuados, a partir das vendas mensais, davam mais segurança em relação ao futuro da Cooperativa.

A conduta adotada, segundo a diretoria, apresentou-se eficiente na conjuntura que vivia o País, tendo como metas: manter os estoques baixos; negociar com os fornecedores os preços das matérias-primas; manter o fluxo de caixa positivo; comercializar os produtos de forma rápida, objetivando fazer capital de giro.

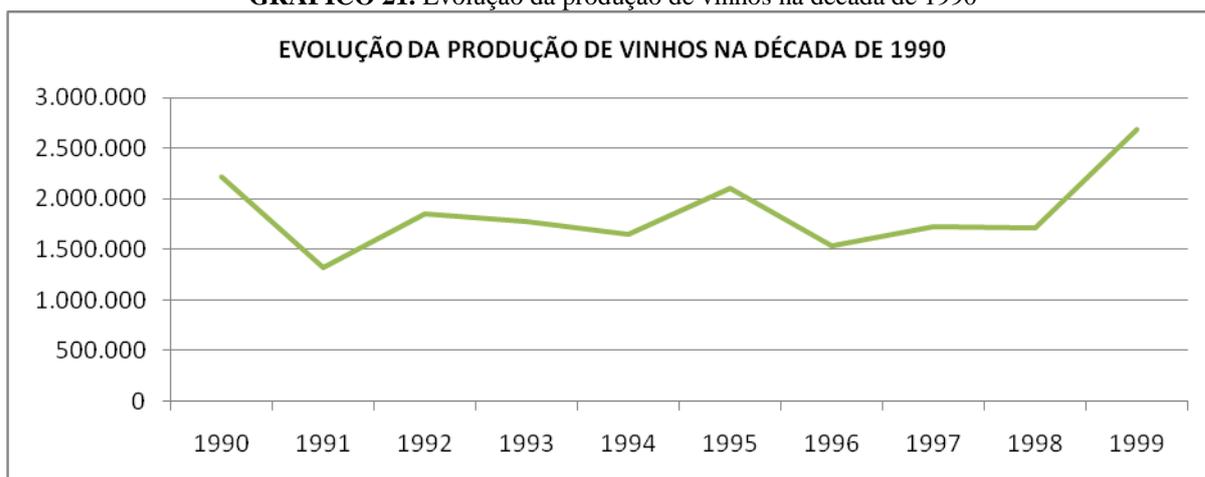
Destaca-se com os procedimentos administrativos adotados uma sensível melhora nos resultados da entidade, com a diminuição das despesas operacionais e financeiras, redução do endividamento e dos estoques, visando evitar problemas caso o Governo necessitasse realizar

um novo congelamento de preços. Percebeu-se, ainda, que a mudança de cunho administrativo evidenciava o acerto colocado em prática pela diretoria executiva.

Os resultados do balanço de 1993 a 1994 apresentaram aumento no volume de vendas e redução nas margens de lucros, ou seja, vendeu-se mais e ganhou-se menos. Projetou-se para o próximo exercício uma maior dificuldade, em virtude das altas da inflação e do aumento dos impostos, o que impedia o repasse nos custos. Conseqüentemente, os preços não puderam ser reajustados de acordo com os valores da inflação. Como metas pretenderam-se reduzir as despesas, aumentar as receitas para neutralizar os efeitos negativos com o equilíbrio nas contas.

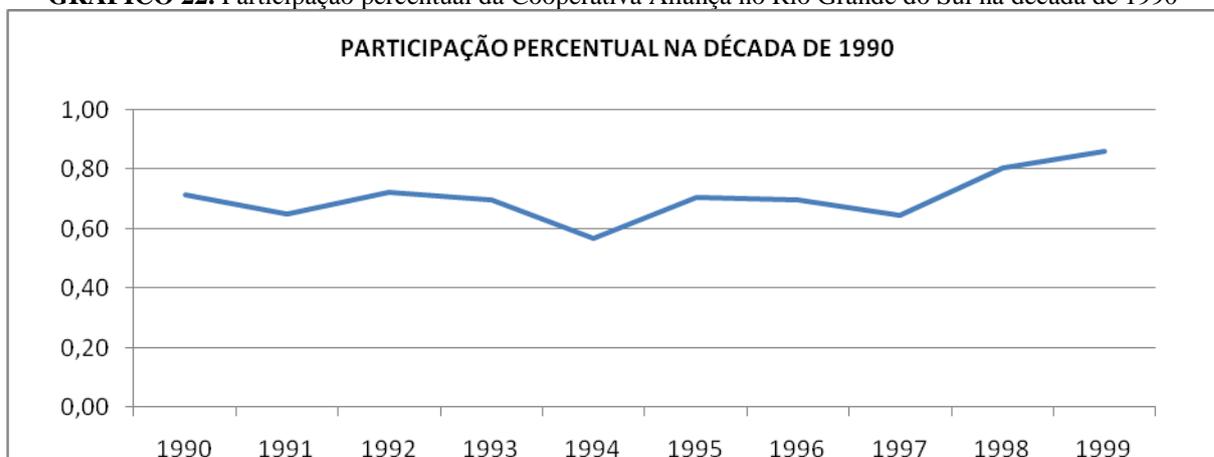
Em abril de 1997 a Cooperativa superou a crise. O capital de giro apresentava-se positivo e não existiam mais empréstimos de curto prazo para serem saldados. A década de 1990 ainda foi marcada por dois fatores importantes: a diminuição do número de associados e a redução do quadro de funcionários. No que se refere aos associados, a redução observada foi 14,5%, ocasionada pelas demissões dos produtores que estavam desviando as cargas de uvas para empresas particulares. Quanto à diminuição do volume de colaboradores, o número passou de 32, no início da década de 1990, para 25, próximo ao final desta, o que em valores relativos representou uma queda de 21,8%, motivada pelas modificações nos processos de produção e de administração.

No que diz respeito à evolução da produção vinícola, a Cooperativa Aliança, na década de 1990, não mantém a mesma média da década anterior. Os valores diminuíram significativamente, sendo que a menor produção verificada ocorreu no ano de 1991 com 1,3 milhões de litros. Já a maior fabricação ocorreu no ano de 1999, auferindo a quantia de 2,7 milhões de litros, conforme pode ser observado no Gráfico 21.

**GRÁFICO 21.** Evolução da produção de vinhos na década de 1990

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1990 a 1999

Com as quedas na produção de vinhos, a participação relativa da empresa na produção estadual também acompanhou a mesma tendência. Comparativamente com a década anterior, a média na década de 1980 ficou em torno de 1,1%, enquanto que na década de 1990 a participação ficou na faixa de 0,71%, reduzindo em 0,3 pontos percentuais. Com essa situação, a Cooperativa preocupava-se em conquistar novos mercados e como alternativas comerciais buscou-se criar produtos diferenciados que conquistassem os clientes.

**GRÁFICO 22.** Participação percentual da Cooperativa Aliança no Rio Grande do Sul na década de 1990

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 1990 a 1999

A primeira década dos anos 2000 foi marcada pelas dificuldades econômicas e financeiras da Cooperativa. Logo, foram tomadas medidas de controle e de redução dos gastos, tais como a diminuição do valor do pró-labore dos diretores.<sup>343</sup>

Em termos de gestão da área financeira, preocupava-se com o aumento nas vendas e com a diminuição do volume de litros em vinho, melhorando, com isso, a margem de contribuição.

Teve-se a criação de um programa de redução de custos em todas as áreas da empresa. Neste sentido, houve mudança no varejo com a renovação dos funcionários, visando diminuir os gastos e melhorar o atendimento.<sup>344</sup>

Quanto ao financiamento para a construção da nova empresa, os recursos não puderam ser utilizados para a compra de equipamentos importados; então, foi sugerido que estes fossem comprados com recursos de empréstimos feitos aos próprios sócios.<sup>345</sup>

Em maio de 2005 surgiu uma nova linha de financiamento governamental, o Pronaf Agroindústria, com juros de 3% ao ano, carência de três anos e prazo de cinco anos para o pagamento. Constatou-se, pelo perfil socioeconômico, que cerca de 90% dos associados da Cooperativa se enquadravam como agricultores familiares.<sup>346</sup> O ano de 2008 foi considerado ruim em termos financeiros para a Aliança. Outras mudanças afetaram os colaboradores, tais como o fechamento do refeitório interno e a retirada de outros benefícios.<sup>347</sup> Ainda tinham metas de cortes nas despesas, decidindo não realizar as sobras líquidas e aumentar o faturamento para atingir os objetivos desejados.

Ocorreram, ainda, vários prejuízos mensais em virtude de devoluções de produtos fora dos padrões de qualidade e das bonificações em produtos para a entrada em novos mercados.<sup>348</sup> Esses resultados negativos se deram em virtude do aumento das despesas no setor comercial para fomentar as vendas de final de ano em 2008.

Caso a situação não melhorasse, seria necessária uma redução na estrutura da Cooperativa, buscando um realinhamento de preços e a adoção de novas tecnologias, visando diminuir os custos fixos da empresa. Por outro lado, buscava-se aumentar as vendas nos mercados em que os produtos da Cooperativa estavam bem posicionados, além da abertura de

---

<sup>343</sup> Ata n. 609. 25 jun. 2002.

<sup>344</sup> Ata n. 615. 29 jan. 2003.

<sup>345</sup> Ata n. 616. 26 fev. 2003.

<sup>346</sup> A documentação do Pronaf Agroindústria foi encaminhada junto ao Banco do Brasil, sendo solicitado R\$ 3.150.000,00, com três anos de carência e cinco para o pagamento, com juros de 4% ao ano. Ata n. 644. 27 jul. 2005.

<sup>347</sup> Ata n. 441. 26 mar. 2008.

<sup>348</sup> Ata n. 440. 29 fev. 2008.

novos representantes em locais nos quais a Aliança tinha pouca ou nenhuma participação. Com essas medidas, notou-se que a preocupação era buscar o equilíbrio financeiro e econômico da organização.

Mesmo com as ações tomadas no ano de 2008, em virtude do aumento do custo do produto vendido (CPV), aliado à crise no setor que não possibilitou repassar a tabela de preços, o ano fechou com prejuízo; assim, propôs-se uma reavaliação criteriosa dos custos de todos os produtos.

No ano de 2009 o quadro foi revertido, sendo recebidos em torno de 3,5 milhões de quilos de uvas com qualidade muito boa. O volume de suco de uva foi superior ao do ano de 2008, sendo que o suco de uva branco foi o que apresentou o maior aumento, passando de 200 mil litros para 700 mil litros, produzidos com uvas e mosto de outras duas cooperativas.

Com isso, os primeiros meses do ano de 2009 apresentaram um aumento de 108,70% no faturamento, proporcionando sobras, fato incomum para este período do ano. Também se verificou uma sensível melhora no custo do produto vendido e nas despesas de produção, além da diminuição dos gastos das áreas administrativa e comercial.<sup>349</sup>

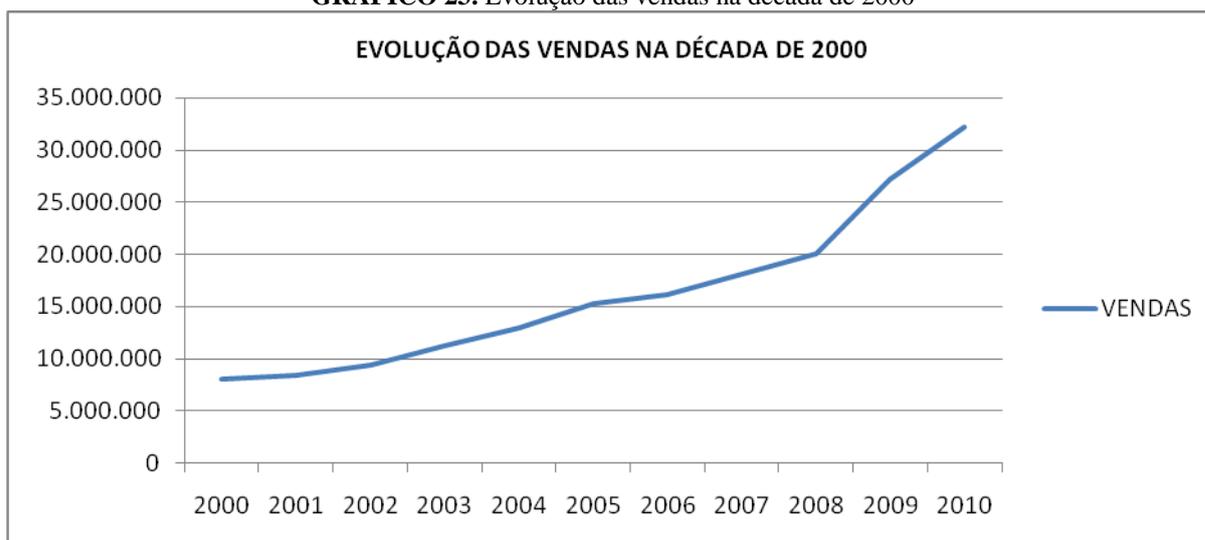
Para que as ações pudessem surtir melhor efeito, foi contratado um especialista em gestão econômica para apoiar a administração na visualização dos custos, com vistas ao enxugamento dos gastos.

No que se refere ao levantamento dos patrimônios das cinco Cooperativas que fazem parte do projeto da Nova Aliança, chegou-se à conclusão de que o grupo tem um patrimônio total de aproximadamente R\$ 85.000.000,00; a Cooperativa Aliança apresenta um patrimônio de R\$ 20.000.000,00 e a Santa Colina, R\$ 8.000.000,00.

A evolução das vendas da empresa, no período que compreende os anos de 2000 a 2010, apresentou uma forte tendência de crescimento, que se acentuou a partir do ano de 2005, conforme pode ser observado no Gráfico 23. Tendo em vista a decisão de a Cooperativa Aliança de incorporar a Vinícola Livramento Ltda., o faturamento passou de R\$ 15,2 milhões em 2005, para R\$ 32,2, em 2010, representando um crescimento de 111%.

---

<sup>349</sup> Ata n. 453. 25 mar. 2009.

**GRÁFICO 23.** Evolução das vendas na década de 2000

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 2000 a 2010

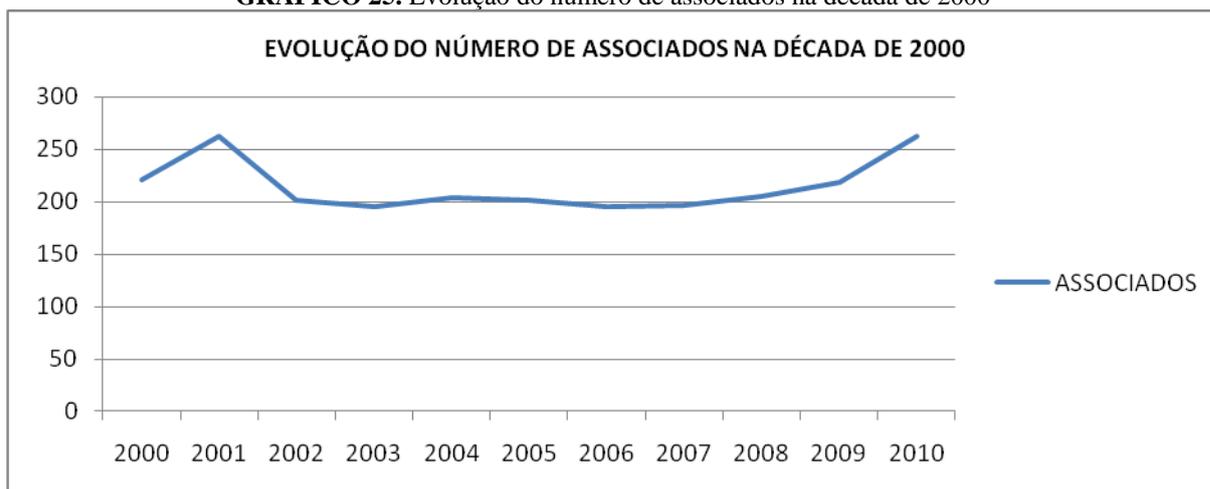
Os resultados financeiros não acompanharam a mesma tendência das vendas. A década foi marcada pelo alto volume de investimentos para poder reconquistar o mercado perdido. Portanto, a convergência ocorreu em virtude das necessidades de se modernizar a produção, melhorar o aparato comercial, investir em tecnologia e qualificar as pessoas envolvidas no processo. No entanto, com exceção do ano de 2008, os demais apresentaram resultados positivos. Na média, o valor ficou em torno de 4% de sobras líquidas, conforme pode-se observar no Gráfico 24.

**GRÁFICO 24.** Resultados financeiros líquidos na década de 2000

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 2000 a 2010

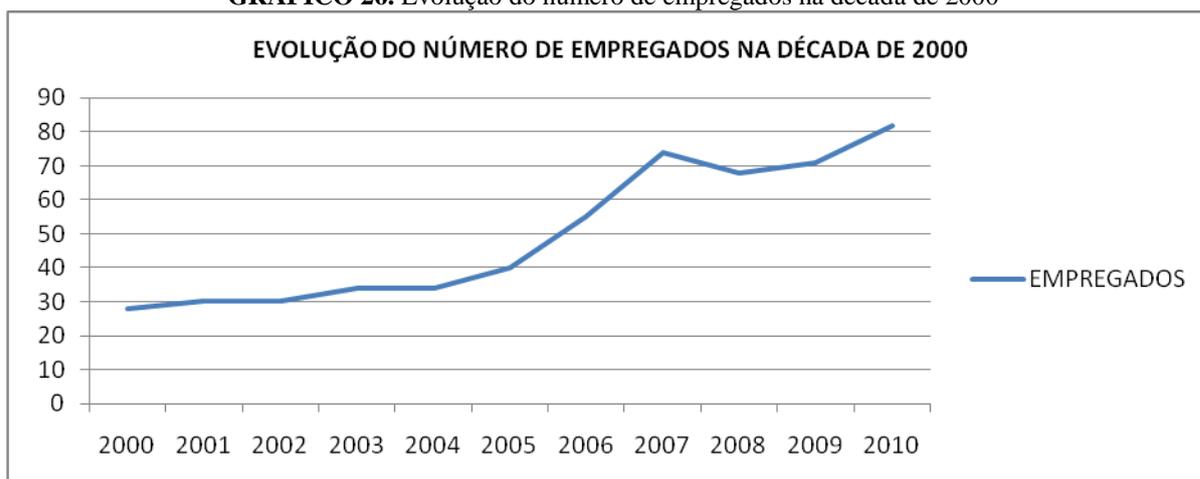
O número de associados manteve-se praticamente constante de 2002 até 2008, crescendo a partir do ano seguinte. Observou-se o maior número de produtores associados em 2010 com um total de 263, conforme dados constantes no Gráfico 25. Com a incorporação da Vinícola Livramento Ltda., não houve um incremento no volume de cooperativados. No entanto, esse fato se explica pela Cooperativa adquirir apenas a produção dos agricultores daquela região, não fazendo parte do quadro associativo.

**GRÁFICO 25.** Evolução do número de associados na década de 2000



Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 2000 a 2010

Analisando a evolução do número de empregados na década de 2000, tem-se um incremento acentuado a partir de 2005. O motivo dessa alta foi a aquisição da empresa anteriormente citada, adquirindo-se a estrutura física e, por conseguinte, alguns colaboradores. Em valores absolutos, o número de empregados passou de 28 para 82, nos anos de 2000 para 2010, respectivamente, conforme dados constantes no Gráfico 26. Em valores relativos, o aumento significou um acréscimo de 193%.

**GRÁFICO 26.** Evolução do número de empregados na década de 2000

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 2000 a 2010

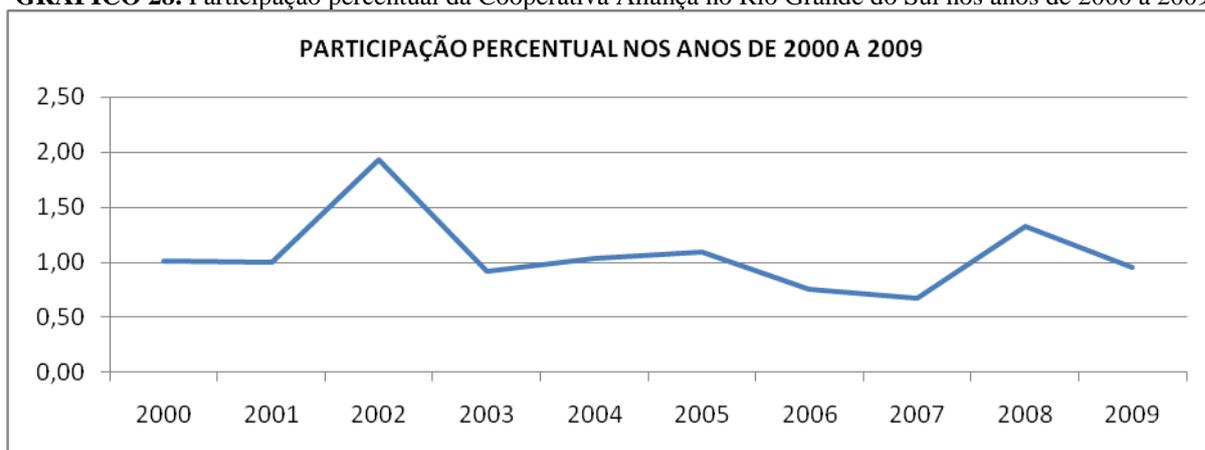
Comparativamente à década anterior, a evolução da produção vinícola da Cooperativa teve um aumento significativo, passando de 1,8 milhões de litros, em média, para 3,7 milhões perfazendo, portanto, o dobro da produção. Pode-se verificar no Gráfico 27 que a Aliança oscilou entre valores máximos e mínimos de produção nos anos de 2002, quando foram produzidos 6,5 milhões de litros contra 2,4 milhões em 2003. Embora a Cooperativa apresente variações assimétricas na produção, destaca-se que o trabalho voltado para o aumento na participação da empresa no mercado vinícola surtiu resultados.

**GRÁFICO 27.** Evolução da produção de vinhos nos anos de 2000 a 2009

Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 2000 a 2009

A participação relativa da Cooperativa, na quantidade total registrada no Rio Grande do Sul, subiu de 0,71% na década de 1990 para 1,07% na década de 2000 (apresentada no Gráfico 28). Isso é fruto do trabalho conjunto direcionado para o mercado com a consolidação de novas marcas e de novos produtos voltados para os consumidores mais exigentes, como os vinhos varietais, por exemplo, e os diferentes tipos de suco de uva, como o branco, o tinto tradicional e o rosê.

**GRÁFICO 28.** Participação percentual da Cooperativa Aliança no Rio Grande do Sul nos anos de 2000 a 2009



Fonte: Relatórios financeiros da Cooperativa Aliança no período de 2000 a 2009

## F) ASPECTOS ECONÔMICOS SETORIAIS

Nas considerações de Anete Jalfim e Marinês Grando (1988), a partir da segunda metade da década de 1970, verifica-se, no mercado, o surgimento de produtos vinícolas novos, diferenciados, de melhor qualidade, sofisticados e caros, destinados aos consumidores de médias e altas rendas. Para fazer frente às mudanças, as empresas se especializaram, investindo na pesquisa, na inovação do produto, na modernização da gestão e na redução dos custos. (JALFIM; GRANDO, 1988, p. 194)

As autoras também avaliam que o crescimento econômico dos anos 70 ampliou o poder aquisitivo da classe média urbana, possibilitando a criação de um mercado consumidor de vinhos varietais,<sup>350</sup> seja em substituição ao consumo dos produtos importados, seja pela

<sup>350</sup> Os vinhos varietais são provenientes de videiras viníferas, as mais apropriadas para a vinificação. São plantas exigentes quanto às condições climáticas, preferindo o clima seco e com baixa umidade

agregação de novos consumidores, motivado pelo apelo de valores de símbolo e de prestígio dos novos vinhos; a intensificação do processo de capitalização da indústria local, que, ao traduzir-se na elevação do padrão tecnológico, permitiu que aquela fosse aliada aos grupos internacionais na estratégia de conquista de mercados, nos quais era possível a realização de lucros elevados. (JALFIM; GRANDO, 1988, p. 195-196)

A estratégia da indústria vinícola se traduziu em duas ações: (I) na busca da elaboração de vinhos de melhor qualidade; (II) no aumento da produção de vinhos brancos. Também houve a criação de informes publicitários, através dos quais o consumo de vinhos torna-se um sinal de *status*.

A redefinição do perfil de oferta provocou mudanças na estrutura da indústria vinícola do Rio Grande do Sul. Essa relação induziu à transformação no próprio processo produtivo da uva, porque se caracterizou em uma agricultura baseada em novos procedimentos técnicos, novas formas de utilização da mão-de-obra e investimentos monetários.<sup>351</sup>

Segundo Anete Jalfim (1988), a necessidade de a indústria vinícola enfrentar o acirramento da competição com os vinhos estrangeiros e a queda progressiva do consumo de vinho a nível mundial fizeram com que os dirigentes do setor projetassem estratégias que pudessem redefinir as formas de organização da vitivinicultura sul-rio-grandense.<sup>352</sup>

De acordo com a referida autora, a maior parte dos parreirais da serra gaúcha é conduzida no sistema de latada,<sup>353</sup> que, ao se desenvolverem horizontalmente, em forma de telhado, não permitem uma boa insolação dos cachos, fazendo com que as uvas tenham um baixo teor de açúcar e um mau estado sanitário. A implantação do sistema de espaldeira,<sup>354</sup>

---

relativa do ar e baixa insolação. A produção de variedades exige maior tecnologia e afasta os produtores menos capitalizados do mercado. Somente as indústrias mais capitalizadas conseguem investir na produção de variedades e há indícios de que a produção desses vinhos leve a um maior valor agregado. Ibid., p. 200.

<sup>351</sup> Nas considerações de Anete Jalfim e Marinês Grando, em 1970 os adubos químicos ou orgânicos (herbicidas, fungicidas e inseticidas) eram usados por 30% dos estabelecimentos; nos anos 80, por cerca de 80%. Outra mudança foi a substituição do uso de veículos de tração animal pelos de tração mecânica. Esse é um indício do desenvolvimento desses produtores embora o rendimento médio de uva por hectare esteja abaixo do obtido nas maiores regiões produtoras de uvas a nível mundial, em virtude das condições climáticas (cerca de 13,6 ton./ha no RGS contra 40 ton./ha na Argentina). Ibid., p. 202.

<sup>352</sup> Nas considerações da referida autora, a competição dos vinhos estrangeiros dá-se no contexto da queda progressiva das alíquotas de importação iniciada em 1990 e que culminou em dezembro de 1994, com a eliminação completa das mesmas. JALFIM, 1988, op. cit., p. 264.

<sup>353</sup> Para o Professor Jaime Lovatel, o sistema trentino ou latada aberta é o sistema em que a ramada da parreira assume uma posição inclinada em ângulo de 45°, adquirindo um desenvolvimento praticamente horizontal, que favorece a ensolação e a circulação de ar. No Sistema de raios: as parreiras são apoiadas em um suporte e, ao crescerem, vão se distanciando deste, tomando, cada uma, uma direção diferente, dando origem a um suporte no qual a ramada de cada planta se constitui em um arco de raios.

<sup>354</sup> O sistema em espaldeira, segundo Jaime Lovatel, apresenta-se como o ramado da parreira, desenvolvendo-se no sentido vertical, permitindo uma maior ensolação, ao contrário da forma tradicional, que se desenvolve horizontalmente em forma de telhado.

pelo qual a parreira se desenvolve no sentido vertical, permite uma maior incidência de sol sobre a fruta e é apontado como uma solução aos problemas citados.<sup>355</sup>

Atualmente, a Cooperativa Nova Aliança, criada no ano de 2010, engloba as seguintes Cooperativas: Aliança, Linha Jacinto, São Pedro, Santo Antonio e São Victor. Para se ter idéia do tamanho do empreendimento, somente os associados da Cooperativa Aliança produziam em torno de 9,7 milhões de quilos de uvas, sendo 89,7% na matriz (Caxias do Sul e região) e 10,3% na unidade de Santana do Livramento.

De acordo com o engenheiro agrônomo da Cooperativa Nova Aliança, Jocemar Dalcorno, com a fusão das demais empresas, o volume de uva passa a ser de 33,6 milhões de quilos, ou seja, 246,4% a mais do que o ano anterior. Ao todo, são produzidas quatro modalidades de vinhos: comum tinto, comum branco, fino tinto e fino branco, além dos sucos de uvas e outros derivados.<sup>356</sup> Os vinhos tintos comuns perfazem a maioria da produção das cooperativas, cerca de 69% da produção total, seguido dos vinhos brancos comuns com 20%, finos tintos com 5% e, finos brancos com 6%. A fusão comporta uma capacidade de produção em torno de 42 milhões de litros por ano, transformando a Cooperativa Nova Aliança na segunda maior produtora de vinhos do Brasil, ficando atrás apenas da Cooperativa Vinícola Aurora, de Bento Gonçalves, com uma capacidade em torno de 50 milhões de litros por ano.

A quantidade de produtores associados também se incrementou, passando de 263 agricultores, somente da Aliança, para 766 com a fusão das demais empresas. O aumento de 403 novos produtores representa, em valores relativos, cerca de 191,3%.

Jocemar Dalcorno ainda salienta que o número de hectares plantados pelos produtores associados da Nova Aliança fica em torno de 1.350 hectares. O rendimento médio, em sistema de latada, fica em torno de 24 a 25 toneladas por hectare para uvas americanas e o sistema de espaldeira, em torno de 8 a 12 toneladas para as viníferas finas.

O engenheiro apresenta-se preocupado com as questões produtivas relacionadas ao futuro da produção vinícola. Segundo o entrevistado, existe a tendência de as uvas produzidas

---

<sup>355</sup> Para aumentar a competitividade da vitivinicultura gaúcha e dos vinhedos, seria necessária a implementação de módulos mínimos de cinco hectares, em terrenos mecanizáveis e cuja condução seja sob sistema de espaldeira. Os fundos do projeto serviriam para indenizar os produtores cujos vinhedos fossem considerados obsoletos e financiar, a juros reduzidos e prazos compatíveis, a modernização das lavouras. Para melhoria da qualidade da matéria-prima, foram propostas mudanças, englobando a escolha do local de plantio, o preparo correto do solo, a escolha da variedade e da qualidade da muda, o espaçamento entre as fileiras de plantas, a adoção da forma de condução em espaldeiras, os tratamentos culturais e os tipos de poda adequados à época da colheita. JALFIM, 1988, op. cit., p. 265.

<sup>356</sup> Dentre as modalidades, os vinhos comuns tintos têm, em média, 14 variedades de uvas; os comuns brancos, oito variedades de uvas; os finos tintos, 12 variedades de uvas; os finos brancos, 16.

pelas viníferas não serem mais plantadas na região serrana, sendo produzidas apenas uvas para a produção de sucos e espumantes, no qual a região apresenta vantagens competitivas.

Por outro lado, existe a preocupação com as questões sociais e econômicas relacionadas ao campo. Jocemar Dalcorno salienta como problemas a falta de mão-de-obra, pois os safristas preferem trabalhar nas indústrias que oferecem melhores salários e benefícios; para os produtores que ficam no campo, existe a frustração do alto volume de trabalho e o baixo rendimento financeiro, por isso, preferem produzir o máximo possível sem se preocupar com a qualidade; o envelhecimento da população rural, visto que os jovens, filhos dos agricultores, preferem fazer a opção pela cidade que oferece melhores condições de trabalho, renda, educação e lazer.

Atualmente quem baliza os preços das uvas é a CONAB, a qual adota uma política de preços mínimos. Os maiores Estados consumidores dos vinhos da Nova Aliança são: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Ainda, de acordo com o entrevistado, na cadeia produtiva completa, ou seja, produção de uva, industrialização e mercado consumidor, o maior empecilho se dá pelas questões logísticas, as quais se apresentam como um gargalo.

## 6 CONCLUSÕES

A construção do presente trabalho iniciou há cinco anos, antes de entrar no Programa de Pós-Graduação em nível de Doutorado na PUCRS em História, quando a curiosidade de conhecer e de entender o sistema cooperativo vitivinícola já havia despertado discussões e debates com Professores dos Cursos de Economia e Sociologia, não como objeto de tese, mas com o intuito de buscar o entendimento da longevidade empresarial desse setor específico.

Ao longo da trajetória acadêmica e profissional, conheceram-se pessoas ligadas ao segmento que se identificavam com a causa e que defendiam os interesses das organizações cooperativistas, alegando ser a criação deste segmento uma forma de acompanhar o mercado, além de cumprir o papel econômico e social idealizado. Desta forma, tem-se que o cooperativismo apresentou-se como uma forma menos excludente de inserção econômica, buscando reduzir a exclusão social da população rural.

Após as primeiras discussões e leituras, ficou evidente a presença de lacunas acerca do assunto, principalmente no tocante ao aspecto da evolução econômica e empresarial do setor vitivinícola. Em um primeiro momento, seriam estudadas mais de uma cooperativa, mas, em função do tempo, optou-se em reduzir esse número, centrando o objeto de pesquisa na Cooperativa Aliança.

No entanto, é importante considerar alguns elementos históricos que nem sempre são considerados quando se aborda o desenvolvimento econômico da Serra Gaúcha, principalmente em relação ao papel das cooperativas no setor vitivinícola, tais como a *longevidade*, que se constitui em um diferencial dentro do setor, se comparado às demais empresas em toda a História. Entre as empresas particulares, poucas apresentam isso.

Para completar a investigação, teve-se o propósito de se realizar um estudo de caso na Cooperativa Vitivinícola Aliança Ltda., a fim de se acompanhar as conjunturas, o crescimento e o desenvolvimento do setor em questão, sobretudo na forma de organização do Movimento, agindo como grupo de resistência às pressões econômicas e comerciais, o qual também foi realizado com êxito, pois, foi coletado, analisado, sistematizado e categorizado o material de pesquisa, encontrando-se os resultados inicialmente questionados.

Para o alcance do propósito fundamental do trabalho, fez-se necessário analisar as formas iniciais do processo de colonização italiana no Rio Grande do Sul.

A ocupação fez do imigrante italiano, que se estabeleceu nos núcleos coloniais do Sul do País, um personagem não especificamente capitalista, tornando-se proprietário da terra mediante doação, ou compra do solo e da força do trabalho.

Com o intuito de descrever o processo histórico da vitivinicultura no Rio Grande do Sul e em Caxias do Sul, observou-se que, no Estado, em especial nas colônias italianas, o papel do Governo foi o de impulsionar o surgimento de organizações produtivas com elevado conteúdo tecnológico e alta produtividade. Neste sentido, pode-se afirmar que o conhecimento acumulado pelos colonos italianos e trazido para o Rio Grande do Sul foi um dos impulsos do progresso econômico do Estado nos primeiros anos do século XX.

O papel do Estado como fundador de instituições que auxiliaram o setor vitivinícola do Rio Grande do Sul é ponto relevante para o entendimento da estruturação do setor até os dias atuais. A formação do Sindicato Vinícola, no sentido de estimular a solidificação do setor na Economia gaúcha; o investimento na compra de mudas e a distribuição destas entre os produtores; o incentivo à substituição das plantações de uva Isabel por uvas viníferas e a criação de uma estação experimental, com pesquisa e melhoramento tecnológico dos insumos, foram os pilares para o desencadeamento do sistema de toda a cadeia de produção vitivinícola gaúcha.

Em todos os apoios de infra-estrutura encontra-se o papel fundamental do Estado, como proporcionador do crescimento, e das associações de empresários, como agentes ativos estimuladores do desenvolvimento industrial da região. Os custos das transações existentes na época, relacionados à logística, ao transporte das famílias para as terras, à construção de infra-estrutura de ligação das colônias aos centros urbanos e o posterior escoamento dos excedentes de produção colonial foram os principais subsídios observados nas análises.

No que se refere à avaliação dos fatores que desencadearam o declínio do cooperativismo vitivinícola no Rio Grande do Sul no período de 1911 a 1914, juntamente com a contribuição de Paternó para o desenvolvimento do primeiro movimento cooperativista, destaca-se que o fechamento das organizações cooperativas se deu por muitos fatores, dentre os quais a falta de preparo administrativo e técnico dos produtores e gestores para uma ação cooperativista, aliados aos infortúnios que quase sufocaram as novas entidades.

Observou-se que houve propaganda negativa e boicote aos produtos que os colonos comercializavam junto aos mercados consumidores, porque se alegava a má qualidade daqueles. Verificou-se também que as finalidades e os objetivos a que as cooperativas se propunham não foram seguidos à risca, comprometendo o progresso e o ideal do sistema.

Tudo isso, associado à crítica situação da conjuntura econômica nacional da época, piora ainda mais a frágil situação do setor cooperativista.

Verifica-se que o cooperativismo, nesse primeiro momento, surgiu da crise, nascendo da necessidade de as famílias se organizarem para produzir e para comercializar o vinho, uma vez que, de forma isolada, era difícil para cada um dos produtores instalarem cantinas próprias. Além disso, como as empresas vinícolas particulares não recebiam a uva quando alegavam crise nas vendas, muitas vezes os agricultores viam a produção apodrecendo nas videiras. Desta forma, era necessário, então, tomar atitudes do ponto de vista da organização econômica.

A tese também se propôs a identificar os acontecimentos econômicos e as inovações relacionados ao setor vitivinícola, entre os anos de 1914 a 1929, e a analisar o papel dos agentes envolvidos na construção do segmento e do cooperativismo vitivinícola. Aqui se pode verificar que o período foi marcado por uma série de fatos importantes para o segmento vitivinícola. A falta de transportes, a rotina produtiva incipiente, a falta de qualidade dos produtos, os aumentos dos impostos designados pelo Fisco federal, as falsificações dos produtos, a concorrência dos vinhos importados, os custos de produção elevados, além de outros obstáculos, marcaram a época de forma negativa.

Por outro lado, a existência de uma indústria vinícola competitiva dependia da mudança da uva Isabel para parreiras de origem nobre, apropriadas para a confecção de melhores vinhos. A educação técnica e enológica tinham esse propósito, que era qualificar a produção e os produtores.

Verifica-se que a indústria vinícola constituía-se como o principal elemento da riqueza, uma vez que Caxias do Sul se apresentava como um município monocultor de uvas e, conseqüentemente, do vinho. No entanto, o setor estava se encaminhando para a especialização, porém de forma rudimentar. No que se refere às vantagens competitivas, observa-se que os fatores negativos acabaram por não alavancar de forma incisiva o setor, fazendo com que as ações adotadas pelos agentes não surtiram os efeitos desejados.

Para atender o outro objetivo do trabalho realizou-se um estudo de caso na Cooperativa Vitivinícola Aliança Ltda., de Caxias do Sul, enfatizando-se nos 80 anos de existência os acontecimentos conjunturais e estruturais econômicos, ao se analisar a corporação como um empreendimento que apresenta diferenciais competitivos e inovadores.

Neste sentido, o período que compreendeu os anos de 1931 a 1969 apresentou as seguintes características: produção industrial subordinada às necessidades de escoamento da produção agrícola, principalmente do vinho comum; venda de vinhos embarrilados, a granel,

ou engarrafados que, geralmente, eram comercializados com marca própria; cultivo de videiras híbridas e americanas; padrão tecnológico dominante no processo de vinificação requerido pelos parâmetros de qualidade do mercado de vinho comum.

A partir da década de 1970 até o final dos anos 80, tem-se um período no qual a lógica da produção vinícola industrial se impôs a um novo perfil de consumidores. Desta forma, fez-se necessário investir nos vinhos varietais, uma vez que os produtores nacionais tiveram que se readaptar à realidade mercadológica, melhorando a qualidade do vinho e investindo em um novo produto, o suco de uva, de modo a se tornarem mais competitivos e atraentes diante das muitas opções oferecidas ao cliente final, incluindo-se os vinhos importados.

A partir da década de 1990, observa-se que o produto de maior importância econômica continuava sendo o vinho; no tocante ao mercado interno, este permaneceu como o principal escoadouro da produção da Cooperativa. Também, que as cooperativas empresarialmente mais desenvolvidas buscavam a centralização da comercialização por meio da reunião de cooperativas, no intuito de obter Economia de escala, poder de negociação na industrialização e na agregação de valor.

Assim, dentre as principais mudanças, tem-se a criação da Nova Aliança, que uniu a força, a experiência e a solidez de uma História de mais de 80 anos de cinco cooperativas vitivinícolas da Serra Gaúcha. Juntas, as Cooperativas Aliança e São Victor (ambas de Caxias do Sul), Linha Jacinto (de Farroupilha), Santo Antônio e São Pedro (de Flores da Cunha) decidiram transformar-se em uma única empresa, reunindo pessoas, valores e História, para conjuntamente formarem a Cooperativa Vinícola Nova Aliança, que tem a incumbência de buscar oportunidades e desenvolvimento com o propósito de ser referência em seu segmento de atuação e ser reconhecida pela atitude cooperativa e pelos resultados alcançados.

Com a fusão, a Cooperativa Nova Aliança congrega aproximadamente 770 famílias associadas, distribuídas em três regiões produtoras com características distintas, representando o que o País oferece de melhor para o cultivo de videiras: a Serra Gaúcha, maior produtora nacional de vinhos e sucos naturais de uva; Encruzilhada do Sul, que faz parte da microrregião da Serra do Sudeste, com uma altitude média de 400 metros acima do nível do mar, equilibrada quanto ao volume de chuvas, ideal para o cultivo de variedades sensíveis e com alto potencial enológico; a Região da Campanha Gaúcha, considerada uma das melhores para a elaboração de vinhos finos e espumantes de qualidade superior.

A Cooperativa conta, atualmente, com aproximadamente 1.350 hectares de vinhedos em produção, que resultam em 35 mil toneladas de uva, processadas em 10 unidades industriais localizadas na Serra Gaúcha e em Santana do Livramento. A construção da nova

sede no Município de Flores da Cunha, na Serra Gaúcha, prevista para iniciar as operações na safra de 2013, será um marco na História do cooperativismo vitivinícola e irá abrir horizontes para a agricultura familiar, produtores, associados, clientes e colaboradores.

Com a fusão dessas cinco empresas, procurou-se agregar conhecimento, experiência e competitividade para responder às demandas sociais, econômicas e de mercado, estabelecendo bases para o desenvolvimento da agricultura familiar e do cooperativismo. Uma saída adicional pode ser encontrada na adaptação de tecnologias à produção de vinhos finos, cujas vantagens comparativas dinâmicas podem beneficiar no futuro o produtor gaúcho.

Com essa iniciativa tende-se a aumentar a renda rural; reduzir as perdas da colheita e as oscilações dos preços; ampliar o mercado consumidor a partir da diversificação dos produtos para o consumo final; aumentar a produtividade comercial rural, ao adquirir os produtos diretamente do produtor e colocá-los no mercado consumidor; aumentar a produtividade creditícia, à medida que os recursos financeiros encontram planos integrados na agro-indústria; reduzir os custos do transporte; organizar a cadeia produtiva.

O *portfólio* de produtos da Nova Aliança é composto por: vinhos finos, espumantes, vinhos de mesa, sucos de uvas orgânicos, integrais e adoçados. A Cooperativa busca, pois, oferecer ao mercado produtos diferenciados, elaborados a partir de modernas tecnologias durante todas as etapas de produção, tendo como princípios norteadores a atitude cooperativa, a inovação, a qualidade, a valorização das pessoas, do meio ambiente e da cultura.

Observa-se que, mesmo com as dificuldades inerentes ao cooperativismo, a Cooperativa Aliança foi muitas vezes pioneira nas iniciativas de organização do setor, de incorporação tecnológica e de articuladora de políticas agrícolas específicas. Ainda, ela serviu como um amortecedor das crises, porque em várias ocasiões cumpriu o papel social e econômico que é do Estado. Para entender essa função, basta fazer uma comparação entre as empresas particulares e as cooperativas, durante os momentos de bonança e tempos de crise do setor, bem como a atuação dos associados, dos Governos e da sociedade. Essa comparação foi destacada por Nilson Pilatti, assessor cooperativista da Fecovinho, que demonstra a preocupação com a estrutura do setor, elencando os pontos positivos e negativos do cooperativismo na região.

Em tempos de crise, as empresas particulares recebem somente a uva que interessa, sem compromisso com o produtor; já as cooperativas recebem toda a uva dos associados. Além disso, em geral, as empresas pagam as uvas abaixo do preço mínimo, enquanto que as cooperativas se descapitalizam para cumprir os compromissos, pagando o preço mínimo apenas quando não podem pagar valores superiores.

Empresas particulares não operam com prejuízo, uma vez que têm por objetivo garantir o patrimônio, não se comprometendo financeiramente. Aguardam as crises terminarem, vendem os negócios ou fecham as estruturas pelos motivos de falência. Organizações cooperativas operam com prejuízo agravado pelo recebimento de quantidades acima do normal de uva, decorrente da falta de mercado durante a crise. Há comprometimento financeiro a longo prazo para garantir os pagamentos aos associados e, com isso, não podem fazer investimentos necessários, visto que estão sem capital de giro.

Nos períodos de tranquilidade, as empresas particulares estão financeiramente melhores que as cooperativas por não operarem com prejuízos durante a crise e por poderem investir imediatamente, enquanto que estas últimas estão em crise financeira e com dificuldades de crédito.

No que se refere às empresas particulares, nos tempos de bonança, disputam as uvas mais convenientes a serem industrializadas para o mercado e que dêem menor risco de retorno. Incorporam imediatamente tecnologias e possuem disponibilidades de crédito. Já os produtores cooperativados migram as variedades de uvas mais convenientes para as empresas particulares. Na disputa, as cooperativas não conseguem acompanhar os preços, pois passam por dificuldades de crédito. Além disso, há desmotivação por parte do quadro social, que reconhece nos setores particulares vantagens em entregar a produção.

Geralmente as empresas particulares têm tratamento privilegiado dado pela mídia, sociedade e também pelos Governos, divulgando a competência das empresas. Já as cooperativas não obtêm reconhecimento do papel relevante que prestam à sociedade, principalmente para a agricultura familiar.

Nota-se que as cooperativas ainda agem para a integração dos setores. É indiscutível o esforço e a importância no diálogo com as entidades de representação dos elos de toda a cadeia produtiva da uva e do vinho. Seja na articulação ou na participação formal de instituições, a Cooperativa Aliança vem-se destacando no esforço de integrar todos os atores, governamentais e não-governamentais, com vistas a antecipar ações para enfrentar as crises, na organização do setor e na atuação junto a Governos para o aperfeiçoamento da legislação e de definições de políticas específicas para o setor.

Encerra-se o presente estudo, concluindo-se que a Cooperativa Aliança, mesmo que informalmente e sem o conhecimento integral da Teoria de Münster, adota os princípios e os pressupostos do respectivo ensinamento. De fato, preocupa-se com o aspecto da produtividade e com o êxito da cooperativa. Isso implica a utilização de modernas técnicas de produção e de organização empresarial; a conquista de mercados pela qualidade dos produtos;

a utilização de inovações tecnológicas e outras técnicas para a atividade cooperativista ser competitiva; a apresentação de vantagens competitivas típicas das empresas econômicas.

Sob o aspecto da efetividade ou do êxito interno voltado para os membros, a Teoria de Münster enfatiza a necessidade de participação de todos nos processos de tomada de decisões do grupo bem como a necessidade de os associados controlarem a cúpula dirigente, o que ficou claro com as leituras das atas. Associada a essa teoria, a Cooperativa Aliança, na sua trajetória, evidencia como se pode criar e desenvolver mercados e vias de comercialização; além disso, o que se deve fazer a fim de se obter reconhecimento no mercado mediante a preocupação com a produtividade; por fim, o retorno econômico e financeiro para os membros, sob a forma de reconhecimento pela sociedade.

Sob o pano de fundo deste trabalho, conjugaram-se os conceitos de crescimento e de desenvolvimento econômico. No caminho histórico buscou-se analisar o crescimento do setor vitivinícola em especial. Verificou-se que a especialização da produção acabou por acelerar o progresso tecnológico na região bem como o crescimento das empresas de forma geral.

Observa-se que o passado de uma determinada instituição, nesse caso, a Cooperativa Aliança, definiu a matriz institucional do presente, conformando a sua estrutura futura. Assim, entende-se que o desenvolvimento institucional ao longo do tempo e seus impactos sobre o desenvolvimento econômico indicam que decisões tomadas no passado determinam as trajetórias do presente e do futuro das organizações.

Salienta-se que poucos trabalhos foram realizados nesta área específica do conhecimento, principalmente no que se refere aos aspectos econômicos e empresariais das cooperativas vinícolas. Espera-se que esta tese tenha contribuído para a Historiografia empresarial e econômica e que venha a contribuir junto com as obras de José Vicente Tavares do Santos, Loraine Giron, Floriano Molon, entre outros autores, preenchendo uma lacuna na Historiografia local e regional, principalmente nos períodos históricos mais recentes.

Como diferenciais que justificam a construção desta tese estão as pesquisas de um período de tempo superior a 100 anos em jornais, arquivos e documentos da Cooperativa Aliança. Encontrar documentos, embora escassos, assinados por Paternó, Pena de Moraes, Celeste Gobatto e Borges de Medeiros remetem à busca pelo entendimento dos fatos ocorridos nas épocas estudadas.

Esta pesquisa não contempla todo o arcabouço que representa o universo da uva e do vinho. Nem mesmo teve essa pretensão. Contudo, espera-se que tenha contribuído de forma significativa para a temática em questão. Como sugestão de novos trabalhos, fica a

necessidade de se fazer um estudo dos aspectos sociológicos dos agentes que fazem parte do setor vitivinícola.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de P. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI) Disponível em: <<http://www.ica.coop>>. Acesso em: 07 out. 2009.
- ALVIM, Zuleika M. F. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Moendas caladas: Açúcar Gaúcho S. A. – AGASA: um projeto popular silenciado: Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1957-1990)*. Porto Alegre, 2006. 3 v. Tese – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- BECHO, Renato L. *Elementos de Direito Cooperativo*. São Paulo: Dialética, 2002.
- BERNI, Duilio de A. (coord.). *Técnicas de pesquisa em Economia: transformando curiosidade em conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BOUVIER, Jean. A Economia: as crises econômicas. In: LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. 4. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.
- BRUE, Stanley. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- BULGARELLI, Waldírio. *Questões atuais do Direito Empresarial*. São Paulo: Malheiros, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Sociedades comerciais: sociedades civis, sociedades cooperativas, empresas e estabelecimentos comerciais*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CALVO, Rudy Francesco. *Socialismo confessional: a primeira experiência socialista*. Disponível em: <<http://www.tesionline.com/intl/preview.jsp?id=18118>>. Acesso em: 25 nov. 2009.
- CARDOSO, Ciro F. S.; BRIGNOLI, Héctor P. B. *Os métodos da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARDOSO, Ciro F. S.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARLEIAL, Liana Maria da F. *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro F. S.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CAVAGNOLLI, Anelise. *Os parceiros do vinho: a vitivinicultura em Caxias do Sul (1911-1936)*. Dissertação (Mestrado em História). UFPR, Curitiba, 1989.
- CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. 3. ed. São Paulo: USP, 2003.
- CHAVES, Guta. *Larousse do vinho*. 2. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007.

CONSTANTINO, Núncia S. de. *Italiano na cidade: a imigração itálica nas cidades brasileiras*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2000.

———. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXVIII, n.1, p. 185, jun. 2002.

———. Teoria da História e reabilitação da oralidade: convergência de um processo. In: ABRAHÃO, Maria H. M. B. *A aventura (auto)biográfica: teoria e empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

———. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991.

CONSTANTINO, Núncia S. de; RIBEIRO, Cleodes M. P. J. (orgs.). *De pioneiros a cidadãos: imagens da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1960)*. Porto Alegre: Consulado Geral da Itália no Rio Grande do Sul, 2005.

DACORSO, Antonio L. R. *Análise experimental da geração de alternativas em decisões estratégicas não-estruturadas*. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, 2004.

DE BONI, Luis A.; COSTA Rovílio. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST;UCS;Vozes, 1982.

DE BONI, Luiz A. (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST;Fondazione Giovanni Agnelli, 1987.

DIEKE, Gerold. Cooperativas y fomento de cooperativas em países em vias de desarrollo – las experiencias realizadas. In: ESCHENBURG, Rolf. *Problemas actuales del cooperativismo, un desafío interdisciplinario*. Institut Für Genossenschaftswesen Der Universität Münster. Münster: Regensburg, 1988.

DINIZ, Maria H. *Curso de Direito Civil brasileiro*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1989. 1v. (Teoria Geral do Direito Civil).

DIONISI, Maria Gabriella. *Paraguai na Itália: luzes e sombras*. Disponível em: <[www.maisonlatine.com/images/stories/dossier/12SympoMariaGabriellaDIONISI.doc](http://www.maisonlatine.com/images/stories/dossier/12SympoMariaGabriellaDIONISI.doc)>. Acesso em: 12 nov. 2009.

DIVALL, Colin. Outro modo de escribir la Historia Empresarial: los museos industriales, tecnológicos y del transporte. In: ERRO, Carmem (dir.). *Historia Empresarial: pasado, presente e retos de futuro*. Barcelona: Editorial Ariel, 2003.

DOMINGUES, Josmar B. *Uma contribuição à Contabilidade das sociedades cooperativas: estudo de caso sobre a contabilização dos atos cooperativos e não-cooperativos em uma cooperativa de produção vinícola do Sul do Brasil, de acordo com a norma brasileira de Contabilidade – NBCT 10.8*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2003.

EMBRAPA. O cultivo da videira: informações básicas. *EMBRAPA-CNPUV*, Circular Técnica 10, Bento Gonçalves, 1986.

ERRO, Carmem (dir.). *Historia Empresarial: pasado, presente e retos de futuro*. Barcelona: Editorial Ariel, 2003.

ESCHENBURG, Rolf. *Problemas actuales del cooperativismo, un desafío interdisciplinario*. Institut Für Genossenschaftswesen Der Universität Münster. Münster: Regensburg, 1988.

ESCHENBURG, Rolf. Cooperativas em economias de mercado. In: ESCHENBURG, Rolf. Problemas actuais del cooperativismo, un desafio interdisciplinario. Institut Für Genossenschaftswesen Der Universität Münster. Münster: Regensberg, 1988.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

FEE - Fundação de Economia e Estatística. Renda interna municipal/RS. *Série: valor agregado*, Porto Alegre, v. 1, out. 1986.

FONSECA, Pedro C. D. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História Econômica. In: CARDOSO, Ciro F. S.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FRANKE, Walmor. *Direito das sociedades cooperativas: Direito Cooperativo*. São Paulo: Saraiva, 1973.

FRANZ, Cristiane M. *A contribuição do cooperativismo de crédito para a eficiência econômica e eficácia social*. Disponível em: <[http://www.pucrs.br/direito/graduacao/tc/tccII/trabalhos2006\\_2/cristiane.pdf](http://www.pucrs.br/direito/graduacao/tc/tccII/trabalhos2006_2/cristiane.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2011.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2009.

GARDELIN, Mário. *Para a História da CICS*. Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul. Porto Alegre: Edições EST, 1995.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRON, Loraine S.; BERGAMASCHI, Heloisa E. *Terra e homens: colônias e colonos no Brasil*. Caxias do Sul: Educs, 2004.

GIRON, Loraine Slomp. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. In: DE BONI, Luis A. (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST;Fondazione Giovanni Agnelli, 1987.

———. *80 anos de lutas – 1929-2009: Cooperativa Forqueta e o cooperativismo vitivinícola gaúcho*. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2009.

GOBBATO, Celeste. O cultivo da vide e a industrialização da uva no Rio Grande do Sul. *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.

GONDIM, Raquel V. Cooperatividade sistêmica: uma forma de organização dos coletores de material reciclado da Cidade de Fortaleza para a mobilização do capital social em favor do desenvolvimento local. *Cadernos Gestão Social*, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.cgs.ufba.br>>. Acesso em 17 fev. 2011.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Processo de industrialização da Zona Colonial Italiana: estudo de caso da primeira indústria têxtil do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Educs, 1997.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; MACHADO, Maria Abel. *Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul: cem anos de História*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

———. *Apontamentos para uma História Econômica de Caxias do Sul: de Colônia a Município*. Caxias do Sul: Educs, 1993.

- HERÉDIA, Vânia B. M. *Memória & identidade*. CIC. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2007.
- HESS, Charlotte; OSTROM, Elinor. *Ideas, artifacts, and facilities: information as a common-pool resource (CPR)*. v. 66, 2003. p. 111-145. Disponível em: <<http://www.law.duke.edu/journals/66LCPHess>>. Acesso em 24 jan. 2011.
- <[http://www.engetecno.com.br/port/legislacao/fv\\_uva.htm](http://www.engetecno.com.br/port/legislacao/fv_uva.htm)>. Acesso em: 24 jan. 2011.
- <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v26n2/a22v26n2.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2011.
- <<http://www.pgie.ufrgs.br/portalead/unirede/tecvege/feira/prfruta/vinhotin/atestos.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2011.
- <<http://www.uvibra.com.br/dicionario>>. Acesso em: 02 fev.2011.
- JALFIM, Anete. Anos 90: reestruturação da vitivinicultura do RS? *Indicadores Econômicos FEE: análise conjuntural*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 1988.
- . Elementos para o estudo da agro-indústria vinícola: uma abordagem da Cooperativa Vinícola Aurora. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 689-708, 1993.
- JALFIM, Anete; GRANDO Marinês Z. Os novos rumos da vitivinicultura no Rio Grande do Sul. *Indicadores Econômicos FEE: análise conjuntural*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 1988.
- JOHNSON, Hugh. *A História do vinho*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- KIPPING, Matthias; PUIG, Núria. De la teoría e la práctica: las consultoras y la organización de empresas em perspectiva histórica. In: ERRO, Carmem (dir.). *Historia Empresarial: pasado, presente e retos de futuro*. Barcelona: Editorial Ariel, 2003.
- KRUEGER, Guilherme. A disciplina das cooperativas no novo Código Civil – a ressaltada Lei 5.764/71. In: BECHO, Renato L. (org.). *Problemas atuais do Direito Cooperativo*. São Paulo: Dialética, 2002.
- LE GOFF, Jaques; NORA Pierre. *História: novas abordagens*. 4. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-História. In: BURKE, P. *A escrita da História*. São Paulo: Unesp, 1992.
- LIMA, Reginaldo F. *Direito Cooperativo Tributário*. São Paulo: Max Limonad, 1997.
- LINHARES, Maria Y. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro F. S.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- MARTINEZ-ECHEVARRIA, Miguel A. Que teorías de la empresa tienen sentido en la Historia Empresarial? In: ERRO, Carmem (dir.). *Historia Empresarial: pasado, presente e retos de futuro*. Barcelona: Editorial Ariel, 2003.
- MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- MOLON, Floriano. *Cooperativas vinícolas de Flores da Cunha*. Porto Alegre: Evangraf, 2009.
- MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.
- MONTEIRO, Katani M. N. Faces da presença e da participação de imigrantes italianos na História do Rio Grande do Sul: aspectos da trajetória de Celeste Gobbato (1912-1924). Caxias do Sul: Educs. *Metis: História & Cultura*, v. 2, n. 3, jan./jun. 2003.

- MORAES, J. Pena de. *Relatório final da Intendência Municipal de Caxias do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas A Federação, 1924.
- NASCIMENTO, Fernando Rios do. A Constituição Federal e os princípios do cooperativismo. In: GRUPENMACHER, Betina T. (org.). *Cooperativas e tributação*. Curitiba: Juruá, 2003.
- OCERGS. Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul. *Cooperativismo: orientações básicas*. Porto Alegre, mar. 2001.
- OLIVEIRA, Flávio Zanetti de. A COFINS e o PIS das cooperativas. In: GRUPENMACHER, Betina T. (org.). *Cooperativas e tributação*. Curitiba: Juruá, 2003.
- OLIVEIRA, José Cláudio Ribeiro. Principais problemas envolvendo as cooperativas no novo Código Civil. In: BECHO, Renato L. (org.). *Problemas atuais do Direito Cooperativo*. São Paulo: Dialética, 2002.
- OLIVEIRA, Nestor B. *Cooperativismo: guia prático*. Porto Alegre : FDRH, 1979.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *Do conceito de ato cooperativo e suas aplicações*. Brasília: OCB, 2001. 7p. dig. (Parecer Jurídico).
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB) Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: 07 out. 2009.
- PAULI, Hans. Gestión empresarial, rendimiento de cuentas, auditoria. Un aporte a la teoria de la “auditoría obligatória a las cooperativas”. ESCHENBURG, Rolf. Problemas actuales del cooperativismo, un desafio interdisciplinario. Institut Für Genossenschaftswesen Der Universität Münster. Münster: Regensburg, 1988.
- PAZ, Ivoni Nör; BALDISSEROTTO, Isabel. *A estação do vinho: História da estação experimental de viticultura e enologia - EEEV (1921-1990)*. Caxias do Sul: Educs, 1997.
- PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. *Álbum Comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.
- PESAVENTO, Sandra J. *RS: agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- PINHO, Diva Benevides. *O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro*. São Paulo: CNPq, 1982. (Manual de Cooperativismo, v.1).
- \_\_\_\_\_. O cooperativismo nos meios capitalista e socialista: suas modificações e sua atualidade. *Boletim da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, São Paulo, n. 250, p. 1-126, 1961.
- POLONIO, Wilson A. *Manual das sociedades cooperativas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- POMPERMAYER, Flávio. Uva – preço e custo de produção. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, p. 231-250, 1993.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central Ir. José Otão. Modelo para apresentação de trabalhos acadêmicos, teses e dissertações elaborado pela Biblioteca Central Irmão José Otão. 2011. Disponível em: [www.pucrs.br/biblioteca/trabalhosacademicos](http://www.pucrs.br/biblioteca/trabalhosacademicos). Acesso em: 19 jul. 2011.
- RAMBO, Balduino. A zona de colonização italiana, estudo geográfico. *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.

- RAMBO, Arthur Blásio. Associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil. *Perspectiva econômica*, v. 23, n. 62-62, p. 3-276, jul./dez. 1988.
- ROBERTS, Alan. La teoría en la Historia Empresarial. In: ERRO, Carmem (dir.). *Historia Empresarial: pasado, presente e retos de futuro*. Barcelona: Editorial Ariel, 2003.
- RODRIGUES, Jimmy. *Subsídios para a História da uva e do vinho*. Caxias do Sul: UCS, 1972.
- SÁ, Mem de. Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.
- SANDRONI, Paulo. *Novo dicionário de Economia*. 6. ed. São Paulo: Best Seller, 1994.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: um estudo da subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no Sul do Brasil – a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização social e para o desenvolvimento sul-brasileiro*. Porto Alegre, 2001. Tese – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- SCHNEIDER, José O. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. São Leopoldo: Unisinos, 1999.
- SESCOOP/RS. *Princípios*. Disponível em: <<http://www.ocergs.coop.br/principios>>. Acesso em: 17 fev. 2011.
- SOUZA, Nilson Araújo de. *Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.
- VALDALISO Jesus M.; LOPEZ, Santiago. Sirve para algo la Historia Empresarial? In: ERRO, Carmem (dir.). *Historia Empresarial: pasado, presente e retos de futuro*. Barcelona: Editorial Ariel, 2003.
- VALVERDE, Orlando. Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul. *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.
- VERAS NETO, Francisco Quintanilha. *Cooperativismo - uma nova abordagem sociojurídica*. Curitiba: Juruá, 2002.
- VOGT, Olgário P. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social*. Santa Cruz do Sul, 2006. Tese – Universidade de Santa Cruz do Sul.
- WAGNER, Helmut. La planificación empresarial a largo plazo en las cooperativas. La influencia del principio de fomento en el proceso y la metodología de la planificación estratégica. ESCHENBURG, Rolf. Problemas actuales del cooperativismo, un desafío interdisciplinario. Institut Für Genossenschaftswesen Der Universität Münster. Münster: Regensberg, 1988.
- YIN, Robert K. *Case study research: design and methods*. Tradução e síntese do Prof. Ricardo Lopes Pinto. Adaptação: Prof. Gilberto de Andrade Martins. Disponível em: <[http://www.focca.com.br/cac/textocac/Estudo\\_Caso.htm](http://www.focca.com.br/cac/textocac/Estudo_Caso.htm)>. Acesso em: 16 nov. 2009.

## ANEXOS

### ANEXO A - Metodologia utilizada para consolidação da História Oral

Para que a pesquisa atingisse os propósitos, foram seguidos os seguintes passos metodológicos para concretização da História Oral:

#### a) Pré-Entrevista

Nesta fase, foi feito um primeiro contato por telefone com o depoente, em que foi marcado o local e o horário da entrevista, expondo os objetivos do testemunho. Também foi solicitado um espaço adequado para as condições de gravação. Ainda, nesta etapa, pretendeu-se preparar o termo de seção de direitos, a ficha de identificação do entrevistado e o roteiro da entrevista.

#### b) Entrevista

Nesta etapa, pretendeu-se verificar o olhar do entrevistado sobre o tema em evidência. É importante, antes de iniciar o processo de gravação, testar o gravador e a fita, revisar o roteiro, colocar a data e o nome do depoente. Logo após, buscou-se realizar a transcrição e a editoração do material recolhido.

#### c) Pós-Entrevista

É considerada como a etapa final, em que foi feita a conferência do material extraído da entrevista, em que são retiradas ou colocadas novas informações. Também foi feito o arquivamento do material em duas cópias, a transcrição e a inserção da síntese final.

### RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS PARA A PESQUISA

- a) um auxiliar de pesquisa para realizar fotos e apontamentos do local e do entrevistado;
- b) um gravador, fitas cassete e uma máquina fotográfica digital;
- c) pagamento de horas técnicas para o auxiliar fazer a transcrição das fitas.

### ROTEIRO DA ENTREVISTA

Prezados Senhores:

Meu nome é Sandro Rogério dos Santos e estou realizando minha Tese de Doutorado em História na PUC-RS sobre cooperativismo vitivinícola na Cooperativa Vitivinícola Aliança Ltda. de Caxias do Sul.

O título da tese é: *A construção do cooperativismo em Caxias do Sul: Cooperativa Vitivinícola Aliança (1931-2011)*. Ao longo das pesquisas, observou-se que, ao completar mais de 80 anos, o cooperativismo vitivinícola passou por vários acontecimentos. Além disso, vem desempenhando o papel como agente econômico e social; por isso, olhando criticamente para o mundo da uva e do vinho na Serra, e, em especial, em Caxias do Sul, berço da Cooperativa Aliança, merecem destaque algumas referências na questão da produção da uva e do vinho, na cadeia produtiva. As reflexões são as seguintes:

- a) Os imigrantes italianos iniciaram o cultivo de uva em grande escala.

b) O segmento do comércio iniciou o aviltamento de convívio entre colonos e produtores ao realizarem a adulteração do vinho, entregando ao consumidor um produto de baixa qualidade e pagando pouco ao produtor de uva.

c) Surgem as cooperativas como possibilidade de alternativa ao sistema de reprodução do tripé: baixo preço de uva; falsificações; produto de pouca qualidade para o mercado, comprometendo a fama do "vinho da Colônia".

d) O cooperativismo iniciou com uma relação conflituosa entre produtores de uva e cantineiros, onde as cooperativas estiveram como mediadora de conflitos.

Assim, as questões são as seguintes:

a) Ao longo dos últimos 80 anos quais foram as principais crises enfrentadas pelas cooperativas vitivinícolas?

b) Como as cooperativas vitivinícolas, sindicatos e associações vêm-se articulando com os Governos municipal, estadual e federal no que diz respeito às questões políticas e legais e para o desenvolvimento do setor?

c) Como os senhores observam as questões das concorrências internas e externas dos vinhos com relação aos produtos das cooperativas vitivinícolas?

d) Como estão as incorporações tecnológicas, a qualificação da produção e a organização interna das cooperativas vitivinícolas?

e) Na opinião dos senhores quais são os fatores positivos e negativos do cooperativismo vitivinícola?

f) Quais são os fatores que devem ser levados em consideração para explicar a longevidade das cooperativas vitivinícolas?

g) Para onde vai a forma de viver da Agricultura Familiar da Serra? Produzindo 2 a 3 ha de uvas comuns, conseguirão sobreviver? Há familiares que se dispõem a ficar na sucessão dessas propriedades?

h) As cooperativas estão se preparando para isso?

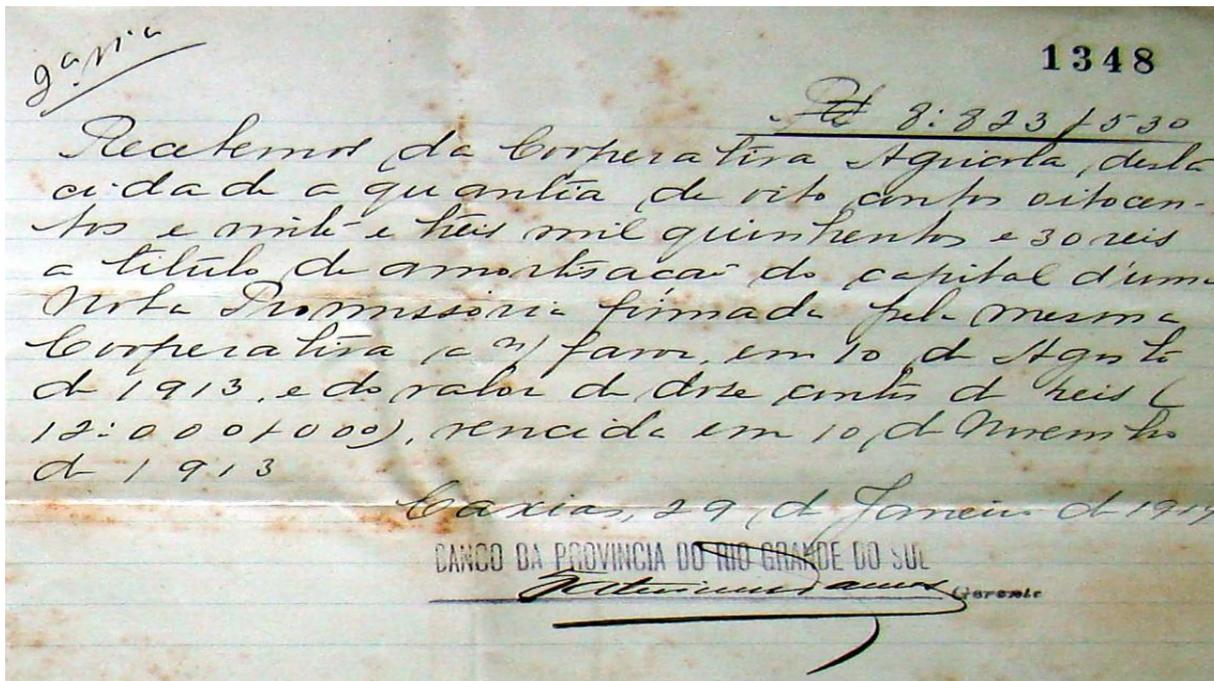
i) O produtor de uva é o diferencial?

j) Não haveria uma reprodução dos "sistemas integrados"? Não é para isso que a "qualificação organizacional e dos produtos" tanto empresarial como das cooperativas estão se encaminhando?

Muito obrigado

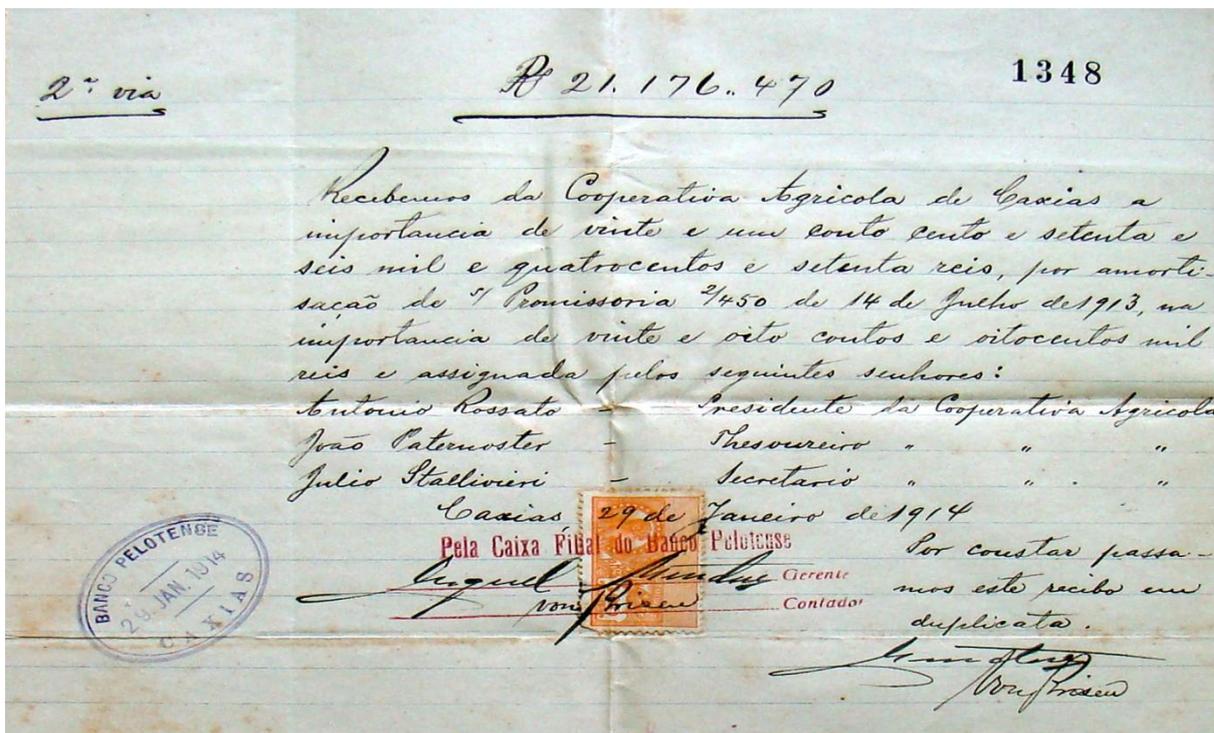
ANEXO B – Recibo de pagamento da Cooperativa Caxias a título de amortização das dívidas junto ao Banco da Província.

Fonte: IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - Arquivo Borges de Medeiros.



ANEXO C – Recibo de pagamento da Cooperativa Caxias a título de amortização das dívidas junto ao Banco Pelotense.

Fonte: IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - Arquivo Borges de Medeiros.



ANEXO D – Correspondência expedida pelo Intendente Jose Pena de Moraes para Borges de Medeiros referente à amortização das dívidas da Cooperativa Agrícola Caxias (1ª parte).

Fonte: IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - Arquivo Borges de Medeiros.

Gabinete do intendente  
CAXIAS

1348 3 de Fevereiro de 1914

Ilustre chefe e Am.º Sr. Borges de Medeiros, as minhas saudações respeitadas.

Emto. venho - vos os recibos passados pelos Bancos das quantias entregues aos mes. mos pela Cooperativa de Caxias, a titulo de amortização das dividas respectivas e visando a conclusão que vos dignastes approuvar. Comprove-me se não tipificou - vos, outro - sim, de que

ANEXO E – Correspondência expedida pelo Intendente Jose Pena de Moraes para Borges de Medeiros referente à amortização das dívidas da Cooperativa Agrícola Caxias (2ª Parte).

Fonte: IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - Arquivo Borges de Medeiros.

as dividas da Cooperativa para com os Bancos estão reduzidas a pouco mais de 10:000:000, devido à importante transação feita. Sou com alta estima o

att.º am.º e adm.º gr.º

J. Pena de Moraes

ANEXO F – Correspondência expedida por Paternó no dia 28 de fevereiro de 1913 para Borges de Medeiros referente à fundação e à organização de Cooperativas (1ª página).

Fonte: IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - Arquivo Borges de Medeiros.

1343



**Sede Central**  
Rua Voluntarios da  
Patria 136  
PORTO ALEGRE

**DIREÇÃO GERAL**

118

Caxias 28 de fevereiro de 1913 .

A S. Exc. e sr. dr. Borges de Medeiros  
Presidente do Estado.  
Porto Alegre.

Enviei a resposta que V. Exc. pediu-me e espero ter-  
Vos satisfeito.

Sendo proxima a vindima e, caso em que o machinarie não che-  
gasse em tempo, quer da Italia, quer da Republica Argentina,  
permittle-me de recomendar a V. Exc. que, pelo menos duran-  
te vinte dias, a Escola de Engenharia envie a Caxias a Pigia-  
trice e o Terchio que mandou vir para a secção " Escola de  
Agricultura " .

Será tude cuidado para a sua perfeita e, desnecessario é di-  
zer, que devolveremos tude em maxima limpeza.

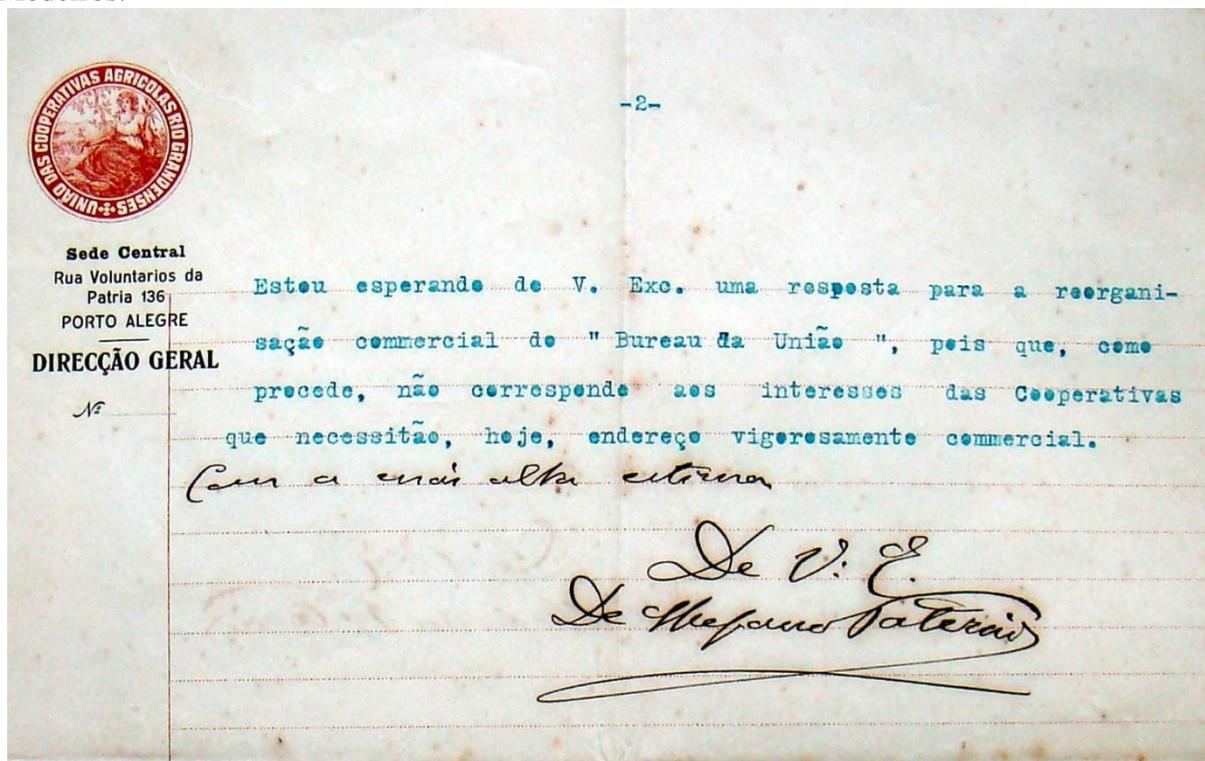
O Cooperativismo presegue na sua grande affirmação, neste mez  
organizei a fundação de um meinhe para as farinhas de trigo  
e de milhe em Capoeiras e um outre em S. Luiz da Casca,  
Guaperé . Uma succursal de cantina de vinhes, em Nova  
Bazzane .

Na minha escurção participei a todas as Cooperativas um bom  
numero de socios novos, pertante outres capitaes.

Irei brevemente a Garibaldi para visitar todas as linhas em-  
preendendo, em seguida, a região de Taquary.

ANEXO G – Correspondência expedida por Paternó no dia 28 de fevereiro de 1913 para Borges de Medeiros referente à fundação e à organização de Cooperativas (2ª página).

Fonte: IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - Arquivo Borges de Medeiros.



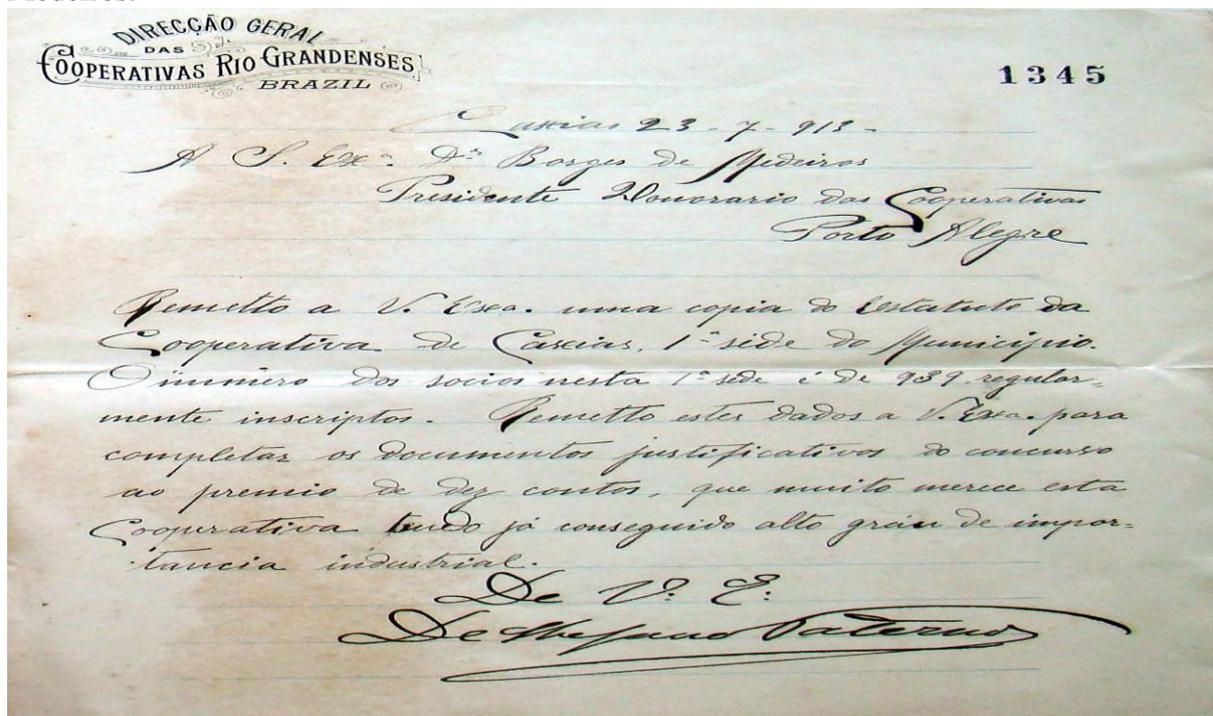
ANEXO H – Envelope referente à correspondência expedida por Paternó no dia 28 de fevereiro de 1913 para Borges de Medeiros.

Fonte: IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - Arquivo Borges de Medeiros.



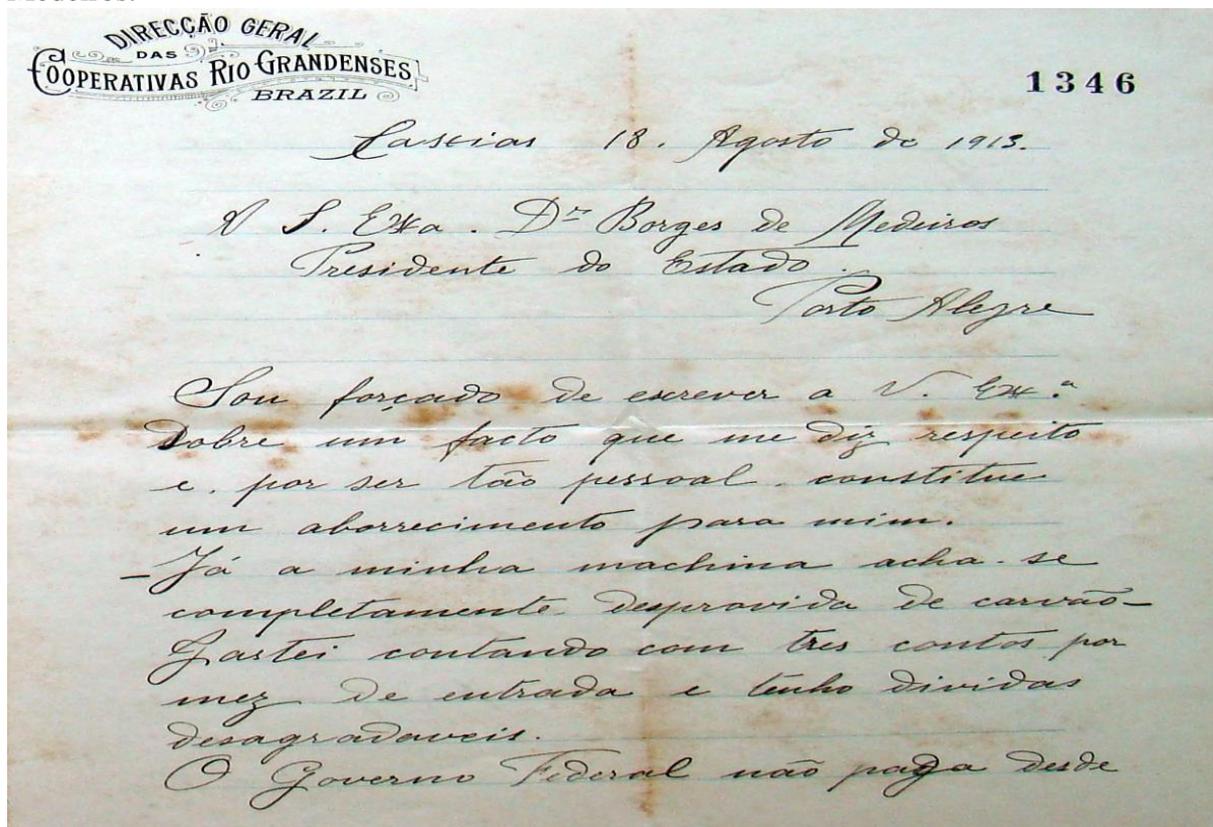
ANEXO I – Correspondência n. 1345 expedida por Paternó no dia 23 de julho de 1913 para Borges de Medeiros.

Fonte: IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - Arquivo Borges de Medeiros.



ANEXO J – Correspondência n. 1346 expedida por Paternó no dia 18 de agosto de 1913 para Borges de Medeiros (1º página).

Fonte: IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - Arquivo Borges de Medeiros.



ANEXO K – Correspondência n. 1346 expedida por Paternó no dia 18 de agosto de 1913 para Borges de Medeiros (2º e 3º páginas).

Fonte: IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - Arquivo Borges de Medeiros.

o mez de Janeiro, nem responde.  
 A União, nesses momentos, não  
 pode e nem deve pois quero que  
 cumpra com os seus compromissos.  
 E eu? soldado em guerra abso-  
 lutamente sem pólvora.  
 No anno passado o Ministerio de  
 Agricultura, demorou seis mezes, porem  
 uma palavra de V. Exa. valen para  
 trocar a morosidade.  
 V. Exa é o unico meu arbitro, tenho  
 consciencia de saber cumprir com o  
 meu dever, e a morosidade do Ministe-  
 rio de Agricultura offende-me, con-  
 sidero-a injusta.  
 Peço encarecidamente para que V. Exa.

repite uma palavra em meu  
 favor e acharei que sou merecido.  
 (com a mais alta estima  
 de V. S.  
 De Rafael Paternó)